

Manual para a padronização nacional de nomes geográficos

Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos
United Nations Group of Experts on Geographical Names - UNGEGN



Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Brasil

ST/ESA/STAT/SER.M/88

Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais
Divisão de Estatística

Manual para a padronização nacional de nomes geográficos

Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Gerência de Nomes Geográficos
Coordenação de Cartografia
Diretoria de Geociências
Brasil

Manual para a padronização nacional de nomes geográficos

Ano de publicação: 2025

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

Av. Franklin Roosevelt, 166 – Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP. 20021-120

www.ibge.gov.br

+55 (21) 2142-0123

A versão original em inglês foi publicada pelas Nações Unidas.

A edição em língua portuguesa foi fornecida pela Gerência de Nomes Geográficos/ Coordenação de Cartografia/Diretoria de Geociências/IBGE

Tradução: Celina Frade e Ana Cristina da Rocha Bérenger Resende

Revisão gramatical e ortográfica: Marcus Vinícius Lima Ribeiro

Formatação e revisão final: Beatriz Cristina Pereira de Souza Pinto

Supervisão: Ana Cristina da Rocha Bérenger Resende

Impresso e distribuído gratuitamente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Brasil

© 2006 United Nations para a edição em inglês

© 2025 United Nations para a edição em português

Todos os direitos reservados no mundo inteiro

O Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais do Secretariado da Organização das Nações Unidas (ONU) é uma interface vital entre as políticas globais nas esferas econômica, social e ambiental e a ação em âmbito nacional. O departamento trabalha em três áreas principais interligadas: (i) compila, gera e analisa uma ampla gama de dados e informações econômicas, sociais e ambientais das quais os Estados Membros da ONU se utilizam para abordar problemas em comum e para avaliar opções no que toca a políticas; (ii) facilita as negociações dos Estados Membros em muitos órgãos intergovernamentais em caminhos de ação comuns para abordar desafios globais atuais ou emergentes; e (iii) aconselha governos interessados sobre os modos e meios de traduzir marcos de políticas públicas desenvolvidos nas conferências da ONU – inclusive conferências de cúpula – em programas de nível nacional e, por meio de assistência técnica, contribui para capacitação no âmbito nacional.

NOTA

As designações empregadas e a apresentação do material da presente publicação não implica a expressão de qualquer opinião da parte do Secretariado das Nações Unidas com relação ao *status* legal de qualquer país, território, cidade ou área ou de suas autoridades, ou com relação à delimitação de seus limites e fronteiras.

O termo “país” usado no texto desta publicação também se refere, quando apropriado, a territórios ou áreas.

Símbolos dos documentos da ONU são compostos de letras maiúsculas combinadas com outros símbolos.

Prefácio

“Qual é o modo padronizado de escrever nomes geográficos?” Esta questão foi levantada em conexão com os serviços cartográficos fornecidos por meio do Conselho Econômico e Social da ONU após sua criação no fim dos anos 1940. O tópico foi discutido na década de 1950 e, de acordo com as resoluções do conselho, um grupo de seis especialistas se reuniu em 1960. Sob a presidência do Dr. Meredith F. Burrill (Estados Unidos da América), a reunião considerou a padronização de nomes geográficos em nível nacional e métodos padronizados para converter essas formas aceitas para outras línguas (e alfabetos) no nível internacional. Essa reunião foi o ponto de partida para as subsequentes Conferências da ONU sobre a Padronização de Nomes Geográficos (oito conferências foram realizadas até 2002) e as sessões do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos (UNGEEN – sigla em inglês) (22 sessões haviam sido realizadas até 2004). As conferências e o Grupo de Especialistas estudam problemas nacionais e internacionais conectados com a padronização de nomes geográficos e intercâmbio de informação técnica nesse campo.¹

Com o objetivo de promover a compreensão de seu trabalho e divulgá-lo; e para estimular os países a criarem seus próprios programas, a ONU publicou, para o Grupo de Especialistas, os relatórios das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos e das sessões do Grupo de Especialistas e os documentos técnicos nelas apresentados; uma variedade de artigos nos volumes da *World Cartography*; uma brochura sobre as tarefas e realizações do Grupo de Especialistas, além de um Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos.² A reconhecida necessidade de um manual que tratasse do estabelecimento de autoridades nacionais em nomes geográficos foi primeiramente atendida pela publicação da *World Cartography*, volume XXI³, em 1990.

Sob os auspícios do Grupo de Trabalho em Publicidade e Financiamento do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos coordenado por David Munro (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte), um novo manual foi preparado. O material da *World Cartography*, volume XXI, foi agora completamente revisado e atualizado por seu autor original, Donald Orth (Estados Unidos da América), com assistência editorial de especialistas de vários países, particularmente Helen Kerfoot (Canadá), Roger Payne (Estados Unidos da América), Naftali Kadmon (Israel) e Peeter Päll (Estônia). Esse material compõe a primeira parte da presente publicação. Além disso, temos a satisfação de juntar algumas outras contribuições detalhadas relacionadas a aspectos da administração da padronização dos nomes geográficos, escritas principalmente por Botolv Helleland (Noruega), Naftali Kadmon, Helen Kerfoot e Ferjan Ormeling (Países Baixos). Botolv Helleland, Helen Kerfoot e Ferjan Ormeling revisaram os textos.

¹ Mais informações sobre o trabalho das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos e do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos podem ser encontradas na segunda parte, capítulo I, da presente publicação.

² United Nations publication, Sales No. M.01.XVII.7.

³ United Nations publication, Sales No. E.90.I.12.

O Grupo de Especialistas atualmente conta com grupos de trabalho criados para atender a questões relativas a treinamento, desenvolvimento de bancos de dados e índices de nomes geográficos e intercâmbio de dados, sistemas de romanização, nomes de países, terminologia toponímica, exônimos, pronúncia, e promoção de nomes geográficos indígenas e de minorias. Além disso, grupos de trabalho estão discutindo publicidade e financiamento, e temas em avaliação e implementação das resoluções das Nações Unidas. Todos são importantes projetos do Grupo de Especialistas.

Entretanto, a base de todo o trabalho do Grupo de Especialistas é a meta de estabelecer uma autoridade nacional de nomes geográficos em cada país e promover o uso de nomes nacionalmente padronizados internacionalmente em mapas e documentos. O presente *Manual para a padronização nacional de nomes geográficos* fornece um marco para os que estão investindo nesse importante caminho.

Helen Kerfoot
Presidente, Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos
2004

Sumário

Prefácio	iii
Sumário	v
Introdução	
• Este manual	1
• Vantagens da padronização	2
• Cursos de treinamento	3
• Contatos	3

Parte um. Organização de um programa nacional para a padronização de nomes geográficos

Donald J. Orth (Estados Unidos da América)

Agradecimentos	7
-----------------------------	---

Capítulo

I. Definições e padronização	9
• Definição de nome geográfico	9
• Padronização de nomes geográficos	9
• Padronização nacional	10
• Padronização internacional	10
II. Nomes e língua	13
• Língua falada	13
• Língua escrita	13
• Sistemas de escrita e escritas	14
• Conversão de nomes: transcrição e transliteração	14
III. Exigências do programa	17
• Justificativa para a padronização de nomes	17
• Reconhecimento de uma necessidade	17
• Autoridade legal ou oficial	18
• Um mandato claramente estipulado.....	18
• <i>Status</i> continuado	19
• Limitações de autoridade	19
IV. Tipos de autoridades nacionais em nomes geográficos	21
• A Estrutura da autoridade	21

1. Órgão central em nomes	22
2. Comitê nacional de nomes	23
- Composição do comitê	24
- O presidente do comitê	25
- O tamanho do comitê	25
- A frequência de reuniões	25
3. Autoridade em nomes descentralizada	25
V. Começando um programa	27
• Estabelecendo uma autoridade em nomes	27
• Liderança	28
• Equipe de suporte	29
- Responsabilidades da equipe	30
- O Tamanho da equipe	30
- Qualificações da equipe	30
• Comitês consultivos e organizações de suporte	31
• Especialistas em topônimos	32
VI. Procedimentos de padronização	33
• Estabelecendo princípios norteadores, diretrizes e procedimentos	33
• Fatores de decisão	35
• Recomendações das Nações Unidas	36
• Considerações básicas	36
• Procedimentos de padronização recomendados	37
• Cartotoponímia e padronização	39
• Nomes de feições em fronteiras ou transfronteiriças	39
VII. O tratamento dos nomes geográficos em gabinete	41
• A pesquisa de equipe	41
• Registros de nomes e arquivos de letras	41
• Arquivos de cartões (Fichários)	43
• Arquivos de computador	44
• Utilização da internet	44
• Nomes geográficos e arquivos de base de mapas	45
• Outros arquivos	47
• Ferramentas de pesquisa em gabinete	47
VIII. Pesquisando problemas de nomes	49
• Nomes usados inconsistentemente	49
• Pedidos de mudança de nomes	50
• Propostas de nomes para feições não nominadas	50
• Procedimentos de pesquisa	51
• O nome e a entidade a que se refere	51
• Formulários para relatório	51
• A Pesquisa toponímica	52
• Trabalhando com um comitê de nomes	54
IX. Coleta de nomes em campo	55
• Preparação pré-campo	56

• Investigação de campo: procedimentos	60
• Investigação de campo: treinamento	60
• Contatos iniciais	61
• Seleção e número de informantes	61
• Fazendo perguntas	63
• Aplicação do nome	65
• Entidades nominadas vagamente definidas	66
• Relações hierárquicas entre termos genéricos	67
• Registrando e relatando a informação de campo	67
• Condições multilíngues	70
• Registrando nomes em várias línguas	70
- Registrando nomes: línguas ágrafas	71
• Comitês locais de nomes: ajuda em campo	71
• Revisão das informações de campo	72
X. A disseminação de topônimos oficiais	75
• Publicando nomes oficiais	75
• Índices de nomes geográficos	75
• Atualizando informações sobre nomes oficiais	78
• Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores	78
Posfácio	80

Parte dois. Algumas leituras selecionadas sobre padronização de nomes geográficos

Agradecimentos	83
I. O papel das Nações Unidas na padronização dos nomes geográficos: de cerca de cinquenta anos atrás até os dias de hoje	
<i>Helen Kerfoot (Canadá)</i>	<i>85</i>
II. A língua e a conversão de nomes geográficos	
<i>Naftali Kadmon (Israel)</i>	<i>105</i>
III. Alguns exemplos de legislação referentes a autoridades em nomes geográficos	
<i>Helen Kerfoot (Canadá).....</i>	<i>115</i>
IV. Processamento de gabinete - armazenamento dos dados e manutenção dos cadastros: algumas considerações básicas sobre campos de dados	
<i>Helen Kerfoot (Canadá).....</i>	<i>125</i>
V. Os valores sociais e culturais dos nomes geográficos	

<i>Botolv Helleland (Noruega)</i>	131
VI. Exônimos, também chamados de nomes convencionais	
<i>Naftali Kadmon (Israel)</i>	141
VII. Do trabalho de campo aos nomes padronizados: o princípio de “o dono decide” seguido nos Países Baixos	
<i>Ferjan Ormeling (Países Baixos)</i>	145
VIII. Exemplo de instruções dos Países Baixos escritas aos reambuladores para coleta de topônimos no campo	
<i>Ferjan Ormeling (Países Baixos) e Nico Bakker (Países Baixos)</i>	149
IX. Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, para uso internacional (de 1970 até o presente)	
<i>Helen Kerfoot (Canadá) e Eva Maria Närhi (Finlândia)</i>	155
X. Alguns <i>websites</i> relevantes para a padronização de nomes geográficos	
<i>Compilados por Helen Kerfoot (Canadá)</i>	169
Anexo. Textos de resoluções selecionadas adotadas pelas Conferências das Nações Unidas Sobre a Padronização de Nomes Geográficos	175
Índice Temático	184

Figuras

	<i>Página</i>
I. Primeiro curso de treinamento realizado pelo Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, do qual foi anfitrião Bakosurtanal (Agência Coordenadora Nacional de Levantamento e Mapeamento), em Cisarua, Indonésia, 1982	4
II. Alguns exemplos de diferentes escritas: cirílico russo, árabe e chinês...	11
III. Tipos básicos de autoridades nacionais em nomes geográficos.....	23
IV. Tomada de decisão sobre nomes geográficos: sessão de um comitê de nomes geográficos.....	26
V. Nomes múltiplos para um lugar ou feição mostrados em um mapa, colocando-se em parênteses um dos nomes.....	38
VI. Placa rodoviária multilíngue para uma comunidade no Condado de Finnmark, norte da Noruega: Lakselv (norueguês); Leavdnja (Saami); Lemmijoki kvenish/finlandês).....	38
VII. Trabalho em um gabinete de nomes geográficos	42
VIII. Exemplo de um banco de dados toponímicos (para Moçambique) desenvolvido para ser alimentado com informações a partir de registros de cartões já existentes.....	46
XIX. Exemplo da Nova Zelândia de um formulário para uso do público para apresentação propostas de nomes para feições não nominadas ou para mudanças de nomes existentes.....	53
X. Passos envolvidos na coleta de campo de nomes geográficos, em muitos casos incluindo o uso de computadores, para facilitar o registro ou processamento dos dados dos nomes.....	58
XI. Planejamento para trabalho de campo local.....	59
XII. Discussão com líderes da vila antes da coleta de topônimos locais em Brumei Darussalam.....	61
XIII. Coleta de nomes geográficos em progresso no campo: colaboração em nomes de feições próximas usados localmente (África do Sul).....	64
XIV. Registro de nomes geográficos com base num esboço de mapa.....	66
XV. Exemplo de formulário usado na Noruega para a coleta de nomes	

geográficos em campo.....	68
XVI. Discussão e verificação dos resultados do trabalho de campo.....	73
XVII. Exemplo de conteúdo de <i>um índice de nomes geográficos</i> e parte do <i>layout</i> de uma página, ilustrado na publicação bilíngue intitulada <i>Concise Gazetteer of Canadá/Répertoire toponymique concis du Canadá</i>	77
XVIII. Número de delegados, países, agências especializadas e intergovernamentais e outras organizações participantes nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos	89
XIX. Participação dos países nas Conferências das Nações Unidas por número de presenças nas Conferências.....	89
XX. Grupos de trabalho do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos e a estrutura geral das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, Grupo de Especialistas e divisões do Grupo de Especialistas.....	96
XXI. Representação conceitual do conhecimento sobre nomes geográficos...	134
XXII. Red Square in Moscow.....	142
XXIII. Apresentação em mapa bilíngue dos nomes na língua minoritária frísia em primeiro lugar e nomes na língua majoritária holandesa entre parênteses.....	148

Introdução

Motivação para este manual e notas sobre a apresentação do material; algumas vantagens da padronização de nomes geográficos; informação sobre cursos de treinamento do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos; quem contatar para informação adicional

Este manual

Na Oitava Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, realizada em Berlim de 27 de agosto a 5 de setembro de 2002, a Conferência, através da sua resolução VIII/15⁴ solicitou à Divisão de Estatísticas das Nações Unidas que incluísse no seu programa de publicação para o biênio 2004-2005 um manual básico sobre a padronização de nomes geográficos. ⁵Através da resolução I/4, adotada na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, realizada em 1967, a Conferência apresentou a estrutura básica para este projeto⁶ O texto completo das duas resoluções pode ser encontrado no anexo desta publicação.

De acordo com a direção do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, esta publicação é feita principalmente para ajudar países que não possuem uma autoridade apropriada e um conjunto específico de padrões para a interpretação consistente de seus nomes geográficos. Os membros do Grupo de Especialistas têm consciência de que as condições para a padronização de nomes geográficos variam em cada país. Elas dependem dos recursos e da organização de cada Governo nacional, do número de línguas envolvidas e dos relacionamentos culturais e/ou políticos dentro de e entre as regiões de um país.

As informações deste manual consistem de sugestões que esperamos sejam úteis para aqueles interessados em maneiras de padronizar os nomes geográficos de sua nação. Embora o manual esteja direcionado para procedimentos para se iniciar um programa, países já envolvidos na padronização devem também encontrar sugestões úteis no manual.

O manual foi dividido em duas partes: a parte um fornece a informação básica para se estabelecer um programa nacional de nomes geográficos e a parte dois oferece aos leitores outros detalhes relacionados a aspectos selecionados dos preceitos básicos da padronização de nomes geográficos. Uma breve indicação do conteúdo de cada capítulo na parte um do manual é fornecida imediatamente após o título do capítulo. Para auxiliar os usuários do manual, as referências para outras leituras na parte dois são

⁴ Ver *Eighth United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, Berlin, 27 August-5 September 2002* (United Nations publication, Sales No. E.03.I.14), cap. III.

⁵ Um precursor da parte um deste manual pode ser encontrado em Donald J. Orth, "Organization and functions of a national geographical names standardization programme: a manual", *World Cartography*, vol. XXI (United Nations publication, Sales No. E.90.I.12), pp. 11-40.

⁶ Ver *United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, vol. I, Report of the Conference, Geneva, 4-22 September 1967* (United Nations publication, Sales No. E.68.I.9).

apresentadas em notas de rodapé numeradas (o número da nota de rodapé é imediatamente seguida do símbolo indexador (☞)) nos locais apropriados na parte um. O material, na parte dois, apresenta o assunto com mais profundidade, fornece mais detalhes ou exemplos ou contribui com uma perspectiva diferente sobre um tópico específico.

Quando citado no texto, o número de uma resolução aprovada por uma das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos pode ser mostrado entre parênteses, seguido do ano de adoção. Por exemplo, (V/2; 1987) refere-se à resolução 2 adotada pela Quinta Conferência realizada em 1987. Os textos completos de algumas resoluções estão incluídos no anexo. Para os textos completos de todas as resoluções adotadas até a Oitava Conferência, consulte os relatórios publicados das Conferências.

Até o momento, foram realizadas oito conferências:

Primeira	_____1967	Genebra	Quinta	_____1987	Montreal
Segunda	_____1972	Londres	Sexta	_____1992	Nova York
Terceira	_____1977	Atenas	Sétima	_____1998	Nova York
Quarta	_____1982	Genebra	Oitava	_____2002	Berlim

Na parte um, o material impresso em **negrito** se refere às resoluções das Nações Unidas ou constitui informação essencial.

Vantagens da padronização

A sociedade moderna depende do uso de nomes geográficos padronizados para uma administração e comunicação precisa e eficiente. Um programa de padronização nacional poupa tempo e dinheiro através do aumento da eficiência operacional em todos os níveis do governo, indústria, comércio e educação. Isto se torna especialmente verdadeiro na produção de mapas e gráficos; operações de censo; defesa nacional; comunicação terrestre, aérea e marítima doméstica e internacional; operações de levantamento de recursos hídricos e minerais; entregas postais e frete; segurança por terra e mar; controle de desastres e pesquisa demográfica, cultural, social e científica. Os processos de padronização nacionais devem eliminar a duplicação de trabalho, onde mais de um órgão ou organização identifica o uso correto e consistente dos nomes.

Igualmente importante, o povo de uma nação inerentemente considera os nomes geográficos uma parte essencial de sua herança cultural. Uma autoridade nacional em nomes também fornece a cada país os meios de estabelecer seus próprios nomes oficialmente aceitos, em vez destes terem que ser determinados por um mapa, atlas ou produtores de índices de nomes geográficos não governamentais ou internacionais.

A padronização de nomes geográficos varia de um país para outro. Na verdade, nem mesmo dois países com programas eficazes abordam a padronização da mesma forma e sua organização, princípios, diretrizes e procedimentos variam muito. Nenhum

método é melhor do que outro, desde que cada um atinja a meta de estabelecer nomes escritos consistentes com o uso local, oral e escrito (permitidas algumas exceções).

Cursos de treinamento

Periodicamente, as Nações Unidas oferecem cursos de treinamento sobre a padronização nacional de nomes geográficos. Estes cursos têm sido ministrados em várias partes do mundo. O primeiro curso, ou curso piloto, foi dado em Cisarua, Indonésia em 1982 (ver figura I). Nos 20 anos seguintes, outros 30 cursos foram oferecidos através do Grupo de Especialistas e também através do Instituto Pan-americano de Geografia e História (PAIGH – sigla em inglês).

Os cursos, ministrados sob diferentes auspícios em línguas diferentes, incluem palestras, oficinas, exercícios de campo e treinamento do uso de computadores e Internet para pessoas envolvidas em programas de padronização iniciantes e intermediários. Um grupo de trabalho no âmbito do Grupo de Especialistas está atualmente em processo de desenvolvimento de um programa de curso de treinamento pela rede. Este teve seu início *online*, dentro da estrutura do curso pela rede voltado para a cartografia, produzido pela Comissão sobre Educação e Treinamento da Associação Internacional de Cartografia (ICA, em inglês). Mais informações sobre cursos de treinamento e materiais disponíveis podem ser encontrados no *site* do Grupo de Trabalho do Grupo de Especialistas em Cursos de Treinamento em Toponímia (<http://toponymycourses.geog.uu.nm>)

Contatos

O apoio para o programa do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos é dado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas na Sede das Nações Unidas em Nova York.

Informações atuais sobre a equipe e detalhes de contato (e mais informações sobre a padronização de nomes geográficos) podem ser encontrados no site do UNGEGN (<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/>)

Quanto à data da publicação, os detalhes de contato são:

UNGEEN secretariat
United Nations Statistics Division, Office of the Director
Two UN Plaza, DC2-1640
New York, NY 10017
United States of America

Telefone: 212 963 3042
Fax: 212 963 9851
E-mail: laaribi@un.org

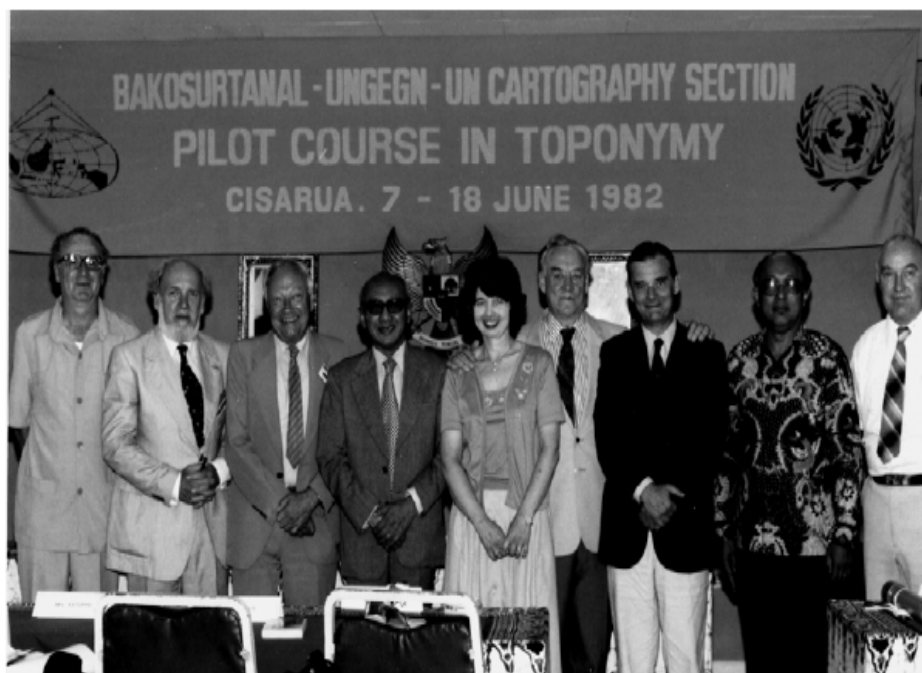


Figura I. Primeiro curso de treinamento realizado pelo Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, do qual foi o anfitrião Bakosurtanal (Agência Nacional Coordenadora de Levantamento e Mapeamento) em Cisarua, Indonésia, 1982.

Instrutores, da esquerda para a direita: Mr. E. Foldi (Hungria), Prof. F. Ormeling (Países Baixos), Mr. R. Böhme (República Federal da Alemanha), General Pranoto Asmoro (Indonésia), Mrs. D. Lewis and Mr. H.A.G. Lewis (Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte), Prof. D. Block (Países Baixos), Prof. J. Rais (Indonésia) e Mr. Alfred W. Taylor (Estados Unidos da América).

Parte um

**Organização de um programa nacional para
a padronização de nomes geográficos**

Donald J. Orth (Estados Unidos da América)

Agradecimentos:

O reconhecimento é aqui dado a várias pessoas que auxiliaram na escrita da parte um deste manual. Em particular, uma palavra de agradecimento especial à Helen Kerfoot (Canadá) por sua liderança e dedicação como principal editora deste trabalho. Agradecimentos são também estendidos a Naftali Kadmon (Israel) e Peeter Päll (Estônia), em especial pela sua ajuda no esclarecimento da terminologia linguística; a Roger Payne (Estados Unidos da América) pelas suas contribuições, especialmente envolvendo procedimentos de nomeação e o uso da tecnologia computacional na padronização dos nomes geográficos; e a Botolv Helleland (Noruega) pelas suas informações sobre questões culturais.

Capítulo I

Definições e padronização

Definição de alguns termos, incluindo nomes geográficos e padronização; objetivos da padronização nacional e internacional do Grupo de Especialistas

Definição de nome geográfico

O Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos define um **nome geográfico** como um **nome aplicado a uma feição na Terra** (*Glossário*, 216).⁷ Em geral, um nome geográfico é o nome próprio (uma palavra específica, combinação de palavras, ou expressões) usado consistentemente na língua para se referir a um lugar, feição ou áreas específicas que tem uma identidade reconhecível na superfície da Terra. As feições nominadas incluem:

1. Lugares habitados (por exemplo, cidades, municípios, vilas)
2. Divisões civis (por exemplo, Estados, cantões, distritos, municípios)
3. Feições naturais (por exemplo, rios, montanhas, cabos, lagos, mares)
4. Feições construídas (por exemplo, barragens, aeroportos, auto-estradas)
5. Lugares ilimitados ou áreas que possuem significado específico local (em geral, religioso), (por exemplo pastagens, áreas de pesca, áreas sagradas)

Também é possível referir-se a um **nome geográfico** como um **nome topográfico** ou **topônimo** (termo que num contexto mais amplo pode também incluir nomes extraterrestres, como nomes aplicados a feições na Lua ou em outros planetas).

Padronização de nomes geográficos

A palavra **padronização**, como aplicada aos nomes geográficos/topônimos, é definida pelo Grupo de Especialistas (*Glossário*, 311), como:

- (a) O estabelecimento, por uma autoridade apropriada, de um conjunto específico de normas para uma atividade determinada, como, por exemplo, para o tratamento uniforme dos topônimos;
- (b) Adaptação de um elemento, por exemplo, um topônimo, às referidas normas.

Um **nome padronizado**⁸ é definido (*Glossário*, 228) como:

Um nome sancionado por uma autoridade em nomes como o nome preferido dentre um número de alônimos [nomes variantes] para uma dada

⁷*Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names (Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos)* (United Nations publication, Sales No. M.01.XVII.7) é um glossário multilíngue contendo termos e suas definições nas seis línguas oficiais das Nações Unidas. Neste manual, todas as outras referências a termos técnicos no *Glossário* tomam a forma "(Glossário, [número do termo])". O texto do manual está também disponível no *site* do UNGEN (http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/)

⁸ No texto deste manual, os nomes geográficos podem ser chamados de "padronizados", "oficiais", "autorizados", "aprovados" ou "padrões". Isto ocorre simplesmente para facilitar a leitura e não se pretende nenhuma distinção de significado, a menos que isto seja especificamente declarado.

feição ou lugar. Entretanto, uma única feição pode ter mais de um nome padronizado. *Exemplo: Kaapstad e Cape Town (mas não Capetown).*

Padronização nacional

O objetivo das Nações Unidas é estabelecer formas escritas usáveis e consistentes dos topônimos e seu uso ao redor do mundo. Isto depende muito do uso oficial dos nomes dentro de cada país. O Grupo de Especialistas define **padronização nacional de nomes geográficos** como a **padronização de nomes geográficos dentro da área de uma unidade nacional, como um país** (*Glossário*, 314). A resolução I/4 adotada pela Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos realizada em 1967 constituiu em um dos primeiros esforços para se estabelecer instruções uniformes para um programa nacional de padronização.⁹ A Quinta Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (1987), através de sua resolução V/15, conclamou **aqueles países que ainda não possuíam autoridades de nomes geográficos nacionais a estabelecê-las sem mais demora.**¹⁰

Tal programa é dirigido à **determinação e seleção dos melhores nomes e os mais apropriados na sua forma escrita.** A expressão “padronização de nomes geográficos” aplica-se ao duplo aspecto do nome escrito e sua referência a um lugar, feição ou área na superfície da Terra. Ela não se aplica especificamente a nomes usados na fala, embora o uso oral influencie a palavra escrita e a palavra escrita pode influenciar nomes usados oralmente.

O Grupo de Especialistas também recomenda firmemente que os dados dos nomes geográficos padronizados sejam considerados no desenho de infraestruturas espaciais de dados nacionais e regionais e que sejam incluídos no seu desenvolvimento e implementação.¹¹

Padronização internacional

Padrões mundiais de nomes geográficos são importantes para atender as necessidades do comércio e relações internacionais. Por exemplo, as Nações Unidas exigem nomes geográficos precisos para a comunicação clara e a administração de suas atividades e para o desenvolvimento de padrões de intercâmbio de dados toponímicos internacionais. Esta padronização internacional idealmente baseia-se nos padrões

⁹Ver *United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names*, vol. I, *Report of the Conference, Geneva, 4-22 September 1967* (United Nations publication, Sales No. E.68.I.)

¹⁰Ver *Fifth United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names*, vol. I, *Report of the Conference, Montreal, 18-31 August 1987* (United Nations publication, Sales No. E.88.I.7.).

¹¹Através da sua resolução VIII/6 (ver em anexo a este manual e *Eighth United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, Berlin, 27 August-5 September 2002* (United Nations publication, Sales No. E.03.I.14, cap.III), a Oitava Conferência das Nações Unidas (2002) deu suporte para resoluções anteriores, adotadas na Decima Quinta Conferência das Nações Unidas de Cartografia Regional para a Ásia e o Pacífico, realizada em Kuala Lumpur em 2000, e a Sétima Conferência das Nações Unidas de Cartografia Regional para as Américas realizada em Nova York, em 2001. Todos ressaltaram a importância dos nomes geográficos como um meio crucial de acesso e conjunto de dados fundamentais de uma infraestrutura de dados espaciais de uma nação.

nacionais de cada país individualmente. O Grupo de Especialistas define **padronização internacional de nomes geográficos** (*Glossário*, 313) como uma **atividade voltada para atingir o máximo de uniformidade na prática de registro ... de todos os nomes geográficos sobre a Terra... por meio de:**

1. **padronização nacional, e/ou**
2. **convenção internacional, inclusive correspondência entre diferentes línguas e sistemas de escrita.**

O segundo item refere-se a uma necessidade internacional de se converter nomes de uma língua ou escrita para outra. **Escrita** é definida (*Glossário*, 283) como um conjunto de símbolos gráficos usados para escrever ou imprimir uma determinada língua. Por exemplo, romano, cirílico, árabe e chinês constituem escritas diferentes usados para se escrever uma determinada língua ou línguas (ver figura II).

O método de conversão de uma escrita para outra é geralmente decidido pelo país em questão e depois submetido à aprovação como sistema internacional. As conferências das Nações Unidas nos últimos 30 anos concordaram com a romanização de cerca de 30 escritas não-romanas. O uso toponímico internacional ainda depende da disponibilidade de topônimos oficiais estabelecidos dentro de cada país. A Organização das Nações Unidas incentiva cada país a fornecer nomes nacionais oficiais, de forma adequada para uso em mapas, usando sua própria escrita padrão. Ela também deseja que todos os países com escritas não romanas forneçam um sistema único de **romanização** (quer dizer, conversão de sua escrita em alfabeto romano (*Glossário*, 280)). As escritas não romanas podem então ser convertidas via sua romanização em outras escritas para uso nacional e internacional.

Alfabeto russo cirílico

А Б В Г Д Е Ж З И Й К Л М Н О П Р С Т У Ф Х Ц Ч Ш Щ Ъ Ы Ь Э Ю Я

а б в г д е ж з и й к л м н о п р с т у ф х ц ч ш щ ъ ы ь э ю я

Alfabeto árabe

يوه نل كق فغ عظ ط ض ص ش سزر دخ حج ث با

Um caractere pode ter formas diferentes, dependendo de sua posição numa palavra.

Caracteres chineses

兄入丹潤灑別力勾匱华唳峴喧序庙弁径悵恤惠兜挾捐齊昀曳暮样斐

Uma seleção aleatória dos muitos milhares de caracteres

Figura II. Alguns exemplos de diferentes escritas: cirílico russo, árabe e chinês

Capítulo II

Nomes e língua¹²

Nomes geográficos nas línguas do mundo: suas formas faladas e escritas; introdução básica aos sistemas de escrita e escritas, e a conversão dos nomes entre línguas/escritas


Língua falada

Nomes geográficos são encontrados em todas as línguas conhecidas. Seu uso na fala coloquial fornece um sistema prático de referência geográfica e satisfaz a necessidade de se classificar e nominar a grande variedade de feições das paisagens no mundo em volta de nós. Os humanos, desde cedo, aprenderam a selecionar e agrupar tipos similares de feições de variedades infinitas de paisagens. Cada um destes grupos percebidos (ou classes) foi identificado por uma palavra comum (como rio, colina, lago ou campo). Para referência específica a uma feição individual, uma palavra mais singular foi associada ao nome do grupo para formar o que chamamos de um nome geográfico. A palavra (ou palavras) para referência particular em cada nome é (são) referida(s) como o elemento **específico** (por exemplo, Taupo em Lago Taupo; Mackenzie em Rio Mackenzie). A parte do nome que se refere ao grupo (ou classe) é chamado de termo ou elemento **genérico** (por exemplo, Colina em Colina Little Green; Acampamento em Acampamento Russ). Em algumas línguas, o específico e o genérico são combinados em uma só palavra (por exemplo, Altafjorden). Os nomes se desenvolveram junto com a evolução dos grupos linguísticos para formar os vários e variados nomes geográficos/topônimos encontrados hoje em centenas de línguas no mundo.

A maioria das línguas faladas permite alguma variação nas formas dos nomes e em suas aplicações na paisagem. Esta variação é complexa por natureza, mas normalmente não causa sérios problemas na fala coloquial. Isto acontece porque sentenças, não palavras, são a essência do entendimento na língua falada. Nomes retirados do contexto de uma sentença, entretanto, demandam um grau de consistência. Na cartografia, por exemplo, onde apresentação “precisa e sem ambiguidade” é exigida, a variação de nomes não é tolerada. Na verdade, em termos de crítica pública, os nomes constituem os aspectos mais vulneráveis de um mapa. Pessoas familiarizadas com a área mostrada em um mapa identificam os erros nos nomes mais rapidamente e mais facilmente do que outros problemas ligados ao uso de símbolos no mapa.

Língua escrita

Nomes geográficos normalmente originam-se e são influenciados pela língua falada. Este fato é importante porque o objetivo da padronização é usar nomes em um tipo diferente de sistema de comunicação, quer dizer, em símbolos visuais/gráficos (escrita) em vez de em símbolos sonoros (fala). **Os programas de padronização se**

¹²  O assunto deste capítulo é tratado com mais detalhes nos capítulos II e VI da parte dois.

ocupam das formas escritas de nomes, incluindo sua escrita, ortografia, formas de palavras, diacríticos e uso de maiúsculas.

Sistemas de escrita e escritas

Embora as formas escritas de muitas línguas (por exemplo, inglês, francês, alemão e polonês) usem o chamado alfabeto romano (ou latino), muitos (por exemplo, árabe, russo e chinês) são registrados usando outras escritas. Alguns sistemas de escrita evoluíram através dos séculos, outros através de um curto período de tempo. Em todo o mundo, o número de sons da fala e o número de maneiras de pronunciá-los e modificá-los são muito grandes. Nenhuma língua contém todos os sons, nenhuma pessoa pode pronunciar todos eles, e nenhum sistema tradicional de escrita¹³ pode representá-los em sua totalidade.

Os sistemas para escrever as línguas geralmente se dividem em três grupos gerais:

- (a) **Sistemas alfabéticos** (Glossário, 013), nos quais os sons unitários das vogais e consoantes são idealmente representados por símbolos distintos chamados letras (exemplos: romano; cirílico; árabe; grego; coreano, etc);
- (b) **Sistemas silábicos** (Glossário, 323), onde símbolos escritos representam combinações de sons da fala chamados sílabas (exemplos: inuktitut silábico; japonês kana silábico, amárico, etc.);
- (c) **Sistemas logográficos** (Glossário, 182), onde palavras inteiras ou unidades básicas de significado são representadas por símbolos escritos distintos (exemplos: hieróglifos egípcios antigos; caracteres chineses e caracteres em japonês kanji).

Conversão de nomes: transcrição e transliteração

Conversão de nomes (*Glossário*, 041) é o processo de transferir nomes em uma língua ou escrita (língua/escrita fonte ou doadora) para outra (língua/escrita alvo ou receptora). Busca representar as formas escritas dos sons da escrita de uma língua (quer dizer, seus caracteres gráficos) por aquelas da outra. **A conversão de nomes é alcançada principalmente através de dois métodos distintos: transcrição e transliteração.**

A conversão de sons de uma língua aos símbolos escritos dos sons mais próximos correspondentes de outra língua (geralmente sem nenhuma modificação à escrita da língua receptora) é chamada de **transcrição** (*Glossário*, 346).

Entretanto, é geralmente impossível adaptar precisamente os símbolos sonoros de uma língua para outra sem acrescentar marcas especiais (diacríticos) e/ou letras ao sistema de escrita receptor. A conversão que usando estes diacríticos adicionais e/ou

¹³ O Alfabeto Fonético Internacional (IPA, em inglês) foi desenvolvido com o objetivo (não totalmente alcançado na prática) de representar todos os sons da fala humana em forma escrita.

letras, é chamada de **transliteração** (*Glossário*, 352). A transliteração visa possibilitar o processo reverso (quer dizer, a reconstrução completa do nome original no alfabeto *fonte*).

Marcas especiais e letras, entretanto, geralmente não fazem sentido para pessoas que não estão acostumadas aos sons pretendidos. Por esta razão, a transcrição é geralmente adotada para situações mais coloquiais, usando apenas as letras e as combinações de letras de um alfabeto alvo, sem tentar sempre interpretar exatamente a pronúncia original.

O alfabeto romano (também chamado de alfabeto latino) foi adotado como base para uso internacional pelas Nações Unidas, e o Grupo de Especialistas recomenda com veemência o desenvolvimento de um único sistema de romanização (ou seja, transliteração) para cada escrita não romana.

Mais detalhes sobre nomes e sistemas de escrita podem ser encontrados em várias fontes, por exemplo, nos capítulos 10 e 11 do trabalho de Naftali Kadmon, *Toponymy: The Lore, Laws and Language of Geographical Names*, Nova York, Vantage Press, 2000.

Capítulo III

Exigências do programa

Reconhecer a necessidade de um programa de padronização de nomes; criar a autoridade legal ou oficial; estabelecer o mandato para uma autoridade continuada

Justificativa para a padronização de nomes

É geralmente difícil convencer a gestão superior no governo a dedicar tempo e dinheiro a uma questão que cuidou de si mesma por tanto tempo. O que não se entende é que muito tempo e dinheiro estão sendo gastos em esforços em várias agências para determinar e usar nomes “corretos” para mapas, documentos jurídicos e outras publicações.

O custo de tais tentativas é geralmente oculto porque o trabalho é pensado como partes constituintes de outros programas. Por exemplo, mapeamento e organizações de gráficos tomam muito tempo e custo de produção na coleta, seleção e uso de nomenclatura cartográfica atualizada. Este e outros trabalhos similares em outros gabinetes e organizações estão geralmente sendo feitos sem coordenação. Isto conduz à duplicação de esforço e recursos, bem como a variação e conflitos no uso os nomes.

Um forte argumento em favor de um programa nacional focaliza na consolidação do esforço com menor custo geral, resultados mais consistentes e maior benefício a um número maior de organizações governamentais e não governamentais, e ao público geral.

Há quatro etapas básicas necessárias para se começar a estabelecer uma autoridade nacional:

- (a) Reconhecimento de uma necessidade;
- (b) Autoridade legal ou oficial;
- (c) Um mandato claramente estipulado;
- (d) Status continuado.

Reconhecimento de uma necessidade

A necessidade de um programa nacional parece óbvia para aqueles, como nós, interessados na padronização de nomes geográficos. **Entretanto, alguém com autoridade no Governo nacional precisa estar ciente de que tal programa iria alcançar uma economia geral de recursos governamentais e estar interessado o bastante para agir neste sentido.** Se esta pessoa possui um cargo alto o suficiente, ou uma responsabilidade de gestão ampla o suficiente, e recursos financeiros e de pessoal disponíveis, o programa pode ser organizado por decreto ou ordem. O chefe de um gabinete de mapeamento ou assuntos internos, por exemplo, poderia ser eficaz no estabelecimento de um comitê para investigar procedimentos organizacionais.

É também possível que haja pessoas interessadas de vários órgãos governamentais em encontrar e discutir vantagens, organização, apoio e composição e a questão de qual gabinete ou órgão seria responsável por iniciar e obter aprovação para uma autoridade de nomes nacionais. Alguém ou um grupo de pessoas deve iniciar qualquer tipo de ação necessária para que as coisas comecem.

Autoridade legal ou oficial ¹⁴ ☞

Uma autoridade ou instituição legal ou oficial é desejável para um programa nacional eficaz. Isto é particularmente importante porque o reconhecimento e a validade universais, dentro e fora do governo, são baseadas nas credenciais da organização. A autoridade legal já pode ser inserida na missão oficial de um órgão governamental específico. Entretanto, a não ser que seja especificamente estipulado, aquela autoridade pode não ser reconhecida por outros órgãos governamentais ou por pessoas em todo o país. Seria melhor se a autoridade legal necessária responsável pelos nomes geográficos fosse obtida diretamente pelo braço legislativo do Governo nacional.

Este órgão nacional organizado, ou grupo coordenado de órgãos, deve fornecer as melhores oportunidades para um programa nacional de nomes geográficos, nacionalmente aceitável, equilibrado e eficiente. Às vezes, a obtenção de autoridade legal pode levar tempo, de modo que é preferível neste ínterim iniciar a organização e o trabalho prático de um programa de padronização. Os regulamentos básicos preliminares podem ser escritos para dar consistência à abordagem neste meio tempo.

Um mandato claramente estipulado

O reconhecimento completo e legal é um fator crítico na eficiência de um programa nacional. Os esforços de uma autoridade precisam contar com o apoio e respeito dados não apenas pelos Governos nacionais e locais, mas também pelos cidadãos em todo o país. Este apoio depende dos poderes verdadeiros ou de um mandato verdadeiro dado à autoridade em nomes pelo governo.

Um mandato deve definir claramente poderes, missão, áreas de responsabilidade e procedimentos iniciais para um programa bem-sucedido. A decisão de incluir ou excluir certas categorias de topônimos no âmbito de uma autoridade nacional precisa ser claramente indicado.

Um mandato deve permitir a uma autoridade em nomes:

- (a) Aprovar ou mudar nomes, individualmente ou em grupos, junto com seu uso, de acordo com as diretrizes e procedimentos prescritos adotados pela autoridade em nomes.
- (b) Promulgar estes nomes oficiais e suas aplicações para uso oficial e público;

¹⁴ ☞ Alguns exemplos de legislação referentes a autoridades em nomes geográficos estão na parte dois, cap. III.

- (c) Publicar regras a serem seguidas pelos cartógrafos e editores em relação à escolha, ortografia e uso de nomes geográficos.

Status continuado

Existe uma necessidade contínua de uma autoridade que lide com a dinâmica da nomenclatura geográfica. **O status contínuo para uma autoridade nacional em nomes não é apenas importante, mas também crítico porque o processo de dar nomes é contínuo.**

Enquanto a maioria dos nomes geográficos é relativamente estável, alguns são dinâmicos de tal modo que há variabilidade em seu uso e pressão constante para mudá-los. Nomes são sujeitos a muitas das mesmas influências que afetam outros aspectos da língua e da cultura. Isto acontece principalmente nas áreas multilíngues e áreas de desenvolvimento moderno e comercial, onde mudanças culturais ocorrem rapidamente. As feições nominadas podem mudar em extensão ou de natureza dependendo das condições naturais, culturais ou administrativas.

Acompanhar as mudanças e conflitos linguísticos é muito importante. Uma interrupção significativa no trabalho de uma autoridade em nomes pode comprometer a integridade e aceitação dos dados, pode comprometer os esforços da padronização de uma nação e afetar negativamente programas de mapeamento e a infraestrutura dos dados espaciais da nação.

Limitações de autoridade

A lei/mandato pode considerar certas categorias de topônimos fora da supervisão de uma autoridade em nomes. Os nomes das principais divisões político-administrativas (Estados, províncias) são organicamente derivadas da lei e, portanto, oficiais. Isto acontece em muitos países para divisões civis menores (cidades, condados, municípios).

No caso de entidades como áreas administrativas, ruas, estradas, construções e represas, os nomes são frequentemente determinados pelo governo responsável ou pela organização de manutenção e são geralmente reconhecidos como oficiais.¹⁵ ☞ Estes podem, ou não, ser incluídos como parte do trabalho de uma autoridade nacional em nomes.

Às vezes, o mandato de uma autoridade em nomes geográficos se limita à padronização dos nomes das feições naturais e de lugares pouco habitados. Há vantagens, entretanto, no fato de a autoridade ser responsável pela disseminação de todos os tipos de nomes geográficos oficiais.

¹⁵ ☞ Para exemplo do envolvimento de autoridades diferentes, ver parte dois, cap. VII.

Capítulo IV

Tipos de autoridades nacionais em nomes geográficos

Alguns exemplos de tipos diferentes de autoridades em nomes: um gabinete central de nomes, um comitê nacional de nomes; uma autoridade em nomes descentralizada; comentários sobre tamanho do comitê, composição, etc.

Um Governo nacional pode padronizar nomes geográficos em qualquer uma de várias maneiras. Através de sua resolução I/4, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (1967) recomendou que a padronização nacional seja realizada por meio de uma autoridade nacional em nomes geográficos. Este gabinete, ou grupo coordenado de gabinetes deve fornecer a melhor oportunidade para um programa equilibrado, eficiente e bem-sucedido. Uma revisão anterior dos programas de padronização em vários países foi incluída em *World Cartography*, volume XVIII,¹⁶ pp. 6-8. Embora não haja nenhuma sinopse recente, relatórios de países nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização dos Nomes Geográficos fornecem este tipo de informação.

A estrutura da autoridade

A organização das autoridades em nomes geográficos varia em cada país. A maioria pode ser classificada sob um dos três tipos de estruturas governamentais:

1. Gabinete central de nomes
2. Comitê nacional de nomes (diretoria, conselho, comitê)
3. Autoridade em nomes descentralizada

Os detalhes podem diferir consideravelmente dependendo como cada estrutura foi internamente organizada em relação a princípios, diretrizes e procedimentos (veja figura III). Existem vantagens e desvantagens ligadas a cada abordagem, dependendo da organização interna do governo de uma nação.

Uma autoridade em nomes deve ser organizada de forma a oferecer a melhor chance de sucesso na execução de um programa nacional de padronização a um custo razoável de tempo e dinheiro. Como os países diferem em estrutura, dimensão, número de línguas em uso e complexidade de nomes, autoridades nacionais em nomes também diferem em todo o mundo. A seleção de uma estrutura organizacional constitui um importante passo no processo de se criar uma autoridade nacional em nomes geográficos. É importante garantir a independência de pressões políticas do trabalho da autoridade em nomes.

¹⁶ United Nations publication, Sales No. E.85.I.23.

1. Órgão central em nomes

Em alguns países, a autoridade é investida em um gabinete governamental já existente. É possível, e às vezes prudente, que um governo nacional designe oficialmente esta responsabilidade a um único gabinete, como o envolvido com mapeamento, ou a uma autoridade separada autônoma dentro de um gabinete do governo. Seja qual for a abordagem adotada, a padronização de nomes geográficos e a padronização em geral são inerentemente uma tarefa do governo.

Uma autoridade de gabinete central constitui a forma mais simples de organização. Se localizada dentro de uma organização nacional de mapeamento, por exemplo, um gabinete de nomes pode ser eficiente já que o uso de mapas exerce um papel importante na padronização de nomes.

Uma universidade ou faculdade que preste assistência ao gabinete de nomes, sob a autoridade de um governo nacional, torna-se útil em países multilíngues. Ela pode também fornecer a expertise de geógrafos, historiadores e linguistas profissionais em pesquisas de nomes e publicações.

A equipe profissional do órgão central é geralmente responsável por determinar decisões, diretrizes e procedimentos para categorias representativas de nomes. Entretanto, até mesmo nesta estrutura simples, é preferível que mais de uma pessoa esteja envolvida na tomada de decisão real, e que as decisões finais fiquem a cargo de uma autoridade mais alta (por exemplo, o chefe de um gabinete).

Existem desvantagens quando uma autoridade está localizada numa agência ou num único gabinete. As pessoas em outros gabinetes do governo e outros usuários de nomes oficiais podem se preocupar com a possibilidade de que o gabinete designado introduza preferências inaceitáveis e preconceitos da agência na seleção dos nomes oficiais. Existe também o risco de que acadêmicos de uma universidade associada possam ficar mais envolvidos com questões teóricas do que com o objetivo prático de padronizar um grande número de nomes.

Como uma variação do modelo de um único gabinete de nomes, dois ou mais gabinetes detêm a responsabilidade de padronizar categorias específicas dos nomes. Entidades geográficas nominadas podem ser agrupadas em várias categorias. As mais óbvias são:

- (a) Feições naturais de paisagens;
- (b) Lugares habitados e localidades;
- (c) Subdivisões político-administrativas de um país;
- (d) Áreas administrativas (parques, reservas, florestas);
- (e) Rotas de transporte (ruas, estradas, trilhos);
- (f) Outras feições construídas (edificações, represas, monumentos).

2. Comitê nacional de nomes

Em alguns países, o governo nacional estabeleceu um comitê em nomes geográficos com provisão de equipe adequada de apoio. Nesta estrutura, a autoridade e as decisões ficam com um comitê, que consiste de pessoas representando vários gabinetes governamentais importantes e, talvez, especialistas não governamentais. Em geral, este comitê se encontra periodicamente, demandando assim o apoio de uma pequena equipe que mantém o comitê informado sobre questões de nomes e problemas que demandem ação formal. A equipe também faz pesquisas preparatórias, cumpre obrigações administrativas e é responsável pelas publicações relacionadas às ações do comitê.

O sistema de comitê introduz mais complexidade a uma autoridade em nomes. Uma vantagem do sistema de comitê/equipe é que ele permite que pessoas de outros gabinetes do governo, de diferentes áreas e especialidades sejam representadas e se envolvam no processo de padronização, e trabalhem em direção a um consenso entre os gabinetes. O comitê reduz ou elimina a suspeita de preconceito e oferece uma oportunidade aos usuários mais importantes de topônimos de integrar suas necessidades ao processo.

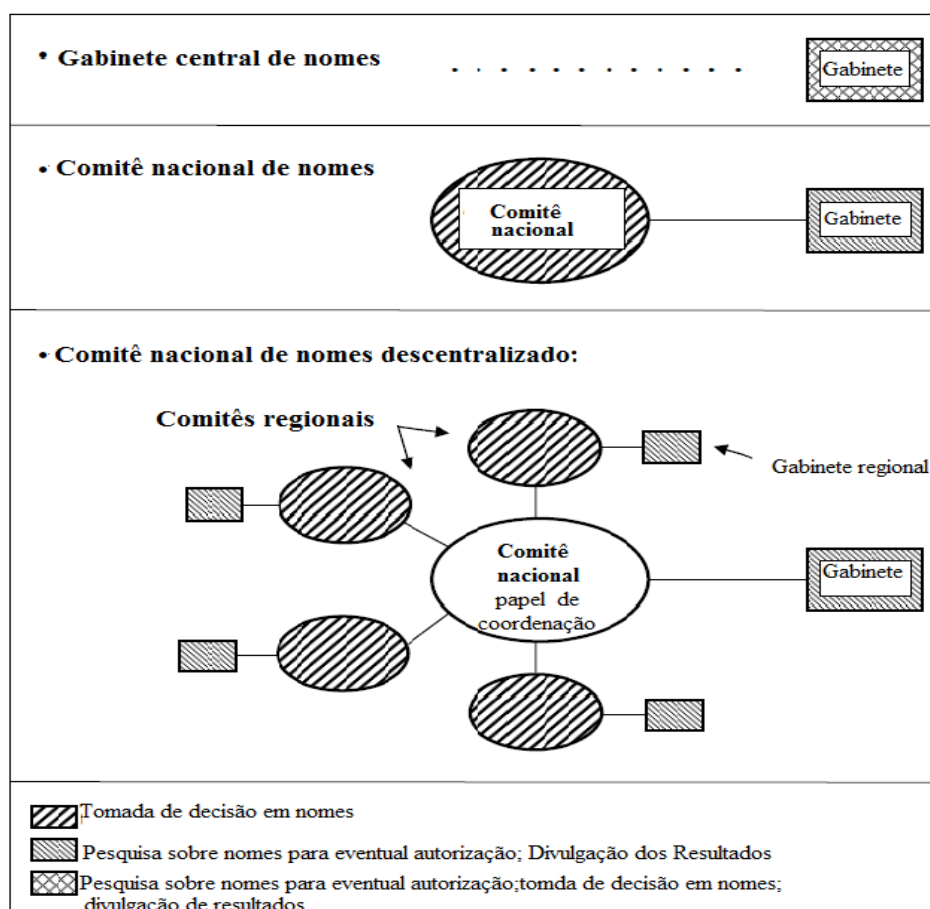


Figura III. Tipos básicos de autoridades nacionais em nomes geográficos

Um comitê com ampla base de representação cria um ambiente que permite que as diretrizes e decisões sejam respeitadas por vários níveis de governo e pelo público. A representação das principais agências e organizações em muito contribui para eliminar as preocupações sobre a validade do trabalho sendo feito por uma autoridade em nomes.

Como os comitês podem se encontrar pouco frequentemente, todo esforço deve ser feito para evitar atraso no processo de tomada de decisão, já que isto pode afetar negativamente o mapeamento e outros programas de publicação. Por outro lado, as decisões devem se basear em informação adequada e em bastante análise, para eliminar a necessidade de reconsideração posterior.

Composição do comitê

Os membros de um comitê de nomes podem, por exemplo, consistir de:

- (a) Representantes de órgãos e gabinetes governamentais nacionais;
- (b) Representantes de governos regionais;
- (c) Representantes de grupos culturais ou linguísticos;
- (d) Especialistas não governamentais (como orientadores de universidades, academias científicas ou editores).

Qualquer que seja a formação de um comitê de nomes, sua composição deve incluir a representação das agências e gabinetes nacionais que demandam nomes nacionais padronizados. A agência nacional de mapeamento deve estar definitivamente envolvida, já que publica mapas oficiais com nomes oficiais para uso de todos.

Outras representações governamentais podem incluir: arquivos, bibliotecas, assuntos culturais, parques e recursos naturais, agricultura, comércio, comunicações, planejamento urbano e rural, transporte, defesa, serviços postais e editoriais. Várias destas atividades podem ser alocadas dentro de um único departamento e, por exemplo, um único membro do comitê pode representar várias agências.

Os órgãos do governo com representação num comitê de nomes cujo trabalho está em andamento terá maior probabilidade de seguir as diretrizes e decisões.

Os membros do comitê não precisam se restringir àqueles com um conhecimento acadêmico de toponímia. Seu trabalho é fazer considerações práticas importantes na padronização de nomes. Informações pertinentes são normalmente passadas a eles pela equipe e pelos membros que são especialistas ou orientadores especiais.

As pessoas que ocupam posições importantes ou de gestão superior no governo podem ser incluídas, já que são eficazes na tomada de decisão e na formulação das diretrizes da padronização. Estão também em posição de garantir conformidade com as ações de uma autoridade em nomes dentro de suas próprias organizações.

O presidente do comitê

Deve-se prestar atenção à posição do presidente do comitê: como esta posição será ocupada e a duração do mandato.

O presidente pode ser um membro já nomeado para o comitê, ou um indivíduo nomeado em separado pelo gabinete responsável ou através de consenso entre os membros. Se um dos membros já existentes aceitar este papel, deve ser estabelecida uma diretriz clara sobre a necessidade de uma eleição nesta situação, ou se vários gabinetes irão se revezar para fornecer o diretor do comitê. Um diretor de fora do governo pode ser nomeado para evitar possíveis ações tendenciosas dos gabinetes do governo.

Da mesma forma, diretrizes claras devem ser estabelecidas quanto à duração do mandato de um diretor do comitê e se mais de um mandato consecutivo pode ser aceito ou não.

O tamanho do comitê

O tamanho de um comitê de nomes precisa ser considerado com cuidado. Ele deve ser grande o suficiente para permitir a representação de organizações importantes, mas pequeno o suficiente para funcionar com eficiência. O número ideal de membros votantes para a maioria dos comitês de trabalhadores parece ser algo entre 6 e 18 pessoas, sem contar a equipe não votante. Os custos para gerenciar o comitê podem ser considerados quando da determinação do tamanho do comitê.

A frequência de reuniões

Um comitê de nomes pode se reunir regularmente ou não, dependendo da sua carga de tomadas de decisão e suporte de seu secretariado. No começo, talvez seja necessário que o comitê se reúna frequentemente para desenvolver diretrizes e procedimentos; mas, uma vez estabelecido o programa com uma boa equipe de trabalho, a necessidade de se reunir frequentemente será menos urgente.

Em alguns países, o comitê nacional de nomes geográficos se reúne mensalmente e, em outros, de uma a quatro vezes ao ano, se necessário, para tratar de assuntos de diretrizes e tomar decisões sobre nomes. Sua equipe e, em alguns casos, subcomitês especiais de trabalho, recebem a responsabilidade pela realização do programa de padronização e pelo trabalho diário de administração, processamento e publicação.

3. A autoridade em nomes descentralizada

Outra estrutura usada para realizar a padronização delega autoridade em nomes às principais divisões político-administrativas do país. Estas principais divisões civis

podem organizar autoridades em nomes seguindo os mesmos padrões aqui sugeridos para autoridades nacionais, quer dizer, através de um gabinete central de nomes ou um comitê de nomes dentro de sua própria jurisdição. Em alguns países, pode ser necessário o estabelecimento de autoridades em nomes baseadas em áreas linguísticas/culturais.

Entretanto, decisões tomadas através de autoridades em nomes descentralizadas demandam processamento nacional para aceitação universal. Uma pequena equipe no governo nacional pode manter um catálogo ou um banco de dados de nomes aprovados e disponibilizá-los para uso nacional e internacional.

Com uma estrutura descentralizada, o Governo nacional tenderá a requerer um mecanismo para dar nomes a feições fora de uma jurisdição individual, como aquelas nas áreas do governo nacional (por exemplo, parques e florestas) e, em muitos casos, onde as feições nominadas atravessam fronteiras entre jurisdições.

Nos lugares onde a responsabilidade de dar nomes recai sobre diferentes jurisdições civis no país, uma tarefa do gabinete nacional será a de estar sempre ciente das diretrizes nas diferentes partes do país e compreender onde há diferenças de uma jurisdição para outra. Seria prudente minimizar as diferenças de abordagem entre as várias jurisdições.



Figura IV. Tomada de decisão sobre nomes geográficos: sessão de um comitê de nomes geográficos

Capítulo V

Começando um programa

Considerações sobre como iniciar uma autoridade em nomes e sobre a liderança e equipe de suporte necessárias; o envolvimento de expertise local e de comitês consultivos pode ser benéfico

Estabelecendo uma autoridade em nomes

A **estrutura de uma autoridade em nomes** deve se basear na consideração justa daquelas agências governamentais diretamente ligadas à padronização de nomes. Uma vez tomada a decisão de se estabelecer um programa e, considerando as exigências esboçadas no capítulo III, é hora de se planejar a organização e os meios de se alcançar os objetivos. Uma atividade de padronização nacional não precisa ser complicada ou cara, desde que haja um acordo em relação aos componentes organizacionais e instrumentais da tarefa.

É importante que as decisões sobre nomes sejam objetivas e baseadas em regras formalizadas. Quando um comitê é organizado pela primeira vez, as regras de padronização de nomes (referidas como princípios, diretrizes e procedimentos) são melhor estabelecidas com a ajuda de uma *equipe que já conhece o assunto*. Estas regras podem ser modificadas durante um tempo, conforme necessidade e à medida que se ganha experiência. Como ponto de partida, seria útil revisar as regras e diretrizes estabelecidas por outros países.

É importante ter em mente que o principal objetivo é a padronização e não necessariamente o estudo em profundidade de nomes geográficos, um campo que deve ser deixado para acadêmicos. É claro, há ocasiões quando pesquisa preparatória se torna necessária para solucionar problemas específicos de nomes ou para refinar regras. Nestes casos, antes de tomar decisões sobre as questões, a autoridade em nomes pode contar com a equipe e/ou outras informações e aconselhamento de especialistas.

A este respeito, deve-se ter em mente que muitos nomes de feições principais podem já gozar de um grau de uniformidade de grafia e que é normalmente prudente conceder reconhecimento oficial para estes nomes como apresentados sem problemas. A operação de uma tomada de decisão eficaz sobre os nomes para propósitos de padronização oficial depende mais de regras gerais e menos de pesquisas sobre nomes individuais.

Programas de padronização demandam um claro estabelecimento de propósitos. Um acordo entre as partes interessadas sobre questões fundamentais é essencial no estágio de planejamento. As seguintes questões devem ser consideradas e respondidas no início:

1. Que tipo de autoridade em nomes melhor se adapta à estrutura interna do Governo nacional e à organização política do país?

2. Qual status e quais recursos estarão disponíveis para a equipe de suporte à autoridade e onde a equipe estará lotada no governo?
3. Quais os tipos de nomes de feições estarão sob supervisão da autoridade nacional?
4. Que feições ou atributos associados a topônimos serão padronizados?
5. Como serão cobertos os custos da operação e a promulgação dos nomes oficiais?

Um programa de padronização de nomes deve iniciar com cuidado e não ser demasiadamente organizado. Um núcleo pequeno de pessoas que conhece as necessidades práticas do programa pode trabalhar num plano de organização, procedimentos e até mesmo princípios e diretrizes preliminares de padronização nacional. É possível “afinar” estas regras para atender a condições especiais quando se ganha experiência durante o estágio de planejamento, e à medida que o trabalho evolui.

O custo de uma autoridade em nomes e um programa de padronização não precisa ser alto. Ele deve diminuir custos gerais no governo centralizando uma atividade executada em vários órgãos. O custo real irá depender de vários fatores como o tamanho e organização de uma autoridade, a quantidade e complexidade dos nomes de um país e os procedimentos necessários usados para se alcançar a padronização. É importante equilibrar tempo e dinheiro gastos na padronização nacional com a possível economia derivada do programa.

Liderança

Uma pessoa importante numa organização é a responsável por dirigir sua missão e liderar o programa com sucesso. **Uma liderança administrativa de um diretor (ou secretário executivo) é necessária tanto para um gabinete central de nomes quanto para um comitê nacional de nomes.**

Um gabinete central de nomes organizado dentro do governo de um país precisa apenas da forma mais simples de organização administrativa para fazer o seu trabalho. O diretor é o líder principal da equipe e do programa e geralmente é responsável pelo sucesso ou fracasso deste esforço. A pessoa escolhida para o trabalho deve ter habilidades administrativas e técnicas. A posição demanda habilidades de gerenciamento eficientes e sensíveis e a pessoa deve ser sensível a questões linguísticas e culturais e também aos interesses e problemas especiais relacionados a nomes das agências governamentais, organizações privadas e grupos de cidadãos locais. Dentro de circunstâncias normais, ele ou ela deve:

- (a) Recomendar e dirigir planos de trabalho;
- (b) Supervisionar a equipe;
- (c) Lidar com as atividades diárias do programa de padronização;
- (d) Assegurar e supervisionar a publicação/distribuição dos resultados do trabalho do comitê;
- (e) Atuar como porta-voz do programa;
- (f) Orquestrar o apoio para o comitê nacional em nomes.

Um comitê nacional de nomes (centralizado ou descentralizado por natureza) geralmente tem um presidente eleito ou nomeado. Esta pessoa dirige o comitê de acordo com as diretrizes estabelecidas e pode também servir como porta-voz na arena pública. O papel do presidente, entretanto, é frequentemente representado por alguém que possui um trabalho de horário integral em outra atividade. É geralmente necessário que um presidente conte com o diretor (ou secretário executivo) na liderança administrativa e operacional.

No caso de um comitê nacional de nomes, as responsabilidades do diretor são similares àquelas descritas acima para um gabinete central de nomes, mas são realizadas com consulta ao, ou sob a imediata direção do presidente do comitê.

Equipe de suporte

A equipe de suporte é essencial para um programa de padronização bem-sucedido. Todo órgão governamental ou institucional precisa de uma equipe administrativa e técnica para executar sua missão. Embora se possa ter alguma ajuda técnica e profissional de pessoas interessadas com conhecimento no tema e de voluntários universitários, seria mais prático que um governo providenciasse algum, se não todo, suporte técnico e administrativo.

A eficiência de qualquer programa no governo depende do fluxo de informações. Isto também se aplica a um gabinete de nomes. Uma autoridade em nomes geográficos, na forma de um gabinete central de nomes, um comitê nacional de nomes, ou uma autoridade descentralizada, não pode funcionar a não ser que o trabalho de rotina do programa seja alcançado. Nomes geográficos demandam investigação e processamento, cartas precisam ser escritas, arquivos precisam ser guardados e publicações oficiais que tratam de decisões e diretrizes precisam ser preparadas. Uma pequena equipe dirigida por um diretor ou secretário executivo pode fazer este trabalho. Pode-se ter uma pequena equipe profissional alocada no âmbito de uma organização existente interessada em apoiar o programa, que tanto pode ser a agência nacional de mapeamento ou o gabinete de recursos naturais. Esta organização estabelecida poderia facilmente fornecer espaço e apoio técnico e administrativo para uma pequena equipe em nomes.

A equipe de suporte para um gabinete central de nomes e para um comitê nacional de nomes é a mesma. No primeiro, as diretrizes e decisões são traçadas e tomadas pela equipe, e no último, por um comitê representando várias agências governamentais interessadas e/ou grupos de cidadãos locais. No último caso, *a equipe* é responsável por fornecer ao comitê todas as informações necessárias para permitir uma boa tomada de decisão. Uma autoridade descentralizada permite que a maioria das decisões seja tomada localmente pelas divisões civis superiores apropriadas, com uma pequena *equipe* nacional governamental coordenando atividades e tratando de questões fora do âmbito da autoridade destas divisões.

Responsabilidades da equipe

Qualquer tipo de autoridade nacional em nomes depende de informações precisas para funcionar eficientemente. O trabalho de uma *equipe* profissional é obter informações. Estas informações são reunidas a partir de várias fontes e depois analisadas e processadas para tratamento apropriado. As informações são obtidas a partir de:

- (a) Pesquisa de documentos e investigação;
- (b) Estudiosos nomeados para aconselhar a autoridade em nomes;
- (c) Comitês de suporte;
- (d) Investigações de campo;
- (e) Cidadãos locais;
- (f) Gabinetes de nomes estaduais, regionais e locais.

A equipe também presta serviços administrativos, lida com a correspondência e responde a solicitações de informação, prepara documentação sobre nomes, mantém registros em papel e no computador, mantém arquivos de decisões tomadas e prepara relatórios e publicações, tudo sob a supervisão de um diretor.

O tamanho da equipe

O tamanho de uma equipe de suporte é quase o mesmo para todas as formas de autoridades nacionais. A quantidade de trabalho necessário para as atividades de padronização é uma constante. Devido às condições variadas em países diferentes, muitos fatores entram na equação, dificultando sugerir o tamanho da equipe. Incluindo o diretor e os profissionais da equipe, o número varia entre 4 e 10 pessoas. O tamanho da *equipe* para uma única autoridade pode também variar com o tempo, dependendo da carga de trabalho, que pode ser grande no início e menos exigente mais tarde, quando a manutenção se torna a principal atividade.

Qualificações da equipe

Uma equipe de suporte inclui aqueles com funções administrativas e pessoas profissionalmente qualificadas. O suporte administrativo/secretarial é necessário para processar o volume de arquivos, digitação e outras tarefas burocráticas. Também é importante ter uma equipe com competência no uso de computadores para facilitar o trabalho burocrático e o detalhado empreendimento no tratamento das informações.

Os membros profissionais da equipe são responsáveis pela coleta, pesquisa e análise das informações toponímicas e **devem ter treinamento ou formação adequada para lidar com problemas geográficos, cartográficos e linguísticos.** Estas necessidades irão variar, dependendo do ambiente toponímico encontrado em cada país:

- (a) Geógrafos e cartógrafos profissionais, com conhecimento de fenômenos de nomes geográficos são necessários. Eles precisam ter conhecimento de feições

- geográficas e terminologia e serem capazes de identificar corretamente entidades (por exemplo, feições de paisagens) em mapas de diferentes escalas e precisão;
- (b) Pessoas familiarizadas com metodologia de pesquisa histórica são úteis para a identificação e avaliação do uso de nomes históricos encontrados em documentos;
 - (c) Em países multilíngues, uma ou mais pessoas sensíveis a questões culturais são necessárias para lidar com conceitos e questões linguísticas. O conhecimento dos sistemas fonéticos, estruturas gramaticais e a ortografia de línguas relevantes constitui um requisito importante para o entendimento e registro das informações sobre nomes.

No início, nem todos os membros da equipe precisam ser especialistas em alguma destas áreas. Eles podem ganhar experiência trabalhando com profissionais. **Mais importante é o interesse no processo de padronização e a habilidade de trabalhar como membro de um grupo**, de modo a dar ao país o melhor e mais justo programa de nomes possível.

Comitês consultivos e organizações de suporte

Em 1967, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos recomendou que, quando apropriado, fossem feitas regras para se estabelecer comitês cooperativos regionais, locais e/ou consultivos. A necessidade de se estabelecer um ou mais destes comitês é geralmente determinado pela autoridade nacional. **Os comitês consultivos podem fazer parte do processo de padronização.** Eles são úteis desde que demonstrem cooperação e cumprimento às diretrizes e práticas da autoridade nacional.

Geralmente, os comitês ou organizações locais de suporte são capazes de investigar e solucionar problemas relacionados a nomes melhor do que uma autoridade local alocada numa capital distante. **Os comitês de suporte, com envolvimento local podem ser sensíveis a situações locais importantes na determinação de nomes oficiais.** Recomenda-se que a necessidade de comitês regionais, locais e/ou consultivos seja considerada cuidadosamente. No início, pode ser melhor, entretanto, atrasar sua organização – pelo menos até a autoridade nacional desenvolver princípios norteadores iniciais, diretrizes e procedimentos e se tornarem completamente operacionais.

Os comitês consultivos/de suporte podem ser permanentes ou temporários e organizados por uma língua específica e/ou áreas culturais e/ou de acordo com as subdivisões políticas de um país. Estes comitês podem ser compostos de pessoas-chave no governo local ou da província; professores de escolas, faculdades e universidades da área e líderes comunitários. A adesão ao comitê pode ser voluntária ou constituir parte de atividade governamental regional. Além de investigar e relatar problemas locais, os comitês regionais e locais podem investigar e coletar informações toponímicas para o programa nacional e recomendar diretrizes que dizem respeito à padronização nacional de nomes. **Acima de tudo, eles podem reduzir os custos investigativos e de pesquisa de um programa de padronização de nomes.**

Especialistas em topônimos

Para aconselhamento, algumas autoridades nacionais usam acadêmicos voluntários, especialistas em disciplinas pertinentes à padronização de nomes. Por exemplo, um especialista pode conhecer uma língua minoritária específica ou fazer recomendações profissionais sobre tipos específicos de questões, como aquelas associadas à toponímia urbana e administrativa, ou nomes relacionados a feições de deserto, costa, montanha ou submarinas. Consultores especiais podem ser permanentes ou temporários, dependendo da natureza do trabalho e do tempo necessário para a finalização da tarefa.

Capítulo VI

Procedimentos de padronização

Estabelecer as diretrizes, princípios e procedimentos necessários para orientar o comitê no cumprimento de seu papel; dar nome a feições que cruzam fronteiras internas e internacionais

O sucesso de um programa de padronização de nomes geográficos depende da sua habilidade de atender as necessidades das agências governamentais e outras organizações que contam com nomes padronizados em suas operações.

Diferentes usuários possuem diferentes exigências de referência. Seria ideal coletar e padronizar as formas escritas de todos os nomes geográficos encontradas no uso escrito e falado em todo o país. Entretanto, um programa inicial não deve estender por demais suas habilidades. É muito difícil e custoso coletar e processar uma grande proporção de nomes de um país dentro de um curto período de tempo. Entretanto, uma forma de organizar isto de maneira econômica seria adotar, como oficial, nomes encontrados numa série de mapas de qualidade. Estes nomes da série de mapas podem então ser corrigidos ou acrescentados ao longo do tempo.

Há sempre necessidade de se ter nomes padrões de feições de maior ou menor destaque para atividades que variam do mapeamento ou confecção de plantas de larga escala à manutenção eficaz de registros governamentais nacionais, regionais e locais. No início, um programa de padronização demanda uma abordagem prática, onde prioridades são estabelecidas para atender necessidades nacionais imediatas e importantes.

Estabelecendo princípios norteadores, diretrizes e procedimentos

Os principais programas com objetivos específicos normalmente seguem cursos de ação formalizados. No caso da padronização toponímica, estes processos formalizados são as vezes divididos em princípios, diretrizes e procedimentos.

Princípios constituem as doutrinas fundamentais usadas para orientar a padronização nacional, englobando a adesão geral ao uso local, o uso de um *alfabeto* específico e áreas de responsabilidade.

Diretrizes são regras que abrangem detalhes específicos para lidar com problemas e os meios de se implementar a padronização. Diretrizes formalizadas podem incluir regras abrangendo mudanças de nomes, o tratamento de nomes pejorativos, nomes comemorativos de pessoas vivas, duplicação de nomes e o uso de nomes das línguas minoritárias.

Princípios são raramente modificados mas as diretrizes podem ser modificadas ao longo do tempo para atender a novas situações ou para se referir a eventos não previstos.

Procedimentos tratam de métodos para se executar a padronização de nomes de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos.

Como uma de suas primeiras atividades após sua organização, uma autoridade em nomes precisa formular e adotar princípios norteadores, diretrizes e procedimentos experimentais para a padronização nacional de nomes geográficos. A formulação destas regras de padronização demanda bastante cuidado, já que elas formam a base para um programa bem-sucedido. Os princípios, diretrizes e procedimentos devem abordar, por exemplo:

- (a) Regras para a escrita de nomes oficiais (padrão);
- (b) Aspectos gerais de aceitação e tratamento de nomes em áreas multilíngues;
- (c) Tratar com a possibilidade de haver mais de um nome para uma entidade geográfica;
- (d) Tratamento de nomes em línguas minoritárias;
- (e) Tratamento de nomes derivados de línguas ágrafas;
- (f) Esclarecimento da precisa abrangência da aplicação de cada nome a uma feição, incluindo dar nomes do todo e das partes das feições principais;
- (g) Tratamento de nomes estabelecidos por legislação;
- (h) Tratamento de nomes que são questionados ou contestados.

Sugere-se que os princípios e diretrizes formulados para propósitos de padronização nacional sejam mantidos os mais práticos e objetivos possíveis. Eles devem conter regras que os protejam da interferência de grupos de interesse especiais e de pressão política. As decisões não devem ser arbitrárias nem baseadas em opiniões pessoais de correção e adequação.

É também desejável que as regras operacionais sejam conservadoras em relação à mudança de nomes. Nestes casos, deve-se garantir que cada mudança de nome reflita o uso ou preferência local e que mudar um nome seja benéfico aos interesses da padronização nacional. Decisões apressadas e irrefletidas com frequência acarretam a reversão ao antigo nome.

A autoridade em nomes deve assegurar que a publicidade adequada seja dada não apenas a sua existência, organização e missão, mas também a seus princípios, diretrizes e procedimentos para se alcançar uma padronização nacional. Isto inclui informar os gabinetes governamentais, organizações privadas e outros grupos sobre os procedimentos a serem seguidos quando submetidos à autoridade; relatórios sobre nomes usados de forma controversa ou inconsistente, propostas para dar nome a feições sem nomes e mudanças de nomes existentes. Isto é feito publicando-se as regras para todos verem e criando formas padrão para uso geral. Estes documentos deixam claro o tipo de informação necessária para processar propostas a serem submetidas à autoridade em nomes.

Fatores de decisão

Quando lidam com problema com nomes, os membros de uma autoridade em nomes são guiados por princípios, diretrizes e procedimentos estabelecidos. Problemas, entretanto, existem de várias formas e gradações. Eles ocorrem quando há perspectivas diferentes sobre próprio nome, na sua ortografia ou sua forma escrita, ou na sua aplicação a uma feição específica. Inconsistências e ambiguidades ocorrem, por exemplo, quando cidadãos locais usam nomes diferentes para a mesma feição, quando nomes usados localmente diferem daqueles usados em mapas ou outros documentos e relatórios, e quando diferentes nomes para a mesma entidade são usados em mapas e outros registros.

As diretrizes existentes em qualquer época não cobrem todas as situações individuais. À medida que um problema específico surge, é possível ajustar as diretrizes ou estabelecer novas diretrizes para atender a situações novas, diferentes ou reincidentes. A tomada de decisão irá sempre requerer um julgamento (e razões documentadas para o julgamento). Por exemplo, se as decisões sobre os nomes são baseadas em nomes usados localmente e apenas um nome oficial é permitido, o uso do nome por algumas famílias recém-estabelecidas numa área populacional esparsa justificaria a mudança de nomes que são usados em mapas ou em outros documentos há cem anos?

Alguns fatores que podem afetar as diretrizes e decisões de nomes são:

- (a) Densidade populacional e grau de uso local;
- (b) Número de anos durante o qual um nome local tem sido usado;
- (c) Os tipos de mapas e documentos oficiais em uso e o efeito nos mesmos se um nome for modificado.

Fatores sociais, culturais, étnicos e políticos frequentemente influenciam as situações de dar nomes e requerem consideração especial. Muitos destes fatores podem ser abordados pelos princípios e diretrizes da autoridade em nomes. Entretanto, há sempre um fator humano que não pode ser controlado completamente por meio de regras. Invariavelmente, as situações ocorrem quando as pessoas envolvidas no processo de decisão sobre os nomes veem os problemas de maneira diferente. **A discussão de assuntos em questão pode ajudar a estreitar a divergência de opinião. Contudo, há ocasiões em que cada membro da equipe ou comitê deve flexibilizar sua opinião para o benefício do programa.**

Os tipos de informações necessárias quando problemas e propostas de nomes estão em discussão são:

- (a) Uso oral local atual, sua quantidade e extensão;
- (b) Uso atual e histórico em mapas e documentos oficiais;
- (c) Circunstâncias da nomeação;
- (d) Duplicação de nomes dentro da área;
- (e) Palavras ofensivas ou pejorativas em um nome;
- (f) Tempo de uso e aceitabilidade do nome;

- (g) Recomendações de governos regionais e comitês consultivos;
- (h) Aspectos sociais, culturais e políticos;
- (i) Aplicação clara do nome a uma feição/área.

Recomendações das Nações Unidas

A respeito de princípios, diretrizes e procedimentos, a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (através da resolução I/4, 1967) recomendou que:

- (a) A mudança desnecessária de nomes seja evitada;**
- (b) A grafia de nomes geográficos deve estar tanto quanto possível de acordo com a prática ortográfica atual do país, com o devido respeito às formas dos dialetos;**
- (c) O tratamento sistemático de nomes não deve operar para suprimir elementos significantes;**
- (d) Onde houver a ocorrência de alguns nomes com formas variantes ou gramaticais, a autoridade nacional em nomes deve considerar fazer uma destas formas o nome padrão oficial (para nomes que podem ser declinados, deve ser normalmente o caso nominativo);**
- (e) Em todos os países em cujas línguas o artigo definido puder entrar em nomes geográficos, a autoridade nacional em nomes deve determinar quais nomes contêm o artigo definido e padronizá-los de acordo; e para as línguas nas quais existam as formas definidas e indefinidas para todos ou para a maioria dos nomes, que a padronização seja baseada em uma ou outra forma;**
- (f) Todos os países estabeleçam padrões para o uso de abreviaturas de elementos em seus nomes geográficos; e**
- (g) Um sistema seja criado em cada país para o tratamento dos nomes compostos (por exemplo, se hifens ou letras maiúsculas no meio de nome devem ser usados).**

Considerações básicas

Uma autoridade recém-organizada precisa abordar duas questões básicas quando estabelecer nomes oficiais padrões.

A primeira questão trata das bases sobre as quais os nomes são selecionados para padronização. É possível, por exemplo, escolher nomes arbitrariamente sem referência ao uso existente. Entretanto, este procedimento não é recomendado porque introduziria conflito e confusão no processo criando dois sistemas de nominação num país: um baseado no uso local e o outro no uso governamental. **Ao contrário, recomenda-se que precedência seja dada àqueles nomes de uso local/público estabelecido.** É boa diretriz integrar julgamentos administrativos e acadêmicos com as preferências do povo local. Exceções ocorrerão quando nomes específicos não puderem ser adotados devido a

conflitos com outros princípios ou diretrizes ou quando o uso público/local for variável ou efêmero.

A segunda questão diz respeito ao significado e propósito da padronização de nomes. A univocidade, o princípio pelo qual um nome padrão é designado para cada entidade geográfica (lugar, feição ou área) em qualquer época, representa a padronização toponímica ideal. Todos os esforços devem ser feitos para se aderir a este princípio, de modo a evitar ambiguidade. Às vezes pode ser difícil atingir este ideal de um nome para cada feição, especialmente em áreas multilíngues onde o uso dos nomes é dividido ao longo de linhas linguísticas. Nestes casos, a autoridade em nome poderia:

- (a) Escolher apenas um nome, baseado em critérios específicos, como a forma oficial;
- (b) Reconhecer e disponibilizar para uso em outras línguas, um ou mais nomes (isto é, alônimos - *Glossário*, 005), não iguais à forma oficial em posição, mas escolhidos para uso em contextos específicos; ou
- (c) Escolher duas ou mais formas como oficiais em bases iguais (nomes múltiplos iriam então ser provavelmente mostrados em mapas onde a escala permitisse) (ver figuras V e VI).

Uma autoridade nacional pode adotar mais de um nome oficial para uma entidade geográfica. Sugere-se, entretanto, que um dos nomes seja recomendado para uso internacional.

Procedimentos de padronização recomendados

Para a padronização de nomes geográficos processados individualmente, tanto a pesquisa em gabinete quanto a de campo devem ser o mais completas possíveis, fornecendo informações sobre os seguintes pontos (resolução I/4, 1967):

- (a) A forma escrita e falada do nome e seu significado de acordo com os habitantes locais;**
- (b) A ortografia em documentos cadastrais e escrituras de terra;**
- (c) A ortografia em mapas modernos e antigos e em outras fontes históricas;**
- (d) A ortografia em relatórios de censo, índices de nomes geográficos e outros documentos relevantes;**
- (e) A ortografia usada pela administração local e serviços técnicos.**

Esta recomendação se baseia em um procedimento pelo qual os nomes de um país são padronizados de uma só vez. Uma coleta de nomes oficiais é então construída através dos anos. Em alguns países, este pode ser um bom procedimento, especialmente se a cobertura de nomes já for estável, com poucos nomes questionáveis. O processo em si é custoso e demorado e pode não atender a necessidades imediatas.

O melhor procedimento parece estar entre padronizar nomes de uma só vez e padronizar uma grande quantidade de nomes de uma só vez. Por exemplo, nomes

nacionalmente conhecidos estabelecidos encontrados em mapas oficiais podem ser padronizados como um grupo e nomes locais e nomes de feições menos importantes podem ser coletados, registrados, pesquisados e padronizados individualmente.

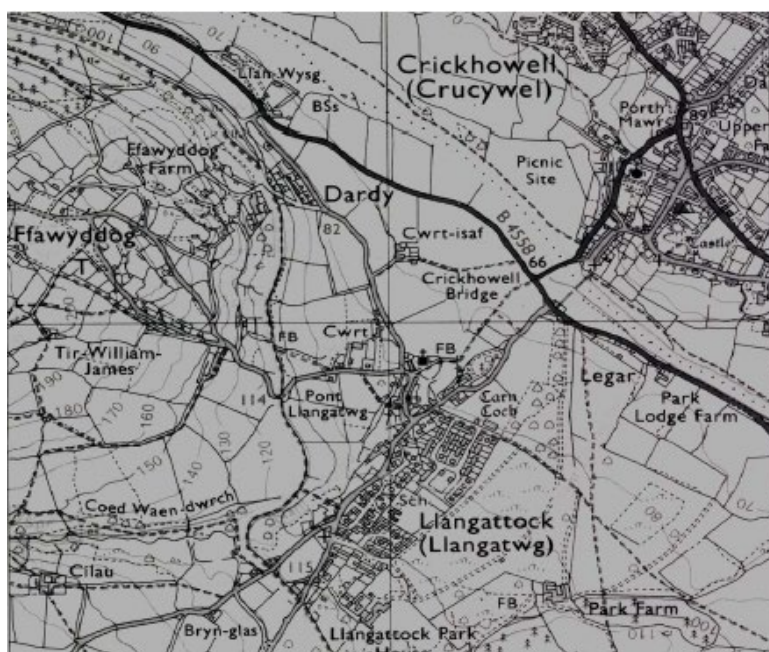


Figura V. Nomes múltiplos para um lugar ou feição mostrados em um mapa, colocando-se em parênteses um dos nomes.

(Reproduzido com a permissão de *Ordnance Survey of Great Britain*).

Nota: A multiplicidade de línguas pode gerar mais de um nome geográfico oficialmente reconhecido. Este exemplo da *Ordnance Survey of Great Britain* ilustra uma das formas de indicar esta situação).



Figura VI. Placa rodoviária multilíngue para uma comunidade no Condado de Finnmark, norte da Noruega: Lakselv (norueguês); Leavdnja (Saami); Lemmijoki (kvenish/finlandês).

Cartotoponímia e padronização

Na maioria dos países, o mapeamento e a padronização de nomes são processos complementares. O mapeamento fornece uma das melhores e mais eficientes maneiras de se promulgar nomes oficiais. A cartotoponímia é o processo pelo qual a forma escrita oficial de cada nome é aplicada a uma entidade geográfica mostrada graficamente num mapa através de símbolos de ponto, linha e área e onde a simbologia de cada entidade pode mudar dependendo da escala. Num ambiente digital, um topônimo pode ser armazenado como um atributo de uma feição representada por um ponto, linha ou área (ou seja, polígono).

Esta relação recíproca pode ser usada favoravelmente no início de um programa de padronização. É importante considerar como lidar com nomes existentes encontrados em mapas e em outras publicações e decidir quais são os melhores e mais práticos procedimentos para padronizar um grande número de nomes o mais rápido possível. Se uma série de mapas relativamente confiável e atual cobrir a maioria, se não todos, do país, e se os nomes nestes mapas estão em conformidade com as formas escritas normais de nomes para a língua ou línguas respectivas, é possível reconhecer e declarar aqueles nomes e seu uso nos mapas como oficiais. Os poucos nomes considerados, por uma razão ou outra, inaceitáveis, em desacordo com algo, ou errados podem ser corrigidos formalmente pela autoridade (ou sua equipe) quando trazidos a sua atenção.

Este procedimento para padronizar grandes quantidades de nomes rapidamente não pode ser usado, entretanto, se muitos nomes nos mapas não estiverem em conformidade com o uso local estabelecido ou critérios ortográficos aceitáveis.

Para conhecimento público e uso, as autoridades em nomes podem publicar periodicamente anúncios de mudanças de nomes aprovadas e dos novos nomes numa série de mapas, como listas especiais ou arquivos em computador. Juntos, a série de mapas e as notificações de “correção e adição” permitem que os usuários determinem facilmente a toponímia oficial para qualquer área e tomem conhecimento das atualizações. Os cartógrafos também podem manter um registro de mudanças para corrigirem mapas na ocasião de uma nova edição ou impressão.

Os bancos de dados digitais atuais tornam mais fácil executar a atualização contínua dos arquivos de nomes. Também permitem aos usuários identificar mudanças nos nomes ou nomes recém-oficiais em específicos enquadres de tempo. Entretanto, os conceitos de padronização de nomes permanecem os mesmos.

Nomes de feições em fronteiras ou transfronteiriças

As fronteiras oficiais entre países e entre subdivisões administrativas/políticas dentro de um país afetam as práticas de nominação e a padronização. O uso de nomes para lugares, feições e áreas que estão nas fronteiras (ou que as ultrapassam) é frequentemente influenciado por fatores intrínsecos aos respectivos lados da linha de limite. Princípios, diretrizes e procedimentos adequados podem ajudar a prevenir mal-entendidos e problemas que possam surgir em relação ao tratamento destes nomes. A

variação no uso do nome de um lado da fronteira e do outro se deve geralmente a diferenças de língua e/ou tradições que podem explicar a existência da própria fronteira.

As diferenças de nomes nas fronteiras internas são geralmente mais fáceis de se resolver quando uma única autoridade nacional em nomes possui jurisdição sobre a área; mas até mesmo aqui, é prudente abordar diferenças diplomaticamente de modo a não enfraquecer a integridade da autoridade em nomes. Um acordo pode ser possível.

No caso de feições nominadas que se encontram nas fronteiras internacionais (ou que as ultrapassam), a cooperação e acordo poderiam ser igualmente benéficos a cada país e seu povo. Nos casos em que o desenvolvimento linguístico, cultural ou histórico dos nomes possa impedir um acordo, cada país deve seguir seu próprio caminho e concordar em discordar quando a padronização recíproca for impossível. Embora diferenças de nomes devam ser respeitadas, é ainda prático, quando possível, cooperar e tentar reduzir o número de diferenças de nomes entre os países. O acordo é geralmente possível quando as diferenças de ortografia são menos importantes, quando nomes são efêmeros e não bem estabelecidos, ou quando a maior parte de uma feição estiver localizada em um país. Também vale a pena o esforço de tentar entrar em acordo e coordenar a aprovação de novos nomes e mudanças propostas de nomes que ocorram nas fronteiras.

Capítulo VII

O tratamento dos nomes geográficos em gabinete

Avaliação de material pela equipe de gabinete da organização; manutenção de registros de nomes e sua extensão cartográfica em arquivos de papel ou digitais - uma tarefa demorada mas essencial; algumas ferramentas de pesquisa sugeridas

A pesquisa de equipe

É economicamente desejável padronizar a maioria dos nomes de acordo com princípios, diretrizes e procedimentos estabelecidos. A pesquisa, entretanto, é geralmente necessária quando há problemas específicos em relação à escolha e uso de nomes. Um entendimento claro destes problemas e seus fatores relevantes é importante. **A avaliação feita pela equipe e o tratamento e processamento de nomes geográficos são partes necessárias do processo de padronização.** As tarefas da equipe envolvem uma variedade de possíveis procedimentos, incluindo:

- (a) Coleta de informações sobre nomes;
- (b) Investigação e pesquisa de nomes e suas aplicações;
- (c) Manutenção do arquivo oficial de nomes padrões e variantes;
- (d) Disseminação de informações sobre nomes padrões a uma variedade de usuários;
- (e) Fornecimento de suporte direto a um comitê nacional de nomes, através da preparação de relatórios toponímicos e outros documentos oficiais informativos importantes para o processo de tomada de decisão;
- (f) Preparação de material de investigação pré-campo e instruções e a revisão de informações apresentadas depois que o trabalho de campo tenha sido concluído.

Registros de nomes e arquivos de letras¹⁷ ☞

O processo de padronização demanda o agrupamento e a apresentação de informações toponímicas num formato que seja facilmente entendido. As evidências bem organizadas permitem uma compreensão clara de detalhes exigidos para a tomada de decisão. Estas evidências registradas são obtidas a partir de:

- (a) Investigação documental (a revisão sistemática e catalogação de informações de nomes dos mapas e outras publicações disponíveis *à equipe de gabinete*);
- (b) Investigação de campo (a coleta sistemática do uso local de nomes).

As informações sobre nomes organizadas podem ser armazenadas em arquivos de computador e/ou em formulários em papel. **Apesar do método ou métodos usados, grande parte do tempo de gabinete será gasto no desenvolvimento e gerenciamento**

¹⁷ ☞ Mais informações sobre este tópico estão na parte dois, cap. IV.

destes registros. O tipo e a quantidade de informação a ser coletada para se alcançar as metas da padronização devem ser consideradas com cuidado. Um esforço ambicioso demais pode derrotar o que pretende ser um programa prático desenhado simplesmente para padronizar as formas escritas de nomes e suas aplicações.



Figura VII. Trabalho em um gabinete de nomes geográficos

A informação mínima ou mais básica para um topônimo é apenas sua forma escrita, a identificação da entidade geográfica a qual o nome se aplica e a localização da entidade. A experiência mostra, entretanto, que é importante fornecer mais informações para cada registro de nome. Os usuários precisam de informações suficientes para localizar facilmente a entidade em questão, impedir mal-entendidos sobre a aplicação pretendida do nome e estar ciente de outros nomes que se referem (ou referiram) à mesma entidade.

Os campos ideais de informação necessários para um registro oficial de nomes incluem:

- (a) A forma escrita do nome oficial;
- (b) Todos os outros nomes variantes conhecidos atualmente ou historicamente usados para se referir à mesma feição, lugar ou área;
- (c) A locação e identificação da entidade geográfica a qual o nome se aplica, *inter alia*:
 - Sua localização dentro de uma divisão político-administrativa;
 - Coordenadas geográficas (latitude e longitude) e/ou coordenadas topográficas (plana retangular);
 - A(s) folha(s) da série padrão de mapas na(s) qual(is) a entidade está localizada;
- (d) Um termo descritivo padrão (às vezes referido como designador, classe, tipo de feição ou categoria) que identifique claramente o tipo de entidade nominada (por exemplo, lago, rio, colina, montanha, baía).

Esta lista de campos de dados pode ser expandida para cobrir outros tipos de informação que possam ser úteis e apropriadas, como:

- (a) Altitude;
- (b) População;
- (c) Tamanho ou extensão de uma feição;
- (d) Pronúncia dos nomes e outras informações linguísticas;
- (e) Informação histórica sobre a entidade nominada e o evento da nomeação (origem do nome).

A não ser que façam parte da missão delegada a uma nova autoridade em nomes, é possível que estes dados suplementares sejam omitidos, já que irão aumentar o tempo necessário para a execução do programa. A coleta de informações adicionais deste tipo pode ser realizada numa fase posterior de desenvolvimento dos arquivos.

O tempo e a dificuldade da manutenção da informação em andamento pela qual o órgão não é diretamente responsável devem ser considerados antes de se incluir estes campos de dados extras.

No registro de nomes, um cuidado especial deve ser tomado em cada caso para verificar o termo genérico (por exemplo, “Bay” em “Long Bay”; “Mont” em “Mont Blanc”) usado localmente para cada nome, a não ser que o nome no uso local exista sem um genérico. O termo genérico, geralmente uma palavra separada, constitui parte integral da maioria dos nomes geográficos e deve ser incluído como parte do nome oficial. É claro, algumas línguas escritas incorporam o genérico dentro do próprio nome propriamente dito como uma forma de uma só palavra. Quando for necessário, para prevenir mal-entendidos, isto pode ser esclarecido para pessoas não familiares à língua escrita específica. Os significados dos termos genéricos usados localmente e quaisquer significados em conflito com o uso padrão devem ser registrados.

Arquivos de cartões (Fichários)

Vários arquivos de nomes existentes hoje são baseados no uso de arquivos de cartões. Cada nome geográfico com a informação associada a ele é registrado num cartão, e os cartões acumulados são organizados em ordem sistemática por nome (por exemplo, em ordem alfabética, como apropriado à língua). Os cartões são geralmente organizados de acordo com as principais divisões administrativas de um país. Os arquivos de cartões foram usados ativamente no passado e estão ainda sendo usados em algumas instâncias para pesquisa e propósitos documentários. Entretanto, o uso de arquivos no computador tem crescido consideravelmente nos últimos anos e está se tornando o método principal de manipulação de informação de nomes. Coleções de arquivos de cartões convertidos em arquivos de computador podem ser guardadas como cópias (ver figura VIII).

Arquivos de computador

Uma tarefa importante no tratamento de nomes em gabinete é simplesmente a do processamento de informação. **Uma equipe de suporte eficiente requer fácil acesso a grandes números de registros de nomes e deve ter a habilidade de recuperar, separar, correlacionar e analisar as informações rapidamente e com precisão.** Isto é realizado melhor através do uso de sistemas de computador de armazenamento e recuperação, às vezes chamados de processamento de dados automatizados (ADP, em inglês). O equipamento automatizado desenvolvido nos últimos cinquenta anos oferece uma ferramenta poderosa bem adequada ao suporte de um programa nacional de padronização de nomes. Muitos países hoje consideram o computador indispensável para o arquivamento, processamento, manipulação e publicação de informações toponímicas. Nesta era da tecnologia, com o armazenamento de dados por computador, e com o equipamento e programas adequados, podem ser gerados mapas e nomes oficiais para qualquer área específica de um país.

O processamento simples de palavras, planilhas ou um programa de banco de dados podem ser usados para armazenar registros toponímicos. Antes de se começar, deve ser realizada uma revisão cuidadosa dos campos de dados apropriados, processos de alimentação e atualização convenientes e resultados desejados. Isto irá ajudar a assegurar a seleção do programa adequado para manipular todas as marcas diacríticas necessárias e o desenvolvimento de armazenamento de dados adequadamente desenhado. É recomendável que o *software* selecionado seja compatível com os sistemas cartográficos digitais (por exemplo, aqueles da autoridade nacional em mapeamento) para o qual ele deve fornecer o *input*.

Utilização da Internet¹⁸ ☞

A Sétima Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos reconheceu o potencial da Internet para se atingir metas de padronização nacional e internacional de nomes geográficos. É também reconhecida **a importância de os países preservarem sua herança toponímica individual e promoverem o uso internacional de seus nomes padronizados nacionalmente através de todos os meios disponíveis, incluindo a Internet. Através de sua resolução VII/9¹⁹, a Conferência recomendou que os sites toponímicos dos países fossem estabelecidos e usados para vários propósitos, incluindo:**

- (a) Informações sobre a padronização de nomes geográficos;**
- (b) Diretrizes toponímicas;**
- (c) Informações sobre cursos de treinamento em toponímia;**
- (d) Nomes padronizados nacionalmente** (em outras palavras, torná-los amplamente disponíveis);

¹⁸ ☞ Alguns sites selecionados relevantes para a padronização de nomes geográficos, fornecendo localizadores de autoridades em nomes geográficos, bancos de dados toponímicos para busca, etc. são encontrados na parte dois, cap. X.

¹⁹ Ver *Seventh United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, New York, 13-22 January 1998, vol. I, Report of the Conference* (United Nations publication, Sales No. E.98.I.18), cap. III.

- (e) **Capacidades interativas para manipular pesquisas sobre nomes geográficos;**
- (f) **Facilitação do intercâmbio internacional de dados toponímicos.**

Os cursos de treinamento sobre a Internet e sobre bancos de dados computacionais fazem parte dos programas de treinamento das Nações Unidas. Documentos técnicos apresentados nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos e sessões do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos devem ser consultados para detalhes e exemplos de armazenamento de dados toponímicos. Além disto, consultas ao *site* do Grupo de Especialistas (<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/>) e ao *site* do Grupo de Trabalho em Cursos de Treinamento em Toponímia do Grupo de Especialistas (<http://toponymycourses.geog.uu.nl/>) fornecem dicas para se obter material adicional.

Nomes geográficos e base cartográfica oficial

Nomes geográficos formam um elemento essencial na infraestrutura de dados espaciais de um país e nomes oficiais são frequentemente usados como um ponto de entrada para outros bancos de dados georreferenciados (referenciados geograficamente).

É geralmente necessário se identificar nomes oficiais em uma área geográfica específica. Um mapa fornece ao usuário o contexto espacial e a habilidade de identificar visualmente a extensão da entidade nominada, junto com a sua localização relativa a outras entidades nominadas. Mapas constituem ferramentas importantes para avaliar informações toponímicas. Um arquivo de mapas (de papel) pode efetivamente complementar os arquivos de computador atuando como uma folha de registro.

A base cartográfica produzida pelo mapeamento sistemático geralmente consiste de um conjunto de mapas em escala intermediária que cobrem todo o país e no qual nomes geográficos oficiais são identificados com as feições apropriadas.²⁰

²⁰ A tecnologia para digitalizar mapas de papel convencionais baixou de custo atualmente. Isto incentiva a criação de um link a partir de um banco de dados de nomes geográficos automatizado a uma base cartográfica digital, enriquecendo o processo de padronização, através do aumento de representação visual e espacial. Além disto, são possíveis correções e acréscimos de nomes geográficos em "tempo real" à base cartográfica. Num ambiente digital, a escala do mapa pode ser modificada à vontade, permitindo grande flexibilidade para a visualização do uso de nomes. Entretanto, a supressão de nomes como parte da generalização do mapa à medida que a escala do mapa diminui, não consiste ainda em um processo completamente automatizado.

A base cartográfica oficial de um país pode incluir várias escalas. Além disto, cada mapa em uma escala deve refletir os nomes oficiais do país a partir de seu banco de dados de nomes geográficos oficiais. Mais ainda, este banco de dados deve ser a única fonte de nomes para qualquer produto do governo do país em questão. As bases cartográficas representam um meio importante de tornar os nomes geográficos oficiais disponíveis para os departamentos do governo e para o público geral. Todos os produtos digitais devem ser atualizados de acordo com um esquema bem estabelecido e bem planejado. Os produtos convencionais (em papel) devem também refletir os nomes oficiais, embora, na realidade, devido ao custo, estes produtos não reflitam normalmente mudanças ou acréscimos até que sejam revisados ou reimpressos.

Embora o mapeamento sistemático de um país tenda a ser o mais significativo usuário de nomes declarados oficiais por uma autoridade em nomes geográficos, outros governos e usuários públicos não devem ser esquecidos. A tomada de decisão e registros de um banco de dados oficial de nomes geográficos de um país podem, de fato, incluir topônimos que não seriam mostrados em bases cartográficas, mas são considerados de valor público (ver resolução da Conferência VIII/10, 2002, em anexo).

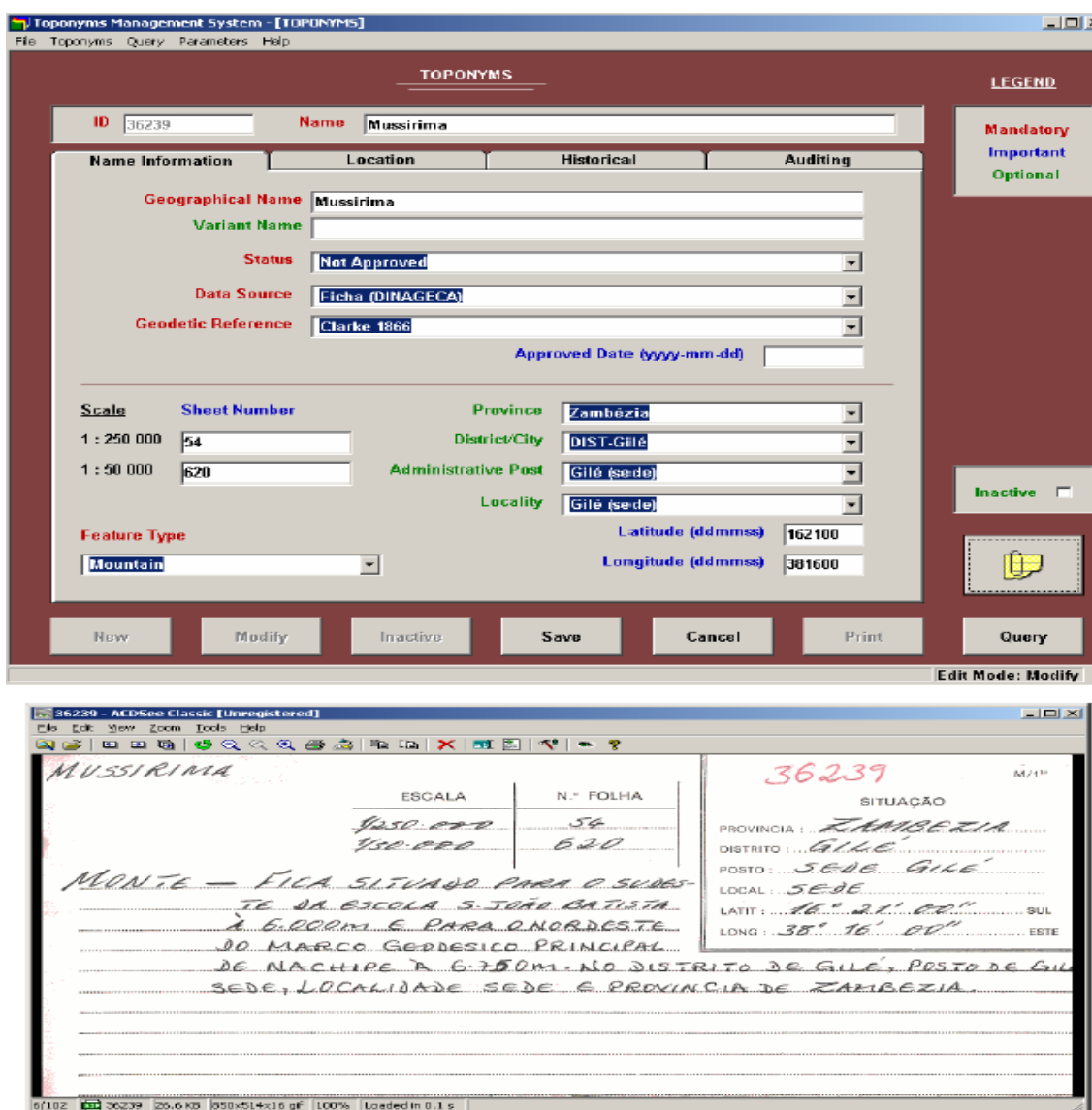


Figura VIII. Exemplo de um banco de dados toponímicos (para Moçambique) desenvolvido para ser alimentado com informações a partir de registros de cartões já existentes.

Fonte: Sistema de Gerência de Topônimos de Moçambique.

Nota: Os cartões escritos à mão foram digitalizados e podem ser vistos em associação ao novo registro digital do nome. O nome de cada campo é mostrado em inglês, embora este banco de dados seja mais frequentemente usado em português.

Anotações em mapas convencionais de papel, que podem ser mantidos no gabinete, constituem um meio de coletar e registrar nomes não mostrados anteriormente nestes mapas. Aqueles nomes ainda não impressos nos mapas podem ser

cuidadosamente acrescentados com anotações manuais. Quando necessário, podem ser desenhados símbolos no mapa, permitindo que os nomes sejam identificados com suas entidades geográficas. Cores diferentes podem ser usadas para identificar aspectos particulares dos nomes ou feições.

Outros arquivos

O órgão da autoridade em nomes geográficos deverá acumular vários tipos de registros relativos a problemas específicos sobre nomes. Estes documentos são importantes e devem ser guardados para referência futura e pesquisa. A maioria será na forma de planilha, cartas, mapas especiais, documentos legais e relatórios. Estes vários registros podem ser guardados juntos em arquivos organizados de uma maneira adequada: por exemplo, em ordem alfabética, por assunto; por nome geográfico e/ou por divisão civil/administrativa; ou possivelmente de acordo com o número de folha do mapa ou da página da série do mapa.

Se possível, estes documentos devem ser digitalizados para fácil recuperação e visualização, assim como para fins de arquivamento. Deve-se também providenciar uma associação das informações aos registros individuais da base de dados nacionais de nomes geográficos.

Estes arquivos e registros de nomes anteriores constituem uma importante fonte cultural nacional. A coleção terá valor não apenas para propósitos de padronização e cartográficos, mas também para alunos de toponímia e acadêmicos da área de sociolinguística e história. Para assegurar que continuem sempre disponíveis no futuro, deve haver planejamento e implementação do arquivo de materiais.

Ferramentas de pesquisa em gabinete

A maior parte da pesquisa em gabinete que dá apoio a padronização de nomes envolve a investigação documental de nomes geográficos. Ela compreende a revisão, avaliação e coleta de informação sobre nomes a partir de mapas e outras publicações, manuscritos, relatórios e fontes digitais. As ferramentas de referência necessárias em um gabinete de equipe de suporte compreendem uma biblioteca especializada composta de mapas, livros e outras publicações e acesso à Internet. Entretanto, pode não ser necessário estarem todos estes itens no gabinete de nomes, se este estiver localizado perto de uma biblioteca principal.

Seria útil haver acesso fácil aos seguintes tipos de materiais de referência, caso eles existam:

- (a) Uma série completa de mapas topográficos oficiais que cubra o país na maior escala disponível;
- (b) Conjuntos completos de todos outros mapas e cartas oficiais que cubram todo o país, ou parte dele,
- (c) Uma coleção de mapas locais e comerciais (rodoviários, ferroviários, agrícola);

- (d) Mapas e cartas antigos, desatualizados e/ou históricos;
- (e) Livros especiais e outras publicações que contenham listas de nomes geográficos (guias postais, guias de entregas, índices de nomes geográficos nacionais e locais, horários de trens e ônibus);
- (f) Atlas nacionais, regionais e comerciais e enciclopédias nacionais;
- (g) Livros sobre geografia nacional ou local, geologia e história;
- (h) Livros sobre nomes geográficos e toponímia geral;
- (i) Livros e outros tipos de publicações que tratam de várias línguas usadas no país;
- (j) Dados de censos em, por exemplo, anuários estatísticos;
- (k) Outros anuários e publicações especiais, como guias de montanhismo, que se baseiam no uso de nomes geográficos para referência.

Cada vez mais, o material que não for facilmente acessível em papel pode agora ser localizado via Internet. Entretanto, a qualidade das fontes de informação consultada deve ser considerada cuidadosamente.

Capítulo VIII

Pesquisando problemas de nomes

A pesquisa é necessária para fornecer aos membros do comitê o material relevante necessário para a tomada de decisões sobre, por exemplo, nomes que são usados de maneira inconsistente, pedidos de mudança de nomes e propostas de nomes que não são de uso local

A quantidade de pesquisa necessária para apoiar um programa de padronização depende de procedimentos, princípios, diretrizes e outros critérios relacionados à decisão formulados pela autoridade nacional. Por exemplo, um procedimento que estabeleça, de uma só vez, uma grande quantidade de nomes oficiais (como aqueles encontrados em um mapa ou uma série padrão de mapas) requer pouca ou nenhuma pesquisa desde que a cartotoponímia seja considerada confiável. A coleta ou registro de nomes aceitos em mapas ou cartas se torna principalmente um exercício burocrático. Entretanto, **nomes que são usados de maneira inconsistente ou propostas para mudanças de nomes ou para a adoção de novos nomes, precisam de pesquisa documental e, em alguns casos, de pesquisa de campo.**

Nomes usados inconsistentemente

Recomenda-se que a autoridade em nomes desenvolva um formulário especial para o registro de nomes usados de maneira inconsistente. As instruções sobre o uso do formulário devem especificar o tipo de informação necessária à autoridade em nomes para processar e estabelecer uma decisão²¹. Em geral, pode-se dizer que estes problemas de ambiguidade ou inconsistência ocorrem quando:

- (a) Existe mais de um nome em uso oral local para a mesma feição;
- (b) O uso oral local aplica o mesmo nome a duas (ou mais) feições diferentes;
- (c) Há desacordo local quanto ao uso oral local;
- (d) Registros locais diferem do uso oral local;
- (e) Mapas e cartas nacionais ou regionais usam nomes ou ortografias de um nome que diferem daqueles existentes no uso oral local ou em registros locais, ou aplicam o nome de maneira diferente destes;
- (f) Mapas e cartas aplicam um nome a uma feição diferente daquela a que se aplica o nome localmente, ou aplicam o nome de uma maneira diferente da local;
- (g) Mapas e gráficos discordam em relação ao nome, sua ortografia ou sua aplicação.

A maioria das diferenças entre o uso publicado e o uso local não é descoberta em gabinete. Elas são levadas à atenção da autoridade em nomes através de:

- (a) Cartas de reclamação de autoridades locais e cidadãos;

²¹ Este formulário pode incluir espaço para registro do nome preferido conforme decidido pela autoridade em nomes, bem como o motivo para sua decisão.

- (b) Relatórios de comitês de nomes locais e regionais e comitês consultivos especiais;
- (c) Relatórios de órgãos que trabalham com toponímia, reambuladores, órgãos que trabalham com mapeamento ou outras autoridades governamentais.

Pedidos de mudança de nomes

É útil restringir o significado de “mudança de nomes” a situações nas quais há **pedido para se mudar formalmente um nome localmente bem estabelecido ou oficial por um motivo específico** (ver figura IX). Por exemplo, um pedido de mudança pode ser feito em resposta a um nome duplicado, um nome pejorativo ou um nome não mais em uso local.

Muitos pedidos de mudança de nomes são feitos para atender a propósitos pessoais, políticos, culturais ou administrativos, que podem ou não ser de benefício geral para a comunidade. Qualquer que seja o motivo, a equipe deve realizar pesquisa para coletar informações, incluindo evidências que apoiem ou se oponham à mudança, que são depois submetidas à autoridade em nomes para uma decisão.

É desejável que as instruções operacionais sejam conservadoras em relação à mudança de nomes oficiais. A autoridade em nomes deve ter uma ideia clara do motivo por trás da mudança de um nome, se ela foi adotada no uso local, e se a mudança é de interesse de um programa nacional. Os princípios e/ou diretrizes da autoridade em nomes normalmente abordam o tratamento de questões de mudança de nomes.

Propostas de nomes para feições não nominadas

Uma autoridade nacional pode ser solicitada para aprovar um nome oficial para uma entidade que não possua um nome local ou publicado. Propostas deste tipo seriam, na maioria das vezes, frequentemente aplicadas a feições naturais e feições em construção (por exemplo, represas, reservatórios, etc.), desde que a autoridade nacional tenha jurisdição sobre estes nomes. Os procedimentos para apresentar e tratar de propostas deste tipo precisam ser explicados por meio de princípios e diretrizes estabelecidos. A equipe deve assegurar que os procedimentos sejam seguidos.

São recomendadas, em cada caso, a pesquisa focada em vários documentos e mapas e a comunicação com autoridades locais e comitês, para assegurar-se de que a feição de fato não possui nome atual publicado ou de uso oral. Também, deve-se ter o cuidado de saber junto aos cidadãos, governos locais e a quaisquer agências nacionais que podem ter jurisdição sobre a entidade geográfica em questão ou um interesse especial nela, se o nome proposto é aceitável.

Procedimentos de pesquisa

Os procedimentos de pesquisa da equipe variam conforme o tipo de problema apresentado. Estes dependem de o caso envolver nomes usados de maneira inconsistente, um pedido de troca de nome ou uma proposta para um novo nome. Os pesquisadores da equipe devem investigar, coletar e avaliar as evidências relevantes em cada caso; e se a autoridade é um comitê, todas as evidências devem ser levadas a ele, de modo que a melhor decisão possa ser tomada de acordo com os princípios, diretrizes e procedimentos estabelecidos.

O nome e a entidade a que se refere

Cada nome submetido à consideração do comitê deve se referir a um lugar, feição ou área específicas. Um topônimo e a entidade a qual ela se refere estão inextrincavelmente relacionados.

Erros sérios podem ser cometidos se as questões estiverem concentradas apenas no nome e não em ambos, o nome e sua aplicação. Aqui, a identificação da entidade geográfica em um mapa é crucial para se entender sua localização e relações espaciais. Quando o mesmo nome é aplicado a duas feições próximas, em duas ou mais fontes publicadas, é necessária a pesquisa por parte da equipe para determinar a aplicação apropriada do topônimo.

Formulários para relatório


Os membros de comitês precisam fazer relatórios de boa qualidade para que possam estabelecer decisões. **Os formulários para relatórios são úteis para se chegar a uma pesquisa consistente sobre problemas complexos e devem permitir uma apresentação clara da informação.** Estes formulários devem ser desenhados para registrar dados de forma organizada. Eles garantem que a evidência principal seja coletada e não desconsiderada acidentalmente. Todos os documentos associados a um caso particular devem ser anexados ao formulário de relatório.

Após os formulários para relatório e documentos associados terem sido usados, eles devem ser armazenados para referência futura. Uma abordagem é armazenar estes papéis em ordem alfabética em um arquivo por assunto ou nome; outra possibilidade é arquivá-los de acordo com o número apropriado da folha do mapa. Se os relatórios forem digitalizados, eles devem ser arquivados neste momento.

O banco de dados de nomes geográficos oficiais do país é alimentado com as informações pertinentes sobre nomes oficiais. Nomes variantes associados a nomes oficiais são também armazenados no banco de dados oficiais e catalogados de acordo com procedimentos de referência estabelecidos.

A pesquisa toponímica

A pesquisa inclui a revisão e avaliação de nomes geográficos usados em mapas e cartas e em publicações. O uso e o significado dos nomes geográficos e suas formas escritas demandam investigação cuidadosa, particularmente quando mais de uma língua estiver envolvida. A pesquisa compreende a avaliação de relatórios de campo e de outros relatórios de nomes de pesquisas e relatórios investigativos produzidos por comitês regionais e locais; a conferência das informações junto a informantes locais e a preparação de relatórios completos para apresentação à autoridade nacional em nomes para tomada de decisão.

 <p>NEW ZEALAND GEOGRAPHIC BOARD NGĀ POU TAUNAHA O AOTEAROA</p>	<p><i>New Zealand Geographic Board Ngā Pou Taunaha o Aotearoa</i></p> <h2 style="margin: 0;">Submission Form For A <i>Place Name</i> Proposal</h2>
<p>Note: (i) A separate form must be completed for each place name proposal. (ii) Refer to the accompanying 'Notes For Your Guidance' when filling out this form. (iii) Complete all sections of the form and attach any extra pages or other supporting documentary evidence. (iv) The information you supply is subject to public scrutiny. Personal information provided in this form will be held by Land Information New Zealand <i>Tūtu te whenua</i>, and may be used for the purpose of public consultation on your proposal. In particular, your personal information may be provided to, and used by, Te Puni Kōkiri (the Ministry of Māori Development) for enabling consultation on your proposal with appropriate Māori groups. The provision of this information is not mandatory or required by law but failure to provide this information will mean that your proposal cannot be considered. Pursuant to the Privacy Act 1993, you have the right of access to, and correction of, personal information provided in this form. (v) Information considered to be culturally, historically or spiritually sensitive will be treated respectfully.</p>	<p>Send to: Secretary New Zealand Geographic Board Ngā Pou Taunaha o Aotearoa c/- Land Information New Zealand Private Box 5501 Wellington NEW ZEALAND</p> <p>Freephone: 0800 Online (665 463) Telephone: 64 - 4 - 460 0581 Facsimile: 64 - 4 - 460 0112 Email: info@linz.govt.nz</p>
<p>Submitters Name:</p> <p>Address:</p>	<p>Submission Date:</p> <p>Telephone (home): (.....).....</p> <p>Telephone (work): (.....).....</p> <p>Facsimile: (.....).....</p> <p>Email:</p>
<p>① Proposed New or Changed Place Name: <i>(Includes spelling changes)</i></p> <p>② Current Place Name: <i>(If one exists)</i></p> <p>③ Location:</p> <p>(a) <i>Land District:</i></p> <p>(b) <i>Description and general vicinity:</i></p> <p>(c) <i>Map series, sheet number and grid reference:</i> <i>(or chart reference and latitude / longitude)</i></p>	<input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/> <input style="width: 100%; height: 20px;" type="text"/>
<p>④ Māori or European Name: <i>(Complete a or b, and c. Refer to the accompanying notes for requirements, including guidelines on consultation)</i></p> <p>(a) <i>Māori Name; Translation and its source:</i></p> <p>(b) <i>European Name; Does a Māori name exist?</i></p> <p>(c) <i>Sources consulted:</i></p>	
<p>⑤ Origin:</p> <p>(a) <i>Description:</i></p> <p>(b) <i>Background:</i></p> <p>(c) <i>Local usage?</i></p> <p>⑥ Name Duplication:</p> <p>⑦ Other supporting evidence:</p>	

NZGB General Submission Form Version 3.doc, June 2003, version 3

Figura IX. Exemplo da Nova Zelândia de um formulário para uso do público para apresentação de propostas de nomes para feições não nominadas ou para mudanças de nomes existentes.

(Reproduzido com permissão do *New Zealand Geographic Board*)

Um bom pesquisador tentará adquirir um entendimento completo da natureza de cada nome sendo considerado, revisando:

- (a) A história toponímica da entidade geográfica envolvida;
- (b) As línguas envolvidas e suas formas escritas;
- (c) As fontes de todos os nomes variantes e ortografias;
- (d) Os interesses étnicos, culturais e políticos especiais;
- (e) O uso local e preferências locais;
- (f) O grau e confiabilidade do uso do nome;
- (g) As opções em relação à padronização

Um tópico que pode vir sob o título de pesquisa toponímica é o problema da transliteração de nomes (isto é, a conversão para outra escrita), embora este possa frequentemente ser resolvido através dos sistemas de transliteração existentes (por exemplo, o adotado pelas Nações Unidas). Este problema surge:

- (a) Em países com várias escritas (isto é, aqueles que possuem mais de uma escrita oficial);
- (b) Se a romanização dos topônimos padronizados for iniciada em países com escrita não romana, como recomendado através das resoluções adotadas pelas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos.

Recomenda-se que a autoridade em nomes trate desta tarefa diretamente ou delegue-a a um corpo de especialistas.

Trabalhando com um comitê de nomes

A comunicação clara entre a equipe e o comitê de nomes é vital. A única maneira dos membros de um comitê tomarem decisões inteligentes em casos individuais é tendo acesso às informações coletadas durante a condução da pesquisa. **As evidências apropriadas em cada caso devem ser apresentadas aos membros do comitê de maneira completa, equilibrada e isenta.** A melhor forma de se fazer isto é por meio de relatórios com as informações pertinentes a cada caso mostradas em formato fixo. Da mesma forma, é importante que mapas que cobrem a área em questão em cada caso sejam imediatamente disponibilizados.

Uma pessoa qualificada da equipe deve participar de todas as reuniões do comitê e estar preparada para responder a questões detalhadas e esclarecer informações sobre cada topônimo em questão. A pessoa da equipe deve também ser capaz de fornecer consultoria técnica sobre as línguas envolvidas, e, se perguntado, dar recomendações a respeito das questões que estão sendo discutidas.

Capítulo IX

Coleta de nomes em campo²² ☞

A coleta de campo é o método ideal para reunir nomes de uso local: preparação pré-campo; procedimentos para investigação em campo; registro e relatório das informações; algumas considerações sobre trabalho de campo em áreas multilíngues e onde são usados nomes em línguas ágrafas.

A pesquisa de campo de nomes geográficos envolve a coleta de informação toponímica através de entrevistas pessoais com um número seletivo de informantes que usam nomes locais regularmente na sua linguagem coloquial. Ela também inclui a investigação local das formas escritas dos nomes, como aqueles usados em placas e registros locais. **A investigação de campo conduzida por indivíduos bem informados constitui o método ideal de se obter informação sobre o uso local de nomes geográficos e suas aplicações.** Na verdade, este é o único meio pelo qual algumas informações toponímicas podem ser obtidas, especialmente aquelas envolvendo dados linguísticos. Igualmente importante, a investigação em campo é uma das melhores maneiras de se descobrir diferenças entre nomes oficiais estabelecidos e aqueles de uso local.²³

A coleta de nomes em campo de nomes fornece as bases para a tomada de decisão com respeito à autorização de topônimos para uso cartográfico e documental. Igualmente importante, uma grande parcela de conhecimento local e uma parte da herança da região são preservados através da coleta destes nomes usados localmente (talvez previamente mantidos apenas na tradição oral).

O trabalho de campo constitui um processo caro e demorado (ver figura X). Todos os esforços devem ser feitos para reduzir custos, usando-se a correspondência, telefone ou e-mail para adquirir as informações toponímicas básicas locais. Poucas autoridades em nomes possuem os recursos necessários para conduzir investigações de campo em larga escala, exceto para a cobertura de pequenas áreas.

Um pesquisador de campo geralmente coleta nomes por meio de reuniões com indivíduos e usando mapas e fotos aéreas para reunir os nomes de lugares e feições. Uma variação desta abordagem é conseguir que alguns informantes locais se reúnam como um grupo para discutir os nomes de uso local.²⁴ Mais difícil de se conseguir, mas

²² ☞ Os aspectos sociais e culturais da coleta e preservação de topônimos são examinados com mais detalhe na parte dois, cap. V.

²³ Um manual detalhado sobre a coleta de nomes em campo denominado *Méthodologie des inventaires toponymiques* foi desenvolvido pela *Commission de toponymie du Québec* (Comissão de Toponímia de Quebec), Canadá, (autora: Hélène Hudon). Ele foi disponibilizado em inglês em 1987, com a ajuda do *Ontario Geographic Names Board* (Conselho de Nomes Geográficos de Ontario) como *A Manual for the Field Collection of Geographical Names*, publicado pelo *Queen's Printer* de Ontario, Canadá.

²⁴ Esta abordagem de trabalho de campo não é tratada em profundidade nesta publicação. Entretanto, uma descrição detalhada de uma abordagem passo-a-passo para a coleta sistemática de nomes geográficos desenvolvida através do trabalho nas comunidades Inuit no Canadá estão em: *Guide to the Field Collection of Native Geographical Names*, edição provisória, compilada pelo *Canadian Permanent Committee on Geographical Names* (atualmente *Geographical Names Board of Canada*) (Ottawa, 1992).

potencialmente muito eficiente, é a viagem do pesquisador de campo com um ou mais informantes (por estrada, rio, etc.) para identificar nomes de feições a medida em que forem avistadas, e marcando estas entidades nos mapas e/ou fazendo leituras de Sistema de Posicionamento Global (GPS, em inglês) nos lugares nominados.

A presença de gravadores durante as entrevistas pode ser útil, mas o seu uso implica uma consideração e preparação cuidadosa já que os informantes podem se sentir menos à vontade sob estas circunstâncias. Contudo, em certas situações, as gravações dos nomes podem ser de grande utilidade, por exemplo, como em casos onde a língua local não possua forma escrita padrão, onde os dialetos locais estejam envolvidos ou onde a informação pode ser usada posteriormente com respeito à preservação da língua.

A padronização nacional, entretanto, é um programa cooperativo, como escrito nas resoluções adotadas pelas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (por exemplo, **resolução da Conferência I/4:1967**), **através da qual a Conferência recomenda que a autoridade nacional em nomes geográficos use os serviços de pesquisadores, cartógrafos, geógrafos, linguistas e quaisquer outros especialistas que possam ajudá-la a executar sua operação com eficiência.** É possível listar a ajuda não apenas de pesquisadores e do pessoal de mapeamento de campo, mas também de autoridades em nomes locais e regionais cujo trabalho já pode incluir a coleta de informações sobre nomes locais. Linguistas de universidades e governamentais, geógrafos e geólogos que periodicamente trabalham em campo também podem ajudar. Em alguns países, onde a experiência de campo é um requisito acadêmico, graduandos voluntários treinados têm sido usados com sucesso em pesquisas de campo.

O trabalho de obter informações toponímicas no campo pode ser dividido em três fases, das quais a primeira e a última são melhor executadas no gabinete da equipe de suporte, independente de quem faça o trabalho de campo. Estas fases são:

- (a) Preparação pré-campo;
- (b) Investigação de campo;
- (c) Revisão da informação de campo.

Preparação pré-campo

Uma fase importante do trabalho de campo é a preparação feita em gabinete antes dos trabalhos de campo serem feitos. A preparação em gabinete pode reduzir o tempo e o custo do trabalho de campo e assegurar que o trabalho realizado seja bastante completo. A preparação pré-campo inclui:

- (a) Identificar questões e problemas conhecidos sobre nomes;
- (b) Identificar informantes locais e providenciar a apresentação aos líderes locais;
- (c) Reunir os mapas e fotos aéreas que cobrem a área a ser pesquisada e outros materiais e suprimentos que o investigador de campo possa precisar;
- (d) Planejar a logística necessária para a viagem e recomendar as rotas mais viáveis e econômicas para encontrar e entrevistar os informantes.

É útil preparar, junto com um conjunto de instruções para orientação do pesquisador de campo, um mapa, ou uma série de mapas, de operação de campo que cubram a área de trabalho. Este material é melhor preparado em gabinete, onde um estudo geográfico, cultural e linguístico profundo da área de investigação pode ser feito. As instruções de campo geralmente demandam que o pesquisador de campo verifique toda a nomenclatura contida em uma área do mapa: os nomes, suas ortografias e aplicações pela população local.

Em casos raros, **um mapa pode mostrar entidades nominadas para as quais não existem nomes locais. Muitos destes nomes podem ter ligações nacionais e históricas. Muitos provavelmente gozaram de uso há muito estabelecido em mapas e, com poucas exceções, devem ser mantidos como referências para um público mais amplo.**

É importante preservar e também coletar **nomes de importância histórica**, ou seja, nomes que caíram em desuso ou nomes de feições que não existem mais. A experiência mostra que enquanto estes nomes podem ter pouco valor para os mapas atuais, existe uma comunidade de usuários vasta e variada interessada neles. Um banco de dados de nomes geográficos oficiais de uma nação deve servir mais do que somente a aplicações cartográficas. A toponímia aplicada tem usos em várias áreas, dentre as quais a cartografia é apenas uma.

As instruções de campo listam questões e potenciais problemas que tenham sido identificados pelo gabinete de pesquisa. Cada questão ou problema pode ser legendado através de números em rodapé ou letras nos mapas do trabalho de campo. Podem-se também colocar notas sobre questões e problemas na margem do mapa, com linhas ligando-os às feições específicas no corpo do mapa.

Já que o tempo e a viagem no campo implicam em despesa considerável, **quanto mais puder ser feito no gabinete para facilitar as coisas ou torná-las mais simples para o trabalhador de campo, melhor.** Isto se aplica principalmente se os trabalhadores de campo forem pessoas empregadas em outras organizações governamentais, como reambuladores ou engenheiros de campo, que estão fazendo investigações toponímicas como parte de um esforço cooperativo e além de suas obrigações regulares e podem não ter experiência toponímica prévia ou treinamento ou preparação apropriados. Se possível e adequado, é útil que o investigador de campo revise o trabalho feito pelo pessoal de gabinete antes de ir a campo, para discutir e resolver possíveis questões em relação ao material pré-campo.

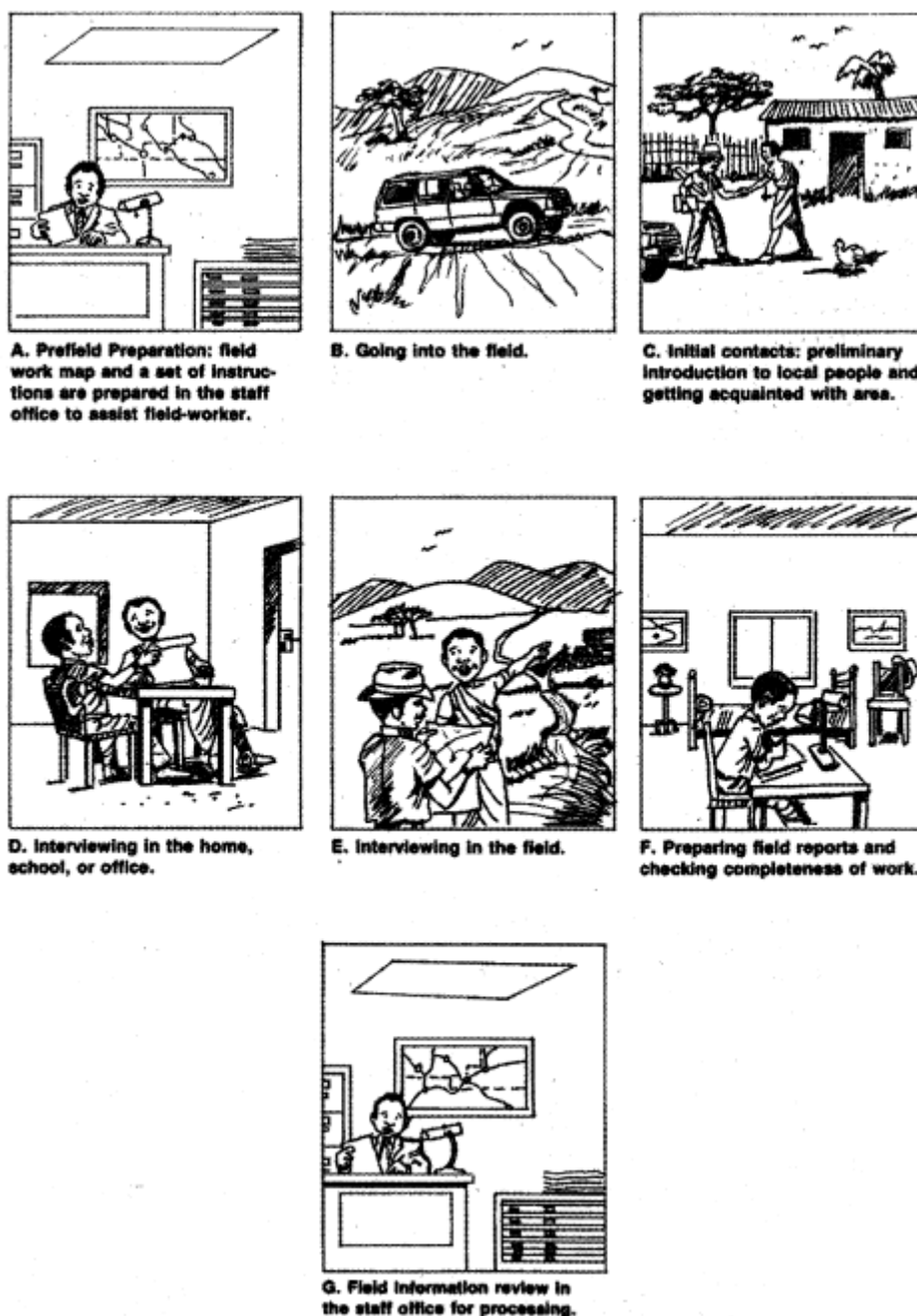


Figura X. Passos envolvidos na coleta de campo de nomes geográficos, em muitos casos incluindo o uso de computadores, para facilitar o registro ou processamento dos dados dos nomes.

- A. Preparação pré-campo: o mapa de campo do trabalho e um conjunto de instruções são preparados no gabinete da equipe para ajudar o pesquisador de campo.
- B. Ida para o campo.
- C. Contatos iniciais: apresentação preliminar aos habitantes locais e reconhecimento da área.
- D. Entrevista na casa, escola ou escritório
- E. Entrevista no campo.
- F. Preparação de relatório de campo e conferência da completude do trabalho.
- G. Revisão das informações de campo no gabinete da equipe para processamento.

Pode ser útil para o pesquisador de campo obter informações antecipadas em relação a:

- (a) Contatos lógicos ou apropriados nas áreas de trabalho, com uma lista de possíveis informantes ditos bem-informados sobre questões toponímicas específicas;
- (b) Localizações de intérpretes;
- (c) Lugares de alojamento;
- (d) Comunicações e transporte;
- (e) Questões de protocolo especiais;
- (f) Divisões administrativas/linguísticas conhecidas na área de trabalho.



Figura XI. Planejamento para trabalho de campo local.

Mais especificamente, **a equipe de gabinete deve levar ao pesquisador de campo todas as questões toponímicas e possíveis problemas detectados nas pesquisas documentais.** Certamente, os casos onde exista variação entre nomes nos principais mapas governamentais e outras publicações devem ser identificados. Informações locais podem então ser coletadas para ajudar a resolver as discrepâncias. Pode-se pedir ao investigador de campo também que:

- (a) Determine se lugares, feições e áreas não nominadas nos mapas disponíveis e outras publicações são nominadas localmente;
- (b) Indique os limites ou abrangência, de acordo com o uso local, dos nomes de feições talvez menos facilmente delineadas (por exemplo, planícies, cadeias de montanhas, cumes);
- (c) Esclareça o uso de termos genéricos e seus significados quando não óbvios;
- (d) Identifique e registre nomes duplicados dentro da área e como estes são diferenciados na fala coloquial;
- (e) Registre as línguas envolvidas e os significados dos nomes;

- (f) Registre o gênero, idade aproximada e antecedentes étnico/linguísticos das pessoas entrevistadas junto com os topônimos coletados de cada uma;
- (g) Identifique e registre as formas escritas de nomes usadas localmente encontradas em placas e em registros.

Depois que o trabalho de preparação pré-campo estiver completo, os mapas de trabalho, *overlays*, formulários de relatório e outros materiais são reunidos para uso de maneira fácil.

Investigação de campo: procedimentos

O objetivo da investigação toponímica em campo é aprender como a população local usa os nomes geográficos ao referir-se aos elementos de seu meio ambiente. **O processo envolve a verificação de nomes e suas aplicações já publicadas em mapas e a coleta de nomes de uso local não encontrados em mapas.** Uma visita a uma área ou comunidade pode ser breve (parte de um dia) ou mais longa (vários dias). O período de tempo gasto em cada área depende da natureza do trabalho ou trabalhos.

Se a investigação toponímica for limitada quanto ao tempo ou for conduzida numa área esparsamente habitada, envolve menos trabalho de entrevista. Apenas algumas pessoas precisam ser contatadas e, na maioria dos casos, o investigador de campo irá aleatoriamente entrevistar qualquer um que possa ser encontrado.

Obviamente, um programa de campo mais extensivo requer maior organização. Nestes casos, os contatos iniciais com a comunidade serão feitos antes das entrevistas para aprender sobre a comunidade, seus habitantes e geografia e, mais importante, os nomes e localizações das pessoas a serem entrevistadas.

Investigação de campo: treinamento

O ideal seria que as pessoas especialistas em técnicas de entrevista em campo e estudos toponímicos fossem sempre aquelas que conduzissem a verificação e a coleta de nomes geográficos. Entretanto, isto não é sempre possível. Devido a considerações práticas, as pessoas que fazem o trabalho às vezes têm pouco treinamento nestas duas áreas. Elas podem ser reambuladores, topógrafos e administradores para as quais a investigação do uso de nomes tenha sido delegada como um acréscimo às suas obrigações regulares. Contudo, um bom trabalho de campo pode ser realizado por estas pessoas se elas se interessarem pelo trabalho, possuírem uma atitude profissional e se a elas forem dadas as instruções apropriadas em relação aos procedimentos de entrevista e registro e à natureza e quantidade de informação necessária pela autoridade em nomes. Isto pode ser alcançado da melhor forma através do uso de **instruções de campo concisas preparadas pela equipe de gabinete.** Pessoas com experiência em um gabinete, faculdade ou universidade podem ministrar um curso de treinamento de curta duração sobre procedimentos de campo²⁵ ☞

²⁵ ☞ Um exemplo de instruções para o investigador de campo está na parte dois, cap. VIII.

Contatos iniciais

Para um trabalhador de campo, é uma vantagem ter uma carta de apresentação para uma pessoa importante ou conhecida na área a ser trabalhada. Uma lista de possíveis contatos preparada pela equipe de gabinete irá ajudar nas apresentações iniciais a pessoas que podem provavelmente identificar bons informantes locais.

Sem uma lista de contatos, é ainda possível achar alguém (professor, bibliotecário, chefe dos correios, médico, autoridade da área) que conheça bons informantes de nomes locais. Numa vila ou pequena cidade, a maior loja local é geralmente um bom lugar para se começar. Ela é frequentemente um lugar de reunião para compartilhar as notícias locais e para interação social.

Dependendo da configuração política/social da área, seria um protocolo bom e adequado para o investigador de campo primeiro contatar a pessoa local mais importante, como o chefe ou o prefeito, para explicar sua presença na área. Em algumas jurisdições, antes de começar o trabalho de campo, a aprovação formal pode ser necessária. Nas áreas com população esparsa, o investigador de campo pode não depender necessariamente de contatos pré-determinados, mas deve contar com indivíduos encontrados em fazendas ou ranchos isolados para as entrevistas.

Seleção e número de informantes

Após os contatos iniciais terem sido feitos, o conhecimento da geografia de uma área e de sua população ter sido reunido e uma lista de potencialmente bons informantes ter sido criada, o investigador de campo enfrenta a parte mais rigorosa do trabalho: a seleção dos informantes e a reunião com eles, individualmente. Devido a restrições de custo, a seleção e número de pessoas entrevistadas são considerações importantes.



Figura XII. Discussão com líderes da vila antes da coleta de topônimos locais em Brunei Darussalam.

Homens e mulheres mais velhos sempre possuem um conhecimento maior de uma área geográfica e história e podem estar mais familiarizados com os nomes geográficos locais. Entretanto, uma amostra de pessoas mais jovens não deve ser desconsiderada, já que podem dar explicações sobre possíveis mudanças no uso de nomes entre gerações.

Todas as informações devem ser relatadas com isenção. Não é o papel dos pesquisadores de campo decidir sobre a seleção de nomes oficiais. Entretanto, isto não impede comentários ou recomendações por parte dos pesquisadores de campo que, devido a sua presença num local específico, podem obter informações especiais sobre os topônimos e problemas toponímicos específicos.

O número de informantes necessários para uma boa amostragem de uso de nomes geográficos depende de vários fatores, incluindo:

- (a) Tamanho da área sendo coberta;
- (b) Sua densidade populacional;
- (c) Número de entidades geográficas na área coberta;
- (d) Complexidade de problemas com nomes encontrados;
- (e) Número de grupos culturais e línguas envolvidas;
- (f) Quantia disponível para o trabalho.

O número de informantes necessários para confirmar os nomes já existentes em mapas e a localização das feições às quais eles são aplicados não precisa ser grande. Entretanto, quando houver inconsistência no uso de nomes, uma investigação mais profunda é necessária, para que seja dada uma informação adequada a uma autoridade em nomes. Nas áreas de população esparsa, um ou dois administradores da área, ou patrulheiros do parque ou floresta, guardas de caça ou operadores de minas podem ser os únicos informantes disponíveis que conhecem os topônimos da área.

Em áreas onde as pessoas são nômades ou viajam a cada estação por terra ou ao longo da costa, mais de um nome pode ser usado para várias feições. Por exemplo, diferentes grupos nômades podem usar nomes diferentes para as feições pelas quais eles passam.

Um pesquisador de campo precisa saber que em **algumas culturas, certos lugares possuem nomes que são considerados tabus**. Neste caso, seria prudente não pressionar o informante. Situações de nomes tabus são registradas, entretanto, para garantir ao pessoal de gabinete que não foram desconsiderados os nomes das entidades as quais estes nomes se referem

No geral, o número de pessoas a serem entrevistadas depende do julgamento do trabalhador de campo. O entrevistador precisa se sentir confiante de que a informação coletada é adequada e confiável e reflete o uso do nome da população geral e não de um indivíduo ou grupo de pessoas com agendas pessoais ou políticas. Este senso de completude não pode ser facilmente expresso e deve ser alcançado através da experiência.

Em áreas habitadas por dois ou mais grupos linguísticos, os nomes usados por cada grupo devem ser registrados. Tanto quanto possível, os trabalhadores de campo devem estar familiarizados com as línguas envolvidas ou ter ajuda apropriada disponível.

Em geral, escolhem-se os informantes levando em consideração certas qualificações. É importante que eles:

- (a) Sejam residentes locais da área pesquisada;
- (b) Tenham um bom entendimento visual da paisagem local e suas feições (ou sejam capazes de ler um mapa com confiança) e sejam capazes de se comunicar bem na identificação das entidades geográficas que estiverem sendo discutidas;
- (c) Sejam conhecedores do uso dos nomes, de maneira geral;
- (d) Não sejam facilmente guiados pelas perguntas do pesquisador de campo;
- (e) Sejam capazes de manter sua integridade intelectual. Por exemplo, não devem alterar arbitrariamente nomes locais ou “melhorá-los” por excesso de cuidados.

Fazendo perguntas

O propósito da investigação toponímica em campo é obter, de pessoas competentes que podem ser entrevistadas pessoalmente, informações sobre o uso local dos nomes geográficos e suas aplicações.

O sucesso de uma entrevista depende de vários fatores, alguns dos quais não são controlados facilmente. O processo de entrevista constitui um diálogo entre pessoas que são geralmente não familiarizadas umas com as outras e onde a personalidade pode exercer um papel. A entrevista pessoal requer tato. A seleção dos informantes é planejada, entretanto, para ajudar a reduzir problemas de personalidade ou dificuldades surgidas da falta de conhecimento do informante sobre o uso local de nomes geográficos.

No começo, **o pesquisador de campo deve deixar claro o propósito da visita** e explicar que ela não tem nada a ver com vendas ou impostos. Ele não deve se envolver em questões políticas ou sociais controversas, ou ter alguma outra motivação além do desejo de aprender como cada informante entrevistado se refere às entidades geográficas dentro da área com a qual está mais familiarizado.

Ao conduzir entrevistas, cada pesquisador de campo desenvolve seu próprio procedimento. Alguns podem avançar em cada reunião o mais rápido possível, e portanto, economizar tempo, desconsiderando cortêsias sociais e bate-papo. Outros podem estabelecer brevemente relações mais íntimas com o informante e sua família antes de prosseguir com a entrevista.

Um método às vezes usado, especialmente se o pesquisador de campo estiver tratando com alguém de outra cultura e língua, é o de primeiro encontrar o informante e explicar o objetivo da visita planejada. A entrevista é então agendada para uma data e hora diferentes. Este procedimento reduz o elemento surpresa e a possível ansiedade

que possam resultar do encontro com um estranho e a tentativa de entender o objetivo de sua visita, ambos ao mesmo tempo. Quando o pesquisador de campo retornar, o informante geralmente está pronto e frequentemente muito mais cooperativo do que estaria durante o evento de uma só visita.

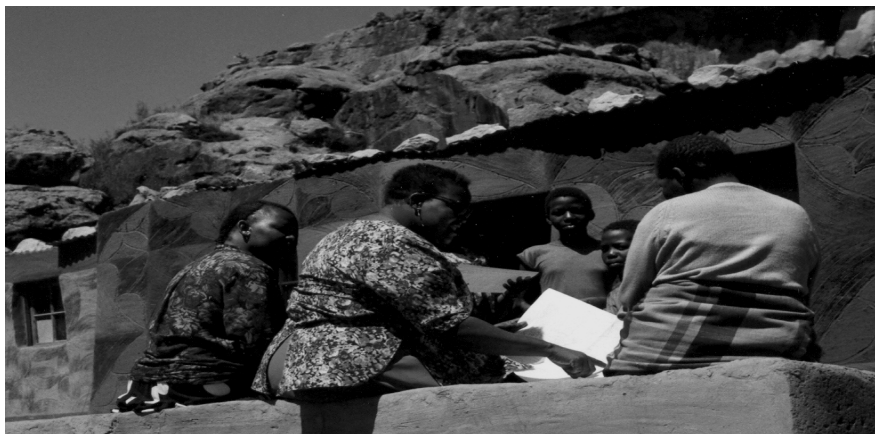


Figura XIII. Coleta de nomes geográficos em progresso no campo: colaboração em nomes de feições próximas usados localmente (África do Sul).

Independentemente da técnica usada, o objetivo do pesquisador de campo é sempre o mesmo. Em cada caso, deve ser feita uma avaliação rápida do conhecimento toponímico do informante, da veracidade e de sua habilidade de ler um mapa ou explicar claramente as localizações e identidades dos lugares, feições e áreas que não estão ao alcance da vista.

Deve-se tomar cuidado para assegurar que um mapa colocado na mesa não influencie a pessoa que está sendo entrevistada. Algumas pessoas podem achar que nomes locais são triviais e sem importância comparados àqueles que já aparecem num mapa oficial. O informante deve saber de início que os nomes nos mapas (e não nomes locais) não são necessariamente os corretos. Em alguns casos, é possível viajar com um informante pela área do estudo e conseguir que ele aponte diretamente os nomes e entidades geográficas.

É importante que os pesquisadores de campo façam perguntas sem serem tendenciosos e não conduzam o informante durante a entrevista. Da mesma forma, não devem ser feitas suposições baseadas no conhecimento recebido durante entrevistas anteriores. Por exemplo, dentro de um contexto em inglês, alguém jamais deveria perguntar, “Balto é o nome correto deste cabo mostrado no mapa?”

Outro exemplo de erro do entrevistador poderia ser a pergunta, “Qual é o nome do riacho que flui através do lago ao sul da vila?” Se a resposta for “Ajax” e o pesquisador então escrever “Riacho Ajax”, o nome pode estar parcialmente errado. O nome local pode ser de fato “Córrego Ajax”. A questão deve ser colocada de forma a

assegurar que o elemento genérico do nome usado localmente será claramente indicado na resposta.

Alguns investigadores de campo, para testar o conhecimento do informante de nomes locais, ocasionalmente fazem perguntas usando nomes incorretos. Isto não é recomendado; entretanto, o investigador que não usa esta prática deve lidar com o informante com habilidade para evitar constrangimento ou confusão desnecessários.

A informação é obtida de cada informante através de questionário direto. Entretanto, se o objetivo for aprender como os nomes são usados dentro do contexto da linguagem coloquial, as perguntas não devem ser sempre do tipo frase de modo a extrair apenas respostas diretas do tipo 'sim' ou 'não'. **Para se chegar a um entendimento do uso real, será útil que o investigador incentive o informante a usar os nomes geográficos no contexto de uma frase.**

Aplicação do nome

A determinação das formas escritas dos nomes é apenas parte do processo de padronização. Igualmente importante é um entendimento da associação entre os nomes e as entidades geográficas que eles identificam. Em outras palavras, deve-se fazer a pergunta, **A que precisamente este nome se refere?** A informação desejada inclui:

- (a) Identificação e localização do lugar, feição ou área a qual o nome se aplica;
- (b) Uma descrição da extensão de cada feição nominada;
- (c) Quando necessário, uma explicação das relações hierárquicas entre as entidades associadas nominadas (como um pico e a montanha na qual ele se encontra).

Cada entidade nominada é identificada e localizada anotando-se diretamente nos mapas de campo (*overlays*, fotografias aéreas), junto com a identificação do informante de acordo com um esquema estabelecido, como o discutido acima (ver figura XIV). O procedimento é simples e fornece um dos melhores meios de se identificar uma entidade geográfica. O pesquisador de campo deve tomar cuidado para evitar concentrar e colocar marcas enganosas nos mapas. As condições do campo não são sempre favoráveis para notações cuidadosas de lápis e caneta. Entretanto, todos os esforços devem ser feitos para acrescentar uma escrita e linha de trabalho limpas e precisas nos mapas de campo ou *overlays* dos mapas. Os esforços pouparão tempo e evitarão erros no gabinete onde a informação é coletada e avaliada. É geralmente impossível voltar ao campo para esclarecer trabalhos imprecisos. Cada vez mais, a informação pode ser registrada digitalmente no campo ou no gabinete de análise.

Quaisquer entidades geográficas nominadas não representadas nos mapas do trabalho de campo ou identificáveis nas fotografias aéreas podem ser localizadas com precisão e acrescentadas cuidadosamente nos mapas, *overlays* ou fotografias nas suas localizações verdadeiras, relativas a outras feições, usando-se símbolos de mapa padronizados onde possível. O pesquisador de campo deve, portanto, ter experiência na leitura de mapas e no uso de coordenadas e, preferivelmente, em fotos aéreas também.

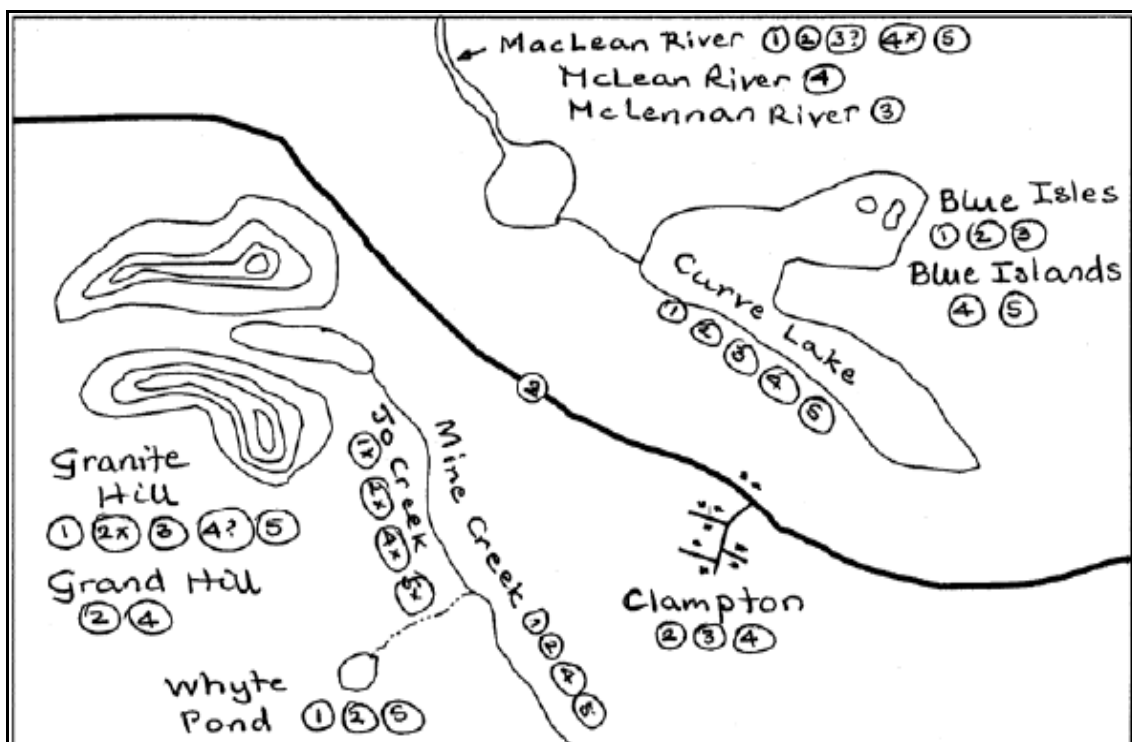


Figura XIV. Registro de nomes geográficos com base num esboço de mapa.

Nota: Números individuais correspondem a informantes (como identificado no caderno de anotações de campo). Neste exemplo, “?” ao lado do número de um informante indica incerteza sobre o topônimo; “x” indica que o informante não tinha conhecimento de que este nome era usado.

Entidades nominadas vagamente definidas

A maioria dos nomes se aplica a entidades geográficas relativamente distintas que podem ser logicamente definidas e descritas. No nosso mundo, não há duas entidades exatamente iguais e os limites ou extensões de algumas delas são geralmente vagos.

O problema é: O que é exatamente nominado? A questão colocada pode tomar a forma: A que este nome se aplica? **O pesquisador de campo pode observar uma falta de informação ou uma informação conflitante sobre a extensão da feição.** A população local pode concordar com nomes para desertos, cumes, montanhas ou baías sem estar preocupada com seus limites ou fronteiras precisas. A foz de um rio nominado pode ser claramente definida, mas no uso local pode raramente haver acordo quanto a sua nascente, a não ser que ele nasça na junção de dois afluentes aos quais foram dados nomes. As pessoas que pescam podem definir um ponto da terra nominado se estendendo para dentro de um corpo d’água como o ponto extremo da terra, enquanto fazendeiros locais podem aplicar o mesmo nome para a península inteira.

Para a produção de mapas, a aplicação de nomes é importante. Um pesquisador de campo deve determinar e identificar claramente os usos locais de nomes e, de forma igualmente significativa, relatar quando o uso local não for definido claramente. Esta informação é importante para o gabinete da equipe de nomes e para uma autoridade em nomes quando da decisão sobre as aplicações dos nomes aprovados. **A autoridade pode usar estas informações para definir logicamente (embora talvez arbitrariamente) extensões específicas de feições. Estas decisões são importantes, já que fornecem orientação para a colocação de nomes em mapas e em outras aplicações onde entidades as quais foram dados nomes demandem limites precisos.** Nestes casos, os limites logicamente definidos não estão normalmente em contradição com as regras relacionadas ao uso local e, se avaliados cuidadosamente, são aceitos pelos cidadãos locais.

As definições precisas para as extensões de feições sempre foram importantes. Atualmente, elas são de importância crescente para os toponimistas, porque o programa do sistema de banco de dados de nomes tem agora a capacidade de armazenar e demonstrar geometria, isto é, as fronteiras digitais das extensões das feições.

Relações hierárquicas entre termos genéricos

Em muitas línguas locais, os termos genéricos usados em topônimos podem causar dificuldades para o incauto e por isto eles precisam de consideração especial. Eles precisam ser manipulados cuidadosamente pelo pesquisador de campo, que deve registrar como as pessoas realmente usam os termos genéricos em relação às entidades as quais foram dados nomes e suas relações com outras feições.

As relações hierárquicas entre os termos genéricos são reveladas no modo como as pessoas usam nomes na linguagem coloquial. A situação varia de língua para língua dependendo de como as partes da paisagem são percebidas para propósitos de referência de nomes. Em inglês, por exemplo, os termos genéricos geralmente refletem relações relativas, mas não necessariamente tamanho. Por exemplo, uma enseada pode ser tão grande quanto uma baía localizada em algum lugar, mas quando fizer parte de uma baía a qual foi dado um nome ela será, relativamente falando, uma feição menor. Da mesma forma, um pico ao qual foi dado um nome pode ser tão alto ou mais alto que qualquer montanha em qualquer lugar, mas ele também pode fazer parte da montanha. Entretanto, uma montanha não pode fazer parte de um pico. O conhecimento destas relações hierárquicas nas línguas de um país é útil para os pesquisadores de campo já que podem precisar explicar o uso de terminologia genérica num relatório a uma autoridade em nomes.

Registrando e relatando a informação de campo

O objetivo das investigações de campo é fornecer informações adequadas sobre o uso de nomes geográficos locais e então tomar decisões boas e duradouras para os propósitos da padronização nacional. Trata-se de **uma ligação crítica entre o mundo real do uso local do nome e o processo de padronização.** As informações toponímicas

obtidas de cada informante precisam ser entendidas claramente, avaliadas quanto à exatidão e registradas pelo pesquisador em um livro de anotações de campo e em mapas (convencionais ou digitais) para apresentar a uma autoridade em nomes. É considerado bom procedimento registrar, com os resultados toponímicos, informações pertinentes sobre cada informante que forneceu os dados (ver figura XV). Isto deve incluir a ocupação e idade aproximada da pessoa e os anos durante os quais eles viveram na área. Estas informações podem ser úteis quando da avaliação de informações no gabinete. Quando autoridades governamentais ou aqueles em posições similares estiverem sendo entrevistados, pode ser útil incluir informações de contato mais completas para futuros desdobramentos.

Geographical name registration form

Fieldworker: ..*Olav Stuestøl*... Date: ..26-72.. Informant: ..*Lars Øye*.. Date of birth: ..1905.....
 County: ..*Aust-Agder*..... Municipality:*Grimstad*..... Parish:*Landvik*.....
 Map sheet name: ..*Syndlesøya*. Map sheet number: ..*BP 009-5-1*..... Map sheet scale: ..1:5 000..

Details completed in office

No.	Local name	Preposition	Feature type	Extra information (use back also)	Cadastre	Map grid ref.	IPA ^a and standard spellings	Tape ref. #..6...
1	Lisledal	i 'in'	dal 'valley'	small valley with pasture; used formerly for hay	118/3	A1	[lislədəl] Lisledal	1-10
2	Lislesonn	i 'in'	sund 'narrow strait'	in Lake Syndle, S. of Lisledal; good fishing	118/3	A1	[lisləsun] Lislesund	11-14
3	Berenes	på 'on'	nes 'cape'	cape between two lakes	118/3	B2	[bæ:rənəs] Berenes	15-20
4								

Figura XV. Exemplo de formulário usado na Noruega para a coleta de nomes geográficos em campo.

Nota:

- Os números usados correspondem à numeração usado no mapa para identificar estas feições.
- Para cada informe, o sistema de numeração é uma continuação daquele usado para o informante anterior, embora as feições sejam identificadas no mesmo mapa.
- É essencial obter informações sobre uma feição a partir de vários informantes.
- Nomes com comentários são também lidos em um gravador (com nomes pronunciados pelo menos duas vezes e colocado na estrutura das sentenças usando-se a preposição).

^a Alfabeto Fonético Internacional

Um método para não perder de vista as informações e informantes na investigação de campo é o que usa um sistema de código para conveniência. A cada pessoa entrevistada numa área do projeto é dado um número de identificação que pode relacionar os dados gravados do informante no caderno de notas de campo com aqueles anotados no mapa de campo. Da mesma forma, códigos simples alfabéticos e/ou numéricos ou outros símbolos podem ser usados como uma forma de taquigrafia para anotar respostas padrão a perguntas de rotina e a confiabilidade julgada das respostas da entrevista. Através do uso de códigos estabelecidos deste tipo, a quantidade de anotações pode ser reduzida e a concentração de anotações nos mapas de campo pode ser evitada. A equipe de gabinete ou a autoridade nacional em nomes podem desejar desenvolver um sistema de código padrão para uso em campo.

Durante uma entrevista, há várias formas de registrar as informações toponímicas. Por exemplo, elas podem ser anotadas diretamente no mapa de campo ou em um *overlay* transparente de mapa (para áreas de um mapa onde as informações já estão muito concentradas). As informações podem ser também registradas num caderno ou em relatório ou banco de dados digital usando-se um *laptop* ou *PDA* (*computador de mão*). O código do informante deve ser incluído em cada caso. Canetas ou lápis de cores diferentes podem ser usados no mapa ou num caderno para diferenciar os tipos de dados.

Um bom procedimento é usar **folhas de registros com nomes**, legendados numa sequência de números anotados para feições ou nomes existentes num mapa. Folhas de registro permitem mais espaço para registrar informações durante uma entrevista. Entretanto, elas apresentam um problema prático: folhas separadas são às vezes difíceis de se manusear e uma ou mais podem se perder entre outros papéis e mapas. Em algumas áreas, *laptops* são usados para registrar informações de campo.

O valor de um projeto de investigação em campo é julgado pelos resultados, que refletem não apenas quão bem-sucedidas foram a entrevista e as técnicas de registro, como também o quanto as informações sobre nomes foram bem expressas ao gabinete de autoridade em nomes. Todos os esforços devem ser feitos para transferir ao gabinete informações que são:

- (a) Factuais;
- (b) Relatadas de forma clara e sem ambiguidade;
- (c) Ordenadas;
- (d) Apropriadas;
- (e) Adequadas.

Notas escritas com pressa e geralmente enigmáticas tomadas durante uma entrevista precisam ser transcritas para que a equipe de gabinete possa entender claramente seu significado e relevância. **É melhor que as notas de campo registradas sejam revisadas e transcritas (possivelmente num computador) pelo pesquisador no final de cada dia.** Quanto mais o pesquisador esperar para fazer isto, maior o risco de que ele se esqueça ou se confunda detalhes significativos de várias entrevistas.

Condições multilíngues

Na maioria dos países do mundo, mais de uma língua falada gera nomes geográficos. **Os procedimentos de investigação e campo são afetados pelas condições multilíngues, das quais existe uma grande variedade.** Numa ponta de um espectro, há países que são essencialmente unilíngues, onde a grande maioria da população fala e entende uma só língua, embora algumas pessoas possam também falar outras línguas. Na outra ponta do espectro, há países compostos de vários grupos culturais e nos quais são faladas muitas línguas.

Já que os programas de padronização normalmente se baseiam no princípio do uso local, a maioria dos países deve levar em consideração o tratamento de nomes derivados das diferentes línguas. Como isto é feito é uma questão a ser considerada pela autoridade nacional em nomes. O investigador de campo é o responsável pela coleta de todos os nomes no campo e não deve ser seletivo no processo. A seleção, se houver alguma, é de responsabilidade da autoridade em nomes e a equipe de suporte que devem realizar a seleção de acordo com os princípios, diretrizes e procedimentos estabelecidos.

Termos como “língua oficial”, “língua nacional”, “língua minoritária”, etc. devem ser entendidos no contexto de um país específico (ver *Glossário*, “língua...”). O status jurídico das línguas em um país como um todo, ou em partes dele, deve estar claro para a equipe, particularmente como ele afeta os nomes geográficos.

O efeito de condições multilíngues nos procedimentos de entrevista depende da habilidade do pesquisador em se comunicar com as pessoas que estão sendo entrevistadas e de criar um registro escrito de nomes de maneira aceitável para a autoridade em nomes e o gabinete de suporte. Se o pesquisador não falar a língua na qual o informante está fornecendo os nomes geográficos, outra ajuda será necessária. Por exemplo, pode ser possível usar um intérprete – alguém que entenda o propósito da entrevista e seja capaz de lidar com questões linguísticas e geográficas. Um professor da escola local, uma autoridade administrativa ou outra pessoa bem-informada que seja capaz de conversar livremente em duas ou mais línguas poderá prestar este serviço.

Registrando nomes em várias línguas

Quando se trabalha com uma variedade de línguas, os procedimentos para se registrar nomes poderão variar dependendo de se os nomes são derivados de línguas que possuem forma escrita ou de línguas que não possuem forma escrita. No primeiro caso, os nomes são registrados usando-se a escrita e ortografia padrão da língua da qual o nome é derivado. As formas escritas destes nomes coletados em campo podem precisar ser convertidas a uma ortografia aceitável de acordo com as regras estabelecidas da língua.

Registrando nomes: línguas ágrafas

Se a língua não possui um sistema de escrita padrão, os nomes coletados devem ser escritos com uma representação consistente de sons, se possível de acordo com um sistema já desenvolvido por linguistas. Duas resoluções adotadas pela Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (I/20, 1967; e I/16, 1967) abordaram este caso particular (ver anexo).

A não ser que o pesquisador seja um linguista e possa registrar nomes usando o Alfabeto Fonético Internacional (IPA, em inglês), ele não estará qualificado a registrar nomes de línguas não familiares por escrito. Os linguistas conhecedores dos processos de padronização podem fazer o trabalho em cooperação com o investigador de campo que, por sua parte, certifica-se de que os nomes estejam corretamente identificados com as feições, e que os registros estejam claros. Um geógrafo ou cartógrafo de campo qualificados como linguistas seriam capazes de registrar os nomes adequadamente.

Pessoas com conhecimento em linguística, entretanto, não estão sempre disponíveis. Nestes casos, recomenda-se que os nomes falados localmente e seus significados, se conhecidos, sejam registrados em fita ou disquete. Cada um terá um número de código referente ao símbolo apropriado no mapa do trabalho de campo ou anotado para coincidir com a imagem relevante marcada numa fotografia aérea. É considerado um bom procedimento conseguir que cada nome seja falado duas vezes junto com o seu uso no contexto de uma sentença. Mais tarde, no gabinete ou na universidade, linguistas qualificados podem transcrever os nomes registrados numa ortografia aceitável. As informações registradas podem ser também usadas para desenvolver guias de pronúncia para os nomes. Em todos os casos, o significado de cada nome, se conhecido pelo informante, deve ser incluído no registro para ajudar na interpretação correta.

Para nomes em línguas ágrafas, a gravação eletrônica de som em fita ou disquete é às vezes o único método realmente prático. É melhor que o material gravado seja transcrito e avaliado mais tarde no gabinete por linguistas localizados “centralmente” (de preferência membros ou consultores da autoridade em nomes), que estejam bem acostumados com qualquer método de transcrição fonética existente.

A gravação eletrônica no campo pode ser também usada para ajudar na avaliação em gabinete dos problemas de articulação (como ênfase, tom, etc.) que não são fáceis de se registrar na escrita.

Comitês locais de nomes: ajuda em campo

O investigador de campo não deve desconsiderar a possível ajuda que comitês ou autoridades regionais e locais em nomes possam fornecer na apresentação e seleção das pessoas a serem entrevistadas. Se esta autoridade existir dentro ou perto da área sendo pesquisada, será possível também confiar em pessoas associadas a esta autoridade para conduzir a entrevista de campo, com ou sem a supervisão de um investigador de campo trabalhando para o governo nacional. Este

trabalho de campo pode ser feito em cooperação com a autoridade nacional em nomes como parte integral do programa de padronização. Este procedimento permite que comunidades locais sejam diretamente responsáveis pela coleta e registro de seus próprios nomes.

Comitês locais são também capazes de manipular situações de múltiplas línguas mais facilmente do que alguém de fora que não seja familiarizado com as línguas da área. As autoridades locais e regionais normalmente operam essencialmente com os mesmos princípios, diretrizes e procedimentos para o tratamento de nomes geográficos como aqueles seguidos pela autoridade nacional.

Em um nível mais informal, é possível que um pesquisador de campo do governo organize um comitê local *ad hoc* para ajudá-lo a entrevistar e registrar nomes. Um comitê *ad hoc* pode ser usado para ajudar a superar quaisquer barreiras linguísticas.

Uma variação de procedimento de trabalho de campo que envolva ir de um informante a outro também pode ser possível através de um comitê local. **Seria menos dispendioso e mais eficiente arrumar informantes locais com bom conhecimento do local para se reunirem como um grupo, a fim de discutir e registrar os topônimos da área.** A coleta de informação usando este processo pode completar a seleção de nomes democraticamente através de discussão entre os cidadãos locais. Esta abordagem de coleta de nomes geográficos pode também envolver menos tempo e custo do que o procedimento de visitar pessoas individualmente.

Revisão das informações de campo

Embora os objetivos da investigação de campo sejam simples e diretos, verifica-se que os procedimentos e métodos usados no campo podem variar consideravelmente. Muitas condições afetam as investigações de campo. O processo de se obter informações toponímicas específicas e às vezes complexas de pessoas locais com diferentes atitudes culturais, personalidades e línguas requer flexibilidade nos procedimentos e métodos usados.

O resultado final de uma operação de campo é a reunião dos relatórios de campo, mapas de trabalho anotados e seus *overlays* e qualquer outro material relacionado à toponímia de uma área específica. Este material, tanto quanto possível em arquivos de computador, é submetido à equipe do gabinete de apoio para processamento. O material de campo é revisado e avaliado quanto à completude, exatidão e conformidade aos padrões. Em pacotes de tamanho manuseáveis (geralmente baseados em folha de mapa da área ou tipos de feições), os nomes e suas aplicações são então processados e registrados, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo gabinete, para consideração pela autoridade em nomes.



Figura XVI. Discussão e verificação dos resultados do trabalho de campo.

Capítulo X

A disseminação de topônimos oficiais

Tornar conhecidas as decisões da autoridade em nomes, através por exemplo, de índices de nomes geográficos, mapas e diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores.

Publicando nomes oficiais

A disseminação de nomes geográficos oficiais é o resultado final de um programa de padronização. O trabalho da autoridade nacional terá sucesso limitado se aqueles no governo nacional e local, a comunidade empresarial, o público geral e a comunidade internacional forem incapazes de obter informações sobre nomes oficiais de maneira rápida e fácil.

A publicação dos princípios, diretrizes e procedimentos da autoridade nacional é também importante, porque explica as bases de decisões para nomes oficiais e apoia a integridade do processo de nomeação.

A informação sobre nomes oficiais pode ser fornecida à comunidade de usuários através de mapas e índices de nomes geográficos oficiais disponíveis em cópias de papel. Atualmente, a distribuição pode ser feita eletronicamente através da Internet, e em CD-ROMs, assim como via um GIS (sistema de informação geográfica) (*Glossário*, 118) que pode também incluir mapas oficiais. Diferentes mídias servem às diferentes necessidades dos usuários.

A publicação de uma série padrão de mapas pela organização nacional de mapeamento, é um dos melhores métodos disponíveis à maioria dos países para a disseminação de nomes oficiais. Os mapas de papel, infelizmente, não são revisados com frequência mas notas públicas em forma de listas corretivas periódicas podem fornecer novos nomes e mudanças oficiais de nomes nos mapas publicados.

Com os nomes geográficos em um banco de dados computadorizado, os nomes oficiais, listas corretivas de nomes e os princípios, diretrizes e procedimentos da autoridade nacional podem se tornar disponíveis em CD-ROM e/ou postados na Internet. A Internet permite a distribuição para um público maior de usuários em todo o mundo e permite atualizações de dados diárias ou quase em tempo real. Com o fornecimento de uma ferramenta de busca na *World Wide Web*, os usuários podem efetivamente fazer suas próprias buscas no banco de dados oficial.

Índices de nomes geográficos

A Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos recomendou que cada autoridade em nomes produzisse, e revisasse continuamente, índices de nomes geográficos apropriados de todos os seus nomes geográficos padronizados e que, além dos nomes padronizados, cada índice de nomes geográficos deveria incluir, no mínimo, as informações necessárias para a localização e

identificação correta das feições nominadas (I/4E, 1967). Em particular, foi recomendado que seja incluído o seguinte:

- (a) **O tipo de feição ao qual o nome se aplica;**
- (b) **Descrição precisa da localização e extensão, incluindo um ponto de referência de posição, se possível, de cada feição nominada;**
- (c) **Provisão para as partes das feições naturais a serem definidas adicionalmente por referência ao todo e para os nomes de feições extensas a serem definidas, segundo a necessidade, por referência a suas partes constituintes;**
- (d) **Informações consideradas necessárias sobre áreas administrativas ou regionais e, se possível, a referência a um mapa ou carta em que se encontram as feições;**
- (e) **Todos os nomes oficialmente padronizados para uma feição, se houver mais de um; e provisão para referências a serem feitas a nomes previamente usados para a mesma feição**

Um grupo básico de publicações para qualquer país específico inclui um dicionário (ou dicionários), um atlas nacional, um conjunto de mapas de larga escala, uma enciclopédia nacional e, importante, um índice de nomes geográficos nacional. Até o presente, a maioria dos índices de nomes geográficos é encontrada em formato de papel. Entretanto, se os dados toponímicos de um país forem automatizados, as informações do índice de nomes geográficos podem estar disponíveis em formato digital, por exemplo, na Internet.

Os **índices de nomes geográficos** listam em uma ordem lógica (por exemplo, alfabética) os nomes geográficos encontrados numa divisão administrativa de um país ou em todo o país (ver figura XVII). Para todos os nomes oficiais, um índice de nomes geográficos deve incluir informações que identifiquem os tipos de entidades geográficas nominadas, suas localizações, nomes variantes e ortografias. Em alguns países, os índices de nomes geográficos podem incluir informações adicionais, como: elevações, população de lugares, mapas oficiais, informações gramaticais como gênero ou formas de nomes romanizadas. Os índices de nomes geográficos são geralmente compilados e publicados após ter sido realizada uma coleta relativamente completa de nomes de uma área e informações a eles associadas terem sido reunidas. O banco de dados (ou fichários) de uma autoridade nacional de nomes oficiais deve fornecer a fonte dos dados.

Os índices de nomes geográficos diferem das publicações que também incluem informações sobre o significado dos nomes, história do processo de nomeação e/ou história e geografia da feição. Estes trabalhos são geralmente chamados de **dicionários geográficos**.

A Segunda Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (1977) considerou que a publicação dos índices de nomes geográficos nacionais completos pode não ser possível de imediato em alguns países. Entretanto, considerando a demanda da comunidade internacional por um estoque básico de nomes

oficiais de um país, a Conferência das Nações Unidas recomendou que listas provisórias de nomes padronizados fossem disponibilizadas.

Através de sua resolução II/35 (1977), a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos recomendou que, **nesse íterim, os países fossem incentivados a publicar, dentro de um tempo razoável, listas concisas dos nomes de suas entidades geográficas, incluindo as divisões administrativas. A Conferência recomendou também que, tanto quanto possível, quando os nomes geográficos tenham sua forma oficial em uma escrita não romana para qual exista um sistema de romanização já aceito, sejam incluídos nestas listas nomes romanizados de acordo com este sistema.**²⁶

NAME NOM	ENTITY ENTITÉ	LOC 1 LIEU 1	LOC 2 LIEU 2	MAP CARTE	POSITION LAT	LONG
A						
Aalders Landing	UN/PLNO	NS	Annapolis	21 A/15	44°50'	64°55'
Aasiwaskwasich	UN/PLNO	QC	Kativik	33 N/2	55°06'	76°53'
Aass 3	IR/RI	BC	Nootka	92 E/10	49°37'	126°49'
Abamaaegi Lako	LAKE/LAC	ON	Thunder Bay	42 L/8	60°28'	87°15'
Abamategwia Lake	LAKE/LAC	ON	Kanora	52 G/12	49°40'	91°54'
Abana	UN/PLNO	QC	Abitibi-Ouest	32 D/14	48°57'	79°21'
Abattis, L'	UN/PLNO	QC	Charlevoix	21 M/2	47°14'	70°38'
Abbé-Huard, Rivière de l'	RIV/CDE	QC	Minganie	12 L/14	50°59'	63°17'
Abbey	VILG/VILG	SK	31-20-20-W3	72 K/10	50°44'	108°45'
Abbot Pass Refuge Cabin National Historic Site - also-aussi - Refuge-du-Col-Abbot, Lieu historique national du	PARK/PARC	AB		82 N/8	51°22'	116°17'
Abbotsford	CITY/VIL1	BC	New Westminster	92 G/1	49°04'	122°15'
Abbotsford	UN/PLNO	BC	New Westminster	92 G/1	49°03'	122°17'
Abbott	UN/PLNO	SK	21-7-18-W2	72 H/9	49°35'	104°24'
Abbott's Corner	UN/PLNO	QC	Brome-Missisquoi	31 H/2	45°02'	72°48'
Abee	UN/PLNO	AB	1-61-21-W4	83 I/3	54°14'	113°02'
Abenakis	UN/PLNO	QC	Bellechasse	21 L/10	46°35'	70°49'
Abenakis Springs	UN/PLNO	QC	Nicolet-Yamaska	31 I/2	46°06'	72°52'
Abenakis, Lac des	LAKE/LAC	QC	Les Etchemins	21 L/1	46°10'	70°22'
Abenakis, Rivière des	RIV/CDE	QC	Bellechasse	21 L/10	46°35'	70°49'
Aberarder	UN/PLNO	ON	Lambton	40 O/1	43°03'	82°06'
Abercorn	TOWN/VIL2	QC	Brome-Missisquoi	31 H/2	45°02'	72°40'
Abercrombie	UN/PLNO	NS	Pictou	11 E/10	45°38'	62°41'
Aberdeen	TOWN/VIL2	SK	6-39-2-W3	73 B/8	52°19'	106°17'
Aberdeen	UN/PLNO	NS	Inverness	11 F/14	45°59'	61°03'
Aberdeen	UN/PLNO	ON	Prescott	31 G/7	45°30'	74°40'
Aberdeen	UN/PLNO	ON	Grey	41 A/2	44°12'	80°52'

Figura XVII. Exemplo de conteúdo de *um índice de nomes geográficos* e parte do *layout* de uma página, ilustrado na publicação bilíngue intitulada *Concise Gazetteer of Canadá/Répertoire toponymique concis du Canadá*

Nota:

- Os nomes são mostrados em caixas alta e baixa, com diacríticos apropriados e listados em ordem alfabética.
- Entidades: lugares habitados, áreas administrativas e geográficas estão agrupadas em 13 tipos (categorias) de entidades, e feições físicas estão agrupadas em 21. Cada entidade está mostrada em forma abreviada em inglês e francês.
- Localização 1 e localização 2 são as divisões administrativas de primeiro e segundo níveis administrativos do país.
- Escala do mapa: 1:50,000.
- Latitude (norte) e longitude (oeste) são dadas em graus e minutos, aproximadas ao minuto mais próximo.

²⁶ Ver *Second United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names*, vol. I, *Report of the Conference, London, 10-31 May 1972* (United Nations publication, Sales No. E.74.I.2).

Se o gabinete mantiver seus registros de nomes oficiais em forma automatizada num arquivo de computador, a publicação de um índice de nomes geográficos torna-se algo fácil. O computador, com impressoras simples, é capaz de imprimir qualquer campo de informação necessário, em qualquer ordem e com o *layout* desejado para publicação.

Atualmente, índices de nomes geográficos digitais disponíveis em CD-ROMs ou na rede podem suplementar, ou substituir, índices de nomes geográficos impressos.

Antes de se iniciar um programa de índice de nomes geográficos, seria útil revisar *os já* publicados em outros países, seus procedimentos e formatos de publicação e os métodos de correção e atualização usados.

Atualizando informações sobre nomes oficiais

Mapas e índices de nomes geográficos impressos se tornam desatualizados pouco tempo após terem sido publicados. A distância de tempo pode ser coberta usando-se relatórios de informação que mantenham os usuários regularmente informados sobre mudanças e novos nomes. Se os registros de nomes oficiais fizerem parte de um arquivo de computador, o problema da manutenção da informação será facilmente resolvido. Estes relatórios e índices de nomes geográficos atualizados em vários formatos podem ser impressos ou disponibilizados digitalmente com muito pouco custo de preparação. **Novamente, com uma base de dados computacionais de nomes geográficos oficiais, informações atuais podem ser facilmente disponibilizadas para uma ampla gama de usuários.**

Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores²⁷

Em 1979, o Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos desenvolveu a ideia de que cada país deveria disponibilizar periodicamente à comunidade mundial um documento atualizado para promover um melhor entendimento de sua toponímia. A Quarta Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos recomendou (resolução IV/4, 1982) que **países sejam incentivados a publicar e manter atualizadas as diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, permitindo a cartógrafos de outros países tratar corretamente todos os problemas de toponímia cartográfica do país que produziu estas diretrizes, que podem auxiliar todos os usuários na interpretação de mapas.**²⁸ Foi recomendado ainda que estas **instruções contivessem, *inter alia*, e se apropriados, os seguintes itens:**

(a) *Status* legal dos nomes geográficos em relação às línguas de países multilíngues;

²⁷ Para outros detalhes, ver parte dois, cap. IX.

²⁸ Ver *Fourth United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names*, vol. I, *Report of the Conference, Geneva, 24 August-14 September 1982* (United Nations publication, Sales E.83.I.7).

- (b) Alfabetos da língua ou línguas e, além disto, no caso de alfabetos e escritas não romanos, as legendas de romanização introduzidas oficialmente;**
- (c) Regras de ortografia para nomes geográficos;**
- (d) Auxílios à pronúncia de nomes geográficos;**
- (e) *Substratos* linguísticos reconhecíveis nos nomes de lugares existentes, mas apenas o quanto este conhecimento puder ser útil ao cartógrafo;**
- (f) Relação entre dialeto(s) e língua(s) padrão;**
- (g) Peculiaridades do dialeto e distribuição por área dos dialetos principais;**
- (h) Distribuição por área das línguas nos países multilíngues;**
- (i) Autoridades em nomes e medidas tomadas na padronização de nomes;**
- (j) Fonte da informação;**
- (k) Glossário de palavras necessárias ao entendimento de mapas;**
- (l) Abreviaturas em mapas oficiais;**
- (m) Divisões administrativas.**

Esta lista de recomendações para instruções nacionais é impressionante e pode ser difícil para uma autoridade em nomes iniciante segui-la, especialmente em relação àqueles aspectos relacionados à linguística. Sugere-se que a autoridade obtenha cópias de instruções existentes em outros países e faça uma compilação baseada no que é atualmente possível. À medida que ganhar experiência, a equipe gabinete pode se basear na compilação inicial para edições de instruções mais completas no futuro. Recomenda-se também obter ajuda de linguistas profissionais.

Posfácio

As pessoas usam nomes geográficos todos os dias de suas vidas. Como notado por um dos membros do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, Meredith F. Burrill, os nomes geográficos constituem a linguagem dos mapas e gráficos e fornecem a principal referência geográfica em todas as formas de documentos escritos. Estabelecer uma autoridade em nomes geográficos e desenvolver um programa nacional de padronização não precisa ser dispendioso ou complexo. Este programa irá fornecer ao governo de um país, a suas organizações industriais, comerciais e empresariais, e a seus cidadãos um conjunto de nomes geográficos que foram aprovados pela autoridade nacional. Se o programa for planejado e organizado cuidadosamente e realizado com moderação, haverá considerável economia de tempo e dinheiro. Uma organização exagerada, especialmente no começo, deve ser evitada, já que a complexidade adicional pode sobrecarregar o programa e levar a custos desnecessários.

O processo que compreende a atribuição de nomes e seu uso na língua falada coloquial é dinâmico. Um programa de padronização viável requer atenção contínua e cuidadosa quanto aos detalhes do processo e um sistema eficaz de disseminação da informação. É particularmente importante que a autoridade em nomes tenha responsabilidade sobre o uso de nomes no governo, se for para cumprir sua missão de atingir a padronização nacional de nomes geográficos.

Parte dois

Algumas leituras selecionadas sobre padronização de nomes geográficos

Agradecimentos

Nico Bakker (Países Baixos), Botolv Helleland (Noruega), Naftali Kadmon (Israel), Helen Kerfoot (Canadá), Eeva Maria Nähri (Finlândia) e Ferjan Ormeling (Países Baixos), autores dos capítulos da segunda parte, contribuíram com críticas úteis aos artigos uns dos outros. Além disso, os agradecimentos se estendem a Peeter Päll (Estônia) e Roger Payne (Estados Unidos da América), por sua valiosa contribuição na revisão de questões de lingüística e bancos de dados.

Capítulo I

O papel das Nações Unidas na padronização dos nomes geográficos: de cerca de cinquenta anos atrás aos dias de hoje¹

Helen Kerfoot (Canadá)

Os nomes geográficos significam muitas coisas para muitas pessoas! Eles estão inseridos nas nossas mentes como pontos de referências diários, como partes integrais da história local ou nacional ou talvez como lugares com conexões especiais ou estórias interessantes a contar. Para um cartógrafo ou um especialista em sistema de informação geográfica (GIS), eles constituem um elemento importante no georreferenciamento; para um jornalista, uma cor vital na sua palheta de reportagens. Para todos, os nomes geográficos podem constituir uma ferramenta clara de comunicação ou uma fonte de ambiguidade e confusão.

Evitar a ambiguidade implica em algum tipo de padronização de nomes geográficos e suas aplicações. Embora a padronização tenha sido considerada muito tempo atrás, foi somente no Quinto Congresso Geográfico Internacional, realizado em Berna, Suíça, em 1891, que o geógrafo alemão Albrecht Penck propôs pela primeira vez aplicar o conceito em bases mundiais. Ele lançou a idéia de um mapa mundial na escala 1:1.000.000 não apenas com a projeção do mapa, simbolização e arte final, mas também com propostas para a escrita padronizada de nomes geográficos. (de Henseler, 1992, paras. 4-5).

A. Nomes geográficos nas Nações Unidas: os primeiros anos

Os detalhes dos “anos de desenvolvimento” do estabelecimento de um centro nas Nações Unidas para a padronização de nomes geográficos estão bem documentados no relatório de Max de Henseler para a Sexta Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (1992). Ele discutiu cronologicamente as reuniões, debates e recomendações estendendo-se desde a sexta sessão do Conselho Econômico e Social em 1948 até a Primeira Reunião Cartográfica Regional das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico em 1955 e a resolução 715 (XXVII) de 23 de abril de 1959 do Conselho. Foram estas que forneceram a pedra fundamental para a formação do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos e a realização das Conferências quinquenais das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos.

¹ Atualizado de Helen Kerfoot, *Role of the United Nations in the standardization of geographical names*, em *Lecture Notes*, vol. 1, para o curso de treinamento em toponímia da Divisão de línguas holandesa e alemã /Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, Enschede, Países Baixos/Frankfurt am Main, Alemanha, 10-24 de agosto de 2002, pp. 91-102. Editado em Utrecht University, Utrecht, Países baixos, 2002.

No final dos anos 50, o trabalho de padronização de nomes geográficos no nível das Nações Unidas foi reconhecido como abaixo descrito:

- A padronização em uma só forma (univocidade) de nomes geográficos no nível nacional do país em questão (para uso internacional).
- O acordo sobre métodos padrões de transliteração da forma aceita em outras línguas no nível internacional.

Através de sua resolução 715 A (XXVII) o Conselho solicitou ao Secretário Geral:

- (a) Incentivo e aconselhamento àquelas nações onde não havia organização nacional para a padronização e coordenação de nomes geográficos, para que estabelecessem esta organização e produzissem índices de nomes geográficos nacionais numa data próxima;
- (b) Tomar as medidas necessárias para assegurar as funções de uma central de informações para nomes geográficos, incluindo:
 - (i) A coleção de índices de nomes geográficos;
 - (ii) A coleta e disseminação de informações referentes aos procedimentos técnicos adotados pelos Estados Membros para a padronização de nomes domésticos e das técnicas e sistemas usados por cada Estado Membro na transliteração dos nomes geográficos de outros países.

Para colocar o plano em ação, foi formado um pequeno grupo de especialistas consultores de diferentes grupos linguísticos e de procedência bastante variada. Sua tarefa era pensar cuidadosamente sobre problemas técnicos de padronização doméstica de nomes geográficos e preparar versões de recomendações sobre este assunto, bem como avaliar a relevância de se realizar uma conferência internacional sobre a padronização de nomes geográficos.

O Grupo *Ad Hoc* de Especialistas em Nomes Geográficos, presidido pelo Dr. Meredith F. Burrill (Estados Unidos), reuniu-se em Nova York em 1960. Recomendou que a conferência fosse realizada e, subseqüentemente, encarregou-se de preparar os objetivos específicos para a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, realizada em Genebra, de 4 a 22 de setembro de 1967. Em resumo, os objetivos da Conferência foram os seguintes:

- Confirmar o fato de que a padronização nacional era a base correta para a padronização internacional.
- Assegurar que os países considerassem seriamente em seus programas de padronização os problemas que outros poderiam encontrar ao usar seus nomes

geográficos (especialmente assegurar que todos os detalhes linguísticos fossem incluídos para a conversão adequada a outros alfabetos).

- Comparar os problemas e programas dos países.
- Identificar tópicos para estudos posteriores.
- Formular princípios de padronização internacional e de transferência de um sistema de escrita para outro.
- Estabelecer sistemas para a romanização de outros sistemas de escrita para as línguas de alfabeto romano das Nações Unidas (inglês, francês e espanhol).
- Considerar estabelecer sistemas para a padronização internacional com base nos alfabetos cirílicos e árabes.
- Identificar categorias de nomes de feições que se estendem além da soberania de um único país e as possibilidades de padronização.
- Desenvolver um mecanismo para o intercâmbio internacional de informações. Propor o estabelecimento de um programa de conferências/grupos de trabalho regional para dar prosseguimento à conferência de Genebra.
- Promover o estabelecimento de órgãos de padronização de nomes em todos os países.

O Grupo de Especialistas continuou seu trabalho após a Primeira Conferência das Nações Unidas. Em Londres, a Segunda Conferência (10 a 31 de maio de 1972) recomendou um *status* mais permanente para o Grupo de Especialistas. Seguindo o endosso do Conselho Econômico e Social (decisão de 4 de maio de 1973, chamada “Segunda Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos”, o Grupo *Ad Hoc* de Especialistas, renomeado Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, se tornou um dos sete órgãos de especialistas permanentes das Nações Unidas.

B. A participação das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos

Até 2004, as Nações Unidas haviam realizado oito Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (e 22 sessões do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos). A participação nas conferências está quantificada nas figuras XVIII e XIX. Alguns comentários sobre os números aplicados às primeiras sete Conferências estão em Kerfoot (2000). Eles estão resumidos abaixo com atualizações de modo a incluir a Oitava Conferência das Nações Unidas realizada em 2002.

A Figura XVIII indica o número de delegados, países e agências especializadas e outras organizações, inclusive intergovernamentais, que participaram em cada uma das oito Conferências realizadas entre 1967 e 2002. O relatório de Max de Henseler (de Henseler, 1992) apresentado na Sexta Conferência das Nações Unidas mostra participação nas primeiras cinco Conferências das Nações Unidas. Os resultados indicaram que a Terceira Conferência das Nações Unidas, realizada em Atenas em 1977, havia tido o maior número de delegados participantes (141) e que a Quarta Conferência das Nações Unidas, realizada em Genebra em 1982, havia tido o maior número de países representados (62). Podia-se ter pensado então que os principais objetivos da padronização haviam sido alcançados. Entretanto, os dados desde as últimas três Conferências das Nações Unidas mostram aumento de participação nos últimos anos - com 89 países e 234 delegados tendo sido representados na Oitava Conferência das Nações Unidas, realizada em Berlim de 27 de agosto a 5 de setembro de 2002.

Embora os números da participação de agências especiais e intergovernamentais e outras organizações, como mostrada na figura XVIII, sejam pequenos, o Grupo de Especialistas vem tentando criar laços mais fortes com organizações internacionais e grupos profissionais (por exemplo, a Organização Hidrográfica Internacional (*International Hydrographic Organization*), a Comissão Econômica para a África (*Economic Commission for Africa*), a Organização Internacional para Padronização (*International Organization for Standardization*), a Associação Cartográfica Internacional (*International Cartographic Association*) e o Conselho Internacional de Ciências Onomásticas (*International Council of Onomastic Sciences*)). Aumentar o seu envolvimento e colaboração irá avançar o trabalho do Grupo de Especialistas e das Conferências das Nações Unidas.

A Figura XIX mostra a participação dos países nas Conferências das Nações Unidas por número de presenças nas Conferências. Dos 144 países que participaram em qualquer das oito Conferências, 35 por cento estiveram presentes a cinco ou mais conferências (em outras palavras, mais da metade das Conferências). Pouco menos que 11 por cento tinham sido representados em todas as quatro ocasiões. É encorajador notar, entretanto, que dos 40 países que foram a apenas uma Conferência, 18 deles estavam na Sétima ou na Oitava Conferência das Nações Unidas.

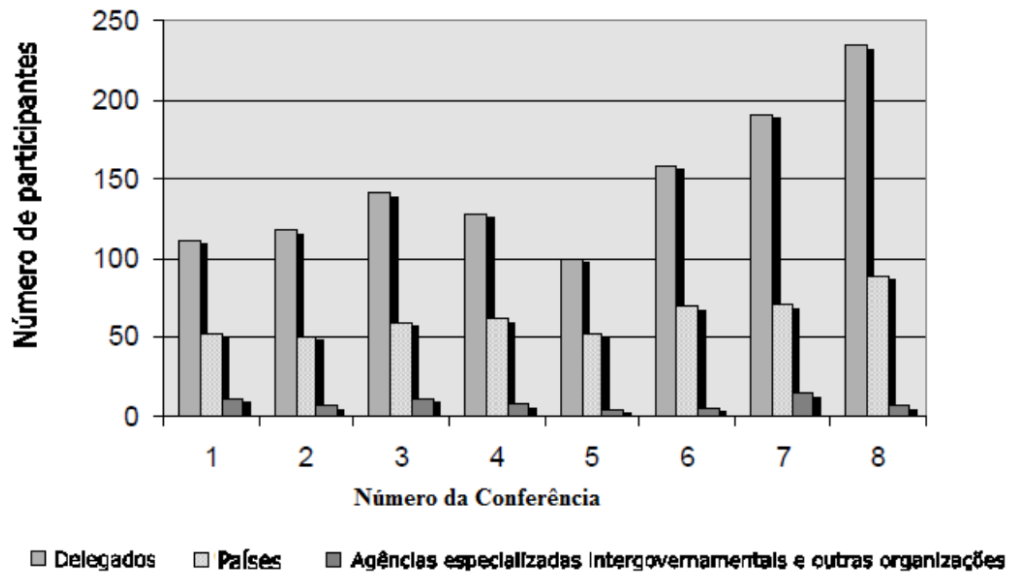


Figura XVIII. Número de delegados, países, agências especializadas e intergovernamentais e outras organizações participantes nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos

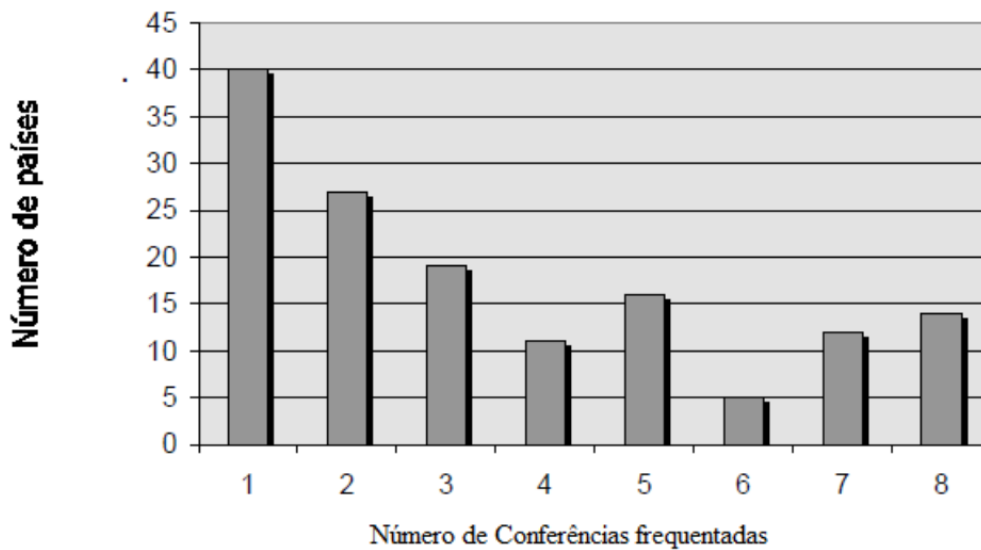


Figura XIX. Participação dos países nas Conferências das Nações Unidas por número de presenças nas Conferências

C. A necessidade continuada de padronização

Desde as primeiras reuniões nos anos 60, avanços exponenciais em tecnologia e comunicação permitiram uma abordagem mais sofisticada ao armazenamento e recuperação de dados sobre nomes geográficos e a possibilidade de se atingir instantaneamente usuários de nomes em todo o mundo em muitos campos de trabalho. Estas oportunidades de fornecer e receber dados facilmente, e quase sempre com baixo custo, não vão, por si só, atingir o objetivo original da padronização, que é o de facilitar a comunicação. Elas, entretanto, ajudam muito em enfatizar a necessidade que o Grupo de Especialistas e as Conferências das Nações Unidas têm de atender aos desafios da padronização nacional e internacional. Os dados podem ser fáceis de se obter, mas informações confiáveis e importantes são essenciais. Logo, o ônus dos Estados Membros de trabalhar junto à população para registrar e disseminar informações precisas e apropriadas sobre nomes geográficos está crescendo, já que a maré de dados geralmente falsos, sem substância e de segunda ou terceira mão cresce cada vez ainda mais.

Para resumir os benefícios do uso de nomes geográficos consistentes e precisos, o Grupo de Especialistas desenvolveu o texto para um folheto que pudesse circular amplamente entre gestores governamentais, autoridades das Nações Unidas, a mídia, etc. No início impresso na Inglaterra e Austrália, mas mais tarde (2001) publicado pelas Nações Unidas em suas seis línguas oficiais, o folheto ressalta os benefícios socioeconômicos de um conjunto padrão de nomes para uso nacional e, por extensão, internacional. Os benefícios destes nomes padronizados são evidentes na comunicação: eles podem impedir a ambiguidade, propiciando clareza e economia para o comércio, planejamento, busca e salvamento, preparação de emergência, censos, direitos de propriedade, gestão ambiental, etc. Várias traduções do folheto em outras línguas já foram criadas no âmbito das várias divisões do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos para auxiliar em seus próprios programas. O arquivo em texto ou PDF (ver <http://unstats.un.org/unsd/geoingo/>) está disponível para qualquer país ou divisão do Grupo de Especialistas que gostaria de traduzir o folheto para outras línguas a fim de atender às suas próprias necessidades.

O conceito de padronização nacional de nomes geográficos é uma base significativa deste trabalho das Nações Unidas. Não são fáceis de determinar os benefícios financeiros para um país advindos do fato de esta tarefa ser administrada através de uma única autoridade (comitê, departamento, etc.), mas o resultado da eliminação de esforços duplicados entre departamentos governamentais, por exemplo, onde nenhuma única organização possui esta responsabilidade, torna-se imediatamente visível. Além disto, uma autoridade pode contribuir com *input* valioso em esforços para proteger e preservar elementos dos valores de um país que estão inseridos na sua história e cultura. As Conferências das Nações Unidas promovem este processo de padronização nacional como base da padronização internacional.

D. Resoluções adotadas nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos

Nas oito Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, realizadas entre 1967 e 2002, muitas resoluções foram adotadas,² com o objetivo de avançar e dirigir o trabalho sobre a padronização de nomes geográficos no mundo.

Na Quinta Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos em 1987, Max de Henseler, o então Secretário do Grupo de Especialistas, compilou as resoluções das primeiras Conferências, agrupadas sob títulos de assuntos gerais. Este trabalho foi continuado pelo Canadá, produzindo compêndios de resoluções das oito Conferências em inglês e francês. Os seguintes títulos por assunto continuam a ser usados (com poucas resoluções listadas sob mais de um título):

<i>Área do assunto</i>	<i>No.de resoluções</i>
1. Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos	11
2. Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos	30
3. Cooperação internacional na padronização de nomes geográficos	5
4. Diretrizes toponímicas para editores de mapa e outros editores	4
5. Padronização nacional	12
6. Reuniões regionais	6
7. Formação e treinamento no tratamento de nomes geográficos	10
8. Terminologia (incluindo glossários)	8
9. Lista de nomes de países	7
10. Preparação de índices de nomes geográficos	6
11. Bibliografias	4

² Cento e oitenta e quatro resoluções foram adotadas, mas deve-se notar que cerca de 22 delas seriam consideradas não-substanciais (quer dizer, relacionadas a votos de agradecimentos, propostas para futuras conferências, etc.)

O papel das Nações Unidas na padronização dos nomes geográficos: de cerca de cinquenta anos atrás aos dias de hoje

12. Intercâmbio de experiências	2
13. Processamento automatizado de dados/dados digitais	11
14. Exônimos	8
15. Romanização/Geral	6
16. Romanização por língua	27
17. Nomes e feições marítimas e submersas	6
18. Nomes de feições sob mais de uma soberania	8
19. Nomes e feições extraterrestres	3
20. Nomes geográficos das línguas ágrafas	3
21. Manual de padronização nacional de nomes	4
22. Auxílios à pronúncia	2
23. Línguas minoritárias	3
24. Nomes fisiogeográficos	1
25. Nomes geográficos em mapas turísticos	1
26. Votos de agradecimentos	7

As Conferências produziram os seguintes números de resoluções:

<i>Conferência</i>	<i>Nº de resoluções</i>
Primeira	20
Segunda	39
Terceira	27
Quarta	26
Quinta	26
Sexta	14
Sétima	15
Oitava	17

Após a Quinta Conferência, o Grupo de Especialistas estabeleceu um Grupo de Trabalho para avaliar o trabalho em questão. Entre outras questões discutidas estavam as resoluções. Várias sugestões foram feitas para eliminar as resoluções obsoletas, reescrever as resoluções contraditórias, rever as abordagens desconstruídas modificadas ao longo dos anos e abandonar aquelas não significativas por natureza. Como se imagina, esta tarefa não é e não foi ainda completada. Efetivamente, até mais resoluções seriam necessárias para alcançar estes objetivos!

E. O Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos

O Grupo de Especialistas se encarrega de acompanhar a implementação das resoluções durante os anos entre as Conferências. Ele geralmente se reúne duas vezes entre Conferências e, além das duas reuniões antes da Primeira Conferência, tinha realizado 22 sessões desde 2004. Além disto, tarefas de interesse comum estabelecidas pelas resoluções são realizadas pelos Grupos de Trabalho do Grupo de Especialistas. Da mesma forma, as 22 divisões linguísticas/geográficas do Grupo de Especialistas oferecem oportunidades para os Estados Membros de trabalharem em grupos menores com interesses comuns (ver figura XX).

O suporte para o Grupo de Especialistas é dado por um secretariado, atualmente no âmbito da Divisão de Estatística do Departamento de Economia e Assuntos Sociais das Nações Unidas, localizada em Nova York.

Na vigésima primeira sessão do Grupo de Especialistas realizada em 2002, 22 divisões geográficas/linguísticas ³ do Grupo de Especialistas haviam sido estabelecidas. A mais recente é a Divisão dos Países de Língua Francesa (Divisão Francófona), criada na Sétima Conferência (VII/1, 1998) para orientar os Estados Membros das Nações Unidas que possam se beneficiar de documentos e discussão sobre questões referentes à língua francesa na padronização de nomes geográficos.⁴

As divisões são importantes redes formadas por pessoas comuns, incentivando a padronização nacional e fornecendo pontos focais para a discussão de temas de interesse comum. Os países podem optar por serem membros de mais de uma divisão, se isto for beneficiá-los. Muitas divisões funcionam bem e se reúnem regularmente. Os custos de participação nas suas sessões são geralmente menores que a participação nas sessões do Grupo de Especialistas e a estrutura existente permite aos especialistas contribuir para a discussão de questões regionais.

Infelizmente, existem hoje várias divisões inativas. Entretanto, espera-se que o incentivo de uma cooperação renovada nestas divisões possibilite uma ajuda mútua no estabelecimento e promoção de autoridades em nomes e programas de padronização. É particularmente encorajador que todas as 22 divisões do Grupo de Especialistas estivessem representadas na Oitava Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos realizada em Berlim em 2002.

F. Grupos de trabalho do Grupo de Especialistas

Para dar prosseguimento às resoluções das Conferências, foram formados vários grupos de trabalho do Grupo de Especialistas. A partir da Conferência de 1998, seis grupos estavam ativos:

<i>Grupo de trabalho sobre:</i>	<i>Organizador:</i>
- Nomes de países	Ms. Sylvie Lejeune (França)/Mr. Leo Dillon (USA) (desde 2003)
- Arquivos de dados toponímicos e índices de nomes geográficos	Mr. Randall Flynn (USA)
- Publicidade e financiamento	Mr. David Munro (Reino Unido)
- Sistemas de romanização	Mr. Peeter Päll (Estônia)
- Terminologia toponímica	Mr. Naftali Kadmon (Israel)

³ África Central; África Ocidental; África Meridional; África Oriental; Árabe; Ásia Oriental (exceto China); Ásia Sudeste e Pacífico Sudoeste; Ásia Sudoeste (não árabe); Báltica; Celta; China; Línguas Holandesa e Alemã; Europa Centro-Oriental e Sudeste; Europa Oriental, Ásia Setentrional e Central; Mediterrâneo Oriental (não árabe); Países de Língua Francesa; Índia; América Latina; Nórdica; Romano-Helênica; Reino Unido; Estados Unidos da América/Canadá.

⁴ Ver *Seventh United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, New York, 13-22 January 1998*, vol. I, *Report of the Conference* (United Nations publication, Sales No. E.98.I.18), chap. III, cap. III.

- Cursos de treinamento em toponímia Mr. Ferjan Ormeling (Países Baixos)
 Além disto, na vigésima sessão do Grupo de Especialistas realizada na sede das Nações Unidas em janeiro de 2000, foi expressa a necessidade do restabelecimento do Grupo de Trabalho em Avaliação e Implementação de modo que as atividades, funcionamento, economia e eficiência do Grupo de Especialistas pudessem ser examinadas (ver GEGN/20, para.62). Sua criação foi confirmada em 2002; além disto, três novos grupos de trabalho foram criados para tratar das resoluções disseminadas na Oitava Conferência das Nações Unidas.

- Avaliação e implementação Mr. Ki-Suk Lee (República da Coréia)
- Exônimos Mr. Milan Orozen Adamic (Eslovênia)/Mr. Peter Jordan (Áustria)
- Pronúncia Mr. Dónall Mac Giolla Easpaig (Irlanda)
- Promoção de nomes geográficos de grupos nativos e minorias Mr. Brian Goodchild (Austrália)/Mr. William Watt (Australia)

Outros grupos de trabalho serão formados na medida que surgir necessidade.

As tarefas dos grupos de trabalho são normalmente técnicas por natureza e são caracterizadas por maior profundidade e detalhe do que são tratadas com o Grupo de Especialistas como um todo. O organizador de cada grupo de trabalho coordena a continuidade de seus esforços entre sessões do Grupo de Especialistas. Em resposta aos desejos dos especialistas de envolver uma ampla variedade de pessoas nos grupos de trabalho, as reuniões dos grupos durante as sessões do Grupo de Especialistas têm sido incluídas como reuniões de comitês plenários, de modo a poder dispor dos serviços de tradução simultânea. A realização das tarefas dos grupos e trabalho é fundamental para a eficiência do Grupo de Especialistas.

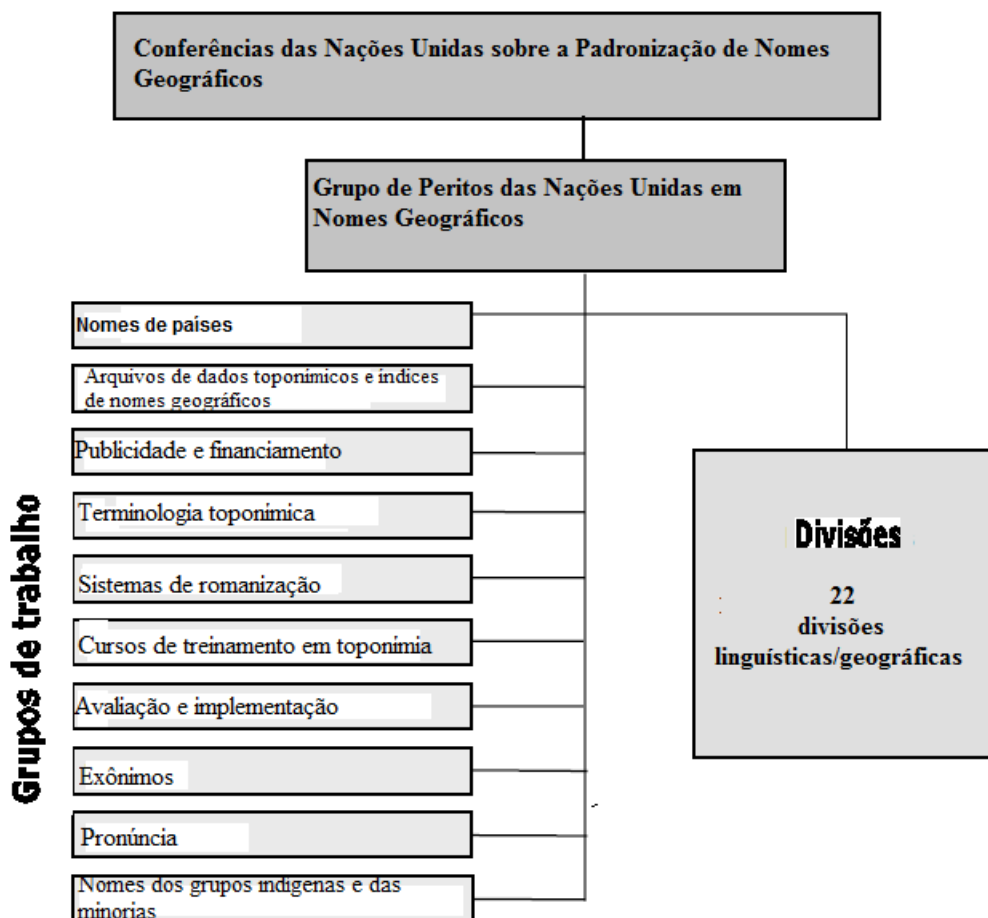


Figura XX. Grupos de trabalho do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos e a estrutura geral das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, Grupo de Especialistas e divisões do Grupo de Especialistas

1. Nomes de países

Um boletim de terminologia/manual de referência completo de nomes dos países está disponível através das Nações Unidas (Nações Unidas, 1997; a versão mais atualizada está disponível em <http://unhq-apps-01.un.or/dgaacs/unterm.nsf>) e é usada, com atualizações periódicas, por todos os departamentos e órgãos das Nações Unidas. Os nomes abreviados, completos ou formais dos Estados Membros das Nações Unidas são registrados nas seis línguas oficiais das Nações Unidas. Além disto, são fornecidos para os países os códigos de duas e três letras da Organização Internacional para Padronização (ISO, sigla em inglês) são fornecidos.

Em 1992, o Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos formou um grupo de trabalho para estudar a forma escrita dos nomes dos países e registrar as formas usadas pelos próprios países nas suas línguas oficiais e sistemas de escrita. Quando possível, foram também incluídas formas transliteradas, usando os sistemas recomendados pelas Conferências das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos. Um documento cuidadosamente pesquisado fornecendo esta informação para 193 países foi apresentado na Sétima Conferência em 1998. Este documento foi atualizado e modificado onde necessário e está disponível (em inglês apenas) como E/CONF.94/CRP.11 da Oitava Conferência (2002).

Os esforços para atualizar e melhorar este documento e para racionalizar as variâncias de uso com o *Terminology Bulletin* [Boletim de Terminologia] de 1977 acima mencionado são contínuos.

2. Arquivos de dados toponímicos e índices de nomes geográficos

Desde o seu início, e sob títulos diferentes, o atual Grupo de Trabalho em Arquivos de Dados Toponímicos e Índices de nomes geográficos têm realizado, ao longo de várias décadas, tarefas importantes para dar consistência à apresentação de dados e campos de dados a serem incluídos nos índices de nomes geográficos em cópia de papel, desenvolvendo e mantendo os arquivos de dados toponímicos digitais e bancos de dados e, mais recentemente, tratando de questões de formatos de intercâmbio e padrões de dados toponímicos. Recentemente, foi estabelecida uma ligação mais forte com o Consórcio Unicode no contexto de codificação de textos digitais e o ISO Comitê Técnico em Informação Geográfica/Geomática (TC 211).

Atualmente, este Grupo de Trabalho possui vários objetivos, incluindo o fornecimento de informação sobre *software*, fontes, intercâmbio de formatos e padrões, e disponibilização de índices de nomes geográficos e arquivos de dados. O *site* do Grupo de Trabalho é <http://www.zrc-sazu.si/ungegn/>.

3. Publicidade e financiamento

Após a Quinta Conferência, um Grupo de Trabalho sobre Avaliação e Implementação foi formado. Após reportar-se à Sexta Conferência em 1992, este Grupo de Trabalho foi reajustado para se concentrar num campo mais estreito: publicidade e financiamento. Através dos esforços deste Grupo de Trabalho, o folheto informativo chamado “Uso consistente de nomes geográficos”, baseado em texto preparado pelo Grupo de Especialistas, foi publicado pela primeira vez, com o apoio do Comitê Australiano Intergovernamental sobre Pesquisa e Mapeamento e os esforços de John Parker (Austrália), então organizador.

Os objetivos deste Grupo de Trabalho se estendem à disseminação de material sobre o trabalho sendo realizado pelo Grupo de Especialistas. Nos últimos anos, promoveu-se a importância de assegurar que um *site* efetivo fosse criado e mantido pelo secretariado do Grupo de Especialistas em Nova York. Em 2003, o Grupo de Trabalho se reuniu e preparou material para dois livros sobre a padronização de nomes geográficos a ser publicado para o Grupo de Especialistas pelas Nações Unidas: um manual básico e um manual técnico sobre sistemas de romanização, formatos e padrões para intercâmbio de dados toponímicos bem como nomes de países.

4. Sistemas de romanização

Através da história, muitos meios foram usados para converter sistemas de escrita não romanos ao alfabeto romano. Esta variedade de métodos, geralmente não científica por natureza, causa muita dificuldade na comunicação. Desde a sua concepção, o Grupo de Especialistas e as Conferências têm tido a importante tarefa de recomendar sistemas únicos de romanização baseados em princípios científicos para cada uma das línguas que usam uma escrita não romana. Nos intervalos entre as sessões, o Grupo de Trabalho em Sistemas de Romanização se esforça para chegar a acordos sobre estes sistemas. Na Oitava Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (em 2002), foi relatado (ver E/CONF.94/CRP.81 e Add.1) que foram ratificados sistemas para 28 línguas, embora nem todos tenham sido completamente implementados em níveis nacionais e internacionais. Outras 17 línguas foram citadas como tendo sistemas de romanização sendo elaborados e/ou oficializados, mas ainda não recomendados para uso internacional.⁵

O Grupo de Trabalho continua a almejar um futuro onde sistemas únicos de romanização para cada língua que usa a escrita não romana sejam reconhecidos e implementados. Ele também monitora continuamente modificações em sistemas existentes. O Grupo de Trabalho mantém o *site* <http://www.eki.ee/wgrs/>.

Um banco de dados de letras que mostra as línguas, caracteres especiais e Unicode com imagens das letras pode ser encontrado no *site* do Instituto de Língua Estoniana (<http://www.eki.ee/letter/>).

5. Terminologia toponímica

⁵ Línguas com sistemas de romanização apoiados por resoluções adotadas nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos: amárico, árabe, assamês, bengalês, búlgaro, chinês, grego, gujarati, hebraico, hindi, canará, khmer, cirílico macedônio, língua malaiala, língua marata, mongol (na China), nepalês, oriá, persa, punjabi, russo, sérvio, tâmil, telugu, tailandês, tibetano, uigure, urdu.

Outras línguas para os quais sistemas de romanização foram apresentados em relatórios, mas não estão ainda apoiados por resoluções adotadas nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos: armênio, birmanês, bielorrusso; dzongkha, georgiano, japonês, casaque, quirguiz, coreano, laociano, divehi, mongol (cirílico), pachto, cingalês, tadjique, tigrínia, ucraniano.

Um relatório sistemático da terminologia usada na padronização de nomes geográficos constitui uma base importante para o entendimento comum. Em 1984, uma publicação intitulada *Glossary, No. 330: Technical Terminology Employed in the Standardization of Geographical Names* (Glossário, No. 330: Terminologia Técnica Usada na Padronização de Nomes Geográficos) foi lançada pelas Nações Unidas (ST/CS/SER.F/330). O Grupo de Trabalho em Terminologia Toponímica subsequentemente promoveu ajustes e acrescentou outras definições. Especialistas de diferentes grupos linguísticos traduziram o novo texto, produzido em inglês; algumas versões foram publicadas (por exemplo, chinês, alemão) e outras têm sido disponibilizadas na Internet (por exemplo, francês).

O novo *Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names* (Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos), que é multilíngue, foi publicado pelas Nações Unidas em 2002 e está disponível em seis línguas (Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, 2002a). O Grupo de Trabalho continuará a monitorar o uso de termos e preparar atualizações e modificações no Glossário.

6. Cursos de treinamento em toponímia

O *site* do Grupo de Trabalho sobre Cursos de Treinamento em Toponímia (<http://toponymycourses.geog.uu.nl/>) dá informações sobre cursos de toponímia que vêm sendo oferecidos para o público internacional desde 1982. Em alguns casos, as notas de palestras, manuais, guias de trabalho de campo, etc., também estão disponíveis. Estes cursos, realizados sob vários auspícios e em diferentes partes do mundo, são dados em forma de palestras, exercícios, oficinas, trabalho de campo e técnicas de processamento toponímico digitais. Em todos os casos, o conceito de padronização nacional (e, portanto, de padronização internacional) é o foco do curso.

Embora o número total de cursos venha crescendo (atualmente cerca de 30), o número de pessoas alcançadas ainda permanece relativamente pequeno. Como meio de disponibilizar os conceitos e materiais de forma mais ampla e livre, o foco principal deste Grupo de Trabalho durante os próximos anos será o desenvolvimento de material para cursos *online*. Isto já foi iniciado com um curso de cartografia *online*, produzido pela Comissão de Educação e Treinamento (CET, sigla em inglês) da Associação Cartográfica Internacional em <http://lazarua.elte.hu/cet>.

7. Avaliação e implementação

Em 1987, após a Quinta Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, o Grupo de Especialistas formou o Grupo de Trabalho em Avaliação e

Implementação para tratar da resolução V/4 da Conferência ⁶, intitulada “Trabalho realizado pelo Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos e suas atividades no futuro”. Especificamente, era recomendado que o funcionamento do Grupo de Especialistas deveria ser avaliado e novas abordagens investigadas, para melhorar e destacar sua eficiência. Após o relatório das sessões do Grupo de Especialistas em 1989 (ver WP 31) e 1991 (ver WP 55), o Grupo de Trabalho foi dissolvido em favor de um novo grupo formado para discutir aspectos de publicidade e financiamento.

Entretanto, como este trabalho precisa ser feito periodicamente (se não continuamente), o Grupo de Trabalho foi formado novamente em 2000. Seu plano de trabalho inclui uma avaliação do funcionamento e eficácia do Grupo de Especialistas e a implementação de resoluções, buscando caminhos para envolver os Estados Membros atualmente não ativos no Grupo de Especialistas e examinar as necessidades dos países desenvolvidos para conseguir a padronização nacional de seus nomes geográficos.

8. Exônimos

O Grupo de Trabalho em Exônimos foi criado em resposta à resolução VIII/4, intitulada “Grupo de Trabalho em Exônimos do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos”, adotada pela Oitava Conferência, em 2000. Hoje existem várias resoluções da conferência sobre o tratamento, uso e redução de exônimos e a oposição à criação de novos exônimos no contexto da padronização de nomes geográficos e efetiva comunicação das Nações Unidas. O uso consistente de nomes sobre produtos cartográficos e o uso (prós e contra) de nomes padronizados nacionalmente (endônimos) em todo o mundo foram discutidos em muitas conferências. Um plano de trabalho está sendo desenvolvido para incentivar o progresso na implementação destas resoluções, e uma publicação sobre exônimos é esperada. O site do Grupo de Trabalho é <http://zrc-sazu.si/wge>.

9. Pronúncia

Também na Oitava Conferência, a resolução VIII/11 foi adotada, recomendando que um Grupo de Trabalho em Pronúncia de Nomes Geográficos fosse formado dentro do Grupo de Especialistas. Na mesma resolução, notou-se que a transliteração dos nomes geográficos do alfabeto de uma língua para o alfabeto de outra, como a romanização, geralmente não fornecia um guia para a pronúncia correta destes nomes por pessoas que não conheciam a língua fonte. O plano de trabalho do Grupo de Especialistas está sendo desenvolvido atualmente.

⁶ Ver *Fifth United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names*, vol. I, *Report of the Conference, Montreal, 18-31 August 1987* (United Nations publication, Sales No. E.88.I.7).

10. Promoção de nomes geográficos de grupos indígenas e de minorias

Na vigésima segunda sessão do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, realizada em 2004, o Grupo de Trabalho em Promoção de Nomes de Grupos Nativos e Minorias foi formado para tratar da resolução VIII/1 adotada pela Oitava Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos. Um banco de dados e uma estrutura de registro estão sendo desenvolvidos para detalhar atividades como projetos de trabalho de campo. Os países interessados poderão então participar na promoção mundial das atividades toponímicas de seus grupos nativos e minorias.

G. Outras atividades do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos: diretrizes toponímicas

O Professor Josef Breu (Áustria), como Presidente do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos em 1979, iniciou o conceito de diretrizes toponímicas para mapas e outras publicações. O objetivo era que cada país usasse um formato comum para apresentar material para avançar no entendimento da toponímia do país, em particular para aqueles envolvidos no tratamento de nomes geográficos para cartografia. Alguns países apresentaram uma ou mais edições de suas diretrizes nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos ou nas sessões do Grupo de Especialistas; outros as publicaram, independentemente ou na *World Cartography*. Estônia, Eslovênia e Eslováquia, seguidos pela Noruega e Áustria, foram os primeiros a disponibilizar as diretrizes na Internet.

Um trabalho, (WP6) submetido pelo Canadá e apresentado na vigésima sessão do Grupo de Especialistas (2000), resumiu o progresso deste projeto mundial até 1998. Em 2000, 35 países haviam contribuído para o projeto, incluindo Argélia, Grécia, República Islâmica do Irã, Itália, Polônia e Eslováquia, cujas diretrizes foram submetidos ao Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos naquele ano.

Na Oitava Conferência das Nações Unidas em 2002, Polônia, Alemanha e Chipre tinham diretrizes toponímicas publicadas; e Itália, República Tcheca, Finlândia, Hungria, República da Coreia, Tailândia e Áustria apresentaram primeiras versões ou versões posteriores de suas diretrizes. Na vigésima segunda sessão do Grupo de Especialistas em 2004, Finlândia e Itália forneceram edições revisadas de suas diretrizes.

Daqui para frente, parece que a Internet será muito útil para a distribuição deste material. Em 2004, Ms. Isolde Hausner (Áustria) tomou posse como coordenadora das diretrizes toponímicas.

H. Publicações e outras informações

1. Documentação para as sessões do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos e das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos

Para cada sessão do Grupo de Especialistas e cada Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, a documentação está disponível em várias formas:

Sessões do Grupo de Especialistas:

- Trabalhos técnicos individuais apresentados
- Relatório da sessão (incluindo agenda, lista de participantes)

Conferências das Nações Unidas:

- Trabalhos técnicos individuais apresentados
- Volume I: relatório da Conferência (incluindo agenda, lista de participantes, resoluções)
- Volume II: coleção de trabalhos técnicos individuais apresentados⁷

As cópias de alguns documentos estão disponíveis no secretariado do Grupo de Especialistas ou podem ser consultadas na Sede das Nações Unidas em Nova York, Coleção Geral (*General Collection*) ou na Biblioteca de Mapas (*Map Library*) da Biblioteca *Dag Hammarskjöld* das Nações Unidas,. Atualmente os documentos estão disponibilizados para um público maior em arquivos PDF no *site* do Grupo de Especialistas.

2. Website do Grupo de Especialistas (<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/>)

Em resposta à resolução VII/9 adotada na Sétima Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, intitulada “Padronização de nomes geográficos usando a Internet”, o secretariado do Grupo de Especialistas criou o *site* do Grupo de Especialistas, onde documentos e informações sobre atividades podem ser acessados.⁸ O objetivo é manter este *site* atualizado e fornecer *links* para *sites* de divisões e grupos de trabalho do Grupo de Especialistas e de autoridades nacionais individuais em nomes e suas bases de dados de nomes geográficos.

⁷ O Volume II se tornou disponível após as primeiras sete conferências, mas com documentos agora disponíveis no *site* do Grupo de Especialistas, sua publicação foi descontinuada.

⁸ Ver *Seventh United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, vol. I, Report of the Conference, New York, 13-22 January 1998* (United Nations publication, Sales No.E.98.I.18), cap. III.

3. Folheto preparado pelo Grupo de Especialistas intitulado “Uso consistente de nomes de lugares”

Após a preparação do texto pelo Grupo de Trabalho em Publicidade e Financiamento do Grupo de Especialistas e sua adaptação para apelo geral, o folheto “Uso consistente de nomes de lugares”, havia sido publicado pela primeira vez em inglês na Austrália. Em 2001, o folheto foi lançado em árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol. O texto, fotos e mapas incluídos no folheto podem também ser ‘baixados’ do *site* do Grupo de Especialistas. Ele foi também lançado separadamente em outras línguas, por exemplo, francês e grego.

O folheto explica os programas do Grupo de Especialistas sobre o uso consistente de nomes geográficos precisos em todo o mundo e os benefícios sociais e econômicos da padronização de nomes geográficos. É dirigido principalmente àqueles que tentam interessar seus próprios governos no trabalho das Nações Unidas neste campo.

4. Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos (*Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names*)

O *Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names* (Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos) desenvolvido pelo Grupo de Especialistas, através do Grupo de Trabalho em Terminologia Toponímica presidido por Naftali Kadmon, foi publicado pelas Nações Unidas em 2002. A publicação fornece referência em seis línguas para muitos dos termos usados mundialmente na padronização de nomes geográficos. Esta nova publicação contendo 375 termos substitui a versão de 1984 intitulada *Glossário No. 330: Terminologia Técnica Usada na Padronização de Nomes Geográficos* (com 115 definições).

I. Comentários finais

Embora as Conferências das Nações Unidas e as sessões do Grupo de Especialistas tenham realizado muito desde a sua concepção, os esforços devem ser contínuos. Alguns países ainda não ouviram falar do trabalho das Nações Unidas neste assunto; outros ainda não testemunharam as vantagens ou foram incapazes de criar uma autoridade nacional em nomes; outros começaram o seu trabalho, mas foram incapazes de continuar. Esperamos que o Grupo de Especialistas, através de sua estrutura divisional, possa ir mais longe para ajudar os países a promover processos de padronização e que, através das sessões do Grupo de Especialistas e das atividades de seus grupos de trabalho, experiências possam ser compartilhadas em relação ao desenvolvimento de procedimentos, bancos de dados, sistemas de escrita, etc. Se todos pudermos aprender a partir dos sucessos de cada um – pequenos ou grandes – todos poderemos seguir em frente na mesma direção para uma melhor comunicação internacional.

Referências selecionadas

- De Henseler, Max (1992). United Nations activities in the field of standardization of Geographical Names. Apresentado na Sexta Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, New York, 25 August - 3 September 1992. E/CONF.85.CRP.3.
- Kadmon, Naftali (2000). *Toponymy: The Lore, Laws and Language of Geographical Names*. New York: Vantage Press.
- Kerfoot, Helen (2000). Wien or Vienna; Kalaallit Nunaat, Grønland or Greenland? Recent work and directions in geographical names standardization through the United Nations. *Onoma* (International Centre of Onomastics, Lovaina (Bélgica)), vol. 35, pp. 199-213.
- Raper, Peter E. (2000). Introduction to standardization of geographical names. *Onoma* (International Centre of Onomastics, Lovaina (Bélgica)), vol. 35, pp. 187-198.
- _____, ed. (1996). *United Nations Documents on Geographical Names*. Pretoria: Names Research Institute.
- Nações Unidas (1997). *Terminology Bulletin, No. 347/Rev.1: Country Names*. Sales No. A/C/E/F/R/S.97.I.19 and Corr.1.
- Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos (2001). Consistent use of place names. Nova York: Nações Unidas.
- _____. (2002). *Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names*. Árabe/Chinês/Inglês/Francês/Russo/Espanhol. Sales No. M.01.XVII.7. Também disponível em <http://unstats.un.or/unsd/geoinfo/>.
- _____. (2004). Resolutions adopted at the Eight United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names (1967, 1972, 1977, 1982, 1987, 1992, 1998, 2002). GEGN/22/6 (a) and GEGN/22/6 (b). Somente em inglês e francês.

Capítulo II

A língua e a conversão de nomes geográficos¹

Naftali Kadmon (Israel)

A. Língua/linguagem e pronúncia

Nomes geográficos são elementos da linguagem humana, mas o que significa o termo “língua/linguagem”? Em outras palavras, como definimos o que todos nós sabemos intuitivamente? É evidente que não há uma única definição de língua/linguagem já que existem usos diferentes do termo. Isto se torna óbvio quando consideramos expressões como “linguagem científica”, “língua de Shakespeare”, “linguagem de computador”, “linguagem corporal”, “a língua Chinesa” e até mesmo “má linguagem”! O *Glossary of Terms for the Standardization of Geographical Names* preparado pelo Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos inclui 15 usos do termo “língua/linguagem” (verbetes 145-159) em relação à padronização de nomes geográficos.

Para o propósito deste capítulo, podemos adotar, em vez de uma definição formal, uma descrição simples de língua/linguagem como um canal de comunicação com a ajuda da qual os membros de uma dada sociedade, usualmente chamada de uma comunidade linguística, como uma tribo ou uma nação, podem transmitir considerações conscientes entre os indivíduos.

Quantas línguas há no mundo? Isto, novamente, é uma questão de definição e de conjectura; as estimativas geralmente variam de várias centenas a vários milhares. Uma autoridade estima que haja pelo menos 4000 línguas vivas, com provavelmente 15.000 dialetos.²

Três termos relacionados às línguas devem ser introduzidos:

- **Língua franca** ou **língua veicular**, que consiste em um meio de comunicação verbal entre povos que não possuem outra língua em comum. Uma das primeiras *linguae francae*, ou “línguas ocidentais”, era baseada principalmente no italiano e serviu de comunicação nas regiões leste e sudeste do Mediterrâneo na Idade Média.

Uma autoridade em nomes geográficos, especialmente num país multilíngue, pode ter que lidar com os seguintes tipos de línguas veiculares:

- **Pidgin**, um tipo de língua auxiliar derivada, para um propósito específico (como para comércio com estrangeiros), de uma ou mais línguas existentes, por um processo de forte e às vezes extrema simplificação destas últimas. Um exemplo, que serviu ao comércio dos Mares do Sul, é o *Beach-la-mar* ou Bislama, baseada no inglês. O inglês pidgin chinês é outro exemplo. *Fanagalo*, baseado principalmente

¹ Adaptado com a permissão de N. Kadmon, *Toponymy: The Lore, Laws and Language of Geographical Names*. (Nova York: Vantage Press, 2001).

² Ver David Crystal, *The Cambridge Encyclopedia of Language* (Cambridge, United Kingdom, Cambridge University Press, 1993), p. 285

no zulu, que evoluiu na África do Sul entre os trabalhadores negros das minas com diferentes etnias e antecedentes linguísticos, constitui um outro exemplo.

- **Crioulo**, um pidgin que se estabilizou e se tornou a única e a principal língua de uma comunidade linguística. Alguns exemplos são o crioulo haitiano baseado no francês e nas línguas africanas de antigos escravos; o *sranan* (também *sranantonga* e, de uma certa maneira pejorativamente, *taki-taki*), um crioulo baseado no inglês, com um pouco de holandês e outros elementos, usados no Suriname; e melanésio, também com base no inglês.

Outro termo que deve ser introduzido é o de **línguas ágrafas** (às vezes chamadas imprecisamente, e com pouca justificativa, de línguas iletradas), que são canais de comunicação oral para as quais nunca foi desenvolvido um sistema de expressão escrita originalmente ou em separado. Praticamente todas as línguas indígenas da África Subsaariana pertencem a este grupo, assim como a maioria das línguas faladas pelos índios americanos na América do Norte e do Sul e as numerosas línguas da região do Oceano Pacífico. Embora não tenham significância direta na comunicação escrita, elas são de grande importância em relação aos nomes geográficos cunhados por seus falantes. Toda a escrita nestas línguas está sendo conduzida na escrita dos poderes colonizadores ou, como no caso do *inuit* (esquimós) do Canadá, em novas escritas especialmente desenvolvidas para eles.

Podemos nos voltar agora para a pronúncia – a forma falada de um topônimo.

Um dos problemas mais sérios da toponímia vem do fato de que nomes geográficos se originam de muitas línguas diferentes. Lidar com nomes, portanto, implica em duas questões distintas. A primeira é a questão da pronúncia e a segunda a da escrita ou expressão gráfica dos nomes. Ambos os problemas devem ser tratados pelo toponimista. A forma falada de um nome geográfico é claramente a mais básica e foi, cronologicamente, a mais antiga. A escrita, que se desenvolveu mais tarde, é o “congelamento”, codificação e armazenamento da palavra falada, através da qual foi ela convertida de passagem do ar pela boca em uma forma permanente ou documentável.

Por pronúncia, entendemos, neste exemplo, a pronúncia adequada, correta ou padrão, isto é, dentro da comunidade linguística em questão. Até entre membros individuais da mesma comunidade linguística podemos encontrar diferenças na pronúncia de um dado topônimo como, por exemplo, onde colocar a sílaba tônica (por exemplo, *Newfoundland*, e *Newfoundland* e *Newfoundland*). Entretanto, vamos supor que exista uma pronúncia padrão de um conjunto de topônimos dentro de uma certa comunidade linguística. No entanto, se este conjunto de topônimos fosse apresentado a uma outra comunidade como, por exemplo, a uma comunidade de falantes de outra língua materna, em muitos casos os membros deste segundo grupo poderiam simplesmente não ser capazes de perceber e ouvir e muito menos pronunciar alguns dos sons usados pela primeira comunidade linguística, pelo menos não sem muito estudo e prática. Este fato leva a vários problemas em toponímia e demonstra que uma pessoa pode lidar com sons “estranhos” no máximo apenas reproduzindo-os aproximadamente, oralmente ou por escrito. Este ato é importante e deve ser considerado pelo investigador durante as entrevistas no trabalho de campo, porque um dos objetivos da

toponímia aplicada é a padronização de nomes geográficos para uso internacional, como em mapas, atlas e índices de nomes geográficos. Existe uma ajuda mais “refinada” à expressão escrita dos sons da fala, chamado Alfabeto Fonético Internacional (IPA, sigla em inglês). Iremos concluir, portanto, pedindo ao leitor que tenha em mente o fato de que, foneticamente, os nomes geográficos somente podem ser padronizados em nível internacional de maneira aproximada na escrita, por exemplo, através da romanização (ver abaixo).

B. Transliteração, transcrição e tradução de nomes geográficos

Os membros e a equipe de uma autoridade nacional em nomes geográficos têm que lidar principalmente com endônimos (*Glossário*, 076). Um endônimo é o nome de uma feição geográfica na língua (ou línguas) que ocorre no local onde a feição está situada. Entretanto, sob certas circunstâncias, as autoridades necessitam considerar a conversão destes endônimos através de um ou mais de quatro processos, a saber, transliteração, transcrição, tradução e exonimização. Enquanto a exonimização é discutida na segunda parte, capítulo VI, a transliteração, transcrição e tradução são discutidas abaixo. No entanto, estes processos não são necessariamente mutuamente excludentes. Assim, um exônimo pode ser formado através de tradução, por exemplo, *Kyašulynas* em lituano para o antigo Cabo da Província na África do Sul, ou Mar Negro para *Kara Deniz* em turco.

A conversão de nomes (*Glossário*, 041) é o processo de transferência de um nome, e em particular um endônimo, de uma língua para outra ou de uma escrita para uma escrita diferente. Isto pode ser necessário quando a autoridade lida com, ou está situada em, um país multilíngue, e necessita padronizar os nomes em duas ou mais línguas e/ou escritas ou quando surge a necessidade, num país monolíngue, de fornecer nomes em diferentes escritas para seus próprios cidadãos ou para instituições em outros países.

1. Transliteração e diacríticos

O primeiro método de conversão de nomes a ser considerado pela autoridade em nomes é a transliteração (*Glossário*, 352). O termo é derivado da palavra latina *littera*, significando letra, e indica o conceito básico: a transformação letra a letra. A transliteração é um método de conversão de nomes entre escritas diferentes (e não entre línguas). A princípio, cada caractere gráfico na escrita fonte, seja ela alfabética ou silábica (mas não logográfica), é substituído por um caractere correspondente na escrita alvo. Entretanto, já que diferentes escritas frequentemente (na verdade, geralmente) representam diferentes sons, alguns caracteres individuais ou combinações de caracteres da escrita fonte são representados ou substituídos na transliteração não apenas por um caractere como uma única letra, mas por combinações de letras, por exemplo, duas letras (dígrafos), três (trigramas) ou até mesmo quatro (tetragramas). Frequentemente, como nem isto é suficiente, a escrita alvo usa então sinais gráficos especiais chamados marcas diacríticas ou simplesmente diacríticos (*Glossário*, 064). A transliteração verdadeira visa (mas nem sempre alcança) completa reversibilidade, de tal forma que uma pessoa que lê um topônimo na escrita alvo seja capaz de reconstruir sua forma original na escrita fonte, se for

familiarizada com ele. A transliteração pode ser aplicada entre diferentes escritas alfabéticas e silábicas onde, em princípio, um caractere gráfico específico sempre representa o mesmo som. Ela não pode ser rigorosamente aplicada a alfabetos logográficos, como o chinês e o japonês *kanji*, onde um caractere gráfico representa significado e não apenas som.

Tomemos como exemplo a transliteração do grego em escrita romana. O endônimo da capital da Grécia, em alfabeto grego, é Αθήνα. Podemos decidir que, para a letra θ, iremos substituir o dígrafo romano *th*. Na transliteração, Αθήνα então se torna *Athína*. Se o leitor conhece o alfabeto grego (mas não necessariamente entende grego), ele pode reconstruir a forma original Αθήνα da forma transliterada *Athína* (apenas aproximadamente, porque para a completa reversibilidade, o letra í deve ser sublinhada). Isto se chama retransliteração (*Glossário*, 278). Entretanto, o leitor pode usar a chamada chave de transliteração (*Glossário*, 354), que especifica a correspondência de um para um entre os caracteres gregos e romanos.

Consideremos agora a transliteração do alfabeto cirílico russo em alfabeto romano. O exemplo é a letra cirílica Ч, que não tem equivalente no alfabeto romano. Entretanto, podemos representar o seu som (que em inglês é representado por *ch* e em alemão por *tsh*) substituindo a letra *c*, junto com um marcador gráfico, então *č*. Este marcador (e outros como *^*, *~*, e muitos mais acima, através e abaixo das letras) é chamado de sinal diacrítico, ou simplesmente um *diacrítico* (*Glossário*, 064). Seu principal objetivo é mudar ou modificar o valor fonético, em outras palavras, o som, de uma letra básica existente. Às vezes, os diacríticos são usados para distinguir homônimos (*Glossário*, 130), ou nomes similares, como *Rovne* e *Rovné* na Eslováquia.

Até agora, temos discutido escritas alfabéticas onde os alfabetos de transliteração são usados como chaves de transliteração. A transliteração é aplicável também a escritas silábicas (*Glossário*, 294). Logo, os caracteres japoneses *katakana* para as sílabas em *k*, por exemplo, são representados similarmente no alfabeto romano por *ka*, *ki*, *ku*, *ke*, *ko*. Uma lista de regras para a transliteração de uma escrita silábica para uma escrita alfabética é chamada de silabário de transliteração.

Embora os exemplos acima sejam exemplos gerais de transliteração, todos ilustram o caso especial da transliteração em alfabeto romano, chamado de romanização (*Glossário*, 280). Sua importância é tal que o Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos e as Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos convocaram todos os países cuja escrita não é a romana a adotar um sistema único de transliteração previamente acordado para a conversão de suas escritas ao alfabeto romano, a ser adotado também pelas Nações Unidas. A isto se chama de princípio da romanização única. A autoridade nacional em nomes geográficos pode ter que assumir esta tarefa. Às vezes, as regras para a romanização são desenvolvidas e prescritas por um órgão acadêmico, como uma academia de línguas ou uma universidade, mas a autoridade em nomes pode ser convocada para preparar a lista de nomes romanizados em seu país a serem incluídos no seu banco de dados de nomes geográficos nacionais.

A transliteração tem vantagens e desvantagens. Seu principal benefício (embora isto nem sempre totalmente alcançado) é a reversibilidade, que a transforma em uma ferramenta muito útil. Um instituto cartográfico nacional num país com escrita não romana que deseje produzir edições de seus mapas em diferentes línguas (por exemplo, para turistas estrangeiros), pode imprimi-los usando o alfabeto romano para leitores de qualquer língua, seja francês, espanhol, inglês, turco, zulu, etc. numa única versão. O instituto pode chegar a isto sem precisar mudar a ortografia de centenas ou talvez de milhares de seus topônimos em edições em diferentes línguas (há esta necessidade se a transcrição for usada (ver abaixo)), e iria demandar apenas uma tradução da legenda dos signos convencionais nas várias línguas e a apresentação da chave de romanização (*Glossário*, 281).

A principal desvantagem de um sistema de transliteração é que ele é “bom para todos, mas não é perfeito para ninguém” porque os diacríticos e letras especiais introduzidos geralmente não têm significado nas escritas das várias línguas. Esta é a razão pela qual é necessária uma chave de transliteração para cada língua (no caso acima, uma chave de romanização em francês, espanhol, etc.) Entretanto, para o produtor do mapa ou atlas, esta é uma opção mais barata do que conversão e reimpressão de todo o corpo de topônimos no atlas ou mapa (embora, no final, seja geralmente o cliente quem paga a conta).

2. Transcrição

Os parágrafos anteriores demonstraram como os sons de um topônimo podem ser convertidos de uma escrita para outra através da transliteração. Isto é usado principalmente para converter endônimos locais para uma escrita estrangeira, como no caso da romanização. A transcrição, por outro lado, é predominantemente usada para converter sons de línguas estrangeiras para a escrita de uma língua local. Embora isto não esteja inteiramente relacionado a uma autoridade em nomes geográficos, a transcrição pode ter que ser usada pela autoridade para fazer com que o seu próprio sistema de romanização seja entendido por leitores estrangeiros, como descrito abaixo.

A transliteração transpõe um nome de uma escrita para outra. A transcrição (*Glossário*, 346), da palavra latina *scribere*, que significa escrever, é a conversão escrita da forma endonímica de um topônimo de uma língua para outra, usando a escrita da língua alvo apenas, sem recorrer, como na transliteração, a letras adicionais ou especiais, diacríticos ou outros marcadores. Talvez a maior vantagem da transcrição resida no fato de que um leitor da língua alvo que deseje pronunciar um nome estrangeiro será capaz de lê-lo. Se o nome fosse apresentado a ele via transliteração, ele provavelmente hesitaria diante do nome e seus diacríticos. Embora possa soar estranho ao ouvido e ser estranho ao sistema vocal articulador do leitor, o leitor pode, ao ler uma transcrição, pelo menos se aproximar da forma oral sem nenhuma ajuda externa como uma chave de transliteração. O leitor pode se aproximar da forma oral, isto é, desde que os sons incluídos na sua língua possam reproduzir os do nome estrangeiro e sua escrita possa reproduzi-los ou mesmo levá-lo a reproduzir os sons na articulação vocal, isto é, na fala.

A transcrição, como o segundo dos métodos de conversão de nomes, é portanto, a transformação puramente fonética de um nome, em sua forma escrita, de uma língua para outra. Este foi o método usado pelos primeiros exploradores e descobridores e também outros viajantes que tentaram reter, para uso posterior, o som de nomes estrangeiros que tinham ouvido e aprendido com as populações endêmicas. Eles fizeram isto não apenas para seu próprio uso, mas para o benefício de navegadores e viajantes posteriores, principalmente através dos serviços de cartógrafos que registravam permanentemente e publicavam os nomes.

A transcrição é geralmente um processo não reversível. Isto significa que após um topônimo ter sido transcrito de uma língua para outra, a sua retranscrição para a língua fonte original não necessariamente produz o nome original. Esta é uma grande desvantagem para qualquer um que deseje reconstruir a forma do nome na sua escrita original a partir da forma transcrita achada em um mapa ou texto. O seguinte exemplo irá esclarecer isto.

A transcrição do nome inglês *Chichester* em alemão, por exemplo, num atlas escolar, resultaria em *Tschitschester*, que é o mais próximo para expressar os sons da língua fonte original no alfabeto da língua alvo sem se recorrer à simbolização especial. Mas agora, tentando transcrever *Tschitschester* em inglês (algo que um leitor nativo do atlas alemão poderá querer fazer para aprender a ortografia do endônimo original em inglês) poderá resultar em *Tshitschester*, *Tchitchester*, *Tshitchester* ou *Tchittsherter*, além do original *Chichester*.

Após o que pode parecer um exemplo teórico, aqui estão alguns exemplos reais. *Ἀγλαγγιά* em Chipre é pronunciado aproximadamente como *Aglangiá* e parece como tal na transcrição em turco (e alfabeto romano). A retranscrição poderia ser *Ἀγλανγιά*. Pior: *Μπογάζι*, pronunciado *Bogázi*, seria transcrito em grego, que não possui letra para o turco b, como em *Βογάζι*, que soaria como *Vogázi*. *Αγκαρα* para *Ankara*, transcrito as *Agkara*, apresenta um problema similar.

Como resultado desta não reversibilidade e por causa da adaptação à língua alvo, a transcrição pode ser considerada como um método “popular”- não “profissional”- de conversão de nomes. Um dos seus principais usos é na produção de um atlas mundial geral em qualquer língua em particular, um tópico que não será tratado aqui.

Um nome que é prontamente “pronunciável”, embora considerado uma vantagem, pode ser visto por um ângulo diferente, particularmente em mapas, onde pode se tornar uma desvantagem sob o ponto de vista econômico. Já foi previamente demonstrado que um estabelecimento cartográfico, especialmente em um país de escrita não romana, usando a transliteração (e não a transcrição fonética), teria que imprimir apenas uma única versão romanizada de um mapa para falantes de diferentes línguas de escrita romana. Apenas a legenda do mapa teria que ser fornecida ao leitor na língua de sua preferência junto com a chave de romanização, talvez em uma publicação ou impressão separada. A chave de romanização deve ser explicada ao leitor estrangeiro em sua própria língua via transcrição. Por exemplo, para leitores de língua inglesa de nomes de lugar em árabe romanizados, o

item de transcrição “*kh* = pronunciado como em *ch* na palavra escocesa *loch*” deve aparecer na chave de romanização.

Tomemos como exemplo um mapa inglês da Federação Russa usando a romanização aprovada pelas Nações Unidas. A chave de romanização para o russo estabelece que a letra cirílica Ч é representada por č. Isto seria ininteligível para o leitor inglês e, portanto, a nota de transcrição “pronunciado como o inglês *ch*” deve ser acrescentada. Para a letra cirílica Ш, a nota de transcrição deveria ser “pronunciado como o inglês *shch*”.

3. Tradução

A tradução (*Glossário*, 350), tratada aqui, e a exonimização (*Glossário*, exônimo, 081), tratada na segunda parte, capítulo VI, transplanta um topônimo linguisticamente de uma língua fonte para um língua alvo. Diferente da transliteração e da transcrição, ela não se propõe a preservar a forma falada original de um endônimo e nem sua forma escrita, mas se preocupa em como nominar um lugar, e não tanto em como escrever o nome endêmico daquele lugar.

Por definição, a tradução é a expressão do significado de uma palavra numa dada língua, a língua fonte, em termos de outra, a língua alvo. Em que extensão este processo se aplica aos nomes geográficos?

Uma das diferenças entre um nome próprio como um topônimo e um nome comum ou outras palavras, é que enquanto o último pode ser encontrado com seus significados em um dicionário comum ou léxico (falamos, portanto, de tradução lexical), o primeiro, ou seja, o nome geográfico, será geralmente encontrado apenas num dicionário geográfico ou índice de nomes geográficos.

A tradução pode ser usada como um método de conversão de nomes apenas se o topônimo fonte, no total ou em parte, possuir significado semântico ou lexical, ou seja, apenas se ele pode ser encontrado em um dicionário comum. Isto exclui a tradução de muitos nomes de uma só palavra como London, Pretória, Sidney, Kassel e Nantes, a não ser que se retorne à raiz histórica ou linguística do nome num processo diacrônico (histórico) e se examine o seu significado. Contudo, teríamos então que substituir o latim *Castellum* para *Kassel* em alemão, traduzindo-o por *Castle* (inglês), *Château* (francês), *Qasr* (árabe), *Kastélli* (grego), *Castillo* (espanhol) ou algum equivalente em outra língua.

A tradução, sendo a conversão de um topônimo de uma língua para outra, requer que a língua alvo seja especificada explicitamente ou implicitamente.

Acima, a expressão “no total ou em parte” foi usada em referência a um topônimo com significado semântico ou lexical. Em um nome composto (*Glossário*, 212) as partes são (a) o componente genérico, sempre uma palavra com significado lexical, como rio, colina, cidade, ponte, nova, etc.; e (b) o componente específico, que pode ser qualquer palavra, dicionarizada ou não, como um nome próprio e até mesmo um topônimo, por exemplo, “Victoria” em “*Lake Victoria*”, “York” em “*New York*” e “Swansea” em “*Swansea Bay*”. Em algumas línguas, os dois componentes são geralmente combinados

numa única palavra, como em *Cambridge*, *Newport*, *Villeneuve* e *Rheinbischofsheim*, enquanto em outras línguas, como árabe e hebraico, isto é impossível.

Entretanto, deve-se acrescentar que os genéricos podem ser verdadeiros ou falsos. *Lake Victoria* é um lago real, portanto, seu componente genérico é verdadeiro. Por outro lado, *Lake Placid* no estado de Nova York não é um lago, mas um lugar habitado; e *'Ayn as-Sultān* é um lugar habitado, não uma fonte (árabe *'ayn*). Nestes casos então, 'lago' e 'fonte' são falsos genéricos (*Glossário*, 111).

Quando se recorre à tradução para a conversão de nomes? Principalmente quando o topônimo inclui um termo genérico "traduzível". Naturalmente, topônimos são em geral traduzidos quando tratamos com feições topográficas fora da nossa própria região linguística. Um caso comum é o do editor cartográfico preparando um atlas geral em uma língua específica. Ele se certificará de traduzir alguns dos nomes em terras "estrangeiras", de modo a transmitir melhor ao leitor a natureza da feição nominada. Textos geográficos gerais ou outros, também, geralmente fazem uso da tradução de nomes.

Entretanto, aqui estamos principalmente interessados com a autoridade em nomes geográficos. Seus membros também podem ter que usar a tradução, por exemplo, num país multilíngue como a África do Sul que tem 11 línguas oficiais. Tomemos o caso do nome em inglês *Cape Town*: seu nome em africâner (e antes em holandês) é *Kaapstad*, os dois nomes são traduções de cada um e gozam de *status* administrativos iguais. O nome da cidade *Xhosa eKapa* ("no cabo") não é uma tradução, mas uma adaptação do *kaap* africâner. No nome africâner *Mossel Baai*, apenas o termo genérico é traduzido, de modo que a cidade agora carrega os alônimos *Mossel Baai* e *Mossel Bay*. Nestes casos, os nomes traduzidos e os originais constituem endônimos, até mesmo (mas não necessariamente) padronizados e oficiais, como decretados pela autoridade em nomes. Se os nomes não possuem *status* administrativo iguais, a autoridade em nomes deve determinar a ordem de preferência.

Ao decidir pela tradução de um topônimo, deve-se checar o seu significado e "isolar" suas partes traduzíveis. De forma geral, existem quatro possibilidades em relação à tradução.

1. O nome em questão é um nome simples não traduzível ou não é traduzido por outras razões. Alguns exemplos foram apresentados acima (Londres, Pretoria, etc.).
2. O nome composto, sendo composto de um elemento específico e um genérico, em qualquer ordem. Generalizando, existem as seguintes possibilidades:
 - a) Apenas o elemento genérico é traduzido. Exemplos: *Sliabh Speirin* (irlandês) - *Sperrin Mountains*; *Simonstad* (africâner) - *Simon's Town*
 - b) A tradução é aplicada apenas ao elemento específico ou a elementos do nome: *Sierra Del sur* (espanhol) - *Southern Sierra*; *Pacific Ocean* - *Stiller Ozean* (alemão);

- c) Os elementos específico e genérico são traduzidos: Tafelberg (africâner) - Table Mountain; Suomenlahti (finlandês) - Finskaviken (sueco).

Em muitos casos, o componente específico, embora não traduzido, é adaptado à língua alvo, como no exemplo de *Speirin/Sperrin* em 2a) acima, enquanto em 2b), *Ocean/Ozean* pode também ser considerado uma adaptação, sendo ambas as palavras derivadas do grego/latim e não uma tradução.

Os três processos de conversão de nomes – transliteração, transcrição e tradução - demandam diferentes qualificações por parte do toponimista. A transliteração e a transcrição estão envolvidas com os sistemas de escrita por um lado e com a pronúncia por outro lado, enquanto a tradução demanda um conhecimento de línguas. Um bom toponimista deve combinar habilidades englobando estas áreas da linguística.

Capítulo III

Alguns exemplos de legislação referente a autoridades em nomes geográficos¹

Helen Kerfoot (Canadá)²

A legislação para o estabelecimento de autoridades nacionais (e/ou provinciais, estaduais e territoriais) em nomes geográficos tem constituído num passo importante para demonstrar a competência jurídica da comissão ou conselho para executar seu trabalho de padronização.

Os tipos de documentos legais e os detalhes incluídos nas leis relevantes variam em cada país. Em qualquer jurisdição, estes documentos são revisados periodicamente para assegurar que a autoridade em nomes possa funcionar de maneira apropriada às atuais condições políticas, administrativas, linguísticas e culturais.

Já no século XIX - e, em alguns casos até antes - muitos países haviam aprovado leis e regulamentos aplicados direta ou indiretamente à padronização de nomes geográficos. A maioria das autoridades nacionais em mapeamento foi estabelecida por lei e tem, desde então, ganhado poder para determinar a ortografia de nomes usados nos mapas oficiais. Para estabilizar a forma escrita dos nomes geográficos em contextos oficiais, muitas autoridades produziram listas de ortografias recomendadas. Por exemplo, em 1863, a Noruega aprovou uma lei relativa ao sistema cadastral do país incluindo a atualização da grafia dos nomes de fazendas. Os nomes padrões revisados foram aprovados por legislação governamental em 1886 e publicados em 18 volumes (*Norges matrikul*).

Este capítulo apresenta alguns exemplos de tipos de legislação usados em todo o mundo desde o final do século XIX. Modelos diferentes são usados em diferentes países e a inclusão ou omissão de exemplos particulares não implica que um modelo seja melhor que o outro. Aqueles atualmente envolvidos com o estabelecimento de autoridades em nomes geográficos certamente acharão este material útil como informação auxiliar, reconhecendo com clareza a necessidade de desenvolver legislação apropriada às suas próprias circunstâncias particulares.

A formação de autoridades nacionais em nomes

Parece que a primeira autoridade nacional em nomes a ser formada foi o *United States Board on Geographical Names* [Conselho dos **Estados Unidos** em Nomes Geográficos] (USBGN, sigla em inglês), criado por Ordem Executiva do Presidente Benjamin Harrison em 1890. Numa época de mapeamento associado à exploração, mineração e assentamento no oeste, este órgão federal ganhou autoridade para resolver

¹ Em alguns exemplos citados neste capítulo, o termo “nome de lugar” é usado no sentido de “nome geográfico”; em outras palavras, ele não representa o nome apenas de um lugar habitado.

² Com contribuições de Peeter Päll (Estônia) e Botolv Helleland (Noruega).

todas as questões pendentes relacionadas aos nomes geográficos. As decisões do Conselho foram aceitas como obrigatórias para todos os departamentos e agências do governo federal. Em 1906, as responsabilidades do Conselho foram estendidas para incluir a autoridade para padronizar todos os nomes geográficos para uso federal (incluindo novos nomes e mudanças de nomes).

O Conselho foi estabelecido em sua forma atual pelo Congresso em 1947, através da Lei Pública 80-242³. Cláusulas importantes da lei determinam que:

- O Conselho e a Secretaria do Interior devem legislar conjuntamente visando a uniformidade na nomenclatura geográfica e na ortografia em todo o governo federal.
- O Conselho deve se constituir de membros de departamentos federais específicos (e agências relevantes), nomeados para mandatos (renováveis) de dois anos. Os membros do Conselho não recebem nenhuma compensação financeira especial por este trabalho.
- O Presidente será nomeado pelo Conselho e apontado pelo Secretário do Interior, que pode também estabelecer comitês consultivos.
- O Conselho, sujeito à aprovação da Secretaria do Interior, deve desenvolver princípios, diretrizes e procedimentos regulando o uso de nomes geográficos domésticos e estrangeiros (e também nomes de feições submarinas e da Antártida) e decidir sobre os nomes padronizados para uso oficial.
- As decisões e princípios devem constituir o padrão para todo material publicado pelo governo federal.

Embora estabelecidos para servir ao governo federal como uma autoridade central, a qual todos os problemas com nomes, dúvidas sobre nomes e novas propostas de nomes podem ser dirigidas, o Conselho também desempenha um papel semelhante para o público geral. Em sua operação, o Conselho tem duas subunidades, uma tratando de nomes domésticos e a outra de nomes estrangeiros.

Logo após a formação do *United States Board on Geographic Names*, a primeira *Order of Privy Council* do **Canadá** para formar um conselho de nomes foi lançada em 1897. As razões para a sua criação eram semelhantes àquelas dos Estados Unidos, à medida que a colonização se expandiu em direção ao oeste através do país. Em contraste com o Conselho dos Estados Unidos, O Conselho canadense, logo após a sua formação, considerou a autoridade das províncias no processo de tomada de decisão e, por volta dos anos 1960, todas as províncias (e nos anos 1980, os territórios), detinham a responsabilidade de nominar em suas áreas de jurisdição. Desde 1897, várias atualizações foram passadas à Ordem original no Conselho; a mais recente (1990)⁴, formou o

³ Ver Donald J. Orth e Roger L. Payne, *Principles, Policies, and Procedures: Domestic Geographic Names [Princípios, Diretrizes e Procedimentos: Nomes Geográficos Domésticos]*, rev. 3a edição (Reston, Virgínia, United States Board on Geographical Names, 1997).

⁴ Ordem estabelecendo o *Geographical Names Board of Canada* (Conselho de Nomes Geográficos do Canadá), P.C. 2003-283, 22 de Março, 1990.

Geographical Names Board of Canada [Conselho de Nomes Geográficos do Canadá] como o “órgão nacional para coordenar todos os assuntos que afetem a nomenclatura geográfica no Canadá”, de acordo com o qual:

- A composição é a seguinte: membros do governo federal são registrados por departamento e posição (atualmente 11, representando interesses como mapeamento, produção de cartas náuticas, levantamento geológico, defesa, assuntos aborígenes, arquivos, tradução, parques, estatística e serviços postais). Cada província (10) e território (3) nomeia um membro, e presidentes de comitês consultivos (atualmente 2) são membros do Conselho enquanto durarem os mandatos.
- O Presidente é apontado pelo Ministro do departamento responsável (*Natural Resources Canada*) [Recursos Naturais do Canadá]; o Secretariado e o financiamento das atividades do Conselho, também estão sob a jurisdição do mesmo departamento..
- As funções e o poder do Conselho são bem conhecidos, incluindo o fato de que “decisões sobre nomes aprovadas pela autoridade federal, provincial ou territorial apropriada, de acordo com suas respectivas jurisdições, devem se tornar decisões oficiais do Conselho”. Todos os departamentos, agências e corporações da Coroa do Governo do Canadá devem aceitar e observar as decisões do Conselho.
- A organização do Conselho é estabelecida; ele deve se reunir pelo menos uma vez ao ano; não há remuneração pela participação, mas as despesas de viagem e estadias podem ser pagas.

Muitos outros países estabeleceram autoridades em nomes desde o início da primeira autoridade nacional em nomes. Estes incluem, de acordo com a informação recebida de especialistas pertencentes ao Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos:⁵

- Dinamarca (1910)
- Nova Zelândia e Irlanda (ambas em 1946)
- Pelo menos sete países nos anos 50 e 60, por exemplo, a República Federal da Alemanha (1959) e Botswana (1967)
- Dez ou mais países nos anos 70 e 80, por exemplo, Brunei Darussalam (1976), Jordânia (1984), Austrália (1985) e Venezuela (1989)
- Treze até agora nos anos 90 e a década atual, por exemplo, Lituânia (1990), Tailândia (1992), Sudão (1996) e a República Islâmica do Irã (2000).

Como podemos ver, vários países estão ativos no estabelecimento ou restabelecimento de autoridades em nomes nos últimos 20 anos. Por exemplo, na **Hungria**,

⁵ Baseada em informações reunidas a partir de um questionário distribuído entre os países participantes da Oitava Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos realizada em Berlim, em 2002. Ver também segunda parte, cap. X para informações sobre *sites* de autoridades de nomes.

o Comitê Húngaro de Nomes Geográficos funciona como um conselho consultivo de tomada de decisão interdepartamental⁶ sob a chefia do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (também responsável pelo mapeamento). O Decreto Governamental 71/1989, revisado pelo Decreto 19/1992, forma as bases legais para o Comitê. A composição inclui representantes do mapeamento nacional, departamentos de assuntos internos e estrangeiros, transporte, ciência geográfica, educação e ensino superior, especialistas em linguística, autoridades locais, minorias, principais editores de mapas e a imprensa nacional. O Comitê, que se reúne de três a cinco vezes ao ano, regula sobre nomes de feições físicas e relativas aos transportes e aconselha sobre os nomes das unidades administrativas. Especial atenção é dada à ortografia. A recomendação do tratamento de nomes de fora da Hungria para uso húngaro é também tarefa do Comitê.

A **Eslovênia** nomeou pela primeira vez sua Comissão para a Padronização de Nomes Geográficos em 1986; a renomeação mais recente foi em fevereiro de 2001.⁷ A tarefa principal da Comissão é dirigir e harmonizar o trabalho de padronização de nomes geográficos na Eslovênia e resolver os problemas que possam surgir. Isto implica definir as formas escritas de nomes e uniformizar o uso dos nomes dentro e fora do país. A Comissão está sob a autoridade do Ministério do Meio Ambiente, Planejamento Espacial e Energia em Liubliana e atualmente consiste de 16 membros de departamentos responsáveis pelo levantamento topográfico, geodésia, mapeamento, geografia, padrões, estatísticas, assuntos domésticos e assuntos internacionais, além da representação acadêmica.

O Comitê Nacional de **Madagascar** para Nomes Geográficos (*Komitim-Pirenena Miandraikitra ny Anaran-tany (KPMA)*) foi criado em 1973 pelo decreto governamental 73-157, posteriormente revisado pelo decreto 2001-235 de março de 2001.⁸ Existem oito membros de departamentos governamentais que assumem o papel de membros de uma secretaria permanente, incluindo o Presidente, do Ministério das Terras. A composição total do Comitê foi aumentada de 21 representantes dos departamentos governamentais em 1973 para 44, como especificado no decreto de 2001. O Comitê se reúne pelo menos uma vez ao ano, e tem autoridade para lidar com todos os aspectos da padronização de nomes geográficos em Madagascar, inclusive problemas em documentos cartográficos e em outras publicações oficiais. O decreto também delega outras responsabilidades ao Comitê, incluindo: conservar e desenvolver a herança toponímica, organizar seminários e treinamento, manter ligações com outras organizações envolvidas com toponímia e participar no desenvolvimento de bancos de dados e na disseminação de nomes geográficos.

⁶ Ver “Report of Hungary on the activity of the standardization of geographical names in the period 1998-2002” (E/CONF.94/INF.10) [Relatório da Hungria sobre a atividade da padronização de nomes geográficos no período de 1998-2002] para a Oitava Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos, Berlim, 2002.

⁷ Ver *site* do Governo da Eslovênia (<http://www.sigov.si/kszi>).

⁸ O texto do decreto 2001-235 está em “Le rapport sur la situation et le progrès accompli dans le domaine de la normalisation des noms géographiques en Madagascar” [Relatório sobre a situação e o progresso atingido no campo da padronização dos nomes geográficos em Madagascar] (E/CONF.94/INF.70) apresentado à Oitava Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos, Berlim, 2002.

Em 1998, a **África do Sul**, através de Ato do Parlamento (Ato No. 118 de 1998), criou o novo Conselho Sul Africano de Nomes Geográficos (SAGNC) como o órgão responsável pela padronização de nomes geográficos na África do Sul⁹, de acordo com o qual:

- Os membros do Conselho consistem em um representante de cada província (nove); representantes do Correio, Levantamento Topográfico e Mapeamento, e o Conselho Linguístico Pan Sul Africano; e especialistas nomeados por sua *expertise* especial nas línguas oficiais e herança cultural. O Secretariado do Conselho e a indicação de especialistas está sob responsabilidade do Departamento de Artes e Cultura.
- O Conselho estabelece as diretrizes e princípios para a denominação de feições geográficas na África do Sul e determina os nomes e suas formas escritas de acordo com sua jurisdição. Os nomes padronizados são recomendados ao Ministério para aprovação e publicação através do Conselho.
- O Conselho é responsável pelos nomes geográficos, que incluem nomes de pequenas cidades, assentamentos menores, postos de correios, estações de trem, rodovias, barragens e elementos fisiográficos naturais, mas não nomes de províncias e autoridades locais, nomes de ruas, nomes de edificações particulares e fazendas e nomes cadastrais.
- O estabelecimento dos Comitês Provinciais de Nomes Geográficos (PGNCs) está incluído no Ato de 1998. Sua função é principalmente interagir com o Conselho Sul Africano de Nomes Geográficos e autoridades locais e executar trabalho preparatório para a submissão de nomes ao Conselho para tomada de decisão.

O Conselho estabeleceu diretrizes e princípios que se aplicam igualmente aos Comitês Provinciais e são disponibilizados para uso de autoridades locais. Essencialmente, a aplicação de um nome oficial para cada feição individual ou entidade é declarada como princípio básico.

Em 2002, o Comitê Nacional para nomes Geográficos (NCGN)¹⁰ foi criado pelo *Malaysian Cabinet* [Gabinete Malaio], com responsabilidade para coordenar as atividades de nomes geográficos na **Malásia**, em relação ao qual o seguinte pode ser registrado:

- A composição consiste do Diretor-Geral do Departamento de Levantamento Topográfico e Mapeamento da Malásia, como presidente, e membros representando agências federais, governos estaduais e a Unidade Administrativa de Planejamento de Modernização e Gestão da Malásia.

⁹ Ver South African Geographical Names Council, *Handbook on Geographical Names*, 2ª ed. (Pretoria, Pretoria, Department of Arts, Culture, Science and Technology, South Africa Geographical Names Council, 2002). O Conselho [*Council*] substituiu o *National Place Names Committee of South Africa* [Comitê Nacional de Nomes de Lugares da África do Sul].

¹⁰ Ver “Country report: Malaysia” apresentado na 10ª reunião da Divisão da Ásia Sudeste e do Pacífico Sudoeste do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, em Kuala Lumpur, outubro de 2003.

- No âmbito do território estadual/federal, um Comitê foi formado para coordenar e implementar diretrizes e procedimentos do Comitê Nacional, que também irá trabalhar através de comitês técnicos e grupos de trabalho.
- As responsabilidades do Comitê Nacional incluem:
 - O desenvolvimento de diretrizes nacionais
 - O desenvolvimento de um Banco de Dados de Nomes Geográficos e um Índice Nacional de Nomes Geográficos na rede
 - A promoção do uso de nomes oficiais
 - A coordenação das contribuições da Malásia em atividades internacionais de nomenclatura.

Associação de autoridades em nomes com realidades culturais e linguísticas

Em alguns países, nomes geográficos (“nomes de lugares”) têm significância especial na(s) língua(s) do país e são interligados com a estrutura social. Informações da Irlanda e da Nova Zelândia ilustram estas conexões.

O trabalho da Comissão de Nomes Geográficos da **Irlanda**, estabelecida em 1946, será afetado pela legislação recente: *Official Languages Act of Ireland* [Lei das Línguas Oficiais] da Irlanda foi aprovada em 2003 “para promover o uso da língua irlandesa para propósitos oficiais no Estado; para que sejam usadas ambas as línguas oficiais do Estado nos procedimentos parlamentares, em Atos do Parlamento Nacional (*Oireachtas*), na administração da justiça, na comunicação e prestação de serviços para o público e na execução do trabalho de órgãos públicos”.¹¹ A Lei inclui uma seção específica (parte 5) intitulada “Nomes de Lugar” que se refere a nomes de províncias, condados, cidades, municípios, vilas, baronatos, paróquias, centros, feições territoriais (naturais ou artificiais), distritos, regiões ou lugares, como mostrado nos mapas do *Ordnance Survey Ireland*. As atribuições da Comissão de Nomes de Lugares (*Na Coimisiún Logainmneacha*), do Ministro e da Casa dos *Oireachtas* são claramente definidos. Nas áreas onde se fala o irlandês (*Gaeltacht*) apenas os nomes de lugar em língua irlandesa podem ser usados em Atos legais, nos mapas da *Ordnance Survey Ireland* ou em placas de estradas e ruas onde os nomes tenham sido declarados como tal pelo Ministro. Fora destas áreas, as placas nas estradas e nas ruas e os mapas da *Ordnance Survey Ireland* devem usar as versões nas duas línguas para um nome geográfico.

¹¹ Ver Acht na d’Teangacha Oifigiúla 2003/Official Languages Act 2003, No. 32 of 2003. Government Publications, Dublin. “Línguas oficiais” significa “a língua irlandesa (sendo a língua nacional e a primeira língua oficial) e a língua inglesa (sendo a segunda língua oficial) como especificado no artigo 8 da Constituição”.

Para maiores detalhes sobre a *Placenames Commission of Ireland* [Comissão Nacional de Nomes de Lugares da Irlanda], veja também Art Ó Malfabhail, “The conception, birth and growth of a national placenames authority”, in Proceedings of the XIXth International Congress of Onomastic Sciences, Aberdeen, August 4-11, 1996, vol. 3 (Aberdeen, Reino Unido, Department of English, University of Aberdeen, 1998), pp. 243-251.

Na **Nova Zelândia**, a Lei do New Zealand Geographic Board [Conselho Geográfico da Nova Zelândia], de 1946 estabeleceu neste país o Conselho como a autoridade oficial em denominação geográfica¹², reconhecendo a importância dos nomes de lugar Māori e permitindo consulta pública sobre a denominação de lugares. Desde 1998, o uso dos nomes de lugares Māori originais em mapas oficiais tem sido incentivado, incluindo naqueles publicados por ou sob a direção ou controle do Topógrafo-Geral. As decisões do Conselho estão sujeitas à interferência do público; somente se o Conselho receber objeções e mantiver sua decisão original o nome será encaminhado ao Ministério da Informação de Terras para decisão final.

A partir de 2004, a Lei que governa este órgão estatutário está sendo revisada para esclarecer e atualizar as provisões jurisdicionais, consultivas e administrativas do *New Zealand Geographic Board/Ngā Pou Taunaha o Aotearoa* [Conselho de Nomes Geográficos da Nova Zelândia/ *Nga Pou Taunaha o Aotearoa*]. A revisão da Lei irá:

- Esclarecer a jurisdição do Conselho de Nomes Geográficos da Nova Zelândia
- Rever procedimentos para participação e consulta públicas no processo de nomeação
- Considerar a composição do Conselho e a participação nele (atualmente oito membros)
- Assegurar que as provisões da Lei se alinhem mais claramente com o Tratado de Waitangi
- Modernizar as provisões de procedimentos e administrativas da Lei.

A Lei original, atualmente com mais de 50 anos, pode ser substituída por uma que melhor alinhe o Conselho com a realidade atual. Após a consulta pública e a análise das submissões públicas, a revisão da Lei envolve a apresentação de um projeto de lei ao Parlamento, seguida de seu encaminhamento, para exame detalhado, a um Comitê formado por um pequeno grupo de políticos ou especialistas.

Nomes geográficos: *status* oficial e legislação de nomes

O *status* oficial dos nomes geográficos padronizados também varia. Na maioria dos exemplos, apenas documentos governamentais devem ou são obrigados a usar nomes autorizados. Entretanto, em alguns casos a estrutura de aprovação leva ao *status* legal completo dos nomes como, por exemplo, em **Israel**¹³, onde nomes ratificados pela

¹² Ver *Frameworks of the New Zealand Geographical Names Board Ngā Pou Taunaha o Aotearoa*, September 2003, version 1. " Nomes de lugares Māori originais" se refere a qualquer nome de lugar Māori reconhecido como historicamente associado a um lugar nos arredores de sua tribo pelo *tangata whenua* (povo da terra). Frameworks of the Board pode ser encontrado no *site* do Land Information New Zealand (<http://www.linz.govt.nz/rcs/linz/pub/web/root/core/Placenames/frameworks/index.jsp>).

¹³ Ver Naftali Kadmon, *Toponymy : The Lore, Laws and Language of Geographical Names*. (Nova York: Vantage Press, 2001), pp.213-216. Kadmon também ressalta que enquanto há notável uniformidade no uso das formas padronizadas de nomes em Israel, a romanização destes endônimos não é sempre tão consistente,

Comissão Governamental de Nomes só podem ser mudados pela própria Comissão ou por um tribunal. A autoridade nacional em nomes de Israel foi formada por decreto do governo de Israel em 1951. A Comissão faz parte do Gabinete do Primeiro Ministro e seus membros são nomeados individualmente em bases profissionais, não políticas; apenas o secretário permanente é uma autoridade do governo. A Comissão é a única autoridade em nomes geográficos em Israel, e por lei, suas decisões (que excluem nomes de ruas e bairros) devem ser obrigatoriamente obedecidas. A Comissão é composta de três subcomissões (Comitê de Lugares Populares; Comitê de Nomes Geográficos e Comitê de Nomes Históricos). Um nome é aprovado em primeira instância pela subcomissão apropriada antes de ser apresentado à reunião plenária da Comissão Governamental de Nomes, que se reúne cerca de três vezes por ano. A aprovação pelo plenário e a publicação em seus registros conferem *status* oficial a um nome.

Em muitos países que não os descritos acima, existem normas jurídicas que tratam, pelo menos em parte, da padronização e aprovação oficial de nomes geográficos. Para a maioria, elas identificam a competência de várias agências para tratar de nomes. Entretanto, em alguns países, por exemplo, Noruega e Estônia, os nomes geográficos têm merecido legislação especial.

Na **Noruega**, uma lei de nomes geográficos foi aprovada pelo parlamento norueguês em 1990 e entrou em vigor em julho de 1991.¹⁴

As principais disposições são:

- O órgão oficial que usa um nome geográfico deve autorizar a ortografia, após consultar todas as partes envolvidas, inclusive consultores em nomes geográficos.
- Nomes padronizados de acordo com a Lei de Nomes Geográficos devem ser usados por todos os órgãos oficiais; onde uma localidade tiver um nome em *saami* e/ou um nome finlandês além do nome em norueguês, ambos/todos devem ser usados.
- A forma escrita de um nome geográfico deve ser baseada na pronúncia tradicional local e, ao mesmo tempo, seguir as regras de ortografia vigentes (com a aceitação de algumas variações regionais).

Além da Lei em si, um conjunto de regulamentos ortográficos foi estabelecido.

De acordo com a Lei, foram criados cargos para dois consultores em nomes geográficos e um assistente para cada uma das quatro regiões universitárias no país, além de consultores e secretários para nomes geográficos em *saami* e *kven* (finlandês) na Noruega. Este serviço consultivo é organizado pelo Conselho Norueguês de Linguagem e

apesar da adoção, pelo parlamento israelense em 1956 e as Nações Unidas em 1977, de um sistema oficial de transliteração de hebraico para o alfabeto romano.

¹⁴ Baseado em Botolv Helleland, “The Norwegian Place-name Act” [Lei Norueguesa de Nomes Geográficos] (E/CONF.85/L.85), documento apresentado na Sexta Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos, Nova York, 25 agosto-3 setembro de 1992. Site: <http://www.statkart.no> (em norueguês). Ver também Botolv Helleland “La loi norvégienne sur la normalisation des noms de lieu” [A lei norueguesa sobre a normalização dos nomes de lugar], nas Atas do XX Congresso Internacional de Ciências Onomásticas, Santiago de Compostela, 20-25 de setembro de 1999. Ana Isabel Boullón Agrelo, ed. Coruña, Espanha (Fundación Pedro Barrié de la Maza, 2002), pp.475-482 (CD-ROM).

financiado pelo Ministério de Assuntos Culturais. De acordo com a Lei, foram criados cargos para dois consultores em nomes geográficos e um assistente para cada uma das quatro regiões universitárias no país, além dos consultores e secretários para nomes geográficos em *saami* e *kven* (finlandês) na Noruega. Este serviço consultivo é organizado pelo Conselho da Língua Norueguesa e financiado pelo Ministério de Assuntos Culturais.

Todos os nomes reconhecidos sob a Lei devem ser armazenados em um registro central computadorizado administrado pela Autoridade Norueguesa de Mapeamento.

Um comitê de apelação, sob a liderança de um juiz da Suprema Corte, foi criado para tratar de reclamações a respeito das formas padronizadas de nomes geográficos. A lei será revista periodicamente para atualização.

A **Estônia** também tem uma lei especial deliberando sobre detalhes dos nomes e do processo de nomeação. A Lei de Nomes Geográficos da Estônia foi adotada em 1996.¹⁵ Este ato legal determina a competência de várias agências no estabelecimento de nomes geográficos e as exigências a serem cumpridas para que os nomes geográficos sejam aprovados oficialmente.

As principais exigências incluem:

- A língua dos nomes geográficos (como uma regra, eles são em estoniano, mas se justificados, nomes minoritários são permitidos).
- A ortografia dos nomes geográficos (devem seguir as regras da ortografia, mas podem refletir a estrutura sonora local).
- A questão de haver apenas um nome por lugar (embora dois nomes oficiais- um “principal”, o outro “alternativo”- são permitidos para preservar os nomes de lugar minoritários).
- Harmonização das ortografias dos nomes.
- Publicidade em relação a procedimentos de nomeação.
- Escolha de novos nomes geográficos oficiais (devem ter preferência os nomes localmente mais reconhecidos e também aqueles mais significantes em termos de história e história cultural).
- Permissão para mudança de nomes geográficos apenas sob circunstâncias excepcionais.
- Que sejam evitados nomes idênticos para lugares muito próximos.

O texto completo está disponível na rede em <http://www.eki.ee/knn/endex2.htm> mas, como na legislação em outros países, a Lei de Nomes Geográficos da Estônia é revisada frequentemente, para qualquer alteração necessária.

¹⁵ Baseada em Peeter Päll, “Legal Status of Names” [Status Legal de Nomes], em *Lecture Notes*, vol. I, para o curso de treinamento em toponímia da Divisão de Alemão/Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, Enschede, Netherlands/Frankfurt am Main, Alemanha, 10-24 agosto de 2002, p. 78. Publicado pela Utrecht University, Utrecht Netherlands, 2002.

Autoridades nacionais em nomes geográficos: o *status quo*

Na Oitava Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, realizada em Berlim em 2002, foi distribuído entre os delegados presentes um questionário para reunir informações sobre autoridades em nomes geográficos em seus países. Dos que responderam, 43 países confirmaram a existência atual de autoridades nacionais em nomes (uma ou várias, com mandatos diferenciados) e 12 outros países indicaram a intenção de criar tal autoridade no futuro próximo. Vários países planejam rever sua legislação ou melhorar a estrutura de sua autoridade ou autoridades em nomes.

Na maioria, a deliberação para um conselho foi registrada associada à pesquisa/mapeamento/geodésia/cadastro civil ou militar ou a um instituto/comissão linguístico. Em alguns casos, a decisão do conselho é definitiva; em outros, o conselho submete suas decisões para aprovação de um ministro de governo. Quando não existir um conselho, a agência de mapeamento civil ou militar geralmente toma as decisões, pelo menos para uso em seus próprios produtos.

Não há espaço para permitir a inclusão de outros exemplos (igualmente valiosos), mas como pode ser visto naqueles apresentados acima, a legislação em países diferentes pode apoiar o funcionamento de um conselho em nomes geográficos de maneiras adequadas à situação específica do país. Em relação ao desenvolvimento do trabalho de um conselho em nomes, seria mais importante seguir em direção a algum tipo de legislação para apoiar as funções contínuas do conselho no contexto da realidade social, econômica, linguística e cultural do país.

Capítulo IV

Processamento de gabinete – armazenamento dos dados e manutenção dos registros: algumas considerações básicas sobre campos de dados¹

Helen Kerfoot (Canadá)

Uma das principais responsabilidades de uma autoridade nacional em nomes é atuar como um centro de atividade de nomes geográficos. Exige-se que o gabinete de suporte ao conselho processe todas as informações sobre os nomes, mantenha registros detalhados de atividades em andamento e assegure que os dados sejam disponibilizados para ampla distribuição pública e governamental.

Principalmente no passado, os registros frequentemente eram mantidos em grandes livros-razão, fichários e em várias formas de documentos manuscritos. Hoje, é dada ênfase ao armazenamento em documentos digitais e banco de dados e ao uso público através de *sites* facilmente acessíveis.

Não é necessariamente o tipo de dados exigido para registros de nomes geográficos que mudou, mas sim os métodos de processamento, armazenamento e distribuição de dados que estão sendo transformados na medida em que a tecnologia avança. Contudo, as principais qualidades de exatidão e cuidado na criação de registros continuam tão importantes quanto antes. A utilidade dos registros e de um banco de dados está diretamente ligada à qualidade de seus insumos. É sempre melhor criar os registros minuciosamente e conseqüentemente de forma mais lenta, para garantir que estejam corretos neste momento. A correção dos registros posteriormente pode se tornar uma tarefa difícil, que exige muita atenção aos detalhes, já que erros podem ser difíceis de serem encontrados. A proliferação de erros pode produzir um conjunto de dados não confiável e de valor dúbio.

O armazenamento de dados e a manutenção de registros podem ser considerados parte do “processamento de gabinete” de nomes geográficos, que num sentido mais amplo, inclui as seguintes fases:

- (a) Reunião de informações toponímicas;
- (b) Padronização dos topônimos;
- (c) Armazenamento de dados e manutenção de registros;
- (d) Disseminação dos dados.

¹ Baseado num extrato de Helen Kerkfoot, “Office processing of geographical names” [Processamento de gabinete de nomes geográficos], em *Lecture Notes*, vol. 1, em *Lecture Notes*, vol. I, para o curso de treinamento em toponímia da Divisão de Alemão/Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, Enschede, Netherlands/Frankfurt am Main, Alemanha, 10-24 agosto de 2002, p. 83-85. Publicado pela Utrecht University, Utrecht, Países Baixos, 2002.

Em geral, atualmente, os registros são mantidos em algum formato de banco de dados num ambiente computacional. Uma planilha (como a usada para fins contábeis e financeiros) pode ser adequada para o armazenamento temporário de dados de nomes geográficos, embora não seja recomendada para um banco de dados permanente de topônimos. Alguns sistemas podem ser mais sofisticados como, por exemplo, com o banco de dados mantido na rede com *input* direto de nomes geográficos padronizados fornecidos por autoridades regionais.

Bancos de dados digitais podem ser criados a partir de registros em fichas manuscritas pré-existentes, a partir de vários tipos de listas, da digitalização de mapas em uma ou mais escalas ou da entrada com nomes recém-coletados no trabalho de campo. A entrada de dados a partir de fichas manuscritas requer que muitas decisões sejam tomadas ao longo da atividade, já que é provável que a manutenção dos registros não tenha sido tão rigorosa quanto é a necessária para completar os campos de dados de um banco de dados digital. Mesmo que, neste ínterim, os registros devam ainda ser mantidos em fichas, algumas decisões deverão ser tomadas sobre quais campos devem ser reunidos e armazenados para cada nome.

Campos de dados

Os campos de dados para cada nome geográfico variam muito de acordo com as necessidades de cada país. Entretanto, são obrigatórios alguns campos essenciais de dados. A lista abaixo pode, é claro, ser modificada para atender necessidades individuais, mas ela é baseada, em grande parte, nos conteúdos dos bancos de dados apresentados ao Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos.

1. Toponímia

Nomes que foram padronizados devem entrar com a letra maiúscula correta, hífens, diacríticos, etc. Apenas se abreviaturas forem uma parte padronizada do nome, elas devem ser inseridas (por exemplo, *St. John's*).

(a) Ordem natural, como seria encontrada num mapa ou texto (por exemplo, *Lake Phillip*);

(b) Ordem invertida, como necessária para uma lista alfabética (por exemplo, *Phillip, Lake*). Nomes de lugares habitados (por exemplo, *Harbour Grace*) não entrariam em ordem invertida.

2. Tipo de feição

Por exemplo: rio, montanha, lugar habitado, etc. (ou uma categorização mais detalhada). O tipo de feição é muito importante, particularmente onde existe ambiguidade. Por exemplo, *Baker Lake* e *Mount Pleasant* são feições físicas ou lugares habitados?

3. Unidades administrativas nas quais a feição está localizada

(a) Primeiro nível de unidade administrativa abaixo de "país" (por exemplo, província, estado, distrito, etc.);

(b) Segundo nível (e um terceiro nível pode também ser útil).

Se uma feição, como um rio, atravessar fronteiras administrativas, deve ser possível indicar mais de uma unidade administrativa no registro do nome.

4. Coordenadas geográficas

(a) Latitude (graus, minutos, segundos: dois dígitos para cada um);

(b) Longitude (graus, minutos, segundos: três dígitos para graus, dois dígitos para minutos e dois dígitos para segundos).

Embora outros sistemas de coordenadas possam ser usados, um algoritmo matemático deve permitir sua conversão a sistemas que possam ser ligados a dados de outros países. Da mesma forma, a localização norte ou sul do equador, e leste e oeste do primeiro meridiano pode precisar ser incluído se houver possibilidade de confusão no país.

Para o uso de dados fora do país, o designador N, S, L ou O deverá ser acrescentado de maneira adequada. Para intercâmbio de dados e aplicações de sistema de informação geográfica (GIS, em inglês), os exemplos seguintes indicam os padrões usados:

Latitude, ao norte de 0 graus e.g. 30

Latitude, ao sul de 0 graus e.g. -30

Longitude, a leste de 0 graus e.g. 120

Longitude, a oeste de 0 grau e.g. -120

As coordenadas devem ser lidas com a maior exatidão possível a partir de mapas em grande escala ou talvez com um Sistema de Posicionamento Global (GPS, sigla em inglês).

Mesmo que a extensão de uma feição seja identificada num sistema gráfico digital, seria útil ainda ter um conjunto de coordenadas de referência. Para feições de área (por exemplo, lagos), elas são tomadas no centro; para feições de águas correntes, a foz é usada (e as coordenadas da fonte poderiam ser registradas como um valor secundário); para áreas urbanas, o centro é geralmente o valor registrado. A seleção das coordenadas para algumas feições, como geleiras, canais, feições múltiplas (por exemplo, um grupo de ilhas, montanhas duplas) requer consideração especial.

5. Folhas de mapas

Pode ser uma folha de mapa que corresponda com as coordenadas da feição. Pode haver também várias folhas de mapas nas quais a feição está localizada (por

exemplo, *Mackenzie River*). Podem ser usados campos separados para escalas diferentes (por exemplo, 1:50,000; 1:250,000), dependendo da cobertura do mapa disponível.

6. Nomes Variantes

Este campo é para outros nomes que devem ter referência remissiva ao topônimo principal, por exemplo, nomes históricos, outras formas de linguagem, outras variações de ortografia.

7. Status

No mínimo, isto pode indicar se o nome obteve o *status* padronizado, se ele tinha *status* padronizado no passado ou se ele não está padronizado. O campo pode ser expandido para indicar muitos outros níveis de informação (por exemplo, mudança de nome, um de múltiplos nomes oficiais, rescindido pelo conselho). Este mesmo campo, ou um similar poderia ser também usado para mostrar o estágio alcançado pelo nome no processamento (por exemplo, pronto para submissão ao conselho, esperando pela assinatura do gerente de departamento).

8. Data da padronização

Ano, mês, dia em que o nome adquiriu *status* padronizado. (Se a data da recomendação do conselho for diferente da data de aprovação real, esta informação poderia ser acrescentada em outro campo).

9. Identificador de registro

Num sistema digital, cada registro requer sua própria identificação única - sendo mais apropriada a utilização de um campo numérico, embora campos alfa ou alfanuméricos também sejam possíveis. Num banco de dados estritamente toponímico, um único identificador será anexado a cada registro de nome. Como nomes podem ser duplicados, um campo de nome, único ou combinado com outro campo, não é um identificador adequado. (Num SIG, as feições terão identificadores únicos com os registros dos nomes se tornando atributos dos registros das feições. O uso dos identificadores de nomes e das feições é também uma possibilidade quando os sistemas estão sendo ligados.)

Outros campos podem ser acrescentados, para mostrar, por exemplo, a referência geodésica usada na base cartográfica, a língua em que o nome está, seu significado e origem, seu *status* legal, fontes de dados, etc. Possivelmente, registros mais antigos em fichas podem ser digitalizados e acrescentados como campos de informação no registro do

nome. Se mais de um conselho for responsável pela aprovação dos nomes, pode ser necessário um campo para indicar a autoridade sancionadora. Em alguns bancos de dados, uma descrição da localização foi incluída. (por exemplo, “ ao norte de *Pembina*”, ou “flui na direção sul desaguando no *Blue River*”).

Alguns bancos de dados toponímicos podem incluir outras informações, como dados da população e altitude. Entretanto, deve-se ter em mente que os clientes esperam que os dados sejam atualizados, e a manutenção de informações precisas pelas as quais não se tem responsabilidade direta requer mais recursos. No atual ambiente digital, ligações a outros bancos de dados responsáveis por estas informações podem ser uma melhor opção.

Em qualquer banco de dados digital, outros campos serão criados para permitir a identificação do operador que entrou com ou modificou registros e quando isto foi feito, explicações dos códigos usados nos diferentes campos de dados, etc.

Do ponto de vista do intercâmbio de dados, é importante que o banco de dados seja criado seguindo os padrões adequados da Organização Internacional para Padronização (ISO, sigla em inglês) para a(s) língua(s) em questão. Mesmo assim, deve haver caracteres que não podem ser representados. Por exemplo, nas línguas atabascas, existem caracteres “difíceis de se construir”, que não podem atualmente entrar num banco de dados nacional seguindo quaisquer padrões nacionais ou internacionais. Até a época em que estes padrões se tornem disponíveis, caracteres de substituição são usados para cobrir estas entradas de nomes.

Da perspectiva do trabalho em gabinete, um “Manual de registros” detalhado deve ser disponibilizado para os membros da equipe que entram com os dados. Este deverá indicar como formatar dados para entrada ou modificação nos diferentes campos. Quanto melhor forem as instruções e quanto mais familiarizada estiver a equipe com o banco de dados, mais exatos serão os registros criados – e são os próprios registros que constituem a parte essencial e que serão acessados e usados continuamente.

Além dos dados alfanuméricos dos topônimos, é importante que a extensão das feições nominadas (ou seja, a aplicação do nome à paisagem) seja mantida numa forma espacial (gráfica). Isto pode ser feito em cópias de referência de mapas em papel ou, no mundo cada vez digital de hoje, limites poderiam ser incluídos em arquivos digitais de mapas.

Capítulo V

Os valores sociais e culturais dos nomes geográficos

Botolv Helleland (Noruega)

Introdução

Enquanto a questão da padronização de nomes geográficos tem sido discutida há décadas ou há mais de um século em alguns países, os valores sociais e culturais dos nomes geográficos têm sido pouco ressaltados. O objetivo principal das Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos e o Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos é promover a formação de programas nacionais para a padronização de nomes geográficos e o uso internacional dos nomes nacionalmente padronizados de maneira consistente. Entretanto, têm-se enfatizado em muitos fóruns, além dos contextos das Nações Unidas, que os nomes geográficos representam uma parte vital da herança cultural de uma nação e que é essencial tratá-los e preservá-los adequadamente.

O respaldo a esta posição vem de várias fontes. Primeiro, existe a questão da documentação histórica. Muitos nomes geográficos foram cunhados a partir da descrição de certos aspectos de localidades ou feições e, portanto, fornecem informações sobre as condições naturais e culturais da época em que foram cunhados. Segundo, os nomes geográficos de uma área formam parte integrante da língua e história locais. Terceiro, os nomes geográficos servem como ligações entre indivíduos e a topografia ao seu redor e, nesta condição, constituem parte da identidade da população de um local.

A. Nomes geográficos: a memória dos lugares

É dito que os nomes geográficos representam a parte viva mais antiga da herança cultural humana, no sentido de que vêm sendo transmitidos de geração para geração há centenas ou vários milhares de anos. Nos continentes estrangeiros, onde os europeus introduziram suas línguas e seus nomes, muitos nomes aborígenes sobrevivem, no entanto, como uma testemunha da existência de civilizações passadas. Em muitos casos, os nomes geográficos são os únicos elementos sobreviventes de línguas extintas¹. Quando se considera que muitos nomes geográficos foram cunhados como descrições da área ou lugar em questão, torna-se evidente que estamos lidando com material de imenso valor histórico; mas nomes mais recentes de lugares habitados, ruas e campos e também microtopônimos, também fazem parte desta memória e herança onomásticas coletivas. Todos os nomes geográficos da Terra agrupados representam um corpo incomensurável de experiência e percepção humanas.

¹ Ver Naftali Kadmon, *Toponymy: The Lore, Laws and Language of Geographical Names* (Nova York, Vantage Press, 2001), p. 47.

Em 1999, a Finlândia escolheu o tema “Nomes geográficos: a memória dos lugares” para os Dias da Herança Cultural Européia [*European Heritage Days*]. O objetivo dos Dias da Herança Cultural é induzir as pessoas a ver e avaliar o meio ambiente construído em volta delas e fazê-las valorizar a beleza e variedade deste. Os nomes geográficos constituem parte indispensável do meio ambiente e o objetivo dos Dias da Herança Cultural de 1999 foi permitir que as pessoas se conscientizassem do uso destes nomes no processo de planejamento. A atividade dos Dias da Herança Cultural foi usada como um meio de educar o público a respeito da importância de padronizar os nomes geográficos sem que percam seu valor histórico. Durante aquele ano, vários eventos foram realizados, com muitas pessoas envolvidas, e os organizadores tiveram um bom motivo para considerar um sucesso tudo o que foi preparado. Como parte das atividades, um vídeo foi elaborado pelo Instituto de Pesquisa para as Línguas na Finlândia e mostrado na televisão finlandesa.²

Por muito tempo, a questão da preservação dos nomes quase não foi assunto de interesse, embora o valor histórico e linguístico dos nomes fosse reconhecido. Somente na segunda metade do século XX, o tratamento de nomes geográficos no contexto cultural ganhou reconhecimento e se tornou uma área de maior atividade, aumentando assim o interesse tanto da população em geral quanto entre os estudiosos de nomes e planejadores. Desde a década de setenta, várias conferências e encontros foram realizados em todo o mundo abordando este aspecto do tratamento de nomes geográficos.

Os pontos de vista que representam as comunidades de estudiosos em nomes neste campo são encontrados num relatório produzido em um simpósio sobre tratamento de nomes geográficos e planejamento realizado na Finlândia em 1977, onde ficou decidido que:³

- os nomes geográficos constituem parte importante do nosso ambiente geográfico e cultural. Eles identificam as entidades geográficas de diferentes tipos e representam valores culturais insubstituíveis de vital relevância para a sensação de bem-estar e pertencimento das pessoas.
- os nomes geográficos são, portanto, da maior importância social. A sociedade deve também ter a responsabilidade de respeitar a herança cultural dos nomes geográficos e assegurar que o seu planejamento seja executado de modo a garantir que a funcionalidade do conjunto de nomes geográficos seja preservada e a herança cultural protegida, numa sociedade que se transforma rapidamente.

² Ver “Place names: the memory of places: the theme of the European Heritage Days in Finland 1999” (Documento de Trabalho 22) apresentado ao Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos em sua vigésima seção. Nova York, 17– 28 janeiro 2000, por Sirkka Paikkala (Finland). Ver também Sirkka Paikkala, “Place names in Finland as cultural heritage”, in *Onoma*, vol. 35 (2000), pp. 145-164.

³ Kurt Zilliacus, ed., *Ortnamnsvård och ortnamnsplanering* [Cuidado e planejamento de nomes de lugares], NORNA-rapporter (Uppsala, Suécia), vol. 13 (1978), p. 211.

As Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos têm adotado várias resoluções que se aplicam direta ou indiretamente aos valores culturais e sociais dos nomes geográficos. Através da resolução VIII/9, adotada na Oitava Conferência (2002), a Conferência reconheceu a ênfase dada pelos delegados à importância dos nomes geográficos como parte da herança histórica e cultural de uma nação. A resolução exigiu que os países que ainda não haviam reconhecido isto executassem a coleta sistemática de nomes geográficos e a promoção de um entendimento maior entre o público mais amplo sobre a importância dos nomes geográficos herdados face à herança cultural e identidades locais, regionais e nacionais. A recomendação envolvia estas atividades no tratamento dos nomes geográficos, como coleta, armazenamento, interpretação, padronização, publicação e ensino.

B. A função dos nomes geográficos

Em geral, um nome geográfico existe em relação a uma entidade geográfica, real ou imaginada e, se esta entidade muda de caráter, a referência do nome pode mudar também. Esta importante função dos nomes geográficos significa que eles constituem uma ferramenta linguística essencial usada pela maioria das pessoas muitas vezes ao dia; e para que esta ferramenta funcione da melhor maneira possível em uma sociedade cada vez mais complicada, cabe às autoridades regular a atribuição de nomes de certas maneiras e em certos contextos. Por exemplo, determinar qual nome deve ser escolhido, em qual forma padronizada e a qual entidade ele se aplica.

A função referencial dos nomes geográficos é primária, mas, como outras partes da linguagem, os nomes geográficos funcionam em vários níveis, incluindo:

- O nível cognitivo (identificação de uma entidade), por exemplo, o Mar do Norte, referindo-se a um mar na Europa.
- O nível emotivo, por exemplo, nomes relacionados a lugares que evocam bons ou maus sentimentos (por exemplo: Paraíso e Inferno).
- O nível ideológico, por exemplo, *Bethel* como o nome do local de reunião de uma congregação religiosa e *Karl-Marx-Stadt* para o antigo (e atual) *Chemnitz*.
- O nível constituinte da comunidade, por exemplo, as pessoas falantes do *saami* identificando como *Deatnu* e falantes do norueguês como *Tana* o mesmo rio no norte da Noruega.

Todas as pessoas são cercadas por feições nominadas com as quais são familiarizadas e que reconhecem como sendo suas. Ao mesmo tempo, existem outros nomes que as pessoas compartilham com grupos maiores, no que podemos chamar de hierarquia estrutural. Isto pode ser demonstrado através de uma simples hierarquia de três níveis, compreendendo:

- Os nomes geográficos que são comuns às pessoas numa microcomunidade (família, fazenda, vila).

- Os nomes geográficos que são comuns a duas ou mais microcomunidades (distrito rural ou cidade).
- Os nomes geográficos que são comuns a muitos ou a maioria das comunidades de uma sociedade.

A Figura XXI ilustra os níveis de conhecimento de nomes compartilhados por diferentes comunidades neste modelo particular. Cada círculo (A, B, C) representa o conhecimento individual de nomes geográficos coletivos em uma dada microcomunidade.

As pessoas que pertencem a uma mesma comunidade linguística estão, de uma forma geral, familiarizadas com os mesmos nomes e se sentem ligadas a eles – ainda mais se pertencerem à mesma comunidade local. Nas sociedades multilíngues, as pessoas que falam diferentes línguas aplicam nomes diferentes. Estes nomes não formam apenas um conjunto de referência, como também constituem parte da identidade linguística e local. Da mesma forma, através de sua conexão estreita com o dialeto, os nomes geográficos representam um valor humano inerente; e para o indivíduo, certos nomes geográficos podem estar ligados a experiências de vida.

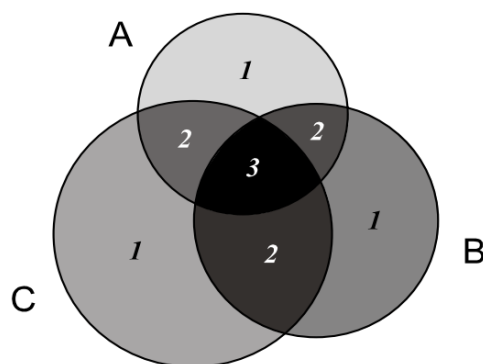


Figura XXI. Representação conceitual do conhecimento sobre nomes geográficos

Nota: **A, B, C** Conhecimento individual de nomes geográficos coletivos em uma microcomunidade

- 1** Nomes geográficos (por exemplo, Hesthaug, para uma pequena colina; Leikvoll, para uma pequena área onde as pessoas se reúnem) que são compartilhados apenas pelas pessoas de uma dada microcomunidade.
- 2** Nomes Geográficos (por exemplo, Opedal, para um grupo de fazendas; Eidfjord, para um município local) que são conhecidos e usados pela população de mais de uma microcomunidade, mas que não são nomes amplamente conhecidos.

- 3 Nomes geográficos (por exemplo, Lofoten, para um grupo de ilhas bastante conhecido; Oslo, para uma capital) que são que são conhecidos e usados por várias ou pela maioria das comunidades de uma sociedade.

C. Atribuindo nomes geográficos

A denominação de entidades geográficas tem seguido principalmente um de dois caminhos: a “nomação espontânea ou popular” e o “batismo”. A maioria dos nomes geográficos usados hoje (na Europa, pelo menos) é o produto do primeiro tipo de nomação, o resultado de um processo de lexicalização que tem como seu ponto de partida uma descrição do objeto que está sendo nominado. Normalmente, um nome geográfico se desenvolve a partir de uma expressão descritiva (por exemplo, a colina ou a colina verde) em um nome próprio (por exemplo, A Colina ou Colina Verde). Em muitos casos, a nomação será governada pela analogia, ou seja, novos nomes serão produzidos a partir do padrão de outros nomes na área ou de outros nomes com os quais os “nominadores” estejam familiarizados. Esta é uma das razões pela qual certos tipos de nomes tendem a ocorrer com maior frequência do que outros em certas áreas⁴

Outra maneira de atribuir geográficos é transferindo nomes existentes para novas entidades para compará-los ou para homenagear o lugar original através do processo conhecido como batismo. Este tem sido o caso particular nas antigas colônias européias, por exemplo, *Harlem* em Nova York foi batizada com o nome da cidade holandesa de *Haarlem*. Da mesma forma, pessoas são homenageadas em muitos nomes geográficos, como, por exemplo, George Washington em Washington.

Nomes geográficos como Washington devem ser considerados entre aqueles que resultaram de um batismo mais intencional, através do qual são dados nomes estabelecidos por meio de resoluções especiais a cidades, ruas, estradas, praças e outras entidades. É verdade que alguns dos nomes aos quais foram dados *status* de formalização legal eram usados antes informalmente para toda ou para parte da mesma entidade nominada.

A preservação de nomes geográficos abrange primeiramente e principalmente o conjunto de nomes herdados e cunhados espontaneamente, mas também nomes que resultaram de uma nomação planejada e que se tornaram parte integrante da herança cultural da sociedade. Já no final da era medieval, fortalezas e cidades, como as escandinavas Akershus e Landskrona, eram nominadas de acordo com padrões já existentes de nomação. Entretanto, a nomação planejada de lugares nos últimos séculos e, especialmente nos últimos 150 anos, se tornou uma parte mais importante do processo de nomação.

A nomação oficial mais antiga na forma de nomes de ruas apareceu pela primeira vez nas cidades principais. Algumas cidades já tinham uma planta na Idade Média; e, no começo, nomes tradicionais existentes eram usados para distritos e ruas. Entretanto, já que

⁴ Ver, por exemplo, Wilhelm F. H. Nicolaise, “Lexical and onomastic fields” , in *Proceedings of the Thirteenth International Congress of Onomastic Sciences, Cracow, August 21-25, 1978*, por Kazimierz Rymut, ed. (Wroclaw, Polônia, 1982), vol. II, pp. 209-216.

estes nomes não tinham recebido nenhuma chancela oficial, eles estavam sujeitos à mudança. Na medida em que as cidades se desenvolviam gradualmente, e novas áreas eram regulamentadas, a nomeação foi executada de uma forma mais planejada. Nos Países Baixos, nomes oficiais de ruas foram introduzidos na época de Napoleão, como provavelmente foram também os nomes de ruas em outras partes da Europa continental ocidental sob a influência do império francês.

A maioria das principais, e muitas das menores cidades nórdicas possuem seu próprio levantamento da evolução de nomes de rua e fornecem exemplos do processo histórico de nomeação de ruas. Por exemplo:

- Os nomes de ruas em Helsinki foram estabelecidos pela primeira vez em 1820, enquanto o primeiro comitê de nomes de ruas foi criado apenas 100 anos depois.
- Estocolmo teve o seu primeiro mapa impresso com nomes de ruas em 1733, mas somente após um anúncio oficial, em 1832, os nomes de ruas na cidade adquiriram *status* oficial.
- Na Noruega, parece que *Bergen* foi a primeira a nomear um comitê de nomes, que, em 1822, fez propostas para designações permanentes para todas as ruas, alamedas e passagens que levavam aos portos e praças públicas que não tinham nomes estabelecidos. Gradualmente, outras cidades e autoridades locais seguiram este exemplo e hoje todas as autoridades locais possuem um sistema organizado para a nomeação e planejamento de nomes, em geral com a contribuição de estudiosos em nomes. Este pode ser também o caso de muitas outras comunidades locais em todo o mundo.

A nomeação de ruas, estradas, praças, edificações, etc. é uma importante atividade administrativa para autoridades locais em todo o mundo. A nomeação acontece através da aceitação de nomes existentes na área ou através da criação de novos nomes. Recentemente, o uso de várias categorias de nomes tem sido uma ocorrência comum, por exemplo, nomes de pássaros em uma área, nomes de animais numa segunda e nomes de artistas numa terceira.⁵ Em geral, há uma preocupação sobre o uso de nomes de pessoas ainda vivas. Através de sua resolução VIII/2 (2002), a Oitava Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos recomendou que autoridades nacionais apropriadas desencorajassem o uso de nomes de pessoas para designar uma feição geográfica (interpretada como incluindo nomes de ruas, etc.) durante a vida da pessoa em questão.

O estudioso em nomes sueco Bengt Pamp⁶ ressaltou os seguintes fatores que devem ser considerados quando novos nomes de ruas, edificações, etc. são escolhidos: (a)

⁵ Para exemplos deste tipo numa cidade sul-africana, ver Colin Clive Smith, "Naming a city: the street and place names of the Roodepoort area 1854-1999", *Nomina Africana*, vol. 16 (2002), pp. 56-64.

⁶ Bengt Pamp, "Namnvårdens argument" (Os argumentos para cuidados com nomes), in *Ortnamnsvård och ortnamnsplanering*, Kurt Zilliacus, ed. NORNA-rapporter (Uppsala, Suécia), vol. 13 (1978), p. 9-21. A lei sueca referente às Descobertas e Monumentos Antigos foi revisada em 2000 e inclui um novo parágrafo a respeito de "um código de boas prática em nomes de lugares". É colocada ênfase na importância de se

potencial distintivo/funcionalidade, (b) extensão dos nomes/ortografia, (c) tradição, (d) significado/etimologia, (e) pronúncia e (f) aceitação (isto é, de natureza não ofensiva). A prática usual urbana de nomeação é a de um órgão designado pela autoridade local aprovar resoluções formais sobre nomes novos, em alguns casos contando com a orientação de consultores em nomes. Um painel mais amplo da padronização e designação de nomes geográficos nos países nórdicos também está disponível.⁷

D. Valores a serem preservados nos nomes geográficos

Muito tem sido dito e escrito sobre o valor dos nomes geográficos e sobre a importância de preservá-los. Como indicado acima, o respaldo para esta posição vem de várias fontes. Em primeiro lugar, existe a questão da documentação histórica. A maioria dos nomes geográficos foi cunhada a partir da descrição de certos aspectos de localidades ou feições e, portanto, fornecendo informações sobre as condições naturais e culturais existentes na época em que foram cunhados. Estas informações constituem um importante suplemento para a história dos lugares onde as pessoas se estabeleceram. O conjunto mundial de nomes geográficos reflete milhares de anos da história da civilização – muito embora seja geralmente impossível decidir a idade exata da maioria dos nomes. É difícil saber também o número exato dos nomes geográficos numa dada sociedade linguística, já que nomes antigos estão sendo esquecidos e nomes novos estão sendo cunhados de acordo com as necessidades atuais dos usuários de nomes.

Podemos também considerar os nomes geográficos como um reflexo da interação entre humanos e a natureza ao longo de diferentes períodos de tempo. Os estudos sobre nomes regionais que têm sido feitos no mundo mostram que os nomes geográficos fornecem uma pintura multifacetada e detalhada da existência humana em relação aos seus arredores. Em alguns casos, os nomes geográficos escritos podem nos dizer de maneira geral sobre a duração das colonizações. Por exemplo, Dirk Blok, em referência a partes de falantes de holandês da Europa, indicava que: nomes terminados em *-burg* ou *-ingen* foram registrados no período do século XVII ao século XIX; nomes terminados em *-donk* foram registrados após o século X; nomes terminados em *-kerke* foram registrados no período do século XII ao século XIII; e nomes terminados em *-dam* foram registrados após o século XIII.⁸

Além de serem repositórios da história natural e cultural, os nomes representam uma parte importante do nosso patrimônio linguístico. Este entendimento de nomes geográficos como uma fonte histórica e linguística tem sido fundamental há muito tempo na comunidade de estudiosos em nomes e tem, durante este tempo, aberto o caminho para um comprometimento mais amplo quanto à proteção e a preservação de nomes, como atesta a

preservar os nomes geográficos como parte da herança cultural da nação (ver Leif Nilsson, “Current trends in Swedish place-name standardization”, *Onoma*, vol. 35 (2000), pp. 279-287).

⁷ Botolv Helleland, “Place-name care and standardization in the Nordic countries”, *Onoma*, vol. 37 (2002), pp; 325-356.

⁸ Para referência em inglês, ver Dirk P. Blok “Names in *-iacum*” in *Topothesia: A Collection of Essays in Honour of T.S. Ó Máille*, Breandán S. Mac Aodha, ed. (Galway, Irlanda, 1982), pp.111-114..

legislação de vários países. Nesta perspectiva, podemos também notar a crescente preocupação com nomes geográficos em áreas multilíngues⁹, e recordar as várias resoluções adotadas pelas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos que apoiam a coleta e o uso de nomes geográficos de grupos minoritários e nativos como, por exemplo, as resoluções da Conferência V/22 (1987) e VIII/1 (2002).

E. Coleta de nomes geográficos

É evidente que todos os países e regiões devem registrar e preservar seus nomes geográficos. Desde cerca de 1900, um objetivo importante tem sido coletar nomes geográficos por categorias ou por estudos detalhados em áreas selecionadas. Neste trabalho, é dada ênfase ao registro da pronúncia transmitido através da tradição oral, já que ela reflete melhor a base linguística dos nomes. Ao mesmo tempo, embora os arquivos científicos tenham criado coletas sistemáticas de formas escritas mais antigas, é a coleta de material oral no campo que foi, e ainda é, o meio mais importante de preservar, tanto quanto possível, a riqueza dos nomes ainda existentes na tradição mais antiga. Recentemente, a preservação dos nomes geográficos de fontes orais e escritas tem sido reconhecida politicamente em muitos países.

Para o público geral, a preocupação maior não é, geralmente, o valor histórico dos nomes, mas sim as mudanças unilaterais de nomes atualmente em uso feitas por administradores, sem consulta local adequada. Muitas pessoas acham que esta é uma forma de agressão ao seu bem-estar. O fato de os nomes manterem os valores sociais e culturais do indivíduo constitui um importante argumento para promover a coleta sistemática destes.¹⁰

F. Exônimos

Um tipo especial de nomes geográficos visto como parte do patrimônio cultural é aquele que se designa como exônimo. O *Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos* do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos define exônimo como o nome usado numa língua específica para uma feição geográfica situada fora da área onde aquela língua tem *status* oficial, e que apresenta forma diferente do nome usado na língua oficial, ou nas línguas oficiais, da área onde se situa a feição geográfica (*Glossário*, 081). Os exemplos mais conhecidos incluem: Vienne (francês) e Vienna (inglês) para Wien, na Áustria; Ginebra (espanhol) para Genève, na Suíça; e Vilna (finlandês) para Vilnius, na Lituânia. Exemplos menos conhecidos podem fazer parte do vocabulário de pequenos grupos linguísticos (por exemplo, em língua feroesa: HØvdaastaour para Cape Town; Skiloy para Sicília; Kili para Chile; e Simbabvi para

⁹ Ver F.J. Ormeling, *Minority Toponyms on Maps. The Rendering of Linguistic Minority Toponyms on Topographic Maps of Western Europe* (Utrecht, Países Baixos, Department of Geography, University of Utrecht, 1983).

¹⁰ Naftali Kadmon, *Toponymy: The Lore, Laws and Language of Geographical Names*. (Nova York: Vantage Press, 2001), p.177.

Zimbábue). Todas as comunidades linguísticas têm nomes desse tipo, e na linguagem individual eles são parte do patrimônio linguístico dessas comunidades. Isso foi reconhecido pelas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (por exemplo, na Resolução II/28, 1972). Ao mesmo tempo, contudo, várias resoluções das Conferências das Nações Unidas recomendaram que o uso de exônimos seja reduzido (por exemplo, II/29 e IV/20), particularmente na cartografia, a fim de facilitar a comunicação internacional por meio do uso de nomes geográficos nacionalmente padronizados.

G. Considerações finais

Ao discutir nomes geográficos como parte da herança cultural, deve-se levar em consideração o fato de que nomes geográficos fazem parte da língua numa sociedade. Os nomes geográficos são funcionais a ponto de terem um lugar no sistema de comunicação de uma sociedade; quando eles não mais atendem a uma necessidade, caem em desuso. Como ficou evidente nesta apresentação, a preservação de nomes geográficos é uma importante questão para leigos e de especialistas. Tradicionalmente, os problemas em relação à ortografia e escrita de nomes geográficos têm sido o foco central, e, de fato, eles ainda são; mas nas últimas décadas, a questão da proteção dos nomes geográficos como parte da herança cultural linguística se tornou mais evidente. A globalização crescente oferece a vantagem de permitir um entendimento mais amplo dos nomes e da herança locais. Entretanto, em alguns casos hoje, os nomes geográficos locais parecem correr o risco da imposição, através da comercialização local e global, de nomes introduzidos a partir culturas de fora.

Capítulo VI

Exônimos, também chamados de nomes convencionais¹

Naftali Kadmon (Israel)

A primeira parte deste manual trata somente de nomes “locais” ou endônimos (*Glossário*, 076), nomes que uma autoridade nacional em nomes está autorizada a padronizar. Num estágio avançado, entretanto, esta autoridade pode ser convocada a preparar uma lista de exônimos ou formas convencionais de nomes a serem usados para feições fora da área de sua jurisdição. Este capítulo trata brevemente deste aspecto da toponímia.

Três métodos de conversão de nomes, a saber, transliteração, transcrição e tradução, foram discutidos na segunda parte: o capítulo II trata dos endônimos; os exônimos serão agora considerados. Um exônimo (*Glossário*, 081) é simplesmente um nome “diferente” para um lugar, adaptado ao ambiente linguístico ou a outro ambiente cultural da comunidade que o cunhou, frequentemente sem preservar o significado, som ou forma gráfica do endônimo original.

Um exônimo é um nome dado na sua própria língua por uma comunidade linguística - um grupo de pessoas que se comunicam umas com as outras com relativa facilidade numa língua comum - a uma feição topográfica situada num território onde esta língua não tem *status* oficial, por exemplo, um país estrangeiro.² Os ingleses tradicionalmente usam o termo “nome convencional”, mas aqui iremos usar o termo internacionalmente aceito, “exônimo”.

Para um topônimo ser definido como um exônimo, deve existir um grau mínimo de diferença entre ele e o endônimo correspondente. Portanto, a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos (1977), através de sua resolução III/19³, de fato excluiu as seguintes categorias de topônimos das listas de exônimos: aqueles diferentes do nome oficial apenas pela omissão, adição ou alteração de diacríticos ou do artigo; aqueles diferentes do nome oficial por declinação ou derivação; aqueles criados pela tradução de um termo genérico. Da mesma forma, um nome constitui

¹ Texto adaptado, com permissão, de Naftali Kadmon, *Toponymy: The Lore, Laws and Language of Geographical Names*. (Nova York: Vantage Press, 2001), cap. II.

² A visão – diferente da definição formal citada - é sustentada por alguns especialistas. Segundo eles, nomes dados por uma comunidade linguística a lugares que anteriormente pertenciam a uma entidade política (como um país) onde a língua desta comunidade tinha *status* oficial, mas onde ela agora não tem nenhum, não constituem exônimos. Na Oitava Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos (2002), um novo grupo de trabalho foi formado para tratar especificamente de questões relacionadas a exônimos.

³ Ver *Third United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, vol. I. Report of the Conference, Athens, 17 August–7 September 1977* (United Nations publication, Sales No. E.79.I.7).

um exônimo se ele diferir do endônimo que não por transliteração ou transcrição. Čkalovsk não é um exônimo da cidade russa Чкаловск, mas simplesmente o endônimo escrito em uma escrita diferente. A omissão de ma marca diacrítica, em geral, não transforma um endônimo em um exônimo: Sao Paulo (para São Paulo); Malaga (para Málaga) ou Amman (para `Ammā) não são considerados exônimos. Entretanto, em certas línguas, os diacríticos permitem que nomes idênticos sejam distinguidos; nestes casos, a omissão destes diacríticos pode ser considerada geradora de exônimos. Logo, na Eslováquia, Rovné e Rovne são lugares diferentes, como também *Brezany* e *Brežany*. Este é o motivo para a definição ampla do termo “exônimo” no *Glossário*.

Quando se fala de exônimo de um lugar, deve-se sempre indicar na língua a qual ele se aplica. Os seguintes são alguns exemplos de uma grande quantidade de exônimos: Brunswick é um exônimo inglês para o endônimo alemão Braunschweig; Copenhagen é o exônimo alemão e Köpenhamm o exônimo sueco para o dinamarquês Kóbenhavn (exônimo inglês: Copenhagen); Moscou é o exônimo francês e Moscow é o exônimo inglês para o endônimo da capital russa (romanizada como Moskva. Da mesma forma, Cairo é o exônimo inglês para o árabe al-Qāhirah.



Figura XXII Red Square in Moscow

Nota: *Red Square* é o exônimo em inglês para a *Krasnaja ploščad* e *Moscow* é o exônimo em inglês para *Moskva* em russo.

Fotografia da autora

Existem três razões principais para a evolução, existência e persistência de exônimos. A primeira é histórica. Em muitos casos, exploradores, ignorantes dos nomes locais existentes, ou colonizadores e militares conquistadores que não davam importância a eles, nominavam, na sua própria língua, feições geográficas que tinham nomes nativos, e estes exônimos permaneceram em uso nos países em questão. Um dos mais conhecidos é Monte Everest, nominado em homenagem ao Topógrafo-Geral inglês da Índia entre 1830 e 1843. Ele mais tarde se tornou um endônimo oficial, mas esta feição geográfica era, e ainda é, chamada de Qomolangma pelos tibetanos e Sagarmāthā pelos nepaleses. Estes nomes alternativos são conhecidos como alônimos (*Glossário*, 005).

A segunda razão está relacionada a problemas de pronúncia. Uma comunidade de fala específica pode não ser capaz de pronunciar um determinado nome estrangeiro, ou mesmo entender alguns de seus sons e, portanto, pode registrá-lo erradamente. Muitos europeus são incapazes de pronunciar o árabe *gh*, *ġ*, som como em “*Gazha*” ou “*Benghāzi*” e quase sempre substituem um *g* forte, resultando em *Gaza* e *Bengazi*.

Finalmente, se uma feição geográfica se estende por mais de um país, ela pode ter um endônimo diferente em cada um. Nestes casos, os outros países estabelecem um exônimo. O rio que nasce na Alemanha sob o endônimo Donau e deságua no Mar Negro à medida que o Dunaj atravessa oito países e carrega cinco diferentes endônimos; portanto, para simplificar, o inglês usa o exônimo Danube para identificar o rio em toda a sua extensão.

Quando um exônimo é “aceito” por uma comunidade linguística e frequentemente aparece em sua literatura relacionado a alguma tradição, ele pode ser considerado um nome tradicional (*Glossário*, 345). Este termo se relaciona, entre outros, a nomes com uma conotação religiosa como Rome (inglês) para Roma (italiano) e Mecca (inglês) para Makkah (árabe). Os exônimos para países e cidades importantes também são geralmente considerados nomes tradicionais.

Entretanto, enquanto há pouca chance de os exônimos ou nomes tradicionais serem totalmente abolidos no uso nacional e local, há praticamente unanimidade de opinião nas Nações Unidas de que eles não devem ser usados internacionalmente.

Finalmente, o exônimo ocidental Peking é ainda lembrado em restaurantes em relação ao pato, mas mesmo no menu, Peking já está sendo substituído pelo endônimo Beijing - portanto, Pato de Beijing.

Capítulo VII

Do trabalho de campo aos nomes padronizados: o princípio de “o dono decide” seguido nos Países Baixos

Ferjan Ormeling (Países Baixos)

Em muitos países, uma autoridade em nomes decide sobre a ortografia de nomes geográficos, mas, mesmo se uma autoridade em nomes existir, ela pode delegar a autoridade para decidir sobre a ortografia de um nome geográfico.

Nos Países Baixos, o princípio do uso local é seguido ao adotar-se nomes geográficos. O Topografische Dienst, responsável pelos nomes geográficos na série de mapas topográficos nacionais dos Países Baixos, usa os nomes fornecidos por vários órgãos e indivíduos considerados “donos” das entidades (isto é, lugares ou feições naturais ou construídas) em questão.

Nos Países Baixos, o princípio central para o reconhecimento de um nome geográfico é o de que o “dono” de um objeto geográfico decide sobre o nome (a ortografia) da entidade.

- 1. Os nomes das províncias e municípios são fixados por lei, já que é o governo que os supervisiona e os controla.**

O país é dividido em 12 províncias e (em 2003) 489 municípios.

- 2. No âmbito municipal, é o município que decide sobre os nomes das entidades (ilhas, lagos, rios, lugares habitados) localizadas em seu território.**

Não existe uma estrutura de consulta regular para decidir sobre os nomes de entidades que não estão totalmente dentro de um único município, de modo que pode acontecer do nome de uma feição mudar de um município para o outro. Hearrenwei pode mudar para Herenweg (versão frísia e holandesa, respectivamente, de um nome de rua, que poderia ser traduzido para o inglês como “Gentry Road”).

- 3. São os donos de fazendas ou edificações individuais que decidem sobre os nomes destas edificações.**

Fazendeiros podem nominar suas fazendas com o nome de suas famílias (por exemplo, Sybellemahof, Drewerderhof, Albertine-state), dar nomes religiosos (como Ora et Labora, ou Eben Haëzer), refletir sobre seus objetivos (por exemplo, Hoop op Welvaart: “*Esperança de Prosperidade*”) ou nominar as fazendas a partir

de feições geográficas vizinhas. Como os donos decidem sobre o nome, eles podem também usar a ortografia que não é mais usada ou apenas linguisticamente incorreta. O dono pode nominar sua fazenda De Weide Blick, que na ortografia oficial deveria ser De Wijde Blik (quer dizer, “A Vista Ampla”). Perto da pequena vila holandesa Eese, alguns nomes derivados como Eeservee (uma área pantanosa) e Eesermeer (um lago) são usados de acordo com o nome original *Eese*. Entretanto, um fazendeiro da vizinhança tem liberdade de nominar sua fazenda Ezerveld em vez de Eeserveld. E como a ortografia que o dono usa é definitiva, é o nome Ezerveld que irá constar no mapa, perto de Eese, Essermeer e Eeserveen. Nomes escritos incorretamente ou alterados são aceitos, mas são, é claro, inconsistentes quanto ao princípio de que nomes derivados devem ser escritos da mesma forma que os nomes aos quais eles estão associados.

4. Rios e canais são geridos e supervisionados nos Países Baixos por autoridades de gestão de águas específicas (waterschappen) e são estes órgãos, portanto, que decidem sobre os nomes destas unidades e suas partes constituintes.

Desde o século XII, o waterschappen é organizado no mesmo nível hierárquico da província/município, para tratar de questões da luta contra a água do mar e a água dos rios. Para impedir inundações, eles supervisionam a construção e manutenção de represas e diques, eclusas e moinhos usados para sugar a água excedente. Estas organizações de drenagem têm seus próprios conselhos eleitos e recolhem seus próprios impostos. E, é claro, têm seus nomes geográficos próprios para unidades em sua totalidade e para as partes constituintes, e para *polders* (isto é, áreas geralmente cercadas de diques que têm um nível de água fixo específico, determinado por decreto destes conselhos de água ou drenagem). Como agência coordenadora, o governo colocou em uma posição hierárquica superior a eles o Departamento de Obras Públicas e Gestão de Águas (*Rijkswaterstaat*), uma diretoria do Ministério de Obras Públicas. Os nomes dos *polders*, como registrados nos decretos que fixam os níveis da água, são usados como fonte para topógrafos que coletam nomes relevantes para os mapas.

Organizações hierárquicas paralelas, com funções territoriais específicas, como acontece nos Países Baixos nos *waterschappen* (paralelos às províncias/municípios), também existem em outros países. As organizações de irrigação são exemplos disto, bem como as *huertas* na Espanha e as organizações de pastagem de gado na *puszta* (estepe) na Hungria.

Além dos rios e lagos “naturais” que salpicam os Países Baixos (na verdade uma vasta área de delta dos rios *Rhine* e *Meuse*), existem várias massas de água artificiais. A terminologia técnica reflete sua diferença em tamanho e função. Um “-*zijk*”, por exemplo, é um canal que termina numa eclusa ou pelo menos num ponto onde a água pode ser bombeada. Um “*sloot*” é um canal pequeno (sarjeta) usado para drenagem de pedaços individuais de terra. A determinação se um canal se encaixa numa categoria de feição ou outra pode às vezes ser um tanto arbitrária, uma vez que os padrões ou definições das categorias e também as funções dos

próprios canais podem mudar através dos tempos. Portanto, os genéricos ligados aos nomes podem, portanto, ter se tornado obsoletos!

5. O Levantamento Hidrográfico é responsável pelo mapeamento das marés, estuários, canais, barrancos e bancos de areia em nossa costa e é responsável pelos nomes destas entidades.

Obviamente, pode haver uma sobreposição na responsabilidade sobre a nomenclatura: os municípios, e não o Levantamento Hidrográfico, podem se considerar responsáveis para decidir sobre os nomes das feições da costa. Entretanto, isto não tem causado conflitos até agora.

Nominando novos lugares e estruturas

Como a maioria dos países foi densamente colonizada há milhares de anos, novos nomes são necessários apenas para novas feições de infraestrutura, como canais, túneis e extensões de portos. Novos nomes têm que ser encontrados quando municípios são unificados ou quando terrenos são retomados do mar. Neste último caso, têm sido usados, para nominar os novos assentamentos planejados, nomes encontrados em documentos de arquivos que mostram vilas existentes anteriormente. Os “novos” nomes propostos pelos órgãos administrativos locais nestes casos são submetidos à Comissão Consultiva para a Determinação de Nomes Geográficos Holandeses (*Adviescomissie voor het vaststellen van Nederlandse aardrijkskundige namen*) da Academia Real de Artes e Ciências dos Países Baixos. A Comissão aconselha apenas em relação a aplicações oficiais administrativas ou políticas e não existe a possibilidade de interferência do público em relação a pedidos para mudança de nomes geográficos.

A ortografia da língua holandesa é regida por leis, que têm que ser seguidas pelo menos para nomes de ruas; outros nomes geográficos nos Países Baixos, por enquanto, estão isentos desta lei. Na vizinha Bélgica, a mesma lei de ortografia para o holandês se aplica e aqui todos os nomes geográficos seguem a lei.

Nomes minoritários

Sob o sistema do princípio do “dono decide”, um município pode agora, se assim o desejar, apresentar os nomes das entidades dentro de sua área na língua minoritária. Isto na verdade tem acontecido em parte na nossa área de língua minoritária, a província de Frísia (ao norte do país), onde vários municípios têm uma população que acredita fortemente na restauração de seus nomes originais em frísio. Eles têm usado este princípio recém-estabelecido para corrigir os nomes geográficos dentro de suas áreas e para reescrevê-los de acordo com as (novas) regras ortográficas para o frísio.

Os nomes oficiais anteriores em holandês podem ser adicionados em parênteses, como ilustrado na figura XXIII por um mapa topográfico dos Países Baixos (escala original 1:50.000).

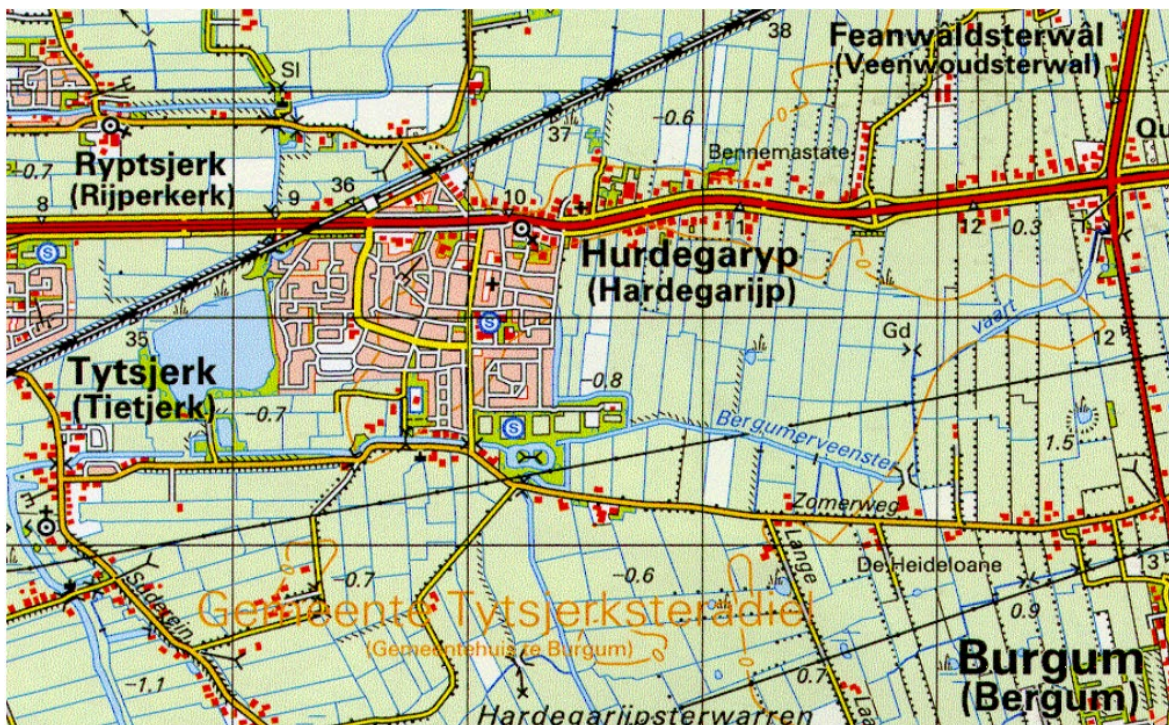


Figura XXIII. Apresentação em mapa bilingue dos nomes na língua minoritária frísia em primeiro lugar e nomes na língua majoritária holandesa entre parênteses.

Copyright 2003, Topografische Dienst, Emmen, Netherlands.

Capítulo VIII

Exemplo de instruções dos Países Baixos escritas aos reambuladores para a coleta de topônimos no campo¹

Ferjan Ormeling (Países Baixos) e Nico Bakker (Países Baixos)

Instruções escritas para a coleta de campo de nomes geográficos devem ser disponibilizadas com antecedência para os reambuladores/topógrafos que têm que coletar nomes geográficos no campo. Por exemplo, para reambuladores/topógrafos nos Países Baixos, as instruções incluem os seguintes tópicos:

- **Objetivos.** Os objetivos são coletar tanto os nomes geográficos quanto os nomes descritivos de objetos (a saber, lugares, feições naturais e construídas) usados pela população local na sua conversação coloquial. Os nomes coletados devem ainda ser atuais, estar na ortografia oficial² e as entidades aos quais os nomes se referem devem ser conhecidas em relação à sua natureza e sua dimensão. As regras para a escrita do holandês foram descritas em lei. Esta lei se aplica apenas a nomes de ruas, mas não a todos os outros nomes geográficos.
- **Categorias de entidades geográficas que precisam ser nominadas.** Existe uma lista padrão de entidades a serem nominadas, consistindo de:
 - (a) Municípios;
 - (b) Assentamentos habitados;
 - (c) Entidades geográficas não-administrativas, como florestas, regiões ou campos;
 - (d) *Polders* ou outras entidades de drenagem de água;
 - (e) Cursos de água navegáveis;
 - (f) Todos os outros cursos de água e lagos;

¹ Baseado em Tjeerd Tichelaar e Ferjan Ormeling, “Names collection in the field and the office”, in Lecture Notes, vol. 1, para o curso de treinamento em toponímia da Divisão das Línguas Holandesa e Alemã/Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, Enschede, Países Baixos/Frankfurt am Main, Alemanha, 10-24 agosto 2002, pp. 64-65, publicado pela Utrecht University, Utrecht, Países Baixos, 2002; e na apresentação de Nico Bakker (Topografische Dienst Nederland) sobre “Geographical names in the Dutch Topographic Maps”, no mesmo curso. Alguns exemplos foram retirados da Specifications/Handbook Namenboek Topografische Dienst, Handleiding Versie, 2001.

² O termo “ortografia oficial” se refere à ortografia destes nomes como usados em fontes oficiais, por exemplo, decretos de conselhos de gestão de água, atos municipais e leis provinciais e estaduais que se referem aos nomes geográficos em seus textos. Nunca se pretendeu que estes decretos e leis oficiais fossem a autoridade final na ortografia destes nomes, mas na ausência de uma agência oficial de nomes nos Países Baixos, eles assumiram este papel.

- (g) Canais;
- (h) Estradas, ruas, diques, trilhas, piers, e barragens;
- (i) Edificações (fazendas, edificações isoladas);
- (j) Feições especiais (pontes, represas, viadutos, marcadores de fronteira, etc.).

A responsabilidade pela coleta da ortografia oficial dos nomes das categorias (d) e (e) era da *Rijkswaterstaar* (ver segunda parte, cap. VII) e pela coleta de nomes da categoria (g) era do Serviço Hidrográfico, sendo o Serviço Topográfico (*Topografische Dienst Nederland*) responsável por todos os outros nomes. Como ultimamente as duas primeiras instituições não têm estado muito ativas na coleta de nomes, a responsabilidade pela coleta de nomes em categorias (d), (e) e (g) vem gradualmente sendo passada para o Serviço Topográfico.

- **Preparação da minuta da colagem de nomes, ou nota de campo durante a fase preliminar.** O objetivo desta atividade é estabelecer a consciência das questões relevantes para a coleta de nomes na área designada e dos problemas relacionados à encontrar os nomes de entidades específicas.
- **Uma lista de pessoas ou fontes documentais a ser consultada.** Precisamos de autoridades locais que vivem há muito tempo na região, têm informações sobre desenvolvimentos recentes e viajam muito na área. Entre as pessoas a serem consultadas estão funcionários do município, professores, comerciantes bem-informados, chefes de correio, clérigo, tabeliães, historiadores locais, autoridades do conselho de *polder* e porta-vozes de florestas estaduais e áreas naturais. Entre as fontes documentais estão mapas atuais, nomes em fachadas ou letreiros, listas oficiais municipais, plantas de cidades e guias, manuais de navegação e manuais sobre reservas naturais.

Antes de os topógrafos irem a campo, eles podem consultar os livros-razão de nomes e as folhas de nomenclatura da edição anterior dos mapas relevantes. Eles podem achar listas de fontes, com telefones de informantes usados para rever nomes para a edição anterior do mapa. Pelo menos teoricamente, estas pessoas podem ser contatadas com antecedência para marcar reuniões. Desde a publicação da edição anterior do mapa, todas as dúvidas, comentários e sugestões relacionadas aos nomes geográficos foram coletados num documento de nomes adicional. Isto ajudará os topógrafos na solução de quaisquer questões relevantes e na correção dos erros. Antes do início da campanha, os topógrafos também irão discutir a área a ser trabalhada com seu chefe de seção, que irá colocá-los a par de quaisquer problemas ou questões relacionados aos nomes da área.

- **Durante o trabalho de campo.** O topógrafo/ reambulador deve verificar todos os nomes no mapa, conferindo-os com as constantes placas ou fachadas, perguntando aos habitantes sobre eles ou contatando as autoridades locais. Se existirem quaisquer documentos oficiais que reflitam mudanças de nome recentes, estes

devem ser copiados e acrescentados ao arquivo. Durante esta fase, o topógrafo tem que se informar sobre o número de habitantes dos núcleos populacionais do município, se estes dados puderem ser obtidos em arquivos sobre a população. Para este fim, os nomes das autoridades administrativas relevantes são registrados nos arquivos. As informações a serem pedidas no município incluem nomes de assentamentos, nomes de partes de vilas (por exemplo, distritos eleitorais ou bairros), cidades e municípios e o número de habitantes. (O número de habitantes irá determinar o tamanho da fonte a ser usada na grafia do nome na carta impressa).

Em muitos países formulários especiais de coleta de nomes são fornecidos aos topógrafos/reambuladores. Nestes são registrados, por exemplo, a ortografia de um nome de acordo com os mapas topográficos e/ou cadastrais atuais; a ortografia do nome de acordo com os habitantes, autoridades locais e mapas antigos e os nomes propostos pelo reambulador para uso oficial. No caso dos Países Baixos, os topógrafos/reambuladores anotavam os nomes em livros-razão de nomes (também conhecidos como folhas de campo) que são uma impressão em cinza da edição anterior do mapa da qual constava apenas as linhas de contornos das feições. Nela, com códigos de letras, as fontes eram acrescentadas e explicadas na margem do mapa. Os nomes que não são mais usados eram indicados com cores específicas. Atualmente, entretanto, os reambuladores vão a campo com computadores portáteis contendo a edição anterior do mapa e fotografias aéreas recentes, com formulários digitais onde os nomes são acrescentados.

São questões a serem consideradas no uso de livros-razão de nomes (ou computadores) para registrar os nomes:

- (a) A localização e dimensão da entidade nominada;
- (b) A ortografia do nome;
- (c) A natureza da entidade sendo nominada.

Foram encontrados problemas específicos no uso de livros-razão quando a margem do mapa atravessava a feição nominada. O topógrafo/reambulador tinha então que trabalhar em conjunto com o colega que estava reambulando na folha contígua do mapa, ligando as folhas.

Todos os nomes novos ou modificados devem ser inseridos pelo reambulador na fotografia aérea ou no mapa da área.

- **Produção da folha de nomenclatura.** A folha é completada em formulários oficiais pré-impressos, com indicação da natureza da entidade nominada, seu tamanho, etc. Estas folhas eram produzidas para o tipógrafo, mas são atualmente usadas pelos cartógrafos que precisam saber que tamanho, cor e estilo os nomes no mapa devem ter. Espera-se que, no novo ambiente digital, estas folhas de nomenclatura sejam automaticamente geradas por sistemas.

As informações coletadas pelos topógrafos compreendem duas categorias:

- (a) Topônimos;

- (b) Designações genéricas (rótulos) como fábrica, cemitério, etc.
- **Produção da minuta da colagem de nomes.** Esta minuta de colagem de nomes terá os tamanhos das letras indicadas e os nomes dados nas suas localizações finais planejadas (com base da dimensão das entidades ou o número de habitantes).
 - **Instruções sobre a maneira de localizar nomes na minuta da colagem de nomes e a densidade necessária dos nomes no mapa topográfico final.** Estas instruções também se referem às cores, tamanhos, tipos de fonte ou estilos a serem usados. Nele também são fornecidas as regras que indicam onde colocar os nomes de entidades localizadas numa linha de costa e como lidar de entidades lineares ou pontuais. Nomes de rios e canais e pontos cotados batimétricos são indicados em azul. Os nomes dos municípios e os pontos cotados altimétricos são dados em marrom. Roxa é a cor usada para os nomes de navegação aérea. Vermelha é a cor usada para todos os nomes e números de estradas que estão relacionadas à rede rodoviária. Todos os outros nomes e designações são mostrados em preto.
 - **Regras para tamanhos de letras de nomes de distritos eleitorais de cidades ou bairros.** Os vários distritos eleitorais de uma cidade podem ter nomes individuais também. Às vezes, eles são os nomes de assentamentos originalmente separados.
 - **Regras para a escolha de nomes de fazendas.** Estes devem ser necessárias caso haja relativa densidade das fazendas.
 - **Regras para separação de nomes.** Caso haja pouco espaço dentro do qual colocar um nome, o nome pode ser dividido e deve-se deixar claro onde na(s) palavra(s) do nome isto pode ser feito.
 - **Regras para espaçamento de letras em nomes.** Para melhorar a referência a uma entidade específica com uma extensão ampla, o espaçamento entre letras pode ser viável, se executado de forma sistemática.
 - **Regras para abreviação.** Como no caso da separação de nomes, se não houver espaço suficiente no mapa para acomodar todos os nomes que devem ser incluídos, os nomes podem ter que ser abreviados. As abreviaturas devem ser explicadas na margem do mapa. Existem abreviaturas padrão para a maioria dos genéricos, bem como para palavras que denotam direções cardeais, títulos e alguns adjetivos frequentemente usados em nomes geográficos (como as versões holandesas de velho, novo, grande, pequeno, mais baixo e mais alto).
 - **Regras para colocação de pontos cotados no mapa.** Isto tem pouco a ver com toponímia, mas como os números que indicam as cotas altimétricas e batimétricas são impressos na mesma cor dos nomes no mapa, este tipo de informação é geralmente definido pela mesma pessoa que determina os nomes topográficos.

- **Regras para a seleção de fontes, tamanhos e cores.** Para diferentes escalas de mapa, diferentes seleções de fontes, tamanhos e cores podem ser feitas.
- **Algumas regras ortográficas.** Referem-se ao uso de hífens, o uso de maiúsculas e o manuseio de nomes com ortografia incorreta.
- **Fontes para a ortografia oficial de categorias específicas de nomes.** Nomes de entidades privadas podem estar sujeitos a diferentes regras de ortografia daquelas aplicadas a entidades públicas.
- **Definições de categorias de nomes representadas no mapa.** Às vezes não fica claro se uma entidade deve ser nominada ou em qual categoria ela se insere. Isto é porque são necessárias definições destas entidades.
- **Regras para documentação das decisões relacionadas aos nomes.** Como não há um conselho em nomes geográficos nos Países Baixos, o *Topografische Dienst* é responsável pela coleta de nomes. Suas decisões relacionadas à ortografia dos nomes estão bem documentadas para referência futura. O nome do informante é documentado, bem como sua ocupação, endereço e telefone.
- **Regras para seleção de versões de nomes em línguas majoritárias ou minoritárias em áreas bilíngues.** Nesta seção das instruções, as partes genéricas do nome frísio estão listadas de modo que a sua ortografia possa ser padronizada e explicada em holandês, isto é:

- (a) Os nomes municipais devem ser derivados de uma lista publicada no diário oficial;
- (b) Para nomes de assentamento, o primeiro nome encontrado nas placas com o nome do lugar deve ser usado como o nome principal no mapa. Se houver um segundo nome subjacente, este pode ser acrescentado em parênteses no mapa;
- (c) Nomes de entidades em outras categorias são escritos no mapa na forma em que são encontrados em placas de nomes na área (elas pode ser em holandês ou em frísio) a não ser que fontes oficiais determinem o contrário;
- (d) Rótulos para fábrica, cemitério, riques de patinação, etc. são apresentados apenas em holandês e não são traduzidos para frísio

Capítulo IX

Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, para uso internacional (de 1970 até o presente)¹

Helen Kerfoot (Canadá) e Eeva Maria Närhi (Finlândia)

Diretrizes toponímicas: sua concepção

Na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos realizada em Atenas em 1977, foram discutidos o agrupamento e a disseminação de informações toponímicas. Ficou claro que a compreensão geral sobre nomes geográficos no mundo não era satisfatória. A grande variação dos nomes geográficos e das abordagens a seu uso em diferentes países não eram bem entendidos pelos de especialistas e certamente não pelos usuários das informações, por exemplo, cartógrafos.

Esta deficiência provocou uma ação. Dr. Josef Breu da Áustria, eleito Presidente do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, em seguida à Terceira Conferência, iniciou uma abordagem prática para disponibilizar de forma sistemática aos usuários das informações os métodos toponímicos e de padronização vigentes em diferentes países. Inicialmente, esta abordagem era dirigida aos cartógrafos, mas, mais tarde, a base de usuários foi reconsiderada para abranger um público internacional mais geral, particularmente incluindo aqueles envolvidos em publicações.

Na oitava sessão do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos em Nova York em 1979, Dr. Breu apresentou a primeira amostra das “Diretrizes toponímicas para a cartografia internacional”. Seu documento de 10 páginas (WP 5) resumia as informações apropriadas para a Áustria e fornecia aos leitores, por exemplo, informações sobre regras de ortografia, substratos linguísticos e línguas das minorias (esloveno, croata de Burgenland, húngaro e tcheco). Ele explicou as diferentes responsabilidades na padronização de nomes e registrou este importante material para fonte como o *Österreichische Karte* [Carta da Áustria] na escala de 1:50.000 e o índice de nomes geográficos oficial de 1971. Apelativos, adjetivos e outras palavras necessárias para o entendimento de mapas e planos cadastrais em alemão e línguas minoritárias foram listados em três páginas.

¹ O texto do presente capítulo é uma versão modificada e atualizada de Helen Kerfoot e Eeva Maria Närhi, “United Nations standardization of geographical names: development of toponymic guidelines for map and other editors for international use”, *Nomina Africana*, vol. 15, Nos. 1 e 2 (2001).

Este modelo de diretrizes toponímicas foi publicado no *World Cartography*, vol. XVIII², 1986, e ainda é uma referência útil a ser seguida.

Recomendações sobre o conteúdo das diretrizes toponímicas

Esta útil ferramenta para avançar no entendimento comum da toponímia visa à apresentação sistemática de informações de cada país: sobre línguas, sua distribuição e *status*; mapas linguísticos e administrativos; o alfabeto/escrita usado em formas escritas de nomes, suplementado por informações sobre valores fonéticos de caracteres e o uso de maiúsculas, cadeias de palavras, etc.; autoridades em padronização de nomes e seus endereços de contato; materiais para fonte, contendo nomes padronizados e um glossário de termos comuns entre topônimos. Nos anos subsequentes, outros itens foram acrescentados, incluindo abreviaturas usadas e métodos de diferenciação entre topônimos e outros textos em mapas nacionais (ver apêndice I a este capítulo para um detalhamento).

Em países onde havia órgãos de padronização de nomes ou meios bem estabelecidos de tratamento e manutenção de toponímia, estas diretrizes poderiam normalmente ser consideradas “oficiais”. Em outros casos, elas eram vistas essencialmente como instrumentos profissionais práticos para toponimistas, geógrafos e cartógrafos. Alguns países apresentaram mais de uma edição de suas diretrizes. A atualização é, certamente, um dos fatores necessários em relação à manutenção da utilidade das diretrizes.

Alguns aspectos importantes das diretrizes toponímicas

Diretrizes toponímicas são consideradas uma ferramenta para avançar no entendimento comum da toponímia e a da necessidade de padronização. Para cada país, estas diretrizes, promovidas pelo Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, fornecem um modo sistemático de coletar informações básicas sobre a toponímia nacional e políticas relevantes. A abordagem consistente desenvolvida para as diretrizes também inclui fornecer ao usuário documentos de referência fáceis de usar.

Muitas diretrizes toponímicas são de excelente qualidade e contém muitas informações úteis - infelizmente, apenas poucos itens podem ser citados aqui como exemplo.

Na maioria dos países, mais de uma língua é falada. Portanto, é importante que as diretrizes forneçam um quadro claro das línguas, sua distribuição e *status* no país. As possibilidades de *status* são muitas, como se pode perceber nos verbetes para a palavra “língua” no *Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos* do Grupo de Especialistas (2002): oficial, nacional, principal, nativa, veicular, minoritária, literária, coloquial, padrão, não-oficial, etc. Por exemplo, a África do Sul (em 1992) forneceu

² United Nations publication, Sales No. E.85.I.23.

detalhes sobre o afrikaans, o inglês, o khoekhoen e o nguni (E/CONF.85/L.23)³. As diretrizes da Turquia informam sobre o substrato linguístico em nomes geográficos turcos, refletindo “a posição intermediária entre dois continentes e reinos culturais diferentes” ocupada pela Turquia. (E/CONF.74/L.7).⁴ As diretrizes para a França, publicadas como *Guide de toponymie cartographique* [Guia de toponímia cartográfica] em 1989 (*Institut Géographique National*, 1989) [Instituto Geográfico Nacional, 1989], incluía informações detalhadas significativas e mapas sobre variações linguísticas e dialetais na França.

Diretrizes fornecem informações sobre o alfabeto (ou outro sistema de escrita) usado num país nas formas escritas de nomes. Foi rapidamente descoberto, entretanto, que um alfabeto precisava ser suplementado pela informação sobre o valor fonético dos caracteres nas línguas do país. Mesmo no alfabeto romano, os caracteres podem ter valores diferentes em diferentes línguas. Por exemplo, o caractere z é pronunciado como um [z] vibrante em nomes em inglês, holandês, polonês, tcheco, francês, grego (novo), romano, húngaro e russo (transliterado); como [θ] em nomes em espanhol; como [s] em sueco; como [ts] em alemão, grego (clássico) e geralmente em italiano; e como [dz] em alguns nomes em grego e italiano.

Como as diretrizes pretendem atender às necessidades de editores nacionais e internacionais e de comunicação, as regras de ortografia são de importância central. O uso de maiúsculas, hífen, ligação de cadeias de palavras, etc. são geralmente estabelecidos pela longa tradição de um país e estes fundamentos fornecem conhecimento importante para o uso correto de nomes de lugar. A maioria dos países europeus - todos os países da Divisão Nórdica, por exemplo - enfatizam a necessidade de diacríticos específicos e ligaduras na escrita dos topônimos nas línguas de seus países. As diretrizes da Estônia, Finlândia, Alemanha e Países Baixos fornecem regras de ortografia bem estabelecidas para nomes estonianos, finlandeses/*saami*, alemães e holandeses; o sueco e o dinamarquês não possuem regras ortográficas explícitas, mas o uso é baseado em tradição bastante antiga. As diretrizes da Islândia indicam que a ortografia de topônimos é de responsabilidade do Comitê Islandês de Nomes de Lugar, enquanto as da Noruega discutem o *status* de duas línguas padrão e da ortografia de topônimos em seu contexto histórico.

Desde o início, foi considerado muito importante incluir endereços de contato para mais informações sobre o tratamento de nomes padronizados em um país. Da mesma forma, foi essencial incluir material publicado que sirva de fonte para formas padronizadas de topônimos, por exemplo, índices de nomes geográficos, mapas e atlas, dando ao usuário informações confiáveis. Vários países (por exemplo, os Estados Unidos da América, Canadá, Austrália e Alemanha) dão informações detalhadas sobre as autoridades em nomes que são responsáveis pela toponímia oficial nos níveis federal e estadual/provincial/territorial.

³ *Sixth United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, vol. II, Technical papers, New York, 25 August–3 September 1992* (United Nations publication, Sales No. E/F/S.95.I.39), pp. 279-294.

⁴ Ver *Fourth United Nations Conference on the Standardization of Geographical Names, vol. II, Technical papers* (United Nations publication, Sales No. E/F/S.86.I.21).

As abreviaturas cartográficas, que podem parecer um quebra-cabeça para aqueles que não estão familiarizados com esta linguagem, têm sido valiosas (por exemplo, aquelas apresentadas pela República Federal da Alemanha no documento E/CONF.94/CRP.29 e pela Finlândia no documento E/CONF.91/L.17). A terminologia genérica bem documentada também tem se mostrado muito útil (por exemplo, aquela fornecida pela África do Sul em documento E/CONF 85/L.23).

O progresso até agora

A iniciativa do Dr. Breu de uma abordagem para as diretrizes forneceu uma moldura dentro da qual outros podem realizar um trabalho similar. Na nona sessão do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos em 1981, 10 conjuntos de diretrizes foram apresentadas pelos seguintes países: Áustria (WP 10); República Federal da Alemanha (WP 11); Suriname (WP 12); Canadá (WP 16), França (WP 21), Grécia (WP 28), Hungria (HP 35), Finlândia (WP 37), Suécia (WP 38) e República Democrática da Alemanha (WP 60). Na vigésima segunda sessão do Grupo de Especialistas em 2004, 35 países tinham apresentado diretrizes toponímicas, alguns atualmente já tendo produzido três ou quatro edições, ou mais.

Desde o início, o título foi modificado para se ajustar ao público usuário mais amplo e para esclarecer o propósito das diretrizes. A última recomendação para o título (das emendas de 1982 e 1986) é “Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, para uso internacional”.

Dr. Breu continuou como coordenador das diretrizes toponímicas até depois de se aposentar. Em 1991, Dr. Peter Raper (África do Sul), recém-eleito Presidente do Grupo de Especialistas, assumiu a direção do projeto. Em 2004, o Grupo de Especialistas voltou a entregar as rédeas à Áustria, sendo a Dra. Isolde Hausner responsável pela coordenação e reavaliação do conteúdo das diretrizes.

Em várias conferências das Nações Unidas e sessões do Grupo de Especialistas, foi dada grande atenção à questões relativas à publicação de coleções de diretrizes nacionais disponíveis. Embora por várias razões (técnicas e financeiras) isto não tenha se concretizado, as diretrizes toponímicas individuais de alguns países continuam disponíveis em papel ou em formato digital.

O Apêndice II a este capítulo lista todos os conjuntos de diretrizes que foram apresentadas nas conferências das Nações Unidas e sessões do Grupo de Especialistas. Também são indicados quais os países que tiveram seus documentos técnicos impressos no volume II dos relatórios das Conferências das Nações Unidas.⁵

⁵ A maioria dos trabalhos técnicos apresentados como documentos de categoria de distribuição limitada (L) na Quarta, Quinta, Sexta e Sétima Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes

Além das diretrizes para a Áustria publicadas em *World Cartography*, vol. XVIII, em 1986, existem diretrizes publicadas por vários países. Por exemplo, (como mencionado acima), diretrizes para a França foram publicadas como *Guide de toponymie cartographique*, um boletim informativo do *Institut Géographique National* em 1989; diretrizes toponímicas para a Eslovênia foram publicadas em Liubliana em 1995; e as para a Eslováquia foram publicadas pela Autoridade de Geodésia, Cartografia e Cadastro, em 1999. Em 2002, a Polônia publicou suas diretrizes mais recentes (terceira edição revisada), a Alemanha publicou a quarta edição de suas diretrizes e o governo de Chipre publicou a primeira edição de suas diretrizes toponímicas. Em 2004, a Itália publicou a terceira edição de suas diretrizes.

Em 1998, o uso da *World Wide Web* deu uma luz diferente à produção de um compêndio de várias diretrizes toponímicas. O problema das cópias de papel ficarem ultrapassadas e da execução de programas potencialmente caros de novas publicações puderam então ser abordados por outro ângulo. Na Sétima Conferência das Nações Unidas (1998), a Estônia ressaltou que suas diretrizes estavam disponíveis na Internet. Outros países (por exemplo, Áustria, Alemanha, Finlândia, Noruega, Polônia, Eslováquia e Eslovênia) subsequentemente colocaram seus documentos na rede (ver Apêndice III para endereços na rede).

As Nações Unidas atualmente também têm um número de conjuntos de diretrizes toponímicas disponíveis *online*. Estes 11 conjuntos de diretrizes apresentados como documentos técnicos na Oitava Conferência das Nações Unidas em 2002 estão disponíveis através do *site* do Grupo de Especialistas (<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/>). Além disto, a Coleção de Mapas da Biblioteca *Dag Hammarskjöld* nas Nações Unidas em Nova York digitalizou muitas cópias de trabalhos apresentados nas sessões do Grupo de Especialistas. Algumas diretrizes toponímicas estão, portanto, disponíveis em <http://www.un.org/depts/dhl/maplib/ungegn.htm>.

Sabemos que a Internet não é a solução para todos os países. Entretanto, vale ressaltar que o objetivo é a disseminação mais ampla possível e que os países devem usar quaisquer mídias disponíveis para disponibilizar amplamente suas diretrizes topográficas.

Olhando para o futuro

Várias resoluções adotadas nas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos abordaram a necessidade de diretrizes toponímicas para editores de mapa e outros editores, para uso internacional (ver apêndice IV) e 35

Geográficos estão no volume II dos relatórios destas Conferências. Documentos com outras designações apresentados nestas Conferências ou nas sessões do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos não são encontrados nos relatórios publicados.

países apresentaram diretrizes. Isto é encorajador e torna importantes detalhes nacionais sobre a padronização de nomes geográficos disponíveis para usuários internacionalmente. Entretanto, 23 destes países são europeus. Apenas 6 países na Ásia, 3 nas Américas, 2 na África e 1 na Australásia apresentaram diretrizes. Logo, da perspectiva de cobertura mundial, o Grupo de Especialistas deveria ainda estar incentivando maior participação no projeto. Para este fim, os Presidentes das divisões do Grupo de Especialistas estão incentivando usar métodos passo-a-passo para o desenvolvimento de diretrizes para os países nas suas divisões que são incapazes de iniciar o trabalho por si mesmos. Para se certificar, alguns países fizeram um movimento nesta direção, preparando trabalhos sobre tópicos como romanização, processo de padronização nacional, regiões administrativas e novos produtos que fornecem nomes padronizados para feições e lugares em seus próprios países. Isto representa um importante começo.

As diretrizes devem ser distribuídas o mais amplamente possível para cartógrafos e editores. A Internet agora oferece uma solução mais fácil para a disseminação mundial das diretrizes toponímicas sem incorrer nos altos custos de impressão e distribuição. A Rede certamente fornece o meio para uma comunicação rápida de trocas de nomes e se tornou de importância crescente na gestão do conhecimento. Por outro lado, para as características mais “permanentes” das diretrizes, edições em papel permanecem como ferramentas de referência valiosas para usuários frequentes.

Entretanto, sendo o meio o papel ou um meio digital, o Grupo de Especialistas ainda enfrenta o desafio do desenvolvimento dos fundamentos reais dos processos de padronização de nomes em todos os países e a produção das diretrizes toponímicas a eles associadas para a maior parte dos países do mundo.

Apêndice I

Diretrizes toponímicas, como originalmente propostas pelo Dr. Josef Breu em sua Circular No. 2, 12 de dezembro 1977, com os acréscimos, modificações e nova numeração de 1981 (Circular Letter No. 20) mostrados em itálico¹.

Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, para uso internacional^a Nome do país

1 Línguas

- 1.1 Observações gerais
- 1.2 Língua(s) nacional(nacionais)
 - 1.2.1 Situação legal e aplicação prática na administração e na cartografia oficial
 - 1.2.2 Alfabeto(s) e transcrição(ões)
 - 1.2.3 Regras gerais de ortografia para nomes geográficos
 - 1.2.4 *Pronúncia*
 - 1.2.5 Peculiaridades gramaticais essenciais para o tratamento e compreensão dos nomes geográficos
 - 1.2.6 Distribuição dos principais dialetos e suas características; o quão adaptadas à forma padrão da(s) língua(s) estão as formas dialetais dos nomes? (no caso de muitos países africanos com francês, português e espanhol como línguas oficiais: distribuição dos principais vernáculos e suas características; o quão adaptadas à ortografia da língua oficial estão as formas dos nomes em vernáculo?; *Mapas linguísticos*)
- 1.3 Línguas minoritárias
 - 1.3.1 – 1.3.6, como sob o item 1.2

2 Autoridade em nomes e padronização de nomes

- 2.1 Autoridade nacional em nomes. Objetivos, funções, regras, endereço
- 2.2 Autoridade provincial em nomes. Objetivos, funções, regras, endereço
- 2.3 Padronização de nomes. Aspectos legais, procedimentos, progresso

3 Material fonte

- 3.1 Mapas: séries de mapas contendo nomes padronizados. Quais folhas de uma série já contêm nomes padronizados?
- 3.2 Índice de nomes geográficos contendo nomes padronizados

4 Glossário de apelativos, adjetivos e outras palavras necessárias à compreensão de mapas. (Como tais glossários atenderão às necessidades de usuários estrangeiros, devem conter também - e principalmente - palavras do vocabulário geral.)

¹ O título reflete as modificações emanadas da oitava sessão do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, 1979; da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, 1982; e da décima segunda sessão do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos, 1986. O item 6 segue uma resolução adotada na Quinta Conferência das Nações Unidas, 1987.

Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, para uso internacional (de 1970 até o presente)

5 *Abreviaturas usadas em mapas oficiais; a decodificação e significados*

6 *Métodos para a distinção entre os topônimos e outros textos nos mapas*

Anexo *Mapas Administrativos*

Apêndice II

Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, para uso internacional

<i>País</i>	<i>Ano</i>	<i>Edição</i>	<i>Documento</i>	<i>Evento</i>	<i>Publ, no vol.II</i>	<i>Local</i>
Argélia	2000	minuta	WP.78	20ª sessão UNGEEN		Nova York
Austrália	2002		E/CONF.94/CRP.19	8ª Conf UN		Berlim
	1992		E/CONF.85/L.64	8ª Conf UN	*	Nova York
Áustria	2002		Ver E/CONF.94/INF.80	8ª Conf UN		Berlim
	1998		E/CONF.91/INF.21	7ª Conf UN		Nova York
	1994	add.	WP.67	17ª sessão UNGEEN		Nova York
	1992	rev.	E/CONF.85/L.14	6ª Conf UN	*	Nova York
	1992	add.	E/CONF.85/WP.41	6ª Conf UN		Nova York
	1991	rev.	WP.10	15ª sessão UNGEEN		Nova York
	1986			<i>World Cartography XVIII</i>		
	1985		E/CONF.77/CRP.3	3ª UN Américas		Nova York
	1982		E/CONF.74/L.2	4ª Conf UN	*	Genebra
	1981		WP.10	9ª sessão UNGEEN		Nova York
	1979		WP.5	8ª sessão UNGEEN		Nova York
	1975	prel.		Geogr. Namenbuch Österreich		
Canadá	2000	add.	WP.30 and Corr.1	20ª sessão UNGEEN		Nova York

	1996	add.	WP.36	18ª sessão UNGEEN		Genebra
	1992	rev.	E/CONF.85/L.47	6ª Conf UN	*	Nova York
	1989	rev.	WP.48	14ª sessão UNGEEN		Genebra
	1985		E/CONF.77/CRP.7	3ª UN Américas		Nova York
	1981		WP.16	9ª sessão UNGEEN		Nova York
China	1992		E/CONF.85/L.1	6ª Conf UN	*	Nova York
	1982		E/CONF.74/L.48	4ª Conf UN	*	Genebra
Chipre	2002	1ª ed.		(publicada 2002; Lefkosia)		
República Tcheca	2002		E/CONF.94/CRP.70	8ª Conf UN		Berlim
	1998		E/CONF.91/CRP.17	7ª Conf UN		Nova York
	1996		WP.52	18ª sessão UNGEEN		Genebra
	1994		WP.28, p.3	17ª sessão UNGEEN		Nova York
Tchecoslováquia	1987		E/CONF.79/INF/62	5ª Conf UN		Montreal
Dinamarca	1982		E/CONF.77/L.14	4ª Conf UN	*	Genebra
Estônia	1998	2ª ed.	E/CONF.91/INF.16	7ª Conf UN		Nova York
	1992		E/CONF.85/L.76	6ª Conf UN	*	Nova York
Finlândia	2004	4ª rev.	WP.49	22ª sessão UNGEEN		Nova York
	2002		E/CONF.94/CRP.76	8ª Conf UN		Berlim
	1998	3ª ed.	E/CONF.91/L.17	7ª Conf UN		Nova York
	1994	rev	WP.63	17ª sessão UNGEEN		Nova York
	1982		E/CONF.74/L.41	4ª Conf UN	*	Genebra
	1981	prel.	WP.37	9ª sessão UNGEEN		Nova York
França	1989		WP.44	14ª sessão UNGEEN (<i>Guide de toponymie cartographique, 1989</i>)		Genebra
	1985		E/CONF.77/CRP.1	3ª UN Américas		Nova York

Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, para uso internacional (de 1970 até o presente)

	1982		E/CONF.74/L.21	4ª Conf UN	*	Genebra
	1981		WP.21	9ª sessão UNGEEN		Nova York
Alemanha	2002	4ª ed.	E/CONF.94/CRP.29	8ª Conf UN		Berlim
	1998	3ª ed.	E/CONF.91/L.26	7ª Conf UN		Nova York
	1992	2ª ed.	E/CONF.85/L.93	6ª Conf UN	*	Nova York
- Rep. Fed. Alemanha	1982		E/CONF.74/L.9	4ª Conf UN	*	Genebra
- Rep. Fed. Alemanha	1981	prel.	WP.11	9ª sessão UNGEEN		Nova York
- (Rep. Dem. Alemã)	1981		WP.60	9ª sessão UNGEEN		Nova York
Grécia	2000	rev.	WP.90	20ª sessão UNGEEN		Nova York
	1988		E/CONF.91/CRP.22	7ª Conf UN		Nova York
	1981		WP.28	9ª sessão UNGEEN		Nova York
Hungria	2002	3ª ed.	E/CONF.94/INF.9	8ª Conf UN		Berlim
	1994		WP.10	17ª sessão UNGEEN		Nova York
	1981		WP.35	9ª sessão UNGEEN		Nova York
Islândia	1982		E/CONF.74/L.15	4ª Conf UN	*	Genebra
Irã, Rep. Islâmica do	2000	2ª ed.	WP.41	20ª sessão UNGEEN		Nova York
Irlanda	1994		WP.65	17ª sessão UNGEEN		Nova York
	1992		E/CONF.85/WP.3	6ª Conf UN		Nova York
Itália	2004	3ª ed.	WP.112	22ª sessão UNGEEN		Nova York
	2002	prel. rev.	E/CONF.94/CRP.61	8ª Conf UN		Berlim
	2000	2ª ed	WP.86	20ª sessão UNGEEN		Nova York
	1998	1ª ed	E/CONF.91/CRP.20	7ª Conf UN		Nova York
	1987	prel.	E/CONF.79/L.30	5ª Conf UN	*	Montreal
Japão	1994	2ª ed	WP.43	17ª sessão UNGEEN		Nova York
	1987		E/CONF.79/INF/11	5ª Conf UN		Montreal

Países Baixos	1992		E/CONF.85/L.2	6ª Conf UN	*	Nova York
	1987		E/CONF.79/INF/6	5ª Conf UN		Montreal
	1986	WP.5		12ª sessão UNGEEN		Genebra
Noruega	1988		E/CONF.91/CRP.16	7ª Conf UN		Nova York
	1982		E/CONF.74/L.16	4ª Conf UN	*	Genebra
Polônia	2002	3ª rev.	E/CONF.94/CRP.7	8ª Conf UN (ISBN 83-239-4555-1, Varsóvia, 2002)		Berlim
	2000		WP.21	20ª sessão UNGEEN (ISBN 83-7239-596-9; Varsóvia 1999)		Nova York
	1996		WP.6	18ª sessão UNGEEN (ISBN 83-900969-2-7; Varsóvia 1993)		Genebra
República da Coreia	2002		E/CONF.94/INF.49	8ª Conf UN		Berlim
Romênia	1994		WP.79	17ª sessão UNGEEN		Nova York
	1991		WP.20	15ª sessão UNGEEN		Genebra
Rússia (somente como URSS)						
Eslováquia	2000	3ª ed.	WP.47	20ª sessão UNGEEN		Nova York
	1996		WP.72	18ª sessão UNGEEN		Genebra
Tchecoslováquia	1987		E/CONF.79/INF/62	5ª Conf UN		Montreal
Eslovênia	1995			(publicado, 1995; Liubliana)		
África do Sul	1992		E/CONF.85/L.23	6ª Conf UN	*	Nova York

Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores, para uso internacional (de 1970 até o presente)

	1991	3ª ed.	WP.4	15ª sessão UNGEEN		Genebra
	1987		E/CONF.79/L.35	5ª Conf UN	*	Montreal
	1986	2ª ed	WP.6	12ª sessão UNGEEN		Genebra
	1984	1ª ed	WP.19	11ª sessão UNGEEN		Genebra
Espanha	1982		E/CONF.74/L.86	4ª Conf UN	*	Genebra
Suriname	1985		E/CONF.77/CRP.2	3ª UN Américas		Nova York
	1981		WP.12	9ª sessão UNGEEN		Nova York
Suécia	1998		E/CONF.91/L.46	7ª Conf UN		Nova York
	1982		E/CONF.74/L.17	4ª Conf UN	*	Genebra
	1981	prel.	WP.38	9ª sessão UNGEEN		Nova York
Suíça	1982		E/CONF.74/L.67	4ª Conf UN	*	Genebra
Tailândia	2002		E/CONF.94/INF.50	8ª Conf UN		Berlim
Turquia	1982		E/CONF.74/L.7	4ª Conf UN	*	Genebra
Reino Unido	1982		E/CONF.74/L.57	4ª Conf UN	*	Genebra
Estados Unidos	1989		WP.28	14ª sessão UNGEEN		Genebra
	1987		E/CONF.79/L.19	5ª Conf UN	*	Montreal
	1985		E/CONF.77/CRP.4	3ª UN Américas		Nova York
	1982		E/CONF.74/L.102	4ª Conf UN	*	Genebra
URSS	1987		E/CONF.79/INF.53	5ª Conf UN		Montreal
	1984	prel.	WP.39	11ª sessão UNGEEN		Genebra
Geral						
<i>Kerfoot, H. (Canadá) e Närhi, E.M. (Finlândia)</i>	2000		<i>WP.6</i>	<i>20ª sessão UNGEEN</i>		<i>Nova York</i>
<i>Breu, J. (Áustria)</i>	1987		<i>E/CONF.79/L.7</i>	<i>5ª Conf UN</i>	*	<i>Montreal</i>

Breu, J. (Áustria)	1986		WP.9	12ª sessão UNGEEN		Genebra
Breu, J. (Áustria)	1984		WP.20	11ª sessão UNGEEN		Genebra
Breu, J. (Áustria)	1984		INF.6	11ª sessão UNGEEN		Genebra
Gall, F. (Guatemala)	1981		WP.2	9ª sessão UNGEEN		Nova York

Apêndice III

Diretrizes toponímicas na *Web*

Áustria <http://www.oeaw.ac.at/dinamlex>

Estônia http://www.eki.ee/knn/ungegn/un7_gdl.htm

Finlândia <http://www.kotus.fi/inenglish/toponymicguidelines/toponymicguidelines.shtml>

Alemanha http://www.ifag.de/Kartographie/Stagn/tr_engl/f_Empfnam_e.htm

Noruega <http://www.statkart.no/virksomh/forvaltning/navnlov/guidelines.html>

Polônia <http://www.gugik.gov.pl/komisja/tgp.htm>

Eslováquia <http://www.geodesy.gov.sk/sgn/typonym/Eng/typoframe.htm>

Eslovênia http://www.sigov.si/kszi/ang/top_guide.pdf

UNGEEN <http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/>

Nações Unidas <http://www.un.org/depts/dhl/maplib/ungegn.htm>

Coleção de Mapas

Apêndice IV

Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos: resoluções relativas à diretrizes toponímicas²

Nº da Resolução	Ano da adoção	Título
IV/4	1982	Publicação de diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores
V/11	1987	Distinção entre os topônimos e outros textos nos mapas
V/14	1987	Publicação de diretrizes toponímicas
VI/7	1992	Diretrizes toponímicas para editores de mapas e outros editores

² Textos completos disponíveis no *website* do Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos (<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/>) ou nos relatórios individuais das Conferências.

Capítulo X

Alguns *websites* relevantes para a padronização de nomes geográficos

Compilados por Helen Kerfoot (Canadá)

Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos

- <http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/>

Divisões do Grupo de Especialistas

- Divisão Báltica
<http://www.eki.ee/knn/ungegn/index.htm>
- Divisão das Línguas Holandesa e Alemã
 - Ständiger Ausschuss für geographische Namen (StAGN)
<http://www.bkg.bund.de/kartographie/stagn/stagn.htm>
- Divisão da Europa Centro-Oriental e Sudeste
<http://www.sigov.si/kszi>
- Divisão dos Países de Língua Francesa
<http://www.divisionfrancophone.org>
- Divisão Romano-Helênica
<http://www.igmi.org>

Grupos de Trabalho do Grupo de Especialistas

- Nomes de Países
 - Lista de nomes de países (Seção de Cartografia das Nações Unidas, Nações Unidas, Nova York)
<http://www.un.org/Depts/Cartographic/english/geoinfo/geoname.pdf>
- Exônimos
<http://www.zrc-sazu.si/wge>
- Publicidade e financiamento
 - Folheto do Grupo de Especialistas:
<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/documents.htm>
- Romanização
<http://www.eki.ee/wgrs/>
 - Banco de dados de Letras (mostrando línguas, caracteres especiais e Unicode com imagens das letras) no *Institute of the Estonian Language* <http://www.eki.ee/letter/>
- Arquivos de Dados Toponímicos e Índices de Nomes Geográficos
<http://www.zrc-sazu.si/ungegn/>
- Cursos de Treinamento em Toponímia
<http://toponymycourses.geog.uu.nl/>

- Cursos de Treinamento em Toponímia na Web
- International Cartographic Association: <http://lazarus.elte.hu/cet/>
- L'Université Laval (Canada): <http://www.toponymie.gouv.qc.ca>

Path: ferramentas.

Grupo de Especialistas: diretrizes toponímicas

- Áustria
<http://www.oeaw.ac.at/dinamlex>
- Estônia
http://www.eki.ee/knn/ungegn/un7_gdl.htm
- Finlândia
<http://www.kotus.fi/inenglish/toponymicguidelines/toponymicguidelines.shtml>
- Alemanha
http://www.bkg.bund.de/Kartographie/Stagn/tr_engl/f_Empfnam_e.htm
- Noruega
<http://www.statkart.no/virksomh/forvaltning/navnlov/guidelines.html>
- Polônia
<http://www.gugik.gov.pl/komisja/tgp.htm>
- Eslováquia
<http://www.geodesy.gov.sk/sgn/typonym/Eng/typoframe.htm>
- Eslovênia
http://www.sigov.si/kszi/ang/top_guide.pdf

Nações Unidas

- Home page das Nações Unidas
<http://www.un.org/english/>
- United Nations Map Library (Documentos do Grupo de Especialistas)
<http://www.un.org/depts/dhl/maplib/ungegn.htm>
- Nações Unidas: cartografia (United Nations Cartographic Section)
[Seção Cartográfica das Nações Unidas]
<http://www.un.org/Depts/Cartographic/english/>
- United Nations Statistics Division
[Divisão de Estatística das Nações Unidas]
<http://www.un.org/depts/unsd>

Organizações internacionais

- International Council of Onomastic Sciences (ICOS): informações gerais
[Conselho Internacional de Ciências Onomásticas]
<http://fuzzy.arts.kuleuven.ac.be/icosweb/>
- International Hydrographic Organization (IHO)
[Organização Hidrográfica Internacional]
 - Informações gerais: <http://www.iho.shom.fr/>

- General Bathymetric Chart of the Oceans (GEBCO) Gazetteer of Undersea Feature Names
[Carta Batimétrica Geral dos Oceanos (GEBCO) Índice de Nomes de Feições Submersas]
<http://www.ngdc.noaa.gov/mgg/gebco>
- International Organization for Standardization (ISO)
[Organização Internacional para Padronização]
 - Informações gerais e catálogo ISO: <http://www.iso.ch/>
 - ISO Technical Committee dealing with Geographic Information/Geomatics
[Comitê Técnico da ISO para Informação Geográfica/Geomática]
<http://www.isotc211.org/>
- Scientific Committee on Antarctic Research (SCAR): Composite Gazetteer of Antarctica
[Comitê Científico para Pesquisas da Antártida (SCAR): Índice Compilado de Nomes Geográficos da Antártida]
http://www.scar.org/Publications/bulletins/webbull_138a.htm
- Unicode Consortium
<http://www.unicode.org/unicode/consortium/memblogo.html>

Países: autoridades nacionais em nomes

- Austrália e Nova Zelândia: Comitê de Nomes Geográficos da Australasia (CGNA, sigla em inglês)
<http://www.icsm.gov.au/icsm/cgna/>
- Canadá: Conselho de Nomes Geográficos do Canadá (GNBC, sigla em inglês)
http://geonames.nrcan.gc.ca/info/gnbc_e.php
- República Tcheca: Escritório Tcheco de Levantamento, Mapeamento e Cadastro
<http://www.cuzk.cz/>
- Estônia
 - Conselho de Nomes de Lugar da Estônia:
<http://www.eki.ee/knn/index2.htm>
 - Lei de Nomes de Lugar da Estônia: <http://www.eki.ee/knn/kns2.htm>
- Finlândia: Instituto de Pesquisa das Línguas da Finlândia
<http://www.kotus.fi/inenglish/>
- França: Instituto Geográfico Nacional: toponímia
http://www.ign.fr/affiche_rubrique.asp?rbr_id=926&lng_id=FR
- Islândia: Comitê de Nomes de Lugares
<http://www.ismal.hi.is/ornefnanefnd.html>
- Comitê Iraniano para a Padronização de Nomes Geográficos
<http://geonames.ncc.org.ir>
- Lituânia: Comissão Governamental da Língua Lituana
<http://www.vlkk.lt>
- Nova Zelândia: Conselho Geográfico da Nova Zelândia/Ngā Pou Taunaha o Aotearoa
<http://www.linz.govt.nz/rcs/linz/pub/web/root/core/Placenames/nzgeographicboard/index.jsp>
- Eslováquia: autoridades em nomes geográficos e os atos pertinentes

- <http://www.geodesy.gov.sk/sgn/typonym/Eng/typoframe.htm>
- Eslovênia: Comissão Governamental Eslovena para a Padronização de Nomes Geográficos
<http://www.sigov.si/kszi/>
- Conselho Sul Africano de Nomes Geográficos (SAGNC, sigla em inglês)
[http://www.dac.gov.za/about_us/cd_heritage/geographical_names/South_African_Geographical_Names_Council_\(SAGNC\).html](http://www.dac.gov.za/about_us/cd_heritage/geographical_names/South_African_Geographical_Names_Council_(SAGNC).html)
- Espanha: Instituto Geográfico Nacional
<http://www.mfom.es/ign>
- Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte: Permanente Comitê de Nomes Geográficos para Uso Oficial Britânico (PCGN, sigla em inglês)
<http://www.pcn.org.uk>
- Estados Unidos da América: Conselho de Nomes Geográficos dos Estados Unidos (BGN, sigla em inglês)
<http://geonames.usgs.gov/bgn.html>

Países: consultas a bancos de dados de nomes geográficos

- Austrália
 - 2005 Índice de Nomes Geográfico de mais de 315.500 nomes da Austrália
<http://www.ga.gov.au/map/names/>
 - Índice de Nomes Geográficos da Antártida Australiana (Comitê de Nomes e Medalhas da Antártida Australiana)
<http://www.antdiv.gov.au/default.asp?casid=5675>
- Áustria
 - Atlas Hidrológico da Áustria: <http://www.lebensministerium.at>
 - Atlas da Europa Oriental e do Sudeste Europeu: <http://www.osi.ac.at>
- Bulgária: Bulgária Antarctic Gazetteer
<http://www.geocities.com/apcbg/>
- Canadá
 - Bancos de Dados Canadense de Nomes Geográficos: <http://geonames.nrcan.gc.ca/>
 - Serviço Canadense de Nomes Geográficos: <http://cgns.nrcan.gc.ca>
 - Gazetteer Map Service: <http://atlas.gc.ca/site/english/dataservices/gazetteer.html>
- Dinamarca: listas de nomes de lugar dinamarqueses padronizados
<http://www.navneforskning.dk>
- Estônia: Banco de Dados de Nomes de Lugar
<http://www.eki.ee/knab/knab.htm>
- Finlândia
 - Levantamento Topográfico Nacional da Finlândia
<http://www.kartta.nls.fi/karttapaikka/eng/info/index.html>
 - Banco de Dados de Nomes de Lugar Nórdicos (cerca de 2000 nomes de lugar armazenados em Unicode, incluindo caracteres em língua saami): <http://nondb.nls.fi/>
- França: Instituto Geográfico Nacional: Comunas
http://www.ign.fr/affiche_rubrique.asp?rbr_id=889&lng_id=FR#41403
- Hungria

- Índice de Nomes Geográficos da Hungria: <http://fish.fomi.hu/angolfish/>
- Índice Detalhado de Nomes Geográficos da Hungria:
http://helynevtar.ksh.hu/index.php3?c_lang=en
- Japão
 - Sistema de Navegação para Consultas a Mapas Topográficos, 1:25.000:
<http://watchizu.gsi.go.jp>
 - Sistema de Rede Digital do Japão: <http://cyberjapan.jp>
- México: Banco de Dados do Instituto Nacional de Estatística, Geografia e Informática (INEGI): <http://www.inegi.gob.mx>
- Nova Zelândia: Banco de Dados Geográficos de Nomes de Lugar
<http://www.linz.govt.nz/rcs/linz/pub/web/root/core/Placenames/searchplacenames/index.jsp>
- Noruega: Registro Central de Nomes de Lugar
<http://ngis2.statkart.no/ng2/ng2.html>
- Polônia: nomes de países, suas capitais e habitantes
<http://www.gugik.gov.pl/komisja/>
- Qatar: landmark e nomes de ruas em SIG
 - Em escrita árabe: <http://www.gisqatar.org.qa/new2a/>
 - No alfabeto latino: <http://www.gisqatar.org.qa/new2/>
- África do Sul: Sistema Oficial Sul-Africano de Nomes Geográficos
<http://sagns.dac.gov.za>
- Espanha: Registro de Entidades Locais
<http://www.dgal.map.es>
- Suécia
 - Atlas Nacional da Suécia: O Índice de Nomes Geográficos da Suécia
<http://www.sna.se/gazetteer.html>
 - Banco de Dados de nomes de lugar: <http://www.lantmateriet.se>
- Suíça: Escritório Federal de Topografia: "SwissNames"
<http://www.swisstopo.ch/en/digital/namen.htm>
- Reino Unido
 - Conjunto de dados de ruas georreferenciados do Ordnance Survey (OS) ("National Street Gazetteer" (NSG)): <http://www.nsg.org.uk/>
 - Ordnance Survey (OS) busca de nomes de lugar no Get-a-map
http://www.getamap.co.uk/getamap_index.htm
 - Ordnance Survey (OS): busca de nomes de lugar em mapas de 1:50.000
<http://www.ordnancesurvey.co.uk/>
 - Índice de nomes geográficos Britânicos do Ordnance Survey (OS)
<http://www.ordnancesurvey.co.uk/oswebsite/freefun/didyouknow/>
- Estados Unidos da America
 - Sistema de Informação de Nomes Geográficos (GNIS, sigla em inglês):
<http://geonames.usgs.gov/>
 - Agência Nacional de Inteligência Geoespacial (NGA, sigla em inglês): GEONet Names Server, 4 milhões de feições para uso fora dos Estados Unidos da América e Antártida
<http://earth-info.nga.mil/gns/html/>
 - O Mapa Nacional: <http://www.nationalmap.usgs.gov>

- United States Antarctica Geographic Names Database:
<http://geonames.usgs.gov/>
- Departamento de Estado dos Estados Unidos
 - Estados Soberanos no Mundo:
<http://www.state.gov/s/inr/rls/4250.htm>
 - Territórios Dependentes e áreas de soberania especial
<http://www.state.gov/s/inr/rls/10543.htm>

Diversos

- Nomes de Países
 - Em língua alemã (StAGN)
<http://www.bkg.bund.de/kartographie/stagn/staatennamen.htm>
 - Do Institut Géographique National (IGN), França
<http://www.ign.fr/telechargement/Pi/SERVICES/pcm.pdf>
- Exônimos
 - Na língua holandesa (Nederlandse Taalunie): pronúncia incluída
http://taalunieversum.org/taal/aardrijkskundige_namen/
 - Na língua alemã (2ª ed. (StAGN))
http://www.bkg.bund.de/kartographie/stagn/Exonyme/f_Exonyme.htm
- Índices de Nomes Geográficos
 - Alexandria Digital Library project, University of California
<http://www.alexandria.ucsb.edu/>
- Banco de Dados de Letras e Línguas
<http://www.eki.ee/letter/>

Contato

Para informações atualizadas, consulte o *website* do UNGEGN:

<http://unstats.un.org/unsd/geoinfo/>

ou contate o secretariado do UNGEGN na sede das Nações Unidas em Nova York:

UNGEKN secretariat
United Nations Statistics Division, Office of the Director
Two UN Plaza, DC2-1640
New York, NY 10017
USA

Tel: 212 963 3042
Fax: 212 963 9851
E-mail: laaribi@un.org

Anexo

Textos de resoluções selecionadas adotadas pelas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos

Primeira Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, 1967

I/4 Padronização Nacional

A Conferência,

Reconhecendo que a padronização nacional dos nomes geográficos traz benefícios econômicos e práticos para as nações, individualmente;

Reconhecendo ainda que a padronização nacional dos nomes geográficos por todas as nações é um passo preliminar essencial para a padronização internacional,

1. Solicita que as seguintes recomendações sobre a padronização nacional de nomes geográficos sejam revistas pelas autoridades apropriadas das Nações Unidas;
2. Insta que essas recomendações sejam transmitidas a todos os Países Membros e organizações internacionais interessadas para que as considerem favoravelmente.

RECOMENDAÇÃO A. AUTORIDADES NACIONAIS EM NOMES

É recomendado que, como o primeiro passo para a padronização internacional dos nomes geográficos, que cada país tenha uma autoridade nacional em nomes geográficos:

(a) Composta por um órgão permanente, ou por um grupo coordenado de órgãos, tendo atribuições e instruções claramente estabelecidas para a padronização de nomes geográficos e a determinação da política de padronização de nomes geográficos no país;

(b) Que tenha *status*, composição, função e procedimentos que :

- (i) Sejam consistentes com a estrutura governamental do país;
- (ii) Ofereçam a máxima possibilidade de sucesso ao programa nacional de padronização de nomes;
- (iii) Quando apropriado, permitam estabelecer dentro do seu quadro o estabelecimento de comitês regionais ou locais de acordo com a região ou idioma;
- (iv) Levem em conta os efeitos de suas ações sobre as agências governamentais, organizações privadas e outros grupos e conciliem, na medida do possível, estes interesses com os interesses a longo prazo do país como um todo;

(v) Façam pleno uso dos serviços de pesquisadores de campo/reambuladores, cartógrafos, geógrafos, linguistas e quaisquer outros especialistas que possam ajudar a autoridade a cumprir suas operações de forma eficiente;

(vi) Permitam estabelecer procedimentos para registro e publicação que facilitem a distribuição imediata e ampla de informações sobre os nomes padronizados, tanto nacionalmente quanto internacionalmente.

É recomendado que os países que ainda não começaram a exercer sua prerrogativa de padronizar seus nomes geográficos em uma base nacional comecem a fazê-lo já.

É recomendado ainda que o escritório das Nações Unidas seja sempre informado por cada autoridade nacional em nomes geográficos sobre sua composição e funções, e sobre o endereço de seu secretário.

RECOMENDAÇÃO B. COLETA DE NOMES GEOGRÁFICOS

Para cada nome geográfico a ser padronizado, recomenda-se que:

(a) As pesquisas de campo e de gabinete sejam tão completas quanto possível, a fim de fornecer informações sobre os seguintes pontos:

(i) Forma escrita e falada dos nomes e seus significados de acordo com habitantes locais;

(ii) Grafia em documentos cadastrais e registros fundiários;

(iii) Grafia em mapas modernos e antigos e em outras fontes históricas;

(iv) Grafia em relatórios de censo, índices de nomes geográficos e outros documentos relevantes;

(v) Grafia utilizada por outros serviços técnicos e administrativos da localidade;

(b) A forma oral do nome usada no local seja gravada e transcrita na notação fonética aprovada pela autoridade nacional em nomes;

(c) O caráter, a extensão e a posição do elemento geográfico nominado sejam determinados - neste sentido, deve-se notar que as fotografias aéreas podem fornecer informações complementares úteis - e registrados com a maior precisão possível, e que o significado dos termos genéricos usados localmente seja claramente definido;

(d) Se possível, pelo menos duas fontes independentes locais devem serem consultadas para cada investigação.

É recomendado ainda que as equipes responsáveis pela coleta de nomes tenham um treinamento adequado para reconhecer e lidar com os problemas linguísticos (sistema

fonético, estrutura gramatical e ortografia), fenômenos geográficos e terminologia que possam vir a encontrar.

RECOMENDAÇÃO C. PRINCÍPIOS PARA O TRATAMENTO DE NOMES GEOGRÁFICOS EM GABINETE

É recomendado que cada autoridade em nomes geográficos formule, adote e defina os princípios orientativos e práticas que serão normalmente aplicados no tratamento dos nomes geográficos em gabinete.

Esses princípios e práticas devem incluir:

(a) Os procedimentos formais a serem seguidos na apresentação de propostas de novos nomes ou mudanças de nomes à autoridade;

(b) Fatores que a autoridade levará em consideração na análise das propostas de nomes, tais como:

(i) O uso atual;

(ii) Antecedentes históricos;

(iii) O uso em áreas multilíngues e em línguas ágrafas;

(iv) A medida em que se deve evitar os nomes híbridos;

(v) Como evitar a repetição de nomes;

(vi) Como evitar mais de um nome para um elemento geográfico;

(vii) Precisão da extensão da aplicação de cada nome geográfico, incluindo a nominação do todo e das partes dos principais elementos geográficos

(viii) Eliminação de nomes inadmissíveis;

(c) Regras de ortografia para os nomes geográficos aplicadas pela autoridade;

(d) Os procedimentos pelos quais todas as partes interessadas podem expressar suas opiniões sobre uma proposta de um nome antes da decisão da autoridade;

(e) Os procedimentos formais para a promulgação das decisões da autoridade e para assegurar que os nomes padronizados constem nos mapas nacionais.

Na elaboração destes princípios, é recomendado que:

(1) A mudança desnecessária de nomes seja evitada;

(2) Que a ortografia dos nomes geográficos esteja, tanto quanto possível, em concordância com a atual prática ortográfica do país em causa, com o devido respeito às formas dialetais;

(3) O tratamento sistemático dos nomes não opere de modo a suprimir elementos significativos;

(4) Em locais onde alguns nomes ocorrem em formas gramaticais distintas, a autoridade nacional de nomes geográficos considere estabelecer uma dessas formas como o nome padrão (para substantivos que podem ser declinados, ele será normalmente o caso nominativo);

(5) Em todos os países em cujas línguas o artigo definido pode entrar na composição dos nomes geográficos, a autoridade nacional em nomes deve determinar quais nomes contêm o artigo definido e padronizá-los em conformidade. Para as línguas em que tanto o artigo definido quanto indefinido podem ser usados com todos os nomes ou a maioria deles, recomenda-se que a padronização seja baseada em uma ou outra forma;

(6) Todos os países estabeleçam normas para o uso de abreviaturas de elementos em seus nomes geográficos;

(7) Um sistema para o tratamento de nomes compostos seja criado em cada país.

É recomendado ainda que a autoridade de nomes dê a publicidade adequada a esses princípios e práticas.

RECOMENDAÇÃO D. ÁREAS MULTILÍNGUES

Nos países em que existe mais de uma língua, recomenda-se, conforme o caso, que a autoridade nacional:

(a) Determine os nomes geográficos em cada uma das línguas oficiais, e outras línguas, conforme o caso;

(b) Dê uma indicação clara da igualdade ou precedência de nomes oficialmente reconhecidos;

(c) Publique esses nomes oficialmente reconhecidos em mapas e índices de nomes geográficos.

RECOMENDAÇÃO E. ÍNDICES DE NOMES GEOGRÁFICOS NACIONAIS

É recomendado que cada autoridade de nomes produza, e continuamente revise, os índices de nomes geográficos adequados de todos os seus nomes geográficos padronizados.

É recomendado ainda que, além dos nomes normalizados, cada índice de nomes geográficos inclua, no mínimo, informações necessárias para a localização e identificação dos elementos geográficos nominados.

Em particular, é recomendado que o seguinte seja incluído:

- (a) O tipo de elemento geográfico a que o nome se aplica;
- (b) Descrição precisa da localização e da extensão, incluindo um ponto na posição da referência, se possível, de cada elemento geográfico nominado;
- (c) Definir também os nomes dos diversos elementos das feições topográficas por referência ao todo e os nomes das feições topográficas extensas, na medida em que for necessário, por referência às suas partes constituintes;
- (d) Informações tais como as sobre áreas administrativas ou regionais, conforme forem consideradas necessárias e, se possível, a referência a um mapa ou carta em que os elementos gráficos estejam representados;
- (e) Todos os nomes oficialmente padronizados para um elemento geográfico, se houver mais que um, bem como os nomes anteriormente utilizados para o mesmo elemento.

Quando as autoridades nacionais julgarem possível, tanto técnica como economicamente, eles podem incluir informações sobre os nomes geográficos tais como gênero, número, formas definidas e indefinidas, a sílaba tônica, tom e pronúncia no sistema da associação fonética internacional e outras informações linguísticas que possam proporcionar um melhor entendimento e uso dos nomes, tanto em âmbito nacional quanto internacional.

I/16 Registro de nomes geográficos de línguas ágrafas

A Conferência,

Reconhecendo os muitos problemas decorrentes da falta de um sistema de escrita para muitas línguas do mundo,

Reconhecendo ainda a necessidade de registrar tais línguas da maneira mais científica possível em um sistema de escrita adequado,

Recomenda que, para fins de registro de nomes geográficos de línguas ágrafas, os métodos a serem empregados, em ordem de preferência, serão:

- (a) O registro em um sistema de escrita fonética;
- (b) Registro no alfabeto da Associação Fonética Internacional (*International Phonetic Association* - IPA):

(i) Quando necessário, uma transcrição detalhada da pronúncia do nome geográfico será realizada a fim de registrar com a maior precisão possível todas as características fonéticas de cada nome;

(ii) Em circunstâncias normais, será realizada uma transcrição menos precisa de um nome no alfabeto IPA;

(iii) A forma escrita final do nome geográfico será estabelecida em um alfabeto ou escrita convencional que se aproxime o máximo possível do som representado pela transcrição no alfabeto IPA;

(c) Registro no alfabeto de uma língua assemelhada que o possua;

(d) Registro diretamente em um alfabeto convencional ou outro sistema de escrita, se possível por uma pessoa familiarizada com a língua a partir da qual o registro está sendo feito; se a pessoa que fez o registro não está familiarizada com a língua, deve-se registrar o máximo de informações possíveis, de modo que se possa avaliar se a grafia definitiva está exata.

I/20 Revisão da recomendação VII do Grupo de Especialistas em Nomes Geográficos

A Conferência,

Tendo considerado a recomendação VII do Grupo de Especialistas em Nomes Geográficos³⁵,

1. Sugere que os seguintes parágrafos substituam os que anteriormente figuravam nessa recomendação:

"É recomendado que, se ainda não o tiverem feito, países com uma etnia e linguística complicadas estudem e tentem solucionar os problemas gerados pela existência, dentro de suas fronteiras, de nomes geográficos de línguas ágrafas ou de línguas minoritárias (que possuem escritas ou que são ágrafas) ou de dialetos das línguas principais. Uma vez que as soluções dos problemas gerados pela existência de nomes de línguas ágrafas ou de dialetos da língua principal podem ser extremamente difíceis, sugere-se que os países interessados trabalhem junto com outras nações que tenham problemas similares, e se beneficiem da experiência delas para encontrar soluções satisfatórias para suas próprias necessidades.

"Para o tratamento de nomes de línguas ágrafas são necessárias duas etapas. Em primeiro lugar, para registrar nomes a partir de uma amostra oral, pode-se desenvolver uma notação fonêmica inequívoca para cada língua. Como alternativa, onde está em uso um alfabeto fonético adaptável a uma série de línguas ágrafas, como, por exemplo, o Alfabeto Africano Internacional, pode ser vantajoso aplicá-lo. Em segundo lugar, pode-se fixar uma forma escrita definitiva do nome por meio do estabelecimento de uma correspondência regular entre a notação fonêmica ou alfabeto fonético e o sistema de escrita adotado pelo país interessado para a língua em questão.

"É recomendado que os nomes de idiomas com diferentes sistemas de escrita sejam vertidos sistematicamente por transliteração ou transcrição conforme o caso";

2. Recomenda que o proposto Comitê Permanente das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos examine mais profundamente esta questão.

Oitava Conferência das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos, 2002

VIII/6 Integração de dados de nomes geográficos em infraestruturas nacionais e regionais de dados espaciais

A Conferência,

Enfatizando que as informações sobre nomes geográficos padronizados são um componente crucial no desenvolvimento eficiente das economias nacionais em todos os países,

Notando que os nomes geográficos servem como um meio de acesso comum às infraestruturas de informação geográfica e às infraestruturas de dados espaciais,

Recordando que a Décima Quinta Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas para a Ásia e o Pacífico, realizada em Kuala Lumpur em 2000, reconheceu a promoção de programas nacionais e regionais de padronização de nomes geográficos ²¹,

Recordando também que a Sétima Conferência Cartográfica Regional das Nações Unidas para as Américas, realizada em Nova York em 2001, reconheceu a importância dos nomes geográficos padronizados e consistentes como uma camada de dados fundamental das infraestruturas regionais e nacionais de dados espaciais ²²,

Recomenda que os nomes geográficos padronizados sejam levados em consideração no estabelecimento das infraestruturas nacionais e regionais de dados espaciais e sejam incluídos em seu projeto, desenvolvimento e implementação.

VIII/10 Procedimentos de coleta de dados toponímicos

A Conferência,

Recordando a importância da coleta de nomes geográficos em campo, como veiculado na resolução 4, recomendação B, da Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Padronização de Nomes Geográficos, e como observado na resolução 27 da Segunda Conferência,

Reconhecendo a necessidade cada vez mais premente de informações altamente precisas e completas sobre nomes geográficos e informações associadas,

Notando a crescente demanda por nomes geográficos de todas as categorias para uso em um ambiente de sistema de informação geográfica (SIG) bem como em bases de dados automatizadas especializadas e de uso múltiplo,

Recomenda que os governos expandam os seus procedimentos de coleta de dados sobre nomes geográficos já existentes, e estabeleçam procedimentos para a coleta de nomes a partir de todas as fontes aceitáveis, a fim de responder às necessidades dos usuários de nomes geográficos.

VIII/15 Apoio para treinamento e publicações

A Conferência,

1. Manifesta o seu reconhecimento à Alemanha, aos Países Baixos e à Organização das Nações Unidas através da Divisão de Estatística das Nações Unidas pelo fornecimento de fundos para que os participantes de países em desenvolvimento pudessem participar do curso de treinamento realizado juntamente da Oitava Conferência sobre Padronização de Nomes Geográficos;

2. Salienta a importância deste treinamento e solicita à Divisão de Estatística, dentro das possibilidades dos recursos existentes, que continue a financiar este tipo de treinamento para participantes de países em desenvolvimento;

3. Reconhece a importância, em um futuro previsível, das versões tanto eletrônica quanto impressa de documentos disponíveis em todas as línguas oficiais das Nações Unidas, e, a este respeito;

4. Solicita à Divisão de Estatística que inclua em seu programa de publicações para o biênio 2004-2005 o seguinte:

(a) Uma publicação de cerca de cento e sessenta páginas sobre sistemas de romanização, e sobre formatos e padrões para intercâmbio de dados toponímicos;

(b) Um manual básico de cerca de cento e cinquenta páginas sobre nomes geográficos

ÍNDICE TEMÁTICO

A

Abrangência da aplicação do nome à feição 34, 43, 45, 59; vaga 66-67
Abreviaturas, cartográficas – *ver* Abreviaturas Cartográfico(a)s
Abreviaturas, regras 36,79, 152
Acadêmicos voluntários 32
Agência nacional de mapeamento 24, 45-46, 59, 145, 150
Alfabeto Fonético Internacional (IPA) 14,71, 107
Alojamento em campo 59
Alônimo 9-10, 143; definição 37
Altitude 43,129; pontos cotados 152
Anuários 48
Aplicação de limites para entidades vagamente identificadas – *ver* Abrangência da aplicação do nome à feição, vaga
Árabe, escrita 11, fig.II – *ver também* Escrita
Arquivos de cartões 43, 51, 126
Arquivos de letras 41
Artigos definidos em nomes 36
Associação Cartográfica Internacional (ICA) 3, 99, 170
Atlas 48, 109, 110, 112, 157
Atualizando informações sobre nomes oficiais 78
Autoridades de gestão de águas 146
Autoridade em nomes descentralizada 21, 25-26, 29; - *ver também* Autoridades nacionais em nomes geográficos e seus órgãos
Autoridades em Nomes Geográficos – *ver* Autoridades nacionais em nomes e seus órgãos
Autoridade legal – *ver* autoridades nacionais em nomes e seus órgãos, autoridade legal/oficial
Autoridades locais, nomes de ruas 136
Autoridades nacionais em nomes e seus órgãos 1, 21-26, fig. IV, 28, 50, 52-54, 80, 124, 156-157, 175-176; autoridade legal/oficial 8, 117, 118,119,121, 122; composição 24, 118, 119, 120, 121; custo 17, 28; decisões – *ver* Nome(s) geográfico(s), decisões; diretrizes – *ver* princípios, diretrizes e procedimentos; equipe 29-30; equipe de suporte 29, 54; estabelecimento de propósitos, 27; estrutura 21, 27-28; folha de nomenclatura 151; liderança 28; limitações 19; mandato 18, 19, 118,119, 120-121; pesquisa da equipe 41, 51, 57; poderes e responsabilidades 115-116, 117, 118, 119, 120, 121, 123,124, 133, 145; presidente 25, 28-29, 116,117; publicidade 34; qualificações da equipe 30; reparação 27-

28; responsabilidades da equipe 30; reuniões 25, 118; status continuado 18; tamanho 25 28, 117, 118; tamanho equipe 30; tarefas da equipe 41; tipos 21-26, fig. III, 115-124; websites 171-172

B

Banco de dados – *ver* Computador, arquivos de Base cartográfica oficial 45

C

Campos de informação 42, 125-129
Cartográfico(a)s: abreviaturas 158; nomenclatura 17; sistemas 44
Cartografia 13, 139, 151
Cartotoponímia 39-40; definição 39
Categoria de nomes – *ver* Nome(s) geográfico(s), Categorias
CD-ROMs 75, 78
Censo, ortografia em relatórios 37
Chinesa, escrita 11, fig. II – *ver também* Escrita
Cidadãos, grupos 28, 30
Cirílico, escrita 11, fig.II – *ver também* Escrita
Cobertura aerofotogramétrica e por mapas 54, 56
Coleta de nomes em campo, folhas de registros com nomes
Coleta de nomes em campo, 41, 49, 55-73 fig. XIII, fig. XV, 133, 138, 145-148; aprovação formal 61; avaliação 64, 69, 72; contatos iniciais 61, fig. XII; custos 55, 70; duração 60; entrevista em grupo 55-56; entrevistas 55, 63-73 – *ver também* Informantes; fases 56, fig. X; fazendo perguntas 63-65, computadores 69, 151; folhas de registros com nomes fig. XV, 69, 151; gravação em fita 56, 71; grupos nômades 62; instruções 57, 63-73, 149-153; intérpretes 70; manuais 55, fig. XIV; mapas anotados 57, 65, 66, fig. XIV, 69, 71; objetivos 149; população esparsa 60, 61, 62; preparação 56-60, fig. XI; procedimentos 60, 50-151; propósito 63; protocolo 59; registro 67; relato 62, 67, 72; requisitos linguísticos 70-71; revisão 69, 72, fig. XVI; treinamento 60; uso de outras agências 72;
Comitês consultivos 31, 3
Comitês de apoio 30
Comitês locais de nomes: ajuda em campo 71-72 6, 50
Comitês nacionais de nomes – *ver* Autoridades nacionais em nomes e seus órgãos
Computador, arquivos de 39, 41, 44, fig. VIII, 51,57, 78, 125-129; bancos de dados de

nomes geográficos na internet 172-174
 Computador laptop 69
 Comunidade linguística 105, 106, 137, 138, 141, 143
 Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos iv, 1, 85, 86, 91, fig. XX, 131; documentos e relatórios iv, 102-103, 156-158; participação 87-89, fig. XVIII, fig. IX; resoluções 1, 2, 10, 21, 36, 46, 56, 71, 76, 8-79, 85, 90-93, 99-101, 102, 133, 136, 138, 139, 168, 175-183
 Conselho Econômico e Social – *ver* Nações Unidas, Conselho Econômico e Social
 Contatos (Secretariado do UNGEGN) 3, 174
 Coordenadas Geográficas – *ver* Coordenadas
 Coordenadas 42, 127
 Crioulo 106
 Cursos de treinamento 3, fig. I, 45, 182-183; coleta em campo 99; *online* 3, 45, 99; primeiro 3; *ver também* Grupos de trabalho do UNGEGN, Cursos de Treinamento em Toponímia

D

Decisão, critérios– *ver* Nome(s) Geográfico(s), decisões
 Definições 9, 14, 15, 36-37, 76, 105, 106, 107, 108, 111, 112, 141
 Designador 42, 127
 Diacríticos 14, 44, 107-108, 126, 141-142
 Dialetos locais 56, 79
 Dicionários geográficos 76
 Digitalização de mapas e documentos 47, 128
 Diretrizes – *ver* Princípios, diretrizes e procedimentos
 Diretrizes toponímicas 44, 78-79, 91, 101, 155-160; aspectos importantes 156-158; conceito 155; conteúdo 78-79, 156, 161-162; disponibilidade 162-167; futuro 159-160; *online* 159, 160, 167, 170; progresso 158-159; resoluções 168
 Disseminação de topônimos oficiais 75-79
 Documentos cadastrais 37

E

Elevação – *ver* Altitude
 Endônimos 107, 109, 142, 143
 Entidade Geográfica – *ver* Entidade
 Entidade 42, 50, 51, 54, 133; localização e identificação 51, 65, 151; relações espaciais e hierárquicas 51, 65, 67, 146; tipo 42, 149,

151-152

Entidades, vagas - *ver* Abrangência da aplicação do nome à feição, vaga
 Entrevistas: aplicação do nome 65; definição 11; gravação 56; integridade 63; intérpretes 70; nomes no contexto da frase 65; perguntas 57, 63-65; problemas 65; processo 55, 62, 63; uso de Mapas 56-58, 64;
 Equipe – *ver* Autoridades nacionais em nomes e seus órgãos, equipe
 Escrita de nomes oficiais, regras 34
 Escrita latina – *ver* escrita romana e escrita
 Escrita 11, fig. II, 12, 79, 87, 106, 107, 109, 156;
 Escrituras de terra 37
 Exônimos 92, 100, 111, 138-139, 141-143, fig. XXII, 174; *ver também* UNGEGN
 Grupos de Trabalho, Exônimos

F

Fazendas, nomes 133, 145-146, 152
 Feição, tamanho e abrangência – *ver* Abrangência da aplicação do nome à feição
 Feição, tipo 13, 126
 Feições menos importantes 38
 Feições não nominadas – *ver* Nome(s) Geográfico(s), novo
 Ferramentas de referência 47
 Formulários 49, fig. IX, 52, 68, 151 – *ver também* Nome(s) Geográfico(s), formulários de apresentação de proposta
 Fotografias aéreas 65
 Fronteiras 39

G

Gabinete: arquivos 41, 43, 44, 45-48; ferramentas de pesquisa 47-48; processamento 41-48, 125, 133, 177-178; tratamento de nomes geográficos – *ver* Gabinete, processamento
 Gabinete central de nomes 21-22, 28; - *ver também* Autoridades nacionais em nomes geográficos e seus órgãos
 Gabinete nacional de nomes 21-22, 28-32, 41-48, fig. VII, 49-54; - *ver também* autoridades nacionais em nomes e seus órgãos
Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos iv, 9, 99, 103, 105, 138, 141, 142, 156
 Governos regionais 24
 Gravadores, uso na coleta em campo 56, 71

H

Herança – *ver* Herança cultural
Herança cultural 2, 19, 47, 54, 55, 90, 120-121, 131-139
Herança toponímica 44, 131-139
Hierarquia estrutural 133
História toponímica 54
Horários, ônibus e ferrovias 48

I

Identificação de entidade – *ver* Entidade
Identificador de registro 128
Índice de nomes geográficos 37, 48, 75-79, fig. XVII, 86, 91, 97, 157, 173, 179; conteúdo 75-76; definição 76
Informação histórica e ortografia 43, 137
Informantes 56, 61-63; autoridade local 61; avaliação 64; bibliotecários 61; chefe dos correios 61, 150; contato chefe 61; identificação 60; informação sobre 68, fig. XV, 69; idade 62, 68; locais 52, 56, 59; loja local 61; médicos 61; número de 61, 62; professores 61, 150 qualificações 63, 150; seleção 61-63, 150; sistemas de código 69;
Infraestrutura de dados espaciais 45, 181-182
Instituto Pan-americano de Geografia e História (PAIGH – sigla em inglês) 3
Intercâmbio de dados 45, 129
Intercâmbio internacional de informações e dados 45, 87
Internacional, padronização – *ver* padronização, internacional
Internet 44, 47, 75; - *ver também* Websites
Internet, cursos de treinamento – *ver* Cursos de treinamento, *online*
Investigação documental 41, 150

L

Lexicalização 135
Limites e extensão de feições – *ver* Abrangência da aplicação do nome à feição Língua franca 105
Língua 28, 105-113, 120-121, 122-123, 129, 138-139, 147, 155, 156; ágrafa 34, 56, 71, 92, 106, 179, 180; alvo ou receptora 14, 110, 111; comunidade 133-134; escrita 11, 13, 54, 70 extinta 131; falada 13; fonte ou doadora 14; indígena 106; língua veicular 105; local 56, 67, 31; minoritárias 70, 92; nacional 70; oficial 70; pronúncia 105-106 – *ver também* pronúncia; trabalho de campo 59, 63, 70-71; uso do gravador 71;

M

Mandato – *ver* Autoridades nacionais em nomes e seus órgãos, mandato
Manual de registros – *ver* Registros, manual
Manual de registros – *ver* Registros, manual
Mapas anotados 46, 57, 65, 69, 71, 72
Mapas de campo e *overlays* 57, 60, 65-66, 69, 150
Mapas, arquivos de 45
Mapas e documentos, tipos de 35
Mapas e nomes fig. V, 39, 44, 49, 57, 67, 145, 146, 147, fig. XXIII, 151, 152, 158
Mapas históricos fontes 37, 48
Mapas, oficiais 35, 47, 49, 75, 127, 128, 145
Mapas rodoviários 47
Mapas topográficos 47, 151, 152; regras para nomes 152-153
Mapeamento sistemático 46
Microtopônimos 131
Mudança de nomes – *ver* Nome(s)
Geográfico(s), mudanças
Multilíngue, condições 70-72, 76
Multilíngue, nomes em área 19, 34, 37, fig. V, fig. VI, 99, 105, 107, 178
Múltiplas escritas, situações 52-54

N

Nações Unidas, Conselho Econômico e Social VI, 85, 86, 87
Nomes usados inconsistentemente 49
Nome – *ver* Nome(s) geográfico(s)
Nomes, autoridades - *ver* Autoridades nacionais em nomes e seus órgãos
Nomes compostos 36
Nomes Convencionais 141; - *ver também* Exônimos
Nomes de Países 91, 174
Nomes, comitês: local e *ad hoc* 71-72; *ver também* autoridades nacionais em nomes e seus órgãos
Nomes em fronteiras 39, 40
Nomes em línguas minoritárias, tratamento 34, 122, 123, 147, fig. XXIII, 153
Nomes, padronização - *ver* Padronização de nomes
Nomes duplicados 50
Nominação, evento 43
Nome(s) geográfico(s), registros
Nome(s) Geográfico(s): lei 122-123; aplicação 36; aplicação, entidades vagamente definidas – *ver* abrangência da aplicação do nome à feição, vaga; atribuindo 135-137; categorias 22, 153; coleta 125, 138; colocação 67, 152;

composto 111; confiabilidade do uso 63; contestado 34; conhecimento 134, fig. XXI; conversão IV, 11, 14, 107-113, 141; critérios de decisão 27, 35-36; data da padronização 128; decisões 23, 24, 25-26, fig. IV, 29, 41, 49, 50, 52, 55, 67, 75, 116; definição 9 – *ver também* Topônimo; derivado 146; descrição da localização 129; duplicação 35, 50, 59; duração das colonizações 137; em placas fig. VI, 60; entrada de dados 125-129; erros 39; especialistas 32; estabelecidos por legislação 34; estudos 137; existentes 39; formulários de apresentação de proposta 50, fig. IX; função dos 133; identificação de entidades 51; importância histórica 57; informação básica 42, 125-129; mudanças 18, 34, 35, 39, 49; mudanças, divulgação 39; mudanças, políticas – *ver* princípios, diretrizes e procedimentos; novo 136, 147; ortografia 14, 19, 34, 36, 37, 40, 49, 54, 60, 70, 76, 139, 145, 151, 153, 157; pejorativo 35, 50; pesquisando problemas 49- 54; planilhas – *ver* Coleta de nomes em campo, folhas de registros com nomes políticas – *ver* princípios, diretrizes e procedimentos; preservação 132, 135, 137-138; procedimentos de padronização – *ver* padronização, procedimentos e processos; processamento – *ver* Gabinete, processamento; registros 41-42, 43, 125; ruas 136; significado 52; status 128; status oficial 121-124; tempo de uso 35; tradicional 143; transcrição – *ver* Transcrição; Transferência 135; transliteração – *ver* Transliteração; variantes – *ver* Nomes Variantes; uso inconsistente 49

Nomes de áreas administrativas 19, 127

Nomes oficiais, atualização 78

Nome padronizado, definição – *ver também*

Nome(s) geográfico(s)

Nomes variantes 41, 42, 54, 128

Novos nomes – *ver* Nome(s) geográfico(s), novo

O

Ofensivo e pejorativo, nome – *ver* Nome(s) geográfico(s), pejorativo

Oficial, autoridade – *ver* Autoridades nacionais em nomes e seus órgãos, autoridade legal/oficial

Organizações Internacionais 88, 170-171

Ortografia 123, 145, 147, 151, 153, 157

Overlays – *ver* Mapas de campo e overlays

“O dono decide”, princípio 145-148

P

Padrões ISO 129, 171

Padronização de nomes, justificativa – *ver* Padronização, Justificativa

Padronização: vantagens 2, 90; condições para 1; considerações básicas 36-37; definição 9-10; grande número de nomes 37; internacional 10, 85, 87, 88, 99; justificativa 17; mais de um nome por entidade 35, 36-37; nacional 2, 10, 44-45, 80, 86, 87, 90, 91, 99, 175-180; procedimentos e Processos 1, 2, 33-40, 41; reconhecimento de uma necessidade 17-18

Pesquisa, procedimentos 49-54; ferramentas 47-48

Pesquisa toponímica – *ver* Pesquisa, procedimentos

Pesquisa em campo – *ver* Coleta de nomes em campo

Pidgin 105

População 43, 129

Preparação pré campo – *ver* Coleta de nomes em campo, preparação

Princípios, diretrizes e procedimentos 25, 33-40, 41, 49, 50, 70, 75, 116, 119

Pronúncia 43, 71, 79, 92, 106, 109-111, 122, 138, 143; - *ver também* Língua e Pronúncia

Processamento automatizado de dados 92; - *ver também* Computador, arquivos de

Protocolo para coleta em campo 59

Publicando nomes oficiais 75

Publicidade 34

R

Reambuladores, diretrizes de campo 58, 149-153

Recursos nacionais, arquivos de nomes 47-48

Referência, função 133

Registrando nomes em várias línguas 63, 70-71

Registros, gerenciamento 41-42, 125-129

Registros, manual 129

Registro oficial de nomes 42; - *ver também* Nomes Geográfico(s) registros

Reuniões regionais 87, 91

Requisitos linguísticos – *ver* Coleta de nomes em campo, requisitos linguísticos

Resoluções adotadas pelas Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos – *ver* Conferências das Nações Unidas sobre a Padronização de Nomes Geográficos

Romana, escrita 11, 14, 15, 157 – *ver também* Escrita

Romanização 11, 54, 77, 87, 92, 98, 107, 109, 169; sistema único 15, 98

Rótulos 153

S

Sistemas alfabéticos 14

Sistemas de escrita fonéticos 31 – *ver também* Alfabeto Fonético Internacional (IPA) 14, 71, 107

Sistema de Informação Geográfica (SIG) 75, 127, 128

Sistema de Posicionamento Global (GPS) 56, 127

Sistemas de escrita 14, 157

Sistemas logográficos 14

Sistemas silábicos 14

Suporte administrativo, gabinete nacional de nomes; - *ver também* Autoridades nacionais em nomes geográficos e seus órgãos, equipe

T

Tabu, nome 62

Terminologia – *ver* Glossário de Termos para a Padronização de Nomes Geográficos

Termo específico 13, 112-113

Termos genéricos 13, 43, 59, 67, 111-113; relações hierárquicas 67

Topográfico, nome, definição 9; - *ver também* Nome(s) geográfico(s)

Topônimo, definição 9; *ver também* Nome(s) geográfico(s)

Topônimos, especialistas 32

Trabalho de campo – *ver* Coleta de nomes em campo

Tradução 111-113

Transcrição 14, 107, 109-111; definição 14

Transliteração 14-15, 54, 86, 100, 107-109; definição 14; chave 109

Treinamento *online* – *ver* Cursos de Treinamento, *Online*

U

Um nome, uma entidade – *ver* Univocidade

UNGEGN – Grupo das Nações Unidas de Especialistas em Nomes Geográficos iv-v, 1, 85, 87, 90, 91, 93-103; Arquivos de Dados Toponímicos e Índices de Nomes Geográficos fig. XX, 94, 97, 169; Cursos de Treinamento em Toponímia 3, 44, fig. XX, 94, 99, 169; divisões 90, 93, fig. XX, 103, 169; documentos e relatórios iv, 95-96, 102-103; folheto 90, 97, 103

UNGEGN Grupos de Trabalho IV-V, 93, fig. XX, 99-100; Exônimos fig. XX, 95, 100,

141, 169; promoção de nomes geográficos de Grupos Indígenas e de Minorias fig. XX, 95, 101; pronúncia fig. XX, 95, 100; Publicidade e Financiamento v, fig. XX, 94, 97, 103, 169; Sistemas de Romanização fig. XX, 94, 98, 169; Terminologia Toponímica fig. XX, 94, 98-99;

UNGEGN secretariado 3, 174

UNGEGN *website* 1, 3, 45, 102, 159, 169

Univocidade 37, 86

Uso histórico 35

Uso local 35, 36, 37, 43, 49, 50, 54, 67, 145;

oral 35, 49, 50, 55; quantidade e extensão 35;

V

Veicular, língua – *ver* Língua, veicular

W

Websites toponímicos – *ver* *Websites*

Websites 44, 97, 98, 99, 124, 159, 169-174;

autoridades nacionais em nomes 171-172;

172-174; Diretrizes toponímicas UNGEGN

170 – *ver também* Diretrizes Toponímicas;

Divisões do UNGEGN 169; Grupos de

Trabalho do UNGEGN 169; organizações internacionais 170-171;

World Cartography iv, 1, 21, 101, 156, 159